

Este livro nasce de uma longa caminhada do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC, na busca por sistematizar, desenvolver e praticar uma Psicologia Comunitária que se comprometa com a construção de caminhos que visem ao enfrentamento das situações de opressões, discriminações e marginalizações em que vivem as pessoas em situação de pobreza. Neste livro, são apresentadas pesquisas, estudos e discussões de diferentes perspectivas teóricas, de lugares e de áreas distintas, a fim de contribuir para o aprofundamento da análise e do enfrentamento do problema da pobreza.



IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA • DIVERSIDADES E RESISTÊNCIAS



IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA

DIVERSIDADES E RESISTÊNCIAS

ORGANIZADORES

VERÔNICA MORAIS XIMENES
BÁRBARA BARBOSA NEPOMUCENO
ELÍVIA CAMURÇA CIDADE
JAMES FERREIRA MOURA JÚNIOR

O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) é um espaço de ensino, pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). As atividades do Núcleo voltam-se à formação teórica e prática dos estudantes de graduação e de pós-graduação em Psicologia da UFC, ao desenvolvimento de sujeitos comunitários e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local de comunidades urbanas e rurais do Estado do Ceará.

www.nucom.ufc.br



IMPLICAÇÕES
PSICOSSOCIAIS
DA POBREZA

DIVERSIDADES E RESISTÊNCIAS

CONSELHO EDITORIAL

Alicia Rodríguez Ferreyra
Universidad de la República de Uruguay

Ana Ester Maria Melo Moreira
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Ana Helena Bomfim Queiroz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ângela Carina Paradiso
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Antônio Euzébios Filho
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Clarice Regina Catelan Ferreira
Universidade Paranaense (UNIPAR)

Claudia Andréa Mayorga Borges
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Cláudia Stella
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Emanuel Meireles Vieira
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Fátima Maria Araújo Bertini
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fernando Lacerda Júnior
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Israel Rocha Brandão
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Jaime Andrés AlfarolInzunza
Universidad del Desarrollo, Chile

João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Kelen Gomes Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Léo Barbosa Nepomuceno
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Leonor Maria Cantera Espinosa
Universidad Autónoma de Barcelona (UAB)

Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Lucila Moraes Cardoso
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Marcia Skibick Araújo
Faculdade Luciano Feijão (FLF)

Normanda Araújo de Moraes
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Regina Gloria Nunes Andrade
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Ricardo Pimentel Mélló
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Selene Regina Mazza
Centro Universitário Estácio do Ceará (ESTÁCIO/FIC)

Telmo Mota Ronzani
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Tereza Gláucia Rocha Matos
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Universidade Federal do Ceará (UFC)



IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA

DIVERSIDADES E RESISTÊNCIAS

ORGANIZADORES

VERÔNICA MORAIS XIMENES
BÁRBARA BARBOSA NEPOMUCENO
ELÍVIA CAMURÇA CIDADE
JAMES FERREIRA MOURA JÚNIOR

Copyright © 2016 by Verônica Moraes Ximenes, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Elívia Camurça Cidade, James Ferreira Moura Júnior

Capa e Diagramação

Francisco Taliba

Revisão

Lucas Carneiro

Impressão e Acabamento

Expressão Gráfica e Editora

Rua João Cordeiro, 1285 – Praia de Iracema – Fortaleza – Ceará

CEP: 60.110-300 – Tel. (085) 3464-2222

E-mail: arte@expressaografica.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9. 610/98) é crime (art. 184 do Código Penal).

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3/801-98

Implicações psicossociais da pobreza : diversidades e resistências /
Verônica Moraes Ximenes, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Elívia
Camurça Cidade, James Ferreira Moura Júnior. Fortaleza: Expressão
Gráfica e Editora, 2016.

405 p.

ISBN: 978-85-420-0821-0

1. Pobreza 2. Psicologia I. Ximenes, Verônica Moraes
II. Nepomuceno, Bárbara Barbosa III. Cidade, Elívia Camurça
IV. Moura Júnior, James Ferreira V. Título

CDD: 362.5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

EIXO I - CATEGORIAS DE ANÁLISE DA POBREZA

Sem pobreza, mas com “fomes”: Visões econômicas e psicológicas	17
---	-----------

Flavio Vasconcellos Comim

Sabino Porto Jr.

James Ferreira Moura Jr.

Izete Pengo Bagolin

Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro	45
--	-----------

Jáder Ferreira Leite

Magda Dimenstein

Candida Dantas

João Paulo Sales Macedo

Antonimária Bandeira de Freitas

Representações Sociais da Pobreza	67
--	-----------

Aline Accorssi

Helena Scarparo

Bienestar personal y la esperanza en población en condición de pobreza en Mérida, México	95
---	-----------

María Teresita Castillo León

Carlos David Carrillo Trujillo

Teresita Concepción Campo Marín

Georgina del Carmen Cetina Herrera

Vivências de Humilhação e Vergonha: Uma análise psicossocial em contextos de pobreza..... 121

*Maria Aparecida Estanislau
Verônica Morais Ximenes*

EIXO II - INVESTIGAR E ATUAR EM CONTEXTO DE POBREZA

A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza..... 149

Raquel Souza Lobo Guzzo

Pesquisas em Psicologia nos contextos de pobreza:

Para que e para quem? 165

*Verônica Morais Ximenes
Elvira Camurça Cidade
Gisely Roberta Gomes Silva*

El semáforo de eliminación de pobreza y su enfoque multidimensional y psicossocial 187

*Martín Burt
Luis Fernando Sanabria*

La percepción de la realidad social y su incidencia en los procesos de inclusión de las personas en situación de pobreza extrema o exclusión social..... 211

José Juan Vázquez

Epistemologias indígenas e as visões sobre pobreza: Estética e espiritualidade como resistência239

*Ana Luisa Teixeira de Menezes
Viviane Fernandes Silveira*

EIXO III - RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTO À POBREZA

Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis..... 263

James Ferreira Moura Jr.

Jorge Castellá Sarriera

Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza.....289

Lorena Brito da Silva

Maria Zelfa de Souza Feitosa

Bárbara Barbosa Nepomuceno

Alexsandra Maria Sousa Silva

Verônica Moraes Ximenes

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas 311

Elívia Camurça Cidade

Alexsandra Maria Sousa Silva

Verônica Moraes Ximenes

Estratégias de enfrentamento à pobreza: Uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas 337

Bárbara Barbosa Nepomuceno

Lorena Brito da Silva

Verônica Moraes Ximenes

Impacto das políticas públicas de Assistência Social e de Educação no enfrentamento à pobreza em contextos urbano e rural do Ceará.....367

Verônica Moraes Ximenes

Marília Studart Barbosa

Janaína Miranda Cruz



APRESENTAÇÃO

A organização de um livro que aborde as “Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e resistências” sempre foi um desafio para nós. Isto se deve ao fato de reconhecermos a importância de falar de pobreza a partir da Psicologia e de outras áreas, entender os aspectos subjetivos desse problema, reunir trabalhos de diferentes lugares dentro e fora do Brasil, além da urgência em discutir essa temática no contexto atual do Brasil, diante do retrocesso político em que vivemos. Fazer ciência comprometida com a superação das desigualdades sociais sempre foi uma luta assumida por nós, assim como acreditamos que é o que une todos e todas os/as participantes deste livro.

Este livro nasce de uma longa caminhada do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC, na busca por sistematizar, desenvolver e praticar uma Psicologia Comunitária que realmente se comprometa com a construção de caminhos que visem ao enfrentamento das situações de opressões, discriminações e marginalizações em que vivem as pessoas em situação de pobreza. Falávamos muito de pobreza e vivenciamos essa situação nas comunidades urbanas e rurais do Ceará, mas não aprofundávamos o foco na multidimensionalidade do problema da pobreza, na sua naturalização e na culpabilização do pobre por sua situação.

Buscamos, a partir dessas problematizações, apresentar pesquisas, estudos e discussões de diferentes perspectivas teóricas, de lugares e de áreas distintas, a fim de contribuirmos para o aprofundamento da análise e enfrentamento do problema da pobreza. Neste livro, as discussões estão organizadas em três eixos: **Categorias de Análise da Pobreza**, **Investigar e atuar em contexto de pobreza** e **Resistências e enfrentamento à pobreza**.

O eixo **Categorias de Análise da Pobreza** contém cinco capítulos e apresenta estudos que abordam pesquisas empíricas e discussões teóricas relevantes para o debate sobre a pobreza. No capítulo *Sem pobreza, mas com “fomes”: visões econômicas e psicológicas*, de Flávio Comim, Sabino Porto Jr., James Moura Jr. e Izete Bagolin, há uma proposta interdisciplinar para analisar a pobreza, a partir da articulação da Economia com a Psicologia. Parte de uma pesquisa realizada com aproximadamente quinhentas pessoas, em áreas com alta vulnerabilidade social em Porto Alegre. A questão da insegurança alimentar é tratada como fator constituinte da realidade da pobreza, sendo o Programa Bolsa Família uma das ações discutidas de enfrentamento dessa situação. Foram debatidas também questões de gênero, de raça, de moralidade, de bem estar e de vergonha.

O trabalho *Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro*, de Jáder Leite, Magda Dimenstein, Candida Dantas, João Paulo Macedo e Antonimária de Freitas, apresenta uma importante discussão sobre a pobreza em contextos rurais e de como esta incide sobre os modos de vida de mulheres agricultoras. Participação política e autonomia são tomadas como categorias de análise, passando por aspectos que vão desde as condições de vida, o cotidiano doméstico e comunitário, as relações conjugais e familiares, condições de trabalho e renda, até os posicionamentos subjetivos.

O capítulo *Representações Sociais da Pobreza*, de Aline Accorssi e Helena Scarparo, permite uma importante reflexão sobre as representações sociais da pobreza e seus impactos psicossociais na vida das par-

ticipantes do estudo. As autoras apresentam uma pesquisa qualitativa desenvolvida com mulheres vinculadas a programas governamentais de combate à pobreza. A pesquisa em questão permite o conhecimento dos signos socialmente atrelados à pobreza, constituintes de sua representação, vinculada às dimensões socioeconômica e moral.

O trabalho *Bienestar personal y la esperanza en población en condición de pobreza en Mérida, México*, de Teresita Castillo, David Carrillo, Teresita Campo e Georgina Cetina, apresenta primeiramente características da realidade de pobreza em território mexicano. Os autores debatem a importância da colaboração da Psicologia na produção de conhecimento crítico sobre a pobreza. Com isso, analisam-se quantitativamente a esperança e o bem estar pessoal como categorias psicossociais positivas da pobreza. Essas duas categorias são entendidas como suportes necessários ao enfrentamento dessa realidade de privação.

O capítulo *Vivências de Humilhação e Vergonha: Uma análise psicossocial em contextos de pobreza*, de Aparecida Estanislau e Verônica Ximenes, que finaliza o primeiro eixo, tem como objetivo compreender as vivências de humilhação e o sentimento de vergonha de pessoas em condições de pobreza em uma comunidade rural e em outra urbana do Estado do Ceará. Nas experiências de humilhação, as autoras concluíram que os principais motivos dizem respeito à renda, comunidade na qual residem e escolaridade. No tocante à vergonha suscitada pela pobreza, este capítulo apresentou que a negação de relatar as experiências de privação relaciona-se com o sofrimento vivenciado.

O eixo **Investigar e atuar em contexto de pobreza** está composto por cinco capítulos que apresentam discussões sobre pesquisas em contextos de pobreza, propondo-se a trazer contribuições para os modos de investigar e atuar nessa realidade. No capítulo *A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza*, Raquel Guzzo apresenta uma análise crítica de como a sociedade capitalista produz e reforça a pobreza e a desigualdade social, ao passo que questiona o papel da psicologia ao se defrontar com essas temáticas. A proposição

de caminhos para um olhar psicossocial da pobreza ascende a partir da discussão da tese de dois epidemiologistas ingleses – Richard Wilkinson e Kate Pickett – que constataram a inexistência da relação direta entre crescimento econômico e melhorias na saúde e qualidade de vida.

O capítulo *Pesquisas em Psicologia nos contextos de pobreza: Para que e para quem?*, de Verônica Ximenes, Elívia Cidade e Gisely Silva, problematiza as formas de realizar investigações em contextos marcados pela pobreza. As autoras apresentam os desdobramentos de uma pesquisa realizada em duas comunidades do Estado do Ceará e defendem, como importante etapa do processo de pesquisa, a socialização dos resultados estruturada em três grandes dimensões: acadêmica, social e política.

O trabalho *El semáforo de eliminación de pobreza y su enfoque multidimensional y psicossocial*, de Martín Burt e Luis Fernando Sanabria, apresenta uma interessante metodologia de diagnóstico e assessoria das famílias em situação de pobreza no Paraguai. Utilizando como metáfora as cores de um semáforo, as famílias indicam pontos críticos em suas vidas que necessitam ser superados. Os autores se embasam em uma perspectiva multidimensional e multinível da pobreza, indicando que ela somente pode ser combatida de maneira personalizada e contextual.

O capítulo *La percepción de la realidad social y su incidencia en los procesos de inclusión de las personas en situación de pobreza extrema y exclusión social*, de José Juan Vázquez, reflete sobre as diferentes formas como são processadas as informações sociais por pessoas em condições de pobreza e como estas incidem nos processos de inclusão social. Os dados analisados, provenientes de investigações realizadas na Espanha e na Nicarágua, permitiram identificar que a exposição a sucessivos eventos estressores, o estigma e o autoestigma decorrente da pobreza, a atribuição de causalidade aos fatos e o otimismo quanto ao futuro são aspectos da cognição social que sofrem influência do contexto de vida dos sujeitos.

O trabalho *Epistemologias indígenas e as visões sobre pobreza: Estética e espiritualidade como resistência*, de Ana Luisa Menezes e Viviane Silveira, discute os aspectos da pobreza em diálogo com os povos indí-

genas Guarani, enfocando a estética e a espiritualidade como formas de resistência e enfrentamento às situações vividas. Os processos mitológicos e culturais dos Guarani apresentam uma forma diferente de significar a pobreza, tendo em vista as suas formas de empoderamento e de visão de mundo.

Por fim, o terceiro eixo **Resistências e enfrentamento à pobreza** expõe, a partir de cinco capítulos, dados de pesquisas que enfatizam as estratégias psicossociais desenvolvidas por pessoas em condições de pobreza para lidar com um cotidiano adverso, permeado por incertezas e indefinições. No capítulo *Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis*, dos autores James Moura Jr. e Jorge Sarriera, traça-se um alarmante panorama dos processos de estigmatização da pobreza presentes na sociedade. Como consequência, são reproduzidas práticas de discriminação, podendo gerar sentimentos de vergonha nas pessoas em situação de pobreza. No entanto, ressalta-se que há estratégias de enfrentamento a essas ondas simbólicas discriminatórias. Os autores apontam o lugar das políticas públicas nessas arenas de resistências desenvolvidas pelas pessoas em situação de pobreza.

O trabalho *Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza*, de Lorena Silva, Maria Zelfa Feitosa, Bárbara Nepomuceno, Alexsandra Silva, Verônica Ximenes e Zulmira Bomfim, problematiza de que forma o apoio social contribui para a ampliação das respostas cognitivas, comportamentais e afetivas criadas para lidar com as opressões cotidianas vividas pelos sujeitos. A pobreza é analisada a partir de uma perspectiva multidimensional e seu enfrentamento remete a uma política cotidiana constituída a partir de uma ação relacional e coletiva. As autoras discutem o apoio social como potente à promoção da saúde e melhoria do bem-estar e evidenciam quatro principais fontes de apoio: familiar, religioso, comunitário e institucional.

O capítulo *Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas*, de Elívia Cidade, Alexsandra Silva e Verônica Ximenes, apresenta o relato de duas investigações qua-

litativas desenvolvidas com jovens em condições de pobreza residentes na cidade de Fortaleza (Ceará). As categorias fatalismo e protagonismo são descritas como estratégias de enfrentamento à pobreza, ancoradas nos modos de vidas disponíveis à juventude pobre.

O trabalho de Bárbara Nepomuceno, Lorena Silva e Verônica Ximenes, intitulado *Estratégias de enfrentamento à pobreza: Uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas*, possibilita elementos a uma análise empírica dos modos de enfrentamento à pobreza, a partir de uma leitura psicossocial. As autoras apresentam duas pesquisas desenvolvidas com sujeitos em contextos de vulnerabilidade social, uma com pessoas em sofrimento psíquico e outra com prostitutas. Os resultados apontam para os processos criativos de resistência constituídos a partir da relação sujeito-entorno, da ressignificação de si e da realidade, importantes à vivência em contextos de marginalização social.

Para finalizar, o capítulo *Impacto das políticas públicas de Assistência Social e de Educação no enfrentamento à pobreza em contextos urbano e rural do Ceará*, de Verônica Ximenes, Marília Barbosa e Janaína Cruz, analisa as influências dessas políticas públicas no enfrentamento à pobreza e contextualiza as especificidades dos contextos urbano e rural. As autoras problematizam a busca por políticas públicas emancipatórias que possam abrir espaços de diálogo acerca das contradições expostas pelo capitalismo.

Desejamos que a leitura desses trabalhos possa contribuir com discussões e práticas, no mundo acadêmico e fora dele, que favoreçam os processos de libertação das pessoas que vivem em situação de pobreza, e que possamos abrir espaços para o diálogo sobre esse problema com o foco nos processos de enfrentamentos e resistências.

Fortaleza, 16 de maio de 2016.

Em luta sempre pela democracia no Brasil. Ditadura jamais!

Verônica, Bárbara, Elvívia e James



EIXO I

CATEGORIAS DE ANÁLISE DA POBREZA

SEM POBREZA, MAS COM “FOMES”: VISÕES ECONÔMICAS E PSICOLÓGICAS

Flavio Vasconcellos Comim

Sabino Porto Jr.

James Ferreira Moura Jr.

Izete Pengo Bagolin

1 INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza é eminentemente normativo. Isso não quer dizer que seja inteiramente subjetivo. Apenas afirma que não se pode falar de pobreza se não se tratar de valores sobre o que é ou não inaceitável ou intolerável à condição humana. Essa preocupação com a erradicação, ou pelo menos com a redução da pobreza está no âmago do desenvolvimento humano e de várias discussões sobre qualidade de vida. Desse modo, é importante esclarecer que falar da pobreza é examinar o que se entende sobre uma vida minimamente digna. Frequentemente essa análise está centrada na visão particular do gestor de política pública, mas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano é importante considerar a visão das próprias pessoas tidas como pobres em relação às suas condições objetivas (Sen, 2009).

Muito do debate sobre pobreza é sobre sua mensuração. Quais serão as melhores medidas de pobreza, objetivas ou subjetivas? Devem-se considerar como pobres aquelas pessoas que não têm um mínimo de renda ou de consumo? Deve-se usar uma linha unidimensional ou multidimensional? Será mais adequado considerar apenas a incidência ou devem-se incluir medidas de intensidade da pobreza? Qual a melhor ênfase, pobreza absoluta ou pobreza relativa? Crônica ou transiente? Qual o papel do acesso aos bens públicos na caracterização da pobreza? E como construir um índice composto, se for essa a decisão? Esses pro-

blemas e as condições que um indicador de pobreza deve satisfazer já foram suficientemente explorados na literatura (ver, por exemplo, Sen, 1981, e Amiel & Cowell, 1999). O objetivo deste trabalho não é revisar essas velhas questões.

Procura-se, neste texto, investigar a relação entre as condições objetivas da realidade que caracterizam a pobreza – como a questão fundamental da fome e insegurança alimentar e da falta de igualdade de oportunidades – e a subjetividade das pessoas que representam ‘outros tipos de fome’, situando e contextualizando a pobreza nas circunstâncias objetivas nas quais essas pessoas vivem. Essa perspectiva é discutida a partir do contexto recente da política pública de redução da pobreza no Brasil, em particular no programa Brasil sem Miséria. Não se trata de reproduzir aqui estudos como ‘Vozes dos Pobres’ de Narayan e Petesch (2002), mas de explorar os elos entre circunstâncias objetivas e subjetividades das pessoas, buscando com isso um entendimento mais abrangente da condição de pobreza.

Com esta finalidade, este capítulo está dividido em quatro partes. A primeira parte se inicia com uma análise da fundamentação e justificativa do programa Brasil sem Miséria, explorando suas potencialidades e limitações. Logo a seguir, na segunda parte, interpreta-se a pesquisa sob a perspectiva da caracterização das condições objetivas de vida das pessoas pobres, centrada no conceito objetivo de insegurança alimentar, e se explora a questão da falta objetiva de igualdade de oportunidades. Na terceira parte, empreende-se uma análise dos aspectos subjetivos da pobreza a partir da perspectiva psicológica das necessidades e expectativas das pessoas em situação de pobreza que se denomina de ‘outras fomes’. Conclui-se, por fim, com algumas considerações e sugestões para a política pública.

2 O BRASIL SEM MISÉRIA

Desde que Josué de Castro escreveu, no seu 'Geografia da Fome', em 1946, sobre os diferentes tipos de fome no Brasil, ocorreram diversas mudanças no país. O desenvolvimento econômico da década de 1970 teve um efeito dramático na redução de pobres no território brasileiro, passando de 44%¹ em 1970 para 18% da população em 1980. Apesar do regime ditatorial, foi uma década em que o número de analfabetos no Brasil caiu de 40% para 31%, e caiu pela metade o número de famílias com pessoas subempregadas (Pastore, Zylberstajn & Pagotto, 1983). Nos anos 1980 até a metade dos anos 1990, a pobreza se comportou de modo muito anticíclico, com aumentos significativos durante recessões e substancial declínio em períodos de expansão, como explicam Ferreira e Litchfield (2000). No final da década de 1990, o IPEA estimava que havia 14,5% da população brasileira vivendo em famílias com renda abaixo da linha de indigência.

As políticas de combate à fome e à pobreza no Brasil foram tomando forma ao longo de décadas. Por exemplo, as mudanças conceituais introduzidas pela aprovação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) são consideradas um marco na política de alimentação e nutrição no país, com a utilização de alimentos básicos nos programas alimentares e apoio aos pequenos produtores rurais (Pelião, 2010). A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993, com a geração de informações para o Mapa da Fome. O CONSEA foi substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária e depois retornou. Foram capítulos de uma história que culminou com a elaboração do Programa Fome Zero em 2003. A importância do Fome Zero não pode ser exagerada; ele foi um marco de administração pública e participação da sociedade civil que não continuou (ou continuou de maneira mais atenuada) como referência na formulação e

¹ Para este cálculo, os autores utilizaram a linha de ¼ do salário mínimo.

implementação da política pública de combate à fome (Silva, del Grossi & França, 2011).

A noção concreta e tangível da alimentação como um direito humano foi estruturada, em 2006, com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2006). Em 2010, esse sistema foi operacionalizado com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, que visa a estabelecer responsabilidades aos entes federados no alcance de uma alimentação saudável e adequada principalmente para as populações mais vulneráveis. No entanto, de acordo com o Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional, que teve abrangência nacional (Brasil, 2014a), nota-se que os entes federados não assumiram as responsabilidades de operacionalização dos diversos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (EPSAN) disponíveis para execução do PNSAN, principalmente para o público mais vulnerável, como os restaurantes populares, os bancos de alimento, as cozinhas comunitárias, o suporte de feiras livres e orgânicas nos bairros mais pobres.

Mesmo com essa política de segurança alimentar, nota-se que o debate público e político nos últimos anos foi centralizado na questão do direito a uma renda mínima representada pelo Bolsa Família (que antes de tudo é um incentivo para a diminuição da pobreza intergeracional) como principal estratégia de combate à pobreza, não apenas no Brasil, mas em vários países da América Latina, desde sua introdução no México em 1997 (Handa & Davis, 2006). É nesse contexto de transformação e transição entre o Fome Zero e o Bolsa Família que surge o Brasil sem Miséria, em 2011, como um amadurecimento do Bolsa Família.

O Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011, e complementado pela MP 535, da mesma data, é inserido em um conjunto de 70 ações integradas e intersetoriais para a redução da fome e da pobreza extrema (Campello & Mello, 2014). No entanto, mesmo reconhecendo formalmente a multidimensionalidade da pobre-

za, escolhe-se como marco avaliatório único uma linha de pobreza monetária. Na literatura de mensuração da pobreza é comum ocorrer isso, não se tratando, portanto, de um problema *per se*. No entanto, o marco avaliatório do Brasil sem Miséria parece desqualificar o debate público sobre a escolha da linha de pobreza adequada em nome de um conceito de pobreza, chamado ‘político-administrativo’, que não tem referência a nenhum aspecto concreto da pobreza. Vale a pena ver a citação completa em Osório, Soares e Souza (2011, p. 9):

Como o Brasil nunca adotou oficialmente uma linha oficial de pobreza ou de pobreza extrema, defendemos que a linha de pobreza extrema seja ‘político-administrativa’, expressa em unidades de renda domiciliar per capita mensal. Isso porque mesmo quando a linha de pobreza é definida empiricamente, por método que prometa ‘objetividade’, muitas das decisões necessárias para obtê-la são de natureza política, e sob o manto de cientificidade desses métodos os pesquisadores podem tomar decisões que deveriam ser objeto de discussão. Não é problema que pesquisadores, ao conduzirem suas pesquisas, tomem as decisões de acordo com a forma que consideram mais correta para medir a pobreza. Mas, no âmbito da política pública, suas percepções sobre a pobreza e suas decisões normativas não podem substituir as que advêm do consenso possível consubstanciado, por exemplo, nas linhas de pobreza administrativa estabelecidas para definir a elegibilidade para programas de assistência social e complementação de renda.

Em primeiro lugar, não parece verdade que o Brasil nunca adotou uma linha oficial de pobreza, conforme mostram Pastore et al. (1983) e Henriques (2000), entre outros. Segundo, a linha de pobreza deve referir-se a algo, e não ser autorreferente, como proposto acima. Em outras palavras, ela deve tratar de alguma violação da dignidade humana que seja compreensível, seja em termos absolutos (como a fome ou a falta de água) ou relativos (como a exclusão social). A defesa de uma linha ‘político-administrativa’ de pobreza parece ir de encontro ao próprio espírito de transparência e participação social defendido pelo programa Fome Zero. Mais importante ainda, as ‘percepções’ dos diferentes agentes, in-

cluindo as das pessoas mais pobres, não devem ser desconsideradas, mas sim respeitadas em sua diversidade, pois ampliam o entendimento dos problemas referentes à pobreza.

A escolha original de uma linha de pobreza de R\$70,00 por pessoa ao mês em 2011 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012), sendo atualizada para R\$77,00 em 2014 (Brasil, 2014b), contraria a história das medidas de pobreza no Brasil, que sempre viu nas frações de salário mínimo ($\frac{1}{2}$ SM a linha de pobreza e $\frac{1}{4}$ de SM a linha de pobreza extrema) uma justificativa lastreada na Constituição do país para o estabelecimento desse referencial. No Brasil sem Miséria, no entanto, o centro de referência adotado foi a linha de US\$1.25 por dia, justificada a partir de uma análise custo-benefício que mostrou que ter uma linha de R\$154,00 (que seria equivalente à linha anterior de $\frac{1}{4}$ de SM) quintuplicaria os gastos com o programa Bolsa Família. Essa escolha, entretanto, desvinculou o referencial de pobreza da base anterior de direitos associada ao salário mínimo nacional. O valor de R\$77,00, semelhante ao adotado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foi embasado em uma nova racionalidade de metas internacionais.

Duas tensões foram geradas por essa escolha pela linha de pobreza ‘político-administrativa’, e motivam e justificam esta pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre. A primeira foi a eliminação das vozes das pessoas na formulação da política pública (que teoricamente poderiam estar na proposta de um ‘consenso consubstanciado’, mas que na prática não existiram), em particular, em categorias que fossem além do aspecto administrativo, definido pelo programa Bolsa Família. Com isso, importantes privações, muitas de natureza psicológica, deixaram de ser tratadas como relevante em um programa focado na gestão de recursos e da efetividade de suas transferências. Assim, procurou-se resgatar, neste estudo, as dimensões psicológicas da pobreza. Antes, porém, examinou-se o lastro desse referencial monetário em termos do centro das preocupações com a pobreza que trata da fome e da insegurança alimentar.

3 INSEGURANÇA ALIMENTAR E FALTA DE OPORTUNIDADES

Os resultados empíricos aqui apresentados e discutidos com a finalidade de estimular uma reflexão sobre o conceito de pobreza adotado para a política pública brasileira de combate à pobreza tiveram origem em entrevistas diretas a 555 pessoas que vivem em comunidades conhecidas pela sua situação de vulnerabilidade extrema em Porto Alegre. As entrevistas foram realizadas em mais de 10 bairros com destaque para os bairros Restinga (aproximadamente 200 pessoas entrevistadas), Centro (aproximadamente 100), Vila Pinto (60), Ilha dos Marinheiros (aproximadamente 50); os demais bairros contribuíram com aproximadamente 110 questionários. A coleta dos dados ocorreu em junho de 2013 e foi realizada por um grupo de alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em colaboração com a jornalista Aline Custódio do Diário Gaúcho. Como instrumentos de pesquisa, foram utilizadas questões sociodemográficas, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma escala de exclusão social e perguntas sobre moralidade, projetos futuros e avaliações do passado.

A amostra é aleatória e não estratificada e, do total de entrevistados, 63% eram mulheres com idade média de 40 e com escolaridade média de seis anos. A maioria vive em casas com alvenaria acabada, porém, em 19% dos domicílios não havia acesso à água tratada da rede pública. As condições de empregabilidade eram precárias, e a maioria trabalhava na informalidade – 75% não possuíam carteira assinada na época da pesquisa. O critério para seleção dos entrevistados considerou o fato de as pessoas morarem ou estarem vivendo em situação de vulnerabilidade social, sem a adoção de critério monetário. Em função disso, a renda média da amostra é R\$626,00 superior à linha de pobreza oficial, e a renda familiar média é de R\$1.178,00. A maioria das pessoas entrevistadas vivia em condições de insegurança alimentar quando avaliadas pela métrica da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar),

que foi aplicada para que se pudesse investigar a relação da linha de pobreza de R\$77,00 (estabelecida por razões político-administrativas) com a questão substantiva mais evidente da pobreza que é a insegurança alimentar.

Os resultados foram em grande parte surpreendentes. Apenas 22% da amostra puderam ser considerados como vivendo com segurança alimentar. Outros 24% vivem com insegurança alimentar leve. O maior percentual, representando 39% dos entrevistados, vive com insegurança alimentar grave, o que pode ser caracterizado como um quadro de vulnerabilidade alimentar e de fome endêmica naquelas famílias entrevistadas. Ao responder sobre o que as pessoas da amostra fariam com R\$70,00 a mais, os itens mais lembrados do orçamento doméstico foram, nessa ordem: adquirir mais alimentos, mais roupas e tentar poupar uma parcela do recurso extra. Isso mostra quanto ainda é importante o recebimento do benefício do Bolsa Família para a segurança alimentar das famílias contempladas.

Algumas questões tentaram captar a perspectiva de vida e os sonhos ou anseios daquela população. Assim, quando perguntados sobre o quanto desejariam que seus filhos continuassem estudando, 82% dos entrevistados responderam que anseiam por filhos realizando estudos universitários, o que é um indicador forte de que a educação formal é considerada um fator importante de mobilidade social e porta de saída para uma situação de armadilha de pobreza para a população entrevistada. O questionário também contemplava questões para identificar se as pessoas achavam que a vida delas iria melhorar nos próximos cinco anos. Surpreendentemente, a maioria, 65% dos entrevistados, respondeu afirmativamente, que acreditava que a vida melhorará nos próximos cinco anos. Para apenas 7% a vida irá piorar no mesmo período.

Assim, apesar de todas as injustiças seculares da sociedade brasileira, pessoas em condições de vulnerabilidade em muitas dimensões, acreditam mais na redistribuição baseada no esforço pessoal e, portanto, no mérito do que seria esperado para uma situação de apoio ao Estado

de bem estar social. Provavelmente, essa percepção das pessoas em situação de pobreza pode ocorrer porque o processo histórico cultural de desenvolvimento do Brasil está pautado na culpabilização do pobre pela sua situação, esvaziando a responsabilidade do Estado e da sociedade civil dos processos de erradicação e de combate à pobreza (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014).

Visando a um tratamento mais rigoroso e que seja capaz de explorar melhor a relevância da base de dados para os vários aspectos da realidade, são apresentados, a seguir, os resultados da análise econométrica. A primeira regressão estimada examina os fatores que impactaram a vulnerabilidade alimentar ou insegurança alimentar detectada pela aplicação do questionário da EBIA. A equação tem o objetivo de detectar os efeitos da renda, idade, gênero, etnia, escolaridade, acesso à água e indicadores de renda sobre a situação de insegurança alimentar observada entre os entrevistados. Dessa forma, estimou-se a seguinte equação geral:

$$Ebia_{total} = \beta_0 + \beta_1 Renda + \beta_2 Etnia + \dots + \beta_{11} Bolsafamilia + u_i$$
$$u_i \approx N(0, \sigma^2)$$

Os resultados obtidos por MQO são apresentados na Tabela 1 abaixo. O modelo foca na variável ‘insegurança alimentar’ como dependente e procura explicar seu comportamento em função de uma lista de variáveis potencialmente relevantes. A análise mostra que variáveis como falta de água, escolaridade e moradia são estatisticamente significativas na caracterização da insegurança alimentar. As variáveis de renda, apesar de significativas, apresentam coeficientes muito baixos e quase não impactam no resultado obtido. A presença do Bolsa Família tem um impacto positivo maior, porém não é relevante estatisticamente. Destaca-se que o uso simultâneo de vários indicadores de renda gera problemas de multicolinearidade que enfraquecem os resultados estatísticos dessa estimação.

Esse exercício econométrico simples permite observar que, para a amostra dessa pesquisa, os indivíduos autodeclarados não brancos e mulheres brancas e não brancas obtiveram, em média, resultados inferiores em indicadores de bem-estar como renda e educação em relação aos homens brancos. Esse é um resultado encontrado para a economia brasileira em Barros, Ferreira, Veja e Chaduvi (2009) e em Ferreira e Gignoux (2011), indicando a existência de desigualdade de oportunidade na amostra analisada. Mesmo entre indivíduos em condições de vulnerabilidade econômica e nutricional, repete-se um padrão já observado para o país como um todo. Há desigualdade de oportunidades em resultados de bem-estar também entre os pobres no Brasil.

Tabela 1: Regressão para insegurança alimentar

Variáveis	Modelo	p-valor
Gênero	0,084	0,229
Idade	-0,109	0,171
Raça	0,181	0,002
Escolaridade	-0,149	0,003
Moradia	-0,8704	0,102
Água	-0,474	0,258
Estado civil	-0,166	0,162
Carteira	0,803	0,025
Renda carteira	-0,0013	0,011
Renda pessoal	-0,0058	2,26
Bolsa Família	0,74	0
Constante	6,37	
R2_ajustado	0,1245	
Num. Observações		

Fonte: Elaborada pelos Autores

Roemer (1993; 1998) desenvolve uma teoria de igualdade de oportunidades bastante abrangente, que explica, em linhas gerais, que desi-

gualdades em bem estar provocadas por circunstâncias que estão além do controle do indivíduo não são eticamente aceitáveis ou moralmente justificáveis. A desigualdade de renda avaliada pelo índice de Gini, por exemplo, não captura essa realidade porque não identifica as circunstâncias pessoais e a sua influência na geração de renda pessoal. Na visão de Roemer (1998) apenas desigualdades induzidas pela realização de características pelas quais os indivíduos são diretamente responsáveis, como a realização de esforço, são aceitáveis moralmente. Mesmo nesse caso, Roemer (1998) é cético sobre a forma de recompensar o esforço e sobre o tamanho aceitável da desigualdade existente induzida por níveis de esforços diferentes entre indivíduos em uma dada sociedade. A proposta de igualdade de oportunidades consiste em decompor a desigualdade em desigualdades devidas as circunstâncias exógenas aos indivíduos e desigualdades devidas ao esforço pelos quais os indivíduos são responsáveis diretamente. A igualdade de oportunidades ocorre quando as circunstâncias são neutralizadas para todos os indivíduos.

A política social deveria compensar indivíduos em circunstâncias adversas com um volume maior de recursos. Desigualdades na distribuição de renda pessoal ou em outra vantagem qualquer que sejam induzidas por assimetrias em circunstâncias dos indivíduos sobre as quais eles não tenham controle, autonomia ou capacidade de escolha, como a etnia, gênero ou o *background* familiar, devem ser combatidas por uma política social justa. Dessa forma, uma alocação justa de recursos deve compensar tipos ou grupos de indivíduos com circunstâncias idênticas, transferindo mais recursos para os tipos em circunstâncias desfavoráveis. Para citar algumas ações desse tipo, a focalização de recursos já é identificada no programa Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria, que repassa mais recursos para as escolas que possuam uma maior quantidade de alunos em situação de extrema pobreza a partir de dados do Cadastro Único de Programas Sociais. Igualmente, as mulheres grávidas e lactantes recebem um auxílio específico de complementaridade de renda, como também suplemento de ácido fólico nas Unidades Básicas

de Saúde que são acompanhadas (Jaime, Amaral & Magalhães Junior, 2014).

Essa teoria das oportunidades enfrenta vários desafios conceituais, teóricos e práticos. Uma boa revisão encontra-se em Fleurbaey (2008). O próprio Roemer (2012) apresenta uma generalização do seu algoritmo para promover igualdade de oportunidades que considera a desigualdade entre e dentro do grupo ou tipo e que aborda o efeito indireto de circunstâncias sobre o nível de esforço realizado pelos indivíduos, ambos temas importantes e que abrem novas perspectivas analíticas. O objetivo aqui é mensurar a desigualdade de oportunidades entre os indivíduos da amostra em que foi aplicado o questionário socioeconômico. A literatura empírica para mensurar desigualdade de oportunidade também é não consensual e, como assumido por vários autores, os indicadores existentes são complementares e abordam aspectos distintos e importantes. Assim, um desafio importante dessa literatura é o de mensurar adequadamente a existência ou não de desigualdade em oportunidades em uma dada comunidade ou sociedade. Esse é um exercício crucial porque ele permite detectar a presença de padrões de desigualdades de oportunidades que podem servir para entender as causas das vulnerabilidades observadas e podem orientar políticas sociais de compensação.

Há uma ampla gama de possibilidades empíricas para mensurar desigualdade de oportunidades. Aqui se usará o método originalmente proposto por Ferreira e Gignoux (2011), que se apoia integralmente na teoria de Roemer (1998) e que é bastante aplicado para países em diversas regiões do mundo. A seguir, será apresentado brevemente o método a ser aplicado para os dados da amostra. Na visão de Roemer (1998) há igualdade de oportunidades numa dada sociedade se a distribuição de resultados que as pessoas buscam ou valorizam ter e ser é independente de fatores que estão além de seu controle ou autonomia, ou seja, se a distribuição de bem-estar é independente das circunstâncias pessoais dos indivíduos, que notadamente não foram escolhidas autonomamente por esses indivíduos. Uma forma elegante de expor isso seria afirmar que há

igualdade de oportunidade se a distribuição de resultados condicionada às circunstâncias individuais é igual para os grupos ou tipos distintos de indivíduos na sociedade, sendo que um tipo ou grupo é um conjunto de indivíduos com circunstâncias idênticas. Tem-se, então, que a função distribuição acumulada condicional seria igual para todos os tipos, ou seja:

$$F(y/C) = F(y) \quad \forall y, C$$

onde y representa o resultado em bem-estar do tipo ou indivíduo e C é o conjunto de circunstâncias² que caracterizam um tipo de indivíduos na sociedade.

Resumidamente, tem-se que dividir a sociedade em tipos bem definidos. Nessa pesquisa, são os indivíduos divididos em brancos e não brancos e em homens e mulheres, havendo quatro tipos bem definidos. Em seguida, analisa-se a distribuição de resultados observados por tipos, em renda familiar e nível de educação, por exemplo. A desigualdade entre as distribuições de resultados entre tipos é o indicador chave da desigualdade observada para a amostra. No exercício examina-se se a circunstância ‘ser mulher’ ou ‘ser não branco’ nas comunidades analisadas pela pesquisa influencia ou define a distribuição de resultados entre os tipos, o que geraria desigualdade de oportunidade para o resultado, renda familiar ou nível de educação alcançado. A seguir descreve-se rapidamente o método econométrico de Ferreira e Gignoux (2011).

Basicamente, a análise empírica busca decompor a desigualdade observada em alguma realização ou vantagem em desigualdades devidas às circunstâncias do indivíduo (no caso, do tipo em que o indivíduo se enquadra), da desigualdade induzida por outros fatores como esforço

² A definição das circunstâncias que devem ser avaliadas não é trivial, a sugestão é usar o ambiente democrático e a razão pública para escolher circunstâncias que devem ser compensadas e avaliadas. Outro ponto importante é que muitas circunstâncias são de difícil observação, por exemplo, o QI ou o talento, assim, a avaliação de desigualdade de oportunidade é *lower bound* em qualquer métrica. Neste trabalho, avaliam-se desigualdade de oportunidades para as circunstâncias gênero e etnia.

ou sorte ou outro fator aleatório (em Roemer, 1998), representado pelo esforço (E) exercido pelo indivíduo). Dessa forma tem-se que:

$$D_{Total} = D_C + D_E$$

4 RESULTADOS

O exercício econométrico realizado neste trabalho é muito simples. Estima-se uma equação por MQO para o efeito de gênero e etnia sobre o resultado renda familiar observada para os dados da amostra. Usa-se uma variável *dummy* para cada uma das circunstâncias, assim, na variável etnia, ‘um’ significa não branco e ‘zero’ branco; para gênero, ‘um’ significa ser do sexo feminino, e ‘zero’, do sexo masculino. A equação estimada assume a seguinte forma geral:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot d_{etnia} + \beta_2 d_{genero} + u_i \quad (2)$$

Os resultados são apresentados na Tabela 2 abaixo. Em linhas gerais, ser não branco tem impacto negativo sobre a renda familiar, na amostra analisada, e ser mulher também resulta em rendas menores, em média, do que as dos homens na amostra estudada. Os resultados, conforme o esperado, são significativos com restrições, pois o modelo tem poucas variáveis e não serve para uma análise de causalidade. No entanto, pode-se mensurar uma forma simples da desigualdade de oportunidades na amostra estudada.

Tabela 2: Regressão estimada para o método paramétrico

	Modelo	Desvio-padrão	p-valor
Etnia	-0,098	0,0667	0,144204
Gênero	-0,150	0,0693	0,030476
Constante	7,07	0,07	0,00
R2_ajusta	0,009		
Observações	503		

Fonte: Elaborada pelos autores.

O coeficiente de variação, que é a razão entre o desvio-padrão e a média, é a medida de desigualdade utilizada. Estimou-se que o Coeficiente de variação para o *log* da renda observada foi de 0,108176 e o Coeficiente de variação para o resultado previsto a partir da reta ajustada foi de 0,012259. Pode-se, então, calcular o índice de desigualdade de oportunidades para os dados da amostra:

$$\theta_d = \frac{CV(\hat{y}_i)}{CV(y_i)} = \frac{0,012259}{0,108176} = 0,1133$$

Esse é um resultado com limitações, seja pelo tamanho da amostra, seja pelo uso de poucas circunstâncias e para apenas o resultado renda da família. Contudo, ele é importante porque indica que mesmo em meio à população de baixa renda há desigualdade de oportunidades para não brancos e mulheres. Uma forma de melhorar esse exercício seria ampliar o número de variáveis de controle e analisar para mais variáveis de bem-estar. No entanto, não são apenas as privações e desigualdades usualmente debatidas nos estudos de pobreza que impactam a vida das pessoas entrevistadas. Buscando promover uma reflexão mais ampla, a próxima seção deste capítulo trata das “outras fomes” identificadas durante a pesquisa.

5 OUTRAS FOMES: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DAS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Concebe-se que há dimensões geralmente faltantes na compreensão e na análise dos impactos da pobreza. Narayan e Petesch (2002) apontam algumas delas, como o bem estar subjetivo que está relacionado à avaliação global que o indivíduo faz sobre sua vida. Esses autores também apontam que a vergonha e a humilhação podem ser sentimentos vinculados a uma situação de pobreza, sendo gerados por atos de discriminação voltados a um processo de estigmatização da pobreza. Igual-

mente, as expectativas em relação ao futuro também são importantes quanto ao planejamento de ações vinculadas ao presente (Zappe, Moura Jr., Dell'aglio & Sarriera, 2013). Igualmente, essas expectativas podem relacionar-se a dilemas morais, vinculadas a uma perspectiva de justiça e de ética. Dessa maneira, entende-se que as diferentes dimensões acima apontadas podem ser caracterizadas como outras fomes geralmente não priorizadas nas avaliações das políticas públicas e nas investigações com populações em situação de pobreza. Neste tópico, também seguiu o recorte de renda presente nas discussões anteriores, sendo considerados os grupos em situação de pobreza e fora dessa situação segundo a linha política administrativa usada pelo Plano Brasil sem Miséria.

Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa foram apresentados a uma questão que tratava de um dilema moral. Hipoteticamente, as pessoas eram convidadas a participarem de uma festa nas suas comunidades. Então, foram questionadas sobre algumas situações que influenciariam essas formas de participação na festividade comunitária. As situações eram as seguintes: vai à festa, mas acha que não precisa levar nada; vai à festa, mas não leva nada em virtude de a festa ser da sua própria comunidade, e considerar ter já contribuído muito para o grupo; gostaria de participar, mas, como não tem como contribuir, portanto não vai à festa; oferece-se para ajudar com seu trabalho na organização da festa e vai à comemoração; vai à festa levando alimentos e bebidas. De acordo com os resultados, a opção mais escolhida para participar foi relacionada ao fato de ir à festa e ajudar com o trabalho, sendo que 45,9% das respostas foram de pessoas fora de linha de pobreza, e 38,4% de indivíduos em situação de pobreza. Verifica-se também que essa opção de ajudar com o trabalho está ligada à rede de solidariedade presente nas relações comunitárias. É comum nas comunidades em situação de pobreza encontrarem-se relações pautadas na cooperação na organização de festividades locais (Moura Jr., Cardoso, Rodrigues, Vasconcelos & Ximenes, 2013).

Outro resultado interessante ainda referente a esse dilema moral é que 27,2% dos participantes em situação de pobreza não vão à festa em virtude de não terem como contribuir, enquanto que a porcentagem é bem menor no grupo fora dessa situação (14,4%). Essa diferença superior a 10% pode estar relacionada ao fato de a pobreza ser considerada um estado de fracasso (Accorsi, Scarparo & Guareschi, 2012). Vazquez e Panadero (2009) informam que há uma série de estereótipos sociais que posicionam o indivíduo em situação de pobreza como o único culpado pela sua situação. Há um esvaziamento de explicações baseadas em aspectos contextuais, estruturais e ideológicos, reduzindo unicamente a causa da pobreza a atributos atitudinais, comportamentais e valorativos.

Portanto, o fato de as pessoas em situação de pobreza neste estudo não terem possibilidade de contribuir com a festa pode funcionar como uma representação do seu estado da pobreza. Assim, é mais conveniente não participar da festividade por conta de não ter como contribuir, anulando a possibilidade de ser rotulado como pobre. De acordo com Zavaleta (2007), a causa para esse processo de isolamento social está vinculado ao sentimento de vergonha relacionada à estigmatização da pobreza. O indivíduo ser reconhecido como em situação de pobreza pode desencadear o surgimento de sentimentos de vergonha que o levam a afastar-se das relações comunitárias, do convívio social e dos serviços públicos. Também, foi realizada uma comparação entre os beneficiários do Bolsa Família e os não beneficiários desse programa de transferência de renda. Aponta-se que os resultados dessa comparação seguem tendências idênticas aos dados encontrados no viés comparativo das pessoas em situação de pobreza e fora dessa situação, grupo com e sem pobreza monetária.

Sobre as expectativas quanto à educação dos filhos e das filhas, não há diferenças marcantes entre os grupos comparados, sendo a opção mais escolhida, por 82% das pessoas em situação de pobreza e 81,5% para os indivíduos fora dessa situação, o desejo de o filho cursar uma faculdade. Também, foi realizada essa mesma comparação entre os be-

neficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. Identifica-se que as pessoas que recebem o benefício (82,8%) têm uma expectativa um pouco mais elevada relacionada ao desejo de os filhos cursarem uma faculdade do que aqueles indivíduos que não recebem o benefício (80,8). Ressalta-se que, por mais que seja pequena a diferença, as pessoas em situação de pobreza e beneficiárias do principal programa de transferência de renda brasileiro têm uma expectativa elevada de que seus filhos cheguem ao Ensino Superior.

Provavelmente, esses resultados podem estar relacionados ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e às políticas afirmativas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas e gratuitas. Já há resultados que identificam que essas ações auxiliam na superação da situação de pobreza das famílias dos cotistas (Santos, 2012). Com isso, analisa-se que essas ações são oportunidades concretas de as pessoas em situação de pobreza almejarem melhores formas de vida. Compreende-se que ocorreu uma mudança simbólica na realidade brasileira quando a pessoa em situação de pobreza se reconhece como tendo a possibilidade de acesso a oportunidades antes restritas às classes média e alta (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014). É importante salientar que a pobreza passou a ser uma temática discutida em nível estatal de forma não caritativa com o fim da ditadura (Freitas & Guareschi, 2014). Além disso, a política de Assistência Social, com a estruturação de uma rede socioassistencial para apoio às famílias, grupos e indivíduos em situação de pobreza, somente foi operacionalizada em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social, sendo a transferência de renda somente um dos vários eixos de atuação da proteção social (Brasil, 2004).

Os participantes também foram questionados sobre quais expectativas eles têm acerca do futuro. As porcentagens mais elevadas estão relacionadas a uma crença de que a vida vai melhorar no futuro, sendo que 53,3% dos indivíduos em situação de pobreza e 67,1% das pessoas fora dessa situação acreditam nessa melhora. Essa diferença pode estar ligada ao fato de as pessoas em situação de pobreza estarem inseridas em

uma realidade de privação múltipla. Apesar de esses indivíduos também apresentarem uma porcentagem alta de crença em futuro melhor, Radtloaneng (2009) concebe que eles podem cultivar uma maior desesperança em relação à vida por conta das diferentes limitações vivenciadas.

Aprofundando essa temática, também se perguntou aos participantes quem seria responsável por essas mudanças em uma perspectiva futura. A resposta mais relatada foi o esforço pessoal, tanto das pessoas em situação de pobreza (40,6%), como daqueles fora dessa situação (40,7%). Em segundo lugar está Deus, com 25,5% para as pessoas fora da pobreza, e o Governo, com 26,6% para as pessoas em situação de pobreza.

Antes de discutir esses resultados, também é interessante apresentar essa mesma comparação com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com as análises realizadas, 42,5% dos indivíduos que recebem o benefício acreditam no esforço pessoal para ter um futuro melhor, enquanto que 39,4% dos não beneficiários do PBF também têm essa compreensão. Seguindo a mesma tendência da comparação das pessoas com e sem pobreza, em segundo lugar, 22,6% acreditam no governo como promotor das mudanças para beneficiários do PBF, enquanto que 27% dos não beneficiários do PBF acreditam em Deus.

Esses resultados demonstram que não há, de forma extrema, tanto tratando-se dos mais pobres como dos beneficiários do PBF, atitudes fatalistas que posicionam aos fatores exteriores ao indivíduo os rumos da existência, porque ambos os grupos concebem o esforço pessoal como base para essas mudanças. Apesar dessa constatação, ainda são observadas tendências fatalistas nas pessoas não consideradas em situação de pobreza e nas não beneficiárias do Programa Bolsa Família. De acordo com Martín Baró (1986), o fatalismo é uma estratégia adaptativa e reativa frente a uma realidade de adversidade, mas também constituinte de uma matriz identitária latino-americana. São utilizadas explicações baseadas em assunções divinas, em crenças sobrenaturais e em uma desesperança aprendida. O fatalismo pode desembocar em conformismo e compreensão da realidade como estática e pré-determinada.

É interessante observar que essas características presentes no fatalismo estão mais relacionadas ao público fora da situação de pobreza e não beneficiário do PBF.

Já as pessoas em situação de pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família compreendem que as mudanças futuras podem estar relacionadas ao Governo. Esses resultados apoiam as considerações de Alesina e Angeletos (2005), que verificam que as populações mais privadas e recursos concebem que as possibilidades de mudança estariam relacionadas à intervenção do Estado. Sobre as possíveis explicações para esse fato, Rego e Pinzani (2013), em uma série de entrevistas com beneficiárias nordestinas do Programa Bolsa Família, explanam que a transferência direta de renda pode ser entendida como uma ferramenta de empoderamento. Por mais que o recurso seja ínfimo, a quantia mensal de renda fornecida pelo PBF já traz um espaço possível de escolha de diferentes formas de vida. São possibilidades de utilização da agência que antes não eram possíveis, porque não havia um suporte estatal e econômico para ampará-las. Além disso, com a estruturação da rede de Assistência Social constituída de proteção social básica nas figuras dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) presentes em praticamente todos os municípios brasileiros, o poder estatal tornou-se mais presente no cotidiano das pessoas em situação de pobreza. Esses serviços estão baseados em diretrizes que enfocam de forma explícita a necessidade de efetivação de uma atuação com fins da promoção de autonomia, resiliência, sustentabilidade e protagonismo das populações mais vulneráveis (Brasil, 2010).

Também foi comparado o nível de satisfação com a vida³ das pessoas em situação de pobreza e das pessoas que estão fora dessa situação, segundo a linha de pobreza apresentada. Dessa maneira, as pessoas em situação de pobreza têm uma média de satisfação mais baixa do que

3 Utilizou-se o item único que representa a escala Overall Life Satisfaction (OLS). Esse item está relacionado a “Quanto satisfeito você está com toda a sua vida, em geral” com uma escala de resposta de 10 pontos.

aquelas pessoas que estão fora dessa situação⁴. Esses resultados são semelhantes aos de Asadullah e Chaudhury (2012), em uma investigação em Bangladesh, e aos de Cox (2012), em uma pesquisa em Calcutá. Em ambos os estudos, os indivíduos mais pobres têm índices mais baixos de satisfação comparados com as pessoas com melhor situação econômica.

Também, realizam-se análises, identificando os efeitos preditores da exclusão social no bem estar subjetivo. Assim, verifica-se que o fato de uma pessoa se sentir menos valorizada do que outras e perceber que conseguiu menos coisas na vida do que os outros indivíduos tem um impacto negativo no Bem Estar Subjetivo (BES), tanto no grupo em situação de pobreza quanto entre as pessoas que não estão nessa situação⁵. No entanto, detalhando esses impactos negativos, eles são muito mais intensos nas pessoas em situação de pobreza. Além disso, essas relações negativas explicam de forma mais ampla essa relação.

Dessa maneira, entende-se que a pobreza fornece um impacto mais negativo no BES a partir da exclusão social. Também, é importante salientar que as variáveis preditoras negativas estão relacionadas a uma perspectiva de interação e de comparação social. Esses aspectos são constituintes da própria avaliação global sobre a vida (Diener, 2012).

No entanto, conforme já apresentado, essas avaliações tornam-se mais nocivas quando o indivíduo está em uma situação mais intensa de

4 Pessoas em situação de pobreza têm uma média de satisfação de 6,48 (DP = 3,24). Já as pessoas que estão em situação de pobreza têm uma média de 7,53 (DP = 2,56). Essa diferença é considerada significativa a partir da realização de um teste $t(F(553) = 21,62, p < 0,001)$.

5 Foram realizadas duas Análises de Regressão Linear entre grupos com e sem pobreza, tendo como variável dependente item único de satisfação geral com a vida e como variáveis independentes os itens da escala de exclusão social (Excluído da sociedade; Envergonhado; Humilhado; Injustiçado; Menos valorizado do que as outras pessoas; Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas). No grupo com pobreza monetária, foi carregada como preditoras negativa do BES a variável “Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas” ($B = -0,608, p = 0,007$) e “Menos valorizado do que as outras pessoas” ($B = -0,523, p = 0,017$), tendo uma variância explicada de 45,4% ($F(2,126) = 16,09, p < 0,001$). No grupo sem pobreza monetária, foram também carregadas as mesmas duas variáveis independentes “Conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas” ($B = -0,264, p = 0,009$) e “Menos valorizado do que as outras pessoas” ($B = -0,378, p = 0,001$), tendo uma variância explicada de 31,1% ($F(2,424) = 22,55, p < 0,001$).

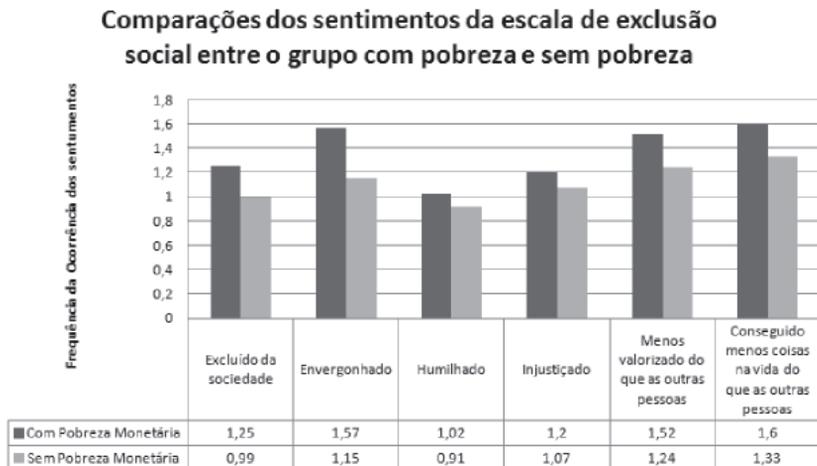
pobreza. Igualmente, essas variáveis relacionadas à percepção de sentir-se menos valorizado e ter conseguido menos coisas na vida estão relacionadas a atitudes de inferioridade. Segundo Moane (2003), as pessoas em situação de pobreza, em suas constantes interações sociais, passam a reconhecer-se como inferiores por conta de sua situação em comparações com outros indivíduos fora do estado de pobreza. Também foram realizadas comparações dos itens da escala de exclusão social com os grupos com pobreza e sem pobreza⁶ a partir da linha administrativa utilizada, mostrada na Figura 1.

É importante salientar que todos os itens da escala de exclusão social, que estão vinculados a aspectos negativos, têm médias mais elevadas para as pessoas em situação de pobreza. No entanto, aqueles que têm diferenças significativas são: ‘excluído da sociedade’, ‘envergonhado’, ‘menos valorizado do que as outras pessoas’ e ‘conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas’. Observa-se que essas variáveis, além de estarem relacionadas a uma realidade concreta de privação, podem também estar vinculadas a um processo de estigmatização da pobreza. Segundo Prilleltensky (2008), a pobreza funciona como uma estratégia opressora de enfraquecimento da capacidade de agência dos indivíduos mais pobres, situando-os em uma posição de marginalidade e inferioridade. É importante salientar que o sentir-se inferior está ligado ao sentimento de vergonha, pois o indivíduo avalia-se como fracassado, realizando um julgamento depreciativo sobre si mesmo (La Taille, 2002). Em uma pesquisa realizada no Reino Unido com pessoas em situação de pobreza, Heim, Hunter e Jones (2011) apontam os processos

6 Foi realizada de Análises de Multivariada de Variância (MANOVA) para verificar as diferenças das frequências dos itens da escala de exclusão social causada pela pobreza entre as pessoas com e sem pobreza monetária. Identifica-se que não há uma diferença significativa na interação entre os itens da escala, $F(6,546) = 1,98$, Wilks' Lambda = 0,979, $p = 0,066$. No entanto, são encontradas diferenças significativas nas comparações das seguintes variáveis: excluída do sociedade ($F(1,553) = 3,67$, $p = ,050$), envergonhado ($F(1,553) = 8,60$, $p = ,003$), Menos valorizado do que as outras pessoas ($F(1,553) = 3,88$, $p = ,049$), conseguido menos coisa do que as outras pessoas ($F(1,553) = 3,68$, $p = ,051$). A variáveis humilhado e injustiçado não tiveram diferenças significativas entre os grupos comparados.

de discriminação relacionados à pobreza como preditores negativos do Bem Estar Subjetivo. Além disso, essas práticas discriminatórias estão relacionadas à pessoa sentir-se menos valorizada do que as outras.

Figura 1: Gráfico comparativo dos itens da escala de exclusão social entre pessoas em situação de pobreza e fora dela.



Fonte: Pelos próprios autores

É importante salientar também que esses resultados dessas “fomes” consideradas psicológicas apontam que há uma situação mais intensa de privação naqueles mais vulneráveis dentro de uma população pesquisada que já vive em condições adversas principalmente relacionadas ao bem estar subjetivo e aos sentimentos de exclusão social. No entanto, também se verifica que alguns mitos podem ser questionados, como os mais pobres entre os vulneráveis serem mais fatalistas e considerados como portadores de uma moral utilitarista. Com os dados encontrados, a agência dos indivíduos mais pobres é mais intensa, podendo estar relacionada a uma responsabilidade sobre si mesmos como agentes de mudança sobre suas vidas e sobre a realidade que os cerca, como no caso do dilema moral vinculado ao festejo comunitário. Nesse último ponto, é imprescindível evidenciar que os mais pobres decidiram participar da

feita, auxiliando com seu trabalho. Eles atuaram assim de forma autônoma e sociável a partir de seu leque de oportunidades.

6 CONCLUSÕES

Políticas de combate à pobreza dizem muito sobre que tipo de sociedade se deseja construir e sobre quais aspectos são socialmente considerados como ofensivos à dignidade humana. Pessoas consideradas oficialmente não pobres, mas em situação de vulnerabilidade, podem sofrer não somente de insegurança alimentar, isto é, daquele tipo de fome mais básica, mas sofrerem de múltiplas ‘fomes’, como vergonha, humilhações e injustiças dentro de um contexto de assimetrias de desigualdade de oportunidades. No entanto, a pesquisa feita em Porto Alegre mostrou também que há uma deficiência das oportunidades a partir de condições objetivas pautadas em questão de gênero e de raça, como também a partir da dimensão subjetiva dos mais pobres entre os vulneráveis.

As pessoas mais pobres sofrem privações materiais e psicológicas múltiplas, e é importante avançar nessa contextualização e conceitualização da pobreza dentro de um programa como o Brasil sem Miséria, atualmente moldado por medidas e políticas de transferência de renda, como também por ações de caráter transversal. Isso de modo nenhum significa uma crítica às transferências *per se*, pois, como vimos, elas são importantes, apesar de insuficientes, para a promoção da segurança alimentar das famílias pobres no Brasil (a julgar pelos resultados obtidos em Porto Alegre). No entanto, é importante também salientar que também há uma série de ações voltadas para a segurança alimentar, que extrapolam a questão da transferência de renda, que necessitam de mais visibilidade e operacionalização em nível local. Assim, deve-se evidenciar o nexo entre as dimensões econômico-psicológicas da pobreza e defender medidas mais inclusivas e abrangentes dessas privações que possibilitem políticas mais diversas e relevantes.

REFERÊNCIAS

- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). *A naturalização da pobreza: Reflexões sobre a formação do pensamento social*. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Alesina, A., & Angeletos, G.M. (2005). Fairness and Redistribution: US versus Europe. *American Economic Review*, 95, 960-980.
- Amiel, Y.E., & Cowell, F.A. (1999). *Thinking about Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asadullah, M.N., & Chaudhury, N. (2012). Subjective well-being and relative poverty in rural Bangladesh. *Journal of Economic Psychology*, 33, 940-950.
- Barros, R., Ferreira, F.H.G., Vega, J.R., & Chaduvi, J.S. (2009). *Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean*. Washington DC: The World Bank.
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2006). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2014b). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm
- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil (2010). Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil (2014a). *Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm
- Campello, T., & Mello, J. (2014). O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: Por um país rico e com oportunidades para todos.

In T. Campello, T. Falcão, & P.V. Costa. *O Brasil sem Miséria*. (pp. 33-66). Brasília: MDS.

Castro, J. (1984). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares.

Cox, K. (2012). Happiness and Unhappiness in the Developing World: Life Satisfaction Among Sex Workers, Dump-Dwellers, Urban Poor and Rural Peasants in Nicaragua. *Journal of the Happiness Studies*, 13, 103–128.

Diener, E. (2012). New Findings and Future Directions for Subjective Well-Being Research. *American Psychologist*, 67(8), 590-597.

Ferreira, F., & Litchfield, J. (2000). Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil. In R. Henriques (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. (pp. 49-80). Brasília: IPEA.

Ferreira, F.H.G. & Gignoux, J. (2011). The Measurement of Inequality of Opportunity: Theory and an Application to Latin America. *Review of Income and Wealth*, 57(4), 622-657.

Fleurbaey, M. (2008). *Fairness, Responsibility and Welfare*. Oxford: Oxford University Press.

Handa, S., & Davis, B. (2006). The experience of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean. *Development Policy Review*, 24(5), 513-536

Heim, D., Hunter, S.C., & Jones, R. (2011). Perceived Discrimination, Identification, Social Capital, and Well-Being: Relationships With Physical Health and Psychological Distress in a U.K. Minority Ethnic Community Sample. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(7), 1145-1164.

Jaime, P.C., Amaral, M.A., & Magalhães Jr., H.M. (2014). *Ações de saúde no Plano Brasil sem Miséria: O acesso à saúde orientado pela superação de iniquidades*. In T. Campello, T. Falcão, & P.V. Costa. *O Brasil sem Miséria*. (pp. 603-634). Brasília: MDS.

La Taille, Y. (2002). *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes

Martín-Baró, I. (1986). Hacia una Psicología de la Liberación. In Martín-Baró, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.

- Moane, B. (2003). Bridging the Personal and the Political: Practices for a Liberation Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2), 91-101.
- Moura Jr, J.F., Cardoso, A.A.V., Rodrigues, D.C., Vasconcelos, R.S., & Ximenes, V.M. (2013). Práxis em Psicologia Comunitária: Festa de São João como atividade comunitária. *Revista Ciência em Extensão*, 9(1), 105-123.
- Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93.
- Narayan, D., & Petesch, P. (2002). *Voices of the Poor: From many lands*. Oxford: Oxford University Press.
- Osório, R., Soares, S., & Souza, P. (2011). *Erradicar a pobreza extrema: Um objetivo ao alcance do Brasil*. Texto para Discussão 1619. Brasília: IPEA.
- Pastore, J., Zylberstajn, H., & Pagotto, C. (1983). *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980*. São Paulo: Editora FIPE e Livraria Pioneira Editora.
- Peliano, A.M. (2010). Lições da História – Avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In A. Aranha. (Org). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: MDS.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-126.
- Raditloang, W.N. (2009). Socialization as a factor in poverty identity formation: A pilot case study of the poor in selected areas of Botswana. (s/l.) *Convergence*, 42(1), 77-93.
- Ramos, X., & Van der Gaer, D. (2012). *Empirical Approaches to Inequality of Opportunity: Principles, Measures and Evidence*. IZA DP, 6672, (pp. 1-41).
- Rego, W., & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP.
- Roemer, J.E. (2012). On Several Approaches to equality of opportunity. *Economics and Philosophy*, 28(02), 165-200.

- Roemer, J. (1993). A pragmatic theory of responsibility for egalitarian planner. *Philosophy and Public Affairs*, 22(2).
- Roemer, J.E. (1998). *Equality of Opportunity*. Cambridge: Harvard University Press, M.A.
- Roso, A., & Guareschi, P. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: Construção de subjetividades narcisistas. *Revista de Ciências Sociais*, 26, 37-54.
- Santos, C.T. (2012). Ações afirmativas no ensino superior: Análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), 770-790.
- Sen, A. (1981). *Poverty and Famines*. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. London: Penguin Books.
- Silva, J.G., Del Grossi, M., & França, C. (2011). *The Fome Zero (Zero Hunger) Program: The Brazilian experience*. Brasília: FAO.
- Vazquez, J.J., & Panadero, S. (2009). Atribuciones causales de la pobreza en los países menos desarrollados. *Perfiles Latinoamericanos*, 34(1), 125-140
- Zappe, J.G., Moura Jr., J.F., Dell'aglio, D.D., & Sarriera, J.C. (2013). Expectativa quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100.
- Zavaleta, D.R. (2007). *The Ability to go About Without Shame: A Proposal for Internationally Comparable Indicators*. Working Paper 3 OPHI. Oxford Poverty & Human Development Initiative – OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>.

POBREZA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AUTONOMIA DE MULHERES NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Jáder Ferreira Leite

Magda Dimenstein

Candida Dantas

João Paulo Sales Macedo

Antonimária Bandeira de Freitas

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar uma discussão a respeito da pobreza em contextos rurais e como esse fenômeno incide sobre os modos de vida de mulheres agricultoras. Inicialmente, situamos algumas políticas que visam a minimizar os impactos da pobreza junto à população do campo para, em seguida, problematizar a sua persistência a despeito de tais políticas, especialmente entre as mulheres. Para tanto, lançamos mão do debate sobre gênero com a finalidade de ampliar nosso olhar para o fato de que as mulheres, ao ocuparem lugares socialmente designados, vivenciam a pobreza a partir dessa designação. Ao fim, discutimos como a inserção das mulheres na luta pela/na terra pode se converter na construção de espaços de autonomia, com chances de reconfiguração dos papéis de gênero.

2 POBREZA E MODOS DE VIDA DE MULHERES NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Embora o Brasil tenha apresentado índices de redução da pobreza no meio rural, tal fenômeno persiste de modo a desafiar o conjunto de políticas sociais adotadas, especialmente na última década, com vistas a minimizar as profundas desigualdades vividas pela população do campo,

em especial as mulheres, já que são em grande medida as destinatárias dessas políticas (Campos, 2013).

Os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que quase metade dos extremamente pobres no país (46%) vivem na zona rural. Considerando que, segundo dados oficiais, apenas 15,6% da população brasileira vive no meio rural, significa que um em cada quatro moradores do campo são extremamente pobres, o que demonstra a centralidade da questão da pobreza na vida dessas populações (MDS, 2014). Aliado a isso, esses contextos também são marcados por condições de trabalho vulneráveis, dificuldades de acesso às políticas públicas e infraestrutura básica deficiente, especialmente se considerarmos as regiões Norte e Nordeste do país.

De todo modo, é inegável que nas últimas décadas as condições de vida da população do campo têm apresentado melhoras significativas, especialmente no que se refere ao acesso a renda e melhoria da infraestrutura básica. Por exemplo, Dedecca, Buainain, Neder e Trovão (2012), a partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), apontam que o percentual de pobres brasileiros no meio rural correspondia, em 1990, a 32% dos pobres da América Latina e, em 2009, esse percentual caiu para 19%.

Três importantes programas podem ser apontados como atuantes na diminuição desses índices: o Programa Bolsa Família (PBF), o Luz para Todos e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PBF foi criado em outubro de 2003 e se tornou o carro-chefe dos dois mandatos do governo Lula e, posteriormente, também de Dilma Rousseff. Articula os três níveis de governo com o objetivo de associar medidas de caráter emergencial – alívio imediato da pobreza – com medidas de médio e longo prazos, permitindo que as famílias tenham acesso às condições mínimas necessárias, na forma de serviços públicos essenciais, para a superação de sua situação de pobreza (MDS, 2006).

O benefício é formado por uma parte fixa, independente da composição familiar, e de uma parte variável condicionada à existência de crianças e/ou adolescentes na família. Para ser beneficiada, é necessário que a família integre o Cadastro Único do governo federal e que cumpra as condicionalidades exigidas pelo programa, como a frequência escolar e acompanhamento da saúde de gestantes, nutrizes e crianças até sete anos. A existência das condicionalidades ampliaria o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, considerado como fundamental para redução da pobreza e superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias.

Embora ainda se verifique um predomínio de beneficiários na zona urbana brasileira, na região Nordeste, a média de beneficiários moradores do campo (31,9%) supera a média nacional de 24,6%. Ademais, iniciativas mais recentes, como o Plano Brasil sem Miséria (de 2011), pretendem incrementar a renda das famílias extremamente pobres, priorizando ações que identifiquem famílias ainda não beneficiadas por programas sociais, moradores de regiões distantes e com pouca acessibilidade, como é o caso da zona rural (Campelo & Neri, 2013).

Outro programa, sob o nome de Luz para Todos, foi reformulado em 2003 e tem a finalidade de instalação de energia elétrica nas zonas rurais brasileiras. Até o ano de 2015, foram beneficiados 15,4 milhões de pessoas (Ministério de Minas e Energia, 2015), número bastante expressivo considerando que nossa população rural é de cerca de 30 milhões de habitantes.

Trata-se de uma importante iniciativa que tem não só garantido o acesso à luz elétrica nas áreas mais distantes do país, mas também promovido o desenvolvimento agrícola com a incorporação de novas tecnologias produtivas e o acesso à educação, especialmente nas escolas noturnas. Segundo Lacerda (2012), a privação de eletricidade acarreta outras privações, como baixa sustentabilidade na agricultura familiar e impedimento de acesso ao conhecimento, de modo que o enfrentamento de tais fatores tem contribuído para a diminuição da pobreza no campo.

O PRONAF, criado em 1996, tem como público-alvo agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com vistas a financiar seus projetos produtivos. Apesar da diversidade das regiões, dos grupos de acesso e dos efeitos socioeconômicos produzidos, o PRONAF, de acordo com Batista e Neder (2015), apresenta a possibilidade de enfrentamento da pobreza por meio de dois pontos centrais: “1) contribui para o aumento do rendimento médio dos pequenos agricultores familiares e 2) tende a reduzir a desigualdade de renda rural, na medida em que é direcionado aos agricultores de menor renda” (p. 147).

Não obstante o relativo sucesso dessas iniciativas, que permitiram a melhoria nos indicadores sociais do país especialmente nas duas últimas décadas, alguns fatores têm sido relacionados à persistência de um contingente de habitantes do meio rural, especialmente as mulheres, em viverem em situação de precariedade ou ausência de um conjunto de bens e serviços, tais como estradas de acesso e de deslocamento da produção, saneamento, equipamentos de educação e saúde, assistência técnica, amplas políticas de crédito e medidas de proteção produtiva.

Podemos destacar um importante fator que guarda significativa marca histórica, social, econômica e política na produção da pobreza rural: o desenho de uma ocupação e exploração do território nacional que alijou grande parcela de trabalhadores e trabalhadoras do campo do acesso à terra ou mesmo sua expulsão em favor de grandes empresas e latifundiários. Tal fenômeno vem bloqueando a possibilidade de efetivação de uma reforma agrária de modo a romper com uma histórica concentração de terra em nossa estrutura fundiária.

Como sugere Martins (1998, p. 664), “a ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos”. Seus desdobramentos são vários. Dentre eles, destacam-se: intenso êxodo rural vivido em nosso país principalmente dos anos 1970 aos 90, promovendo a expulsão de trabalhadores de suas terras cultivadas, seja na

condição de posseiros, arrendatários, moradores, seja na de assalariados rurais; deflagração de conflitos no campo; ampliação de formas de trabalho bastante precarizadas, inclusive com casos rotineiros de trabalhadores em situação análoga à escravidão, tal como tem registrado anualmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2014).

Atualizado sob a forma do agronegócio, esse modelo tem reforçado uma dualidade no meio rural brasileiro já que, por um lado, a produção agropecuária tem convivido com um crescimento sucessivo da produção de grãos e, por outro lado, perdem ou mesmo se acentuam as taxas de concentração de terras, uma vez que se encontram sob a forma de latifúndios monocultores extremamente mecanizados, seguidos da incorporação violenta de territórios indígenas, áreas de pequenos produtores rurais e de reservas ambientais, como também de uso de mão de obra temporária e precarizada (Campos, 2013).

Barros (2014, p. 16) informa que “a produção agropecuária brasileira vem crescendo de forma extraordinária. Em 1975, a colheita de grãos foi de 45 milhões de toneladas, expandiu-se para 58 milhões em 1990 e, finalmente, atingiu 187 milhões em 2013”. Por outro lado, estudos como o de Campos (2013) atestam como a riqueza gerada pelo agronegócio implica inversamente na produção social de uma pobreza em torno, especialmente, das trabalhadoras rurais, uma vez que têm salários bem menores que os homens para realizarem atividades não menos desgastantes, evidenciando-se uma “assimetria de gênero” (p. 1).

Com isso, o gênero se apresenta como uma categoria analítica capaz de problematizar modos de relação e práticas cotidianas que se sustentam em nome das diferenças atribuídas socialmente a homens e mulheres (Scott, 1995). É reconhecendo, portanto, as relações de gênero como articuladas com efeitos de poder que os atravessamentos da organização produtiva, por meio da agricultura familiar e dos contextos de pobreza, terão efeitos diversos na vida de homens e mulheres.

Ao pensar o trabalho rural sob uma ótica de gênero, um conjunto de autoras (Torres & Rodrigues, 2010; Silva & Schneider, 2010; Abramovay & Silva, 2000) destacam que as mulheres desempenham importante função na produção agrícola, mas que tal esforço é mascarado por sua dupla função, produtiva e reprodutiva, sendo muitas de suas tarefas na unidade agrícola confundidas com as domésticas.

Sobre esse aspecto, a literatura é vasta em informar que só muito recentemente as mulheres vêm sendo reconhecidas como trabalhadoras rurais detentoras de direitos, pois a sua inserção nas atividades de produção agrícola em diversos contextos (desde as mulheres colonas do café até as atuais boias-frias, passando pela agricultura familiar) tem sido marcada por uma profunda invisibilidade e/ou tida como ajuda que se confunde com o trabalho da casa, mesmo que desempenhe funções iguais aos homens ou mesmo de maior risco (Cintrão & Siliprandi, 2011; Silva, 2011; Cardona & Cordeiro, 2010; Cruz, 2007; Melo, 2002; Abramovay & Silva, 2000).

Além disso, alguns estudos têm lançado um olhar a partir de uma articulação necessária entre gênero, trabalho, pobreza e etnia, uma vez que essas categorias apresentam uma complexa trama que se expressa a partir de contextos e realidades específicas. Nesses termos, Silva (2013) adverte:

Levar em conta as relações de gênero numa realidade em que o visível é a extrema pobreza, portanto, a condição social de classe, implica, de um lado, ampliar a compreensão do campo da dominação/exploração; e, de outro, valorizar o caráter “multifacético” dos sujeitos. Em outros termos, é compreender o que parece invisível, é construir um olhar sobre a realidade social mediante três óticas: de classe, de gênero e de etnia (p. 166).

Desse modo, fazer emergir as diferenças de gênero leva-nos a reconhecer as especificidades com que as mulheres rurais são atingidas pela pobreza nos diferentes cenários de sua existência. No caso de regiões do

semiárido brasileiro, por exemplo, em que o acesso à água é problemático, do ponto de vista de uma divisão sexual do trabalho, cabe a elas abastecer a casa e coletar água nos rios, cacimbas, poços, açudes etc., tendo de percorrer longas distâncias com latas de água na cabeça (Sena, 2010).

Silva (2013) e Leite (2015) relatam em suas pesquisas que a distinção entre tarefas pesadas e leves na agricultura, e a consequente responsabilidade das primeiras pelos homens e das segundas pelas mulheres, ocorre fundamentalmente no campo das representações ou de um imaginário social, pois, efetivamente, no cotidiano de suas lavouras, quintais e casas, as mulheres assumem o conjunto dessas tarefas indiscriminadamente. Há, para elas, uma inseparabilidade entre tempo para atividades domésticas e atividades da roça. Se para os homens, o trabalho finaliza ao longo de uma jornada na roça, para as mulheres, essa jornada segue com o cuidado da casa, do quintal, dos filhos, do preparo de alimentos etc.

O trabalho, nesse caso, não pode ser analisado sem uma dimensão generificada na medida em que acentua a exploração das mulheres, fazendo com que, via de regra, em algumas atividades sejam remuneradas inferiormente em relação aos homens (Silva, 2013) e predominem em trabalhos não remunerados e de autoconsumo (Melo & Di Sabbato, 2006), ficando mais expostas à pobreza¹.

Outro elemento de destaque que articula a dimensão de gênero à pobreza é que, do total de beneficiários do principal programa de enfrentamento à pobreza hoje no país, o PBF, 93% são mulheres que, além de gerenciarem o recurso na família, também são as responsáveis por garantir o cumprimento das condicionalidades do programa. Esse papel

1 Em seu discurso de abertura, na Conferência *Mulheres e Inclusão Social: De Pequim para o pós-2015*, a administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, destacou que as mulheres, em nível mundial, ainda recebem cerca de 10 a 30% a menos que os homens para realizarem as mesmas funções, apesar de esforços de governos e organismos internacionais para superarem essa disparidade (PNUD, 2015).

de destaque das mulheres nos programas sociais atuais pode produzir deslocamentos nas relações de gênero nos contextos familiares e comunitários, impactar na participação política e operar mudanças nos sentidos produzidos pelo trabalho no meio rural.

Em um estudo realizado com mulheres beneficiárias do Bolsa Família, principalmente moradoras de cidades pequenas ou comunidades rurais, as participantes indicaram que o programa impactou nas suas vidas, produzindo uma maior respeitabilidade social e maior autonomia econômica para adquirirem bens primários para a família, embora não tenha sido capaz de se reverter em mudanças reais nas suas relações familiares, de modo a permitirem, por exemplo, o rompimento de relações conjugais indesejadas (Santos, 2014).

Por outro lado, é importante destacar que a centralidade das mulheres no recebimento dos programas sociais também pode significar uma responsabilidade a mais, além das atividades domésticas e do trabalho rural, já que a titularidade implica também no gerenciamento das condicionalidades, significando a manutenção do lugar social de cuidadora e responsável pela família. Como afirma Santos (2014):

Na prática, é a mulher, na condição de mãe, que executa as orientações dadas pelos programas e serviços para fortalecer os vínculos familiares e cumprir o dever parental de garantir a saúde e a educação das crianças, combatendo a reprodução da pobreza intergeracional (p.483).

Cabe aqui uma problematização das políticas públicas, especialmente no sentido de entendê-las como um paradoxo, tal como sugere Scott (2005), ao tratar do tema da igualdade e diferença entre indivíduos e grupos. A autora alerta para o fato de que lutas ou iniciativas por igualdade de direitos ou respeito às diferenças podem combater e reforçar, paradoxalmente, lógicas de discriminação. Assim, o caráter compensatório de algumas medidas governamentais precisa ser compreendido dentro de uma particularidade histórica, social e política, sob pena de

engessarmos indivíduos e grupos em dadas formações identitárias. Se por um lado, há que se reconhecer a histórica desigualdade no acesso a direitos e considerar demandas próprias de mulheres em contextos rurais, por outro lado, em nome desse reconhecimento e da tentativa de reparar histórica e socialmente essa realidade, programas sociais compensatórios têm, em certa medida, reforçado uma representação culturalmente criada para localizar as mulheres numa estrutura social em relações assimétricas de poder e voltadas para o gerenciamento do âmbito doméstico familiar.

Some-se a isso o fato de que muitas dessas políticas redistributivas e setoriais cumprem função de amenizar efeitos perversos não enfrentados por políticas estruturais, como é o caso da reforma agrária que, como dito anteriormente, não conseguiu promover uma efetiva distribuição de terras no Brasil, em parte pela não incorporação dessa agenda de modo efetivo pelos inúmeros governos, assim como pelo forte interesse do capital rentista que tem bloqueado sistematicamente um modelo de agricultura de base familiar, gerando uma série de impactos na vida da população rural, em especial das mulheres.

Outro elemento que guarda forte relação com os lugares de gênero diz respeito à violência que as mulheres do campo sofrem. Nesse caso, torna-se muito evidente o grau de vulnerabilidade em que se encontram, na medida em que não se verificam redes de apoio social nem políticas efetivas de proteção e prevenção da violência de gênero.

Costa, Dimenstein e Leite (2014), ao investigarem a relação entre condições de vida e saúde mental em mulheres de um assentamento de reforma agrária, identificaram uma importante associação entre a incidência de transtorno mental comum, a pobreza e a violência sexual e doméstica. Em seus relatos, as mulheres encontravam, nas duras condições de vida e nas contínuas formas de exposição à violência praticada, principalmente por seus maridos, uma explicação para suas formas de adoecimento. Também não dispunham de redes de cuidado e suporte para enfrentamento dessas questões.

A violência de gênero também se expressa no meio rural em meio às precárias condições de vida que acabam por penalizar, em grande medida, as mulheres. Barsted (2011) destaca que esse fenômeno tende a se agravar tanto pela cultura sexista ainda muito presente no meio rural, em que se evidencia a autoridade masculina, quanto pela ausência de serviços para atendimento de suas demandas. A autora acrescenta: “as mulheres rurais, tal como os homens, também têm sido alvos das agressões e assassinatos promovidos por fazendeiros e grileiros, especialmente na região Norte do Brasil, no contexto de expropriação de terras, na chamada Amazônia Legal” (Barsted, 2011, p. 350).

Em que pese às adversidades até aqui apontadas como presentes nos modos de vida de mulheres do campo, sua trajetória de luta e os esforços empreendidos por meio de movimentos sociais, entidades sindicais, associações, grupos religiosos etc., têm possibilitado uma série de conquistas políticas, sociais e econômicas. Por meio da participação política, muitas mulheres têm buscado construir espaços de autonomia econômica, social e subjetiva, como tem sido o caso das lutas no âmbito da reforma agrária. É dessas questões que trataremos a seguir.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E LUTA POR AUTONOMIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA

As modalidades de luta empreendida por mulheres trabalhadoras rurais têm se dado em algumas frentes que passam pelo acesso à terra e à água, à documentação civil e trabalhista, exploração de reservas extrativistas, políticas de crédito, assistência técnica e aos direitos trabalhistas.

No que se refere ao processo de luta pela/na terra e seu engajamento em movimentos sociais, muitas mulheres veem suas vidas alteradas a partir das conquistas alcançadas e dos continuados processos de formação política praticados no interior desses movimentos. Seu engajamento não se restringe à etapa de reivindicação da terra, mas também às lutas

que se desdobram quando da implantação dos assentamentos, como a exigência por moradias, infraestrutura de saneamento e de estradas, escolas, postos de saúde, acesso a créditos e assistência técnica. Com a terra conquistada, inaugura-se uma nova modalidade de luta para garantir a permanência de modo sustentável nos assentamentos.

A experiência dos assentamentos rurais enquanto recriação da vida tem sido bastante discutida na literatura, em sua dimensão econômica, social, cultural e política (a esse respeito, ver Scopinho, 2012; Sauer, 2010; Ieno Neto, 2007). Alguns destaques vêm se dando para a temática de gênero nesses novos espaços em que a dinâmica social e cultural se reinscreve com a participação de inúmeros agentes (órgãos públicos, agências financeiras, ONG, movimentos sociais etc.) e com possibilidades para que as relações de gênero possam ser recolocadas. Schwade (2010) chama a atenção para o fato de que tais agentes acabam por introduzir a dimensão de gênero em suas modalidades de intervenção, seja por meio do tema da produção, seja pelo processo de formação política dos assentados, com vistas a construir relações que incorporem processos participativos e igualitários entre homens e mulheres.

No âmbito da formação e participação política, a incorporação do debate feminista por movimentos sociais rurais tem possibilitado um questionamento das formas tradicionais de gênero e uma maior inserção das mulheres nos diferentes níveis de luta. Tem sido o caso, por exemplo, do MST que, ao incorporar as demandas de mulheres em seu conjunto de ações pela reforma agrária, definiu que as trabalhadoras deveriam se fazer presentes em todas as instâncias de luta do movimento, tais como base social, núcleos e setores, coordenações regionais, estaduais e nacionais (Furlin, 2013).

Uma das importantes vias de participação política das mulheres tem se dado pelo exercício da militância política, que pode ser compreendida como o envolvimento de inúmeras pessoas em causas que passam a representar interesses comuns, levando-as a uma disponibilidade de energia e de tempo, gerando uma participação contínua em movimentos e

ações coletivas com vistas a enfrentar ou denunciar as insistentes formas de opressão exercidas na atualidade (Prado & Lara Júnior, 2003).

Frente à participação política das mulheres vinculadas ao MST, Leite e Dimenstein (2012) assinalam que:

Atualmente, é visível uma maior participação de mulheres em atividades de direção e de militância no MST. Não raro, elas são afetadas pelos atravessamentos que entram em cena para disputarem formas antigas e novas de subjetivação feminina, levando-as a experimentações diversas, que tanto as convocam para a esfera tradicionalmente definidora do lugar das mulheres quanto para a possibilidade de configurar novos territórios existenciais, o que arrasta as fronteiras dos demais lugares socialmente desenhados: o lugar do homem e sua histórica dominação, o lugar dos filhos e de quem deles cuida (p. 194).

Costa e Schwade (2012) informam que a militância política tem produzido impacto na vida das mulheres com destaque para a dificuldade de conciliar a vida familiar e conjugal com as atividades do movimento social. Muitas delas passam a se sentir culpadas por ficarem longe de seus lares, filhos e companheiros. Responsabilizam-se pelos desencontros familiares e amorosos, pela ausência e o não cuidado com a casa. Tais questões também foram identificadas por Baltazar (2004), ao destacar que a militância e a vida cotidiana, em muitos momentos, representam desencontros e encontros, principalmente nas relações familiares e relações de amizades.

No entanto, mais do que desenvolver um trabalho de militância, essas mulheres estão também engajadas na esfera do trabalho, por meio das atividades domésticas e da lida no campo. Apesar de toda a carga de ocupações, fazem-se presentes nas frentes de luta. Desse modo, têm se revelado na história de muitos assentamentos como participantes da proposição de atividades produtivas (Ferrante, Duval, Bergamasco & Bolfe, 2013), bem como na integração de estratégias familiares de geração de renda, a exemplo da pluriatividade (Leite, 2015).

Assim, o trabalho vem se configurando como um importante tema de reivindicação, fazendo com que passem a se constituir importantes agentes na luta contra a invisibilidade de suas atividades e a naturalização de seus papéis na esfera doméstica. Mais ainda, o acesso à terra tem possibilitado às mulheres assumirem unidades produtivas em assentamentos rurais.

Os efeitos dessa participação têm viabilizado uma maior presença das mulheres trabalhadoras rurais como titulares de lotes em assentamentos de reforma agrária. Foi a partir do ano de 2003 que o INCRA incorporou a titularidade obrigatória para o casal, garantindo, assim, que as mulheres pudessem ter acesso mais direto às políticas de implantação e de créditos no âmbito da reforma agrária, bem como direitos assegurados em relação à terra mediante separação ou morte do cônjuge. Antes disso, ao centralizar a titularidade na figura masculina, muitas mulheres foram prejudicadas e perderam lotes por serem expulsas da terra pelos antigos maridos em casos de separação (Leite, 2015).

No bojo dessa conquista, acrescenta-se o acesso ao crédito, uma vez que a titularidade da terra abre caminhos para as mulheres apresentarem projetos produtivos às agências de financiamento da agricultura familiar. Cintrão e Siliprandi (2011) informam que o crédito, de um ponto de vista histórico, tem sido compreendido por grande parte das mulheres rurais como destinado exclusivamente aos homens. Foi o aumento dos movimentos de mulheres do campo que passou a alterar essa concepção e direcionar seus esforços na conquista de autonomia econômica das trabalhadoras rurais por meio do seu acesso, de modo a haver, na atualidade, linhas específicas de financiamentos para trabalhadoras rurais, como o PRONAF Mulher, criado no ano de 2005.

Como resultado de sua entrada nos assentamentos rurais na condição de titular do lote, essas mulheres vislumbram a capacidade de decidirem sobre seu processo produtivo em companhia da família. Sua situação anterior, seja trabalhando como moradora de outra propriedade, trabalho alugado ou por contrato de arrendamento da terra, impe-

liam-nas às condições de subalternidade, precariedade e exploração de sua mão de obra. O trabalho na terra conquistada implica rendimentos não só porque de algum modo se livram das condições acima descritas, mas também permite a realização de projetos pessoais, gerenciamento do tempo dedicado ao trabalho, decisão sobre o que plantar, acesso a linhas de crédito, contato e negociação com instituições e entidades fora do assentamento (Leite, 2015).

Em função desse conjunto de conquistas e das políticas gestadas para responder às questões de gênero que permeiam a vida das trabalhadoras rurais, tem-se abordado o tema da autonomia que, por sua vez, vem geralmente permeado pelo viés econômico (Cintrão & Siliprandi, 2011; MDA, 2006), destacando a possibilidade de desenvolverem atividades produtivas em seus lotes e participarem ativamente da geração de renda na unidade familiar.

No entanto, vale ressaltar que o debate sobre gênero busca ampliar tais questões, na medida em que as bases de sustentação das desigualdades entre homens e mulheres e da dominância dos homens no processo produtivo no meio rural se sustenta não exclusivamente em uma matriz econômica, mas em grande medida nas referências ou modelos construídos no âmbito da cultura que definem hierarquias de gênero e, conseqüentemente, práticas e atributos socialmente válidos que distinguem homens e mulheres, permeados por relações de poder (Scott, 2005).

Sob esse prisma, é importante considerar a autonomia de gênero a partir de conquistas nas dimensões material e social, no sentido de que as mulheres apresentam ganhos de autonomia na medida em que passam a ter acesso ou controle sobre essas dimensões no âmbito familiar, comunitário e social (Sabarwal, Santhya & Jejeebhoy, 2014; Jejeebhoy, 2000). No âmbito familiar, podemos destacar a importância do acesso à terra e à moradia, a uma renda digna que possibilite a reprodução social do grupo doméstico e, também, a formas participativas de tomadas de decisões por parte das mulheres. Do ponto de vista comunitário e social, é imprescindível o reconhecimento de seus direitos, garantias so-

ciais e de participação nas instâncias de tomada de decisões (associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociais etc.). Mais ainda, nesse movimento se faz indispensável identificar e valorizar os modos de vida e aspectos subjetivos que engendram formas singulares de implicação ético-política.

Assim, o processo de construção de autonomia junto às mulheres necessita incorporar essas questões e o espaço dos assentamentos pode ser tomado como catalisador para tal porque força campos de negociação e de intercâmbio com agências externas, lançando seus moradores, em particular as mulheres, para um diálogo com instâncias da esfera pública. Como assinala Schwade (2010):

No contexto específico dos assentamentos, as práticas e representações em torno do masculino e feminino são reproduzidas, negociadas, transformadas e apropriadas, tendo em vista as situações de troca e contatos que a condição de assentados implica. A perspectiva é considerar o processo, situando referências identitárias que estão em fluxos, trânsitos, desde que ultrapassem as fronteiras dos assentamentos, e são retroalimentadas constantemente por interpelações para além dos limites do local (p. 326).

Com isso, é notório como o processo de formação e participação política levado a cabo por movimentos sociais e entidades sindicais tem contribuído para a construção de autonomia e mobilidade dessas referências identitárias sob o signo da igualdade de gênero, permitindo às mulheres, em certa medida, avançarem em suas reivindicações, ocuparem a cena pública, pressionarem e exigirem a implantação e efetivação de políticas públicas em seu favor.

4 DESAFIOS ATUAIS PARA O ESTUDO DA POBREZA, RELAÇÕES DE GÊNERO E AUTONOMIA

Buscamos, no presente texto, situar alguns aspectos que marcam a vida de mulheres em situação de pobreza no meio rural brasileiro. Destacamos que, a despeito de todos os investimentos para minimizar as

desigualdades nesse contexto, persiste um considerável contingente de pessoas que enfrentam duras condições de vida, notadamente mulheres trabalhadoras rurais.

A marca do latifúndio e do modelo de desenvolvimento adotados no campo brasileiro respondem, em grande medida, pelos trágicos efeitos que se produziram na vida de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais, que foram preteridos de uma agenda de fortalecimento da agricultura de base familiar, tornando a terra de trabalho e de moradia cada vez mais uma utopia a ser alcançada pelas lutas dos movimentos sociais. Para as mulheres, acumulam-se a esses efeitos bases socioculturais de opressão e invisibilidade em função dos papéis de gênero historicamente construídos.

No âmbito governamental, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no ano de 2003, tem possibilitado uma atuação no sentido de promover a igualdade de gênero por meio de políticas e programas com caráter interministerial que, no caso das mulheres do campo, tem construído formas de pactuação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas a superar os abismos e as desigualdades de gênero nos contextos rurais, marcadas pela invisibilidade do trabalho, precariedade do acesso à terra, créditos e assistência técnica, bem como a violência doméstica.

Essas conquistas têm sido mediadas pelas inúmeras formas de participação política das mulheres do meio rural que buscam, desse modo, reescrever sua história. Seu engajamento na luta pela/na terra e as múltiplas experiências nos assentamentos rurais têm vislumbrando, em meio a permanências e rupturas, o desenho de uma autonomia que pode lançar perspectivas para outro lugar de gênero.

Cumprе destacar a necessidade de se desenvolverem investigações e avaliações voltadas para a detecção dos efeitos de programas sociais no incremento do grau de autonomia para as mulheres rurais, bem como na ampliação da compreensão do fenômeno da pobreza que, mesmo numa

perspectiva multidimensional, não contempla as singularidades, a historicidade e os pertencimentos (socioculturais e territoriais) que agenciam modos particulares de habitar esse fenômeno.

Para tanto, a adoção de metodologias participativas permite incorporar as formulações próprias desse coletivo para a construção de indicadores e ferramentas de análise que contemplem elementos diversificados, contextualizados e processuais, tal como se entende a questão da autonomia. Ou seja, avaliar autonomia implica em reconhecer diferentes dimensões, indo desde as condições de vida, cotidiano doméstico e comunitário, relações conjugais e familiares, trabalho e renda, até aspectos dos modos de vida e posicionamento subjetivo.

Por fim, aproximar o tema da autonomia às questões de gênero implica, desse modo, em dar relevo a processos de subjetivação, no sentido das rupturas microfísicas que podem estar operando a desconstrução das hierarquias de gênero mediante as conquistas e o protagonismo das mulheres rurais em torno de suas vidas. Mediante tal esforço, vão se tornando visíveis, lá mesmo onde pareciam ‘não existir’.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. & Silva, R. (2000). As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 347-366). São Paulo: Ed. 34.
- Balsadi, O.V. (2001). Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em perspectiva*, 15(1), 151-165.
- Baltazar, B. (2004). Os Encontros e Desencontros da Militância e da Vida Cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 183-190.
- Barros, J.R.M. (2014). Prolegômenos: o passado no presente: a visão do economista. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira & Z. Navarro (Orgs.), *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 16-22). Brasília: EMBRAPA.

- Barsted, L.L. (2011). O progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In L. L. Barsted & J. Pitanguy (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010* (pp. 346-382). Rio de Janeiro: CEPIA. Brasília: ONU Mulheres.
- Batista, H.R. & Neder, H.D. (2015). Efeitos do Pronaf Sobre a Pobreza Rural no Brasil (2001-2009). *RESP*, 52(1), 147-166.
- Campelo, M. & Neri, M.C. (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.
- Campos, C.S.S. (2013). A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. *Investigación y Políticas. Programa CLAC-SO-CROP de Estudios sobre Pobreza / Serie documentos breves*, pp. 1-2.
- Cardona, M.C.G. & Cordeiro, R.M. (2010). A previdência rural e a constituição de modos de ser mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In S. S. Jobim & M. Moraes (Orgs.), *Tecnologias e modos de ser no contemporâneo* (pp. 157-184). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio e 7 Letras.
- Cintrão, R.P. & Siliprandi, E. (2011). O progresso das mulheres rurais. In: L. L. Barsted & J. Pitanguy (Orgs.), *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010* (pp. 186-229). Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres.
- Costa, M.G.S.G.; Dimenstein, M. & Leite, J.F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia*, 19 (2), 89-156.
- Costa, M da G.S.G. & Schwade, E. (2012). Discursos e feminismos em movimentos entre a marcha mundial de mulheres e o MST. *Sociais e Humanas*, 25 (2), 221-230.
- CPT (2014). *Conflitos no Campo – Brasil 2014*. Goiânia: CPT Nacional.
- Cruz, L.A. (2007). O rural e as relações sociais de gênero nas unidades de produção da agricultura familiar. In *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, de 29 de maio a 1o de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).
- Dedecca, C.; Buainain, A.; Neder, H. & Trovão, C. (2012). Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública. In C. Miranda & B. Tiburcio (Orgs.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas* (pp. 17 – 54). Brasília: IICA.

Ferrante, V.L.S.B, Duval, H.C, Bergamasco, S.M.P.P, & Bolfe, A.P.F. (2013). Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In D. P. Neves & L. S. Medeiros (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 195-216). Niterói: Alternativa.

Ieno Neto, G. (2007). A reforma agrária como alternativa à violência. In M. Grandesso & M. R. Barreto (Orgs.). *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (pp. 47-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.

INCRA (2008). *Assessoria técnica, social e ambiental: manual operacional*. Brasília: MDA.

Furlin, N. (2013). A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In D. P. Neves & L. S. Medeiros (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 257-282). Niterói: Alternativa.

Jejeebhoy, S.J. (2000). Women's autonomy in rural India: Its dimensions, determinants, and the influence of context. In H. B. Presser & G. Sen (Orgs.), *Women's empowerment and demographic processes: Moving beyond Cairo* (pp. 204-238). Oxford, UK: Clarendon Press.

Lacerda, F.C. (2012). Significados da pobreza na sociedade contemporânea. In A. M. Buainain et al. (Orgs.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas* (pp. 206-239). Brasília: IICA.

Leite, J.F. (2015). *Articulando gênero e subjetividade a partir das dimensões família, trabalho e participação política: um estudo com mulheres de assentamentos rurais dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas*. Relatório de pesquisa – Edital Ciências Humanas 2012/CNPQ.

Leite, J.F. & Dimenstein, M. (2012). Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. BAGOAS: *Estudos gays e de gênero*, 8, 187-203.

Martins, J.S. (1998). A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In F. Novais & L. M. Schawarcz (Orgs.). *História da vida privada no Brasil 4: Contrastes da intimidade contemporânea* (pp. 660-726). São Paulo: Companhia das Letras.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (Org.). (2006). *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS.

Melo, L.A. (2002). Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, de 4 a 8 de novembro de 2002.

Melo, H.P. & Di Sabbato, A. (2006). Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In MDA (Org.). *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul* (pp. 47-88). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Ministério de Minas e Energia (2015). *Programa Luz para Todos*. Recuperado de https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp.

PNUD (2015). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Recuperado de <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4065>.

Prado, M.A.M e Lara Júnior, N.(2003). A mística e a construção da identidade política entre os participantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil: um enfoque psicossociológico. *Revista eletrônica de psicologia política*. Ano 1, 4, 1-30.

Sabarwal, S.; Santhya, K.G. & Jejeebhoy, S.J. (2014). Women's Autonomy and Experience of Physical Violence Within Marriage. In *Rural India: Evidence From a Prospective Study*. In *Journal of Interpersonal Violence*, 29, 2, 332-347.

Santos, Y.G. (2014). As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. *Caderno CRH*. 27(72), pp. 479-494.

Sauer, S. (2010). Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular.

Schwade, E. (2010). Novos contextos: gênero e juventude em assentamentos rurais. In E. Schwade & C. G. O. Valle (Orgs.). *Processos sociais, cultura e identidades* (pp. 323-358). São Paulo: Annablume.

Scopinho, R.A. (2012). *Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume. Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.

Sena, F.M.R. (2010). Convivência com o semiárido: o desafio de construir relações igualitárias. In M. V. Guedes & R. Arantes (Orgs.). *Mulheres no semiárido: um olhar feminista* (pp. 69-98). Recife: SOS Corpo.

Silva, C.B.C. & Schneider, S. (2010). Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In P. Scott, R. M. Cordeiro & M. Menezes (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 183-208). Florianópolis: Ed. Mulheres.

Silva, M.A.M. (2013). Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In D. P. Neves & L. S. Medeiros (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 163-183). Niterói: Alternativa.

Silva, M.A.M. (2011). De colona a boia-fria. In M. D. Priore & C. B. Pinsky (Orgs.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 554-577). São Paulo: Contexto.

Torres, I.C. & Rodrigues, L.M. (2010). O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In P. Scott, R. M. Cordeiro & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 233-252). Florianópolis: Ed. Mulheres.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA

*Aline Accorssi
Helena Scarparo*

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos aberto pela Teoria das Representações Sociais (TRS) parece fecundo para o debate a ser desenvolvido nesse capítulo. Importa aqui compreender alguns dos impactos psicossociais que a situação de pobreza imprime em quem a vivencia. Procuramos analisar um espaço que não se centraliza na sociedade, nem no sujeito, mas no que os une e que é nomeado como representação: o simbólico.

Através das representações nos comunicamos, entendemo-nos, identificamo-nos ou estranhamos o diferente e, mais, através delas atribuímos sentidos ao mundo e a nós mesmos. Contudo, a capacidade de representar não pode prescindir da presença do outro. É através das relações estabelecidas ao longo de nossa vida que aprendemos sobre o mundo, que nomeamos sensações, que dominamos uma língua, “produto e instrumento da fala” (Barthes, 2006, p. 19) e, como decorrência, a comunicação. Nos espaços dessas relações, então, comunicamo-nos e temos a possibilidade de transformar os modos de pensar, sentir, ser e viver.

Desde criança, a relação com o outro é a fonte para a atividade construtiva do mundo simbólico, na qual o eu e o outro surgem como objetos constituídos (Duveen, 1998). Por isso é que se diz que toda representação é social, pois todo social é, em sua base, relação (Guareschi, 2010). Além disso, não há representação sem a presença de um objeto¹

¹ Para um aprofundamento sobre a ontogênese da representação, sugerimos consultar a obra *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*, de Ivana Marková.

a ser representado - uma pessoa, uma coisa, um evento imaginário ou real (Jodelet, 2007).

As representações sociais (RS), quando direcionadas a algum fenômeno ou objeto, tornam-se tematizações ou regularidades do discurso público. Elas criam o mundo, criam-nos, e, recursivamente, nós as criamos. Podemos afirmar, então, que as RS são saberes socialmente elaborados e partilhados com objetivos práticos; elas contribuem para a construção de realidades comuns a um grupo social (Jodelet, 2007).

As pesquisas sobre RS normalmente procuram compreender os movimentos dos saberes ou conhecimentos na vida social; isto é, estão interessadas em investigar como pessoas, grupos e comunidades constroem conhecimentos; como estes conhecimentos se relacionam às identidades; e como expressam códigos e práticas culturais que definem os seus estilos de vida (Jovchelovitch, 2008). Isso porque, segundo Moscovici (2003, p. 42), “quanto menos pensamos nelas [nas representações], quanto menos conscientes somos delas, maior se torna sua influência”.

O foco deste trabalho, portanto, é conhecer alguns dos impactos psicossociais que a condição de pobreza, uma categoria social que transcende os limites do financeiro, imprime nas pessoas que a vivenciam, a partir da representação social² da pobreza. Importante destacar que não pretendemos definir indicadores que avaliem quem são os pobres, nem mesmo, propor conceitos em torno da temática. Aliás, o do termo pobreza é um conceito polissêmico e complexo que requer cuidado ao utilizá-lo (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012). Há abordagens que privilegiam o viés econômico para localizar os chamados pobres; outras que os definem em função do contexto social em que vivem, ou seja, a partir do padrão de vida e da maneira como as necessidades são suprimidas em certa realidade socioeconômica (Rocha, 2008); há, também, quem compreenda a pobreza como a privação de capacidades básicas in-

² Adotamos a abordagem processual da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida a partir de Moscovici (2003) e Jodelet (2007), entre outros autores.

trinsecamente importantes para o ser humano (Sen, 2000); entre outras. Independente do conceito adotado, o importante é que, ao definir quem são os pobres, ele passa a constituir a identidade individual e social (Salama & Destremau, 1999) daqueles que assim são nomeados. A pobreza (e os reconhecidos socialmente como pobres) têm ocupado diferentes lugares, conforme, basicamente, o conjunto de interesses e forças existentes no momento histórico que a constituem (Paugam, 2003; Castel, 2001).

Considerando tais ideias, seguimos as pistas de Simmel (2009), quando diz que a assistência que uma pessoa recebe de modo público de uma coletividade é que determina o *status* pobre. Ser beneficiado ou beneficiário é uma marca identitária de sua condição, ou seja, é o critério de seu pertencimento social a um estrato específico da população. Um estrato desvalorizado, já que é definido a partir da dependência de um pelo outro. Trata-se, assim, de viver uma relação desigual, de ocupar um lugar de complementariedade pela desinstituição do outro. Nossa reflexão, portanto, parte do ponto de que definições, classificações e conceitos são criados, adotados por uma coletividade e produzem efeitos na subjetividade das pessoas que são por eles impactados.

Estudos sobre a TRS e pobreza já foram realizados anteriormente. Contudo, poucos procuraram desvendar as representações sociais da pobreza vista a partir daqueles que se situam nesse grupo social. Essa perspectiva foi adotada parcialmente por Góis e Daniel (2008) e Leite (2008). Há outros, ainda, que procuraram inter cruzar RS e pobreza, contudo, deram voz a outros atores sociais e institucionais. É o caso dos estudos de Baptista, Perista e Reis (1995), Silva e Souza (2010) e Carvalho (2010). De um modo geral, as pesquisas consultadas evidenciam a construção social e histórica do fenômeno da pobreza, bem como a necessidade de conhecer e discutir mais ampla e profundamente esse tema de modo a abrir espaços de ações políticas com práticas voltadas para uma plena cidadania.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo³ configura-se por ser uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-descritivo. Participaram 26 mulheres ligadas aos programas ou atividades que compõem ações de combate à pobreza provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil. A parte empírica está caracterizada em dois momentos, sendo o primeiro com o uso de entrevistas narrativas e o segundo com o uso de círculos epistemológicos. Vejamos:

Na primeira etapa da coleta de dados realizamos 14 entrevistas abertas, do tipo narrativa (Jovchelovitch & Bauer, 2002), com mulheres em situação de pobreza socioeconômica, que têm esse *status* reconhecido pelas políticas estatais, via inserção em programas de combate à pobreza. Dessas, onze eram vinculadas a Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e três integravam atividades ligadas ao cooperativismo⁴ em comunidades periféricas, todas residentes em Porto Alegre/RS. Optamos pelo uso de entrevistas narrativas, pois, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 91), “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”. As narrativas estão presentes no cotidiano das pessoas e das comunidades independentemente da educação e da competência linguística dos grupos. As pessoas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida e, ao fazê-lo, expressam suas crenças, seu mundo. Normalmente, utiliza-se este instrumento para reconstrução de fatos, histórias vividas. Nossa intenção foi atingir um maior nível de profundidade no relato da experiência investigada através da fala livre.

3 Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com registro número 09/04494.

4 A escolha por diversificar as entrevistas, em relação a sua origem, foi tomada buscando analisar questões relacionadas à identidade social do sujeito “assistido”, uma vez que ela [a identidade social] sofre influências ao longo do processo (e tipo) de assistência às suas dificuldades (Paugam, 2003).

Assim, nossas entrevistas foram planejadas em dois momentos. Primeiro, um convite à fala, com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Através desse documento, que continha o objetivo da pesquisa, a narrativa da entrevistada tinha início. Segundo, quando a entrevistada parava de falar, lançávamos questões que poderiam dar continuidade à narração. As questões versaram sobre os seguintes tópicos: relação com a política social (via CRAS ou cooperativas); principais problemas enfrentados no cotidiano presente e passado e relacionadas com a temática da pobreza; percepção da situação de pobreza e do que as políticas intitulam ‘pobres’; expectativas em relação ao futuro. Inicialmente, não estava prevista a realização de entrevistas apenas com mulheres. Contudo, essa condição se impôs, na medida em que esse era o público que procurava e participava dos programas de combate à pobreza citados.

Abaixo apresentamos uma tabela com alguns dados das entrevistadas.

Entrevistadas	C.	E.	I.	V.	S.	R.	T.	B.	L.	D.	A.	M.	N.	J.
Idade	26	24	36	41	35	27	38	50	52	60	57	54	25	62
Número de crianças e/ou adolescentes pelos quais são responsáveis	5	4	8	7	7	3	2	7	3	4	11	7	3	3
Situação conjugal														
(C: casada; S: separada; V: viúva)	S	C	S	C	V	C	S	V	S	V	V	S	C	V

Fonte: Dados da pesquisa

As informações provenientes das entrevistas foram transcritas⁵ e categorizadas tematicamente, pela frequência e relevância do conteúdo. Seguindo as recomendações de Jovchelovitch e Bauer (2002), procedemos com uma redução gradual do texto até chegarmos às catego-

5 O material utilizado para análise dos significados, ao longo do artigo, respeita o estilo e a linguagem coloquial das entrevistadas, ou seja, as transcrições revelam com fidelidade *o que foi e como foi dito*.

rias. Utilizou-se, para tanto, a generalização e condensação de sentido, primeiro de passagens inteiras e, depois, de sentenças. Esse processo deu origem, concretamente, a dois documentos: uma categorização temática, com a fala das participantes e uma tabela representacional que possibilitou um panorama geral das informações. De posse disso, passamos à interpretação das entrevistas, associando a fala e o sentido de nossas informantes à nossa perspectiva teórica⁶.

Essas informações e sistematizações contribuíram para, em um segundo momento, a realização de um grupo de discussão, conhecido como círculo epistemológico (Romão, 2006)⁷. Participaram dessa etapa outras 12 mulheres vinculadas a um Centro de Referência de Assistência Social do mesmo município. As temáticas abordadas que fomentaram a discussão foram as mesmas acima citadas nas entrevistas.

O círculo epistemológico deve ser compreendido como um espaço democrático e interpretativo, instituído por um tipo de pesquisa que desafia as formas tradicionais de produção de conhecimento (Accorssi, 2011). O pesquisador é provocado a romper com representações naturalizadas de que somente ele teria um conhecimento capaz de compreen-

6 Importante destacar que, conforme Jovchelovitch & Bauer (2002, p. 107), esse processo de redução “pode levar à análise quantitativa no sentido da análise de conteúdo clássica”. Contudo, por uma questão de afiliação teórica, optamos por não quantificar os sentidos, mas sim dar visibilidade a todos aqueles elementos que, a nosso ver, possam contribuir para pensar e estruturar um entendimento sobre a RS da pobreza, bem com as implicações disso no mundo social.

7 Pesquisadores brasileiros (Romão et al., 2006) atentos à perspectiva de reinvenção da obra freiriana propuseram a adoção dos *Círculos de Cultura* como um instrumento metodológico para a prática de pesquisa qualitativa, o que gerou a mudança do nome de origem para *Círculos Epistemológicos*. Isso se deu em decorrência de dois aspectos: por um lado, marca a diferenciação necessária dessa prática voltada à pesquisa daquela voltada à intervenção no processo de alfabetização e de educação de adultos; por outro, amplia a concepção dos chamados *sujeitos de pesquisa*, que, nessa proposta, engloba tanto os pesquisadores quanto os *pesquisandos*. Tal afirmativa ganha sustentação nas reflexões e questionamentos de Paulo Freire (1987, p. 31), quando ele diz: “só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”, pois “quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? ”. Neste sentido, os oprimidos têm uma vantagem gnosiológica, não por uma suposta superioridade epistemológica ou ontológica, mas por sua posição no processo sócio histórico. “Somente aos oprimidos e às oprimidas interessa a reflexão sobre as relações de opressão, bem como somente a eles e a elas interessa a transformação dessas relações” (Romão, 2008, p. 84).

der a realidade analisada. Baseamo-nos, para isso, na premissa freiriana de que não há um que sabe mais do que outro, há sim, saberes diferentes, produzidos em contextos também diferentes (Guareschi, 1992). Uma vez que os participantes atuam ativamente no processo interpretativo – são, ao mesmo tempo, autores de sua história e da materialização das interpretações, das análises (Romão, 2006).

As informações decorrentes do grupo também passaram pelo processo de categorização temática e construção da tabela representacional, já explicitados acima. Em linhas gerais, tanto as entrevistas, quanto o círculo epistemológico procuraram estabelecer encontros dialógicos sobre a problemática da pobreza, uma vez que buscamos conhecer e reconhecer a perspectiva do outro como legítima. Passemos agora ao debate dos dados produzidos ao longo de todo o processo acima descrito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para delinear os impactos psicossociais que a condição de pobreza imprime àqueles que a vivenciam, organizamos as informações em duas dimensões procurando dar visibilidade ao processo representacional. A primeira aborda a vivência na pobreza, ou seja, trata da questão da materialidade do cotidiano vivenciado pelas mulheres entrevistadas, da categoria trabalho e sua centralidade para a construção de si, dos estigmas e das situações de exclusão que se deparam e, por fim, das marcas subjetivas provenientes do sentimento de desconfiança dos outros em relação a elas. Finalizamos a primeira parte da análise dos dados ressaltando que, nessa dimensão da representação social da pobreza, os aspectos socioeconômicos, caracterizados pela falta, se sobressaem. A pobreza aqui é compreendida como o resultado de um conjunto de fatores externos e internos ao sujeito.

Já a segunda dimensão descreve as visões sobre a pobreza, isto é, a percepção das entrevistadas sobre a vida daqueles que são reconhecidos socialmente como pobres. Assim, trata das expectativas sociais que compõem a figura do bom e mau pobre na sociedade e na família. As

tradições e a moral são elementos centrais desse campo representacional e influenciam a concepção de que a pobreza decorre, exclusivamente, do resultado das ações do próprio sujeito naquela situação. Também nessa dimensão aparece o excesso e a riqueza como elementos constituintes da representação. Abaixo apresentamos um quadro síntese dos temas abordados na análise dos dados.

A dimensão socioeconômica da RS da pobreza	A dimensão moral da RS da pobreza
a) <i>'Se compro o tênis, tem que apertar a barriga'</i> : materialidades da pobreza	a) <i>'Sou pobre, mas limpinho e honesto'</i> : expectativas sociais
b) <i>'O dinheiro que vem suado é melhor'</i> : significados do trabalho	b) <i>'Sou feliz na pobreza'</i> : modos de lidar com o cotidiano
c) <i>'Xeripás'</i> : vidas sob o signo do esquecimento e do abandono	c) <i>'A pobreza tá dentro da alma da gente'</i> : processos de culpabilização do sujeito
d) <i>'Eles não acreditam em nós'</i> : marcas da desconfiança	

Fonte: Dados da pesquisa

3.1 A dimensão socioeconômica da RS da pobreza

a) 'Se compro o tênis, tem que apertar a barriga': materialidades da pobreza

A insegurança alimentar diminuiu entre 2009 e 2013, mas ainda atinge 22,6% dos domicílios brasileiros (IPEA, 2013). Desses, 3,2% da população vive circunstâncias consideradas graves, ou seja, circunstâncias em que há privação de alimentos e fome entre adultos e crianças. Tal problema se agrava ainda mais na medida em que essas pessoas, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2013, são menos atendidas por serviços públicos. Apenas como exemplo, a proporção de

domicílios em insegurança alimentar grave atendidos pela rede coletora de esgoto sanitário era de 34,4%, enquanto que os com segurança alimentar era de 63,2%. Já em relação a outros serviços, os domicílios com segurança alimentar, 92,0% tinham lixo coletado diretamente, 87,2% contavam com a rede geral de abastecimento de água e 98,8% tinham banheiro. E, novamente, quando comparados aos que estão em insegurança alimentar grave, os percentuais foram 75,2%; 73,6% e 87,5%, respectivamente (IPEA, 2013).

E é justamente nesse cenário que as nossas participantes se encontram. Se observarmos, das 14 entrevistadas, quatro são casadas e quase todas elas têm um número expressivo de crianças (filhos, netos, sobrinhos e outros) pelas quais são responsáveis. A fome e a urgência do cotidiano são facetas dessa realidade, como se pode perceber a partir do seguinte relato: “é sempre a mesma coisa, tu pensando de noite no que tu vai dá prá comer, pensando o que vai fazer no outro dia.” (L.). Estabelecem-se, assim, diferentes sistemas de referência que marcam os modos de interpretar e gerir a vida cotidiana. Falar da pobreza, dos sentidos que lhe são atribuídos por quem nela vive, é também falar de realidades concretas, que impõem modos de vida e formas de aceitar e lidar com a situação do dia a dia.

Conhecemos, há mais de uma década, um conjunto de estratégias impulsionadas pelo governo federal brasileiro para assegurar o direito humano à renda e à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso a elas. Contudo, as marcas da privação orientam condutas e práticas sociais que podem transcender a possibilidade de acesso às políticas e favorecer a produção/manutenção de outras estratégias de sobrevivência: “Às vezes, eu saía com as crianças. Não tinha nada pra comer em casa, não sabia o que dá pra eles. Aí eu pegava e juntava garrafa com os pequenos [...] Pegava o dinheiro e comprava o que faltava; no outro dia, ia de novo.” [...] “se compro o tênis, tem que apertar a barriga, não tem jeito.” (B.).

Nesse sentido, não podemos perder de vista que as representações são fenômenos sociais e precisam ser analisadas a partir dos seus contextos de produção (Godelier, 1984) e perpetuação. Contexto deve ser aqui compreendido como o sistema econômico e social⁸ que imprime um modo particular de lidar (e produzir) com a pobreza e com os chamados pobres.

Há um conjunto de fatores que leva à pobreza e à fome, aliás, conforme as entrevistadas, ela “[...] é um ciclo. Tem muitas mães obrigadas a tá na rua; e tu é obrigada a deixar os filhos. E a maioria das mães nem sabe o que os filho tá fazendo [...]. Às vezes, eu tinha faxina, tava trabalhando no *shopping* e tive que saí, abandoná; porque a meia noite, uma hora que eu tava chegando, os meus filhos tavam na rua; não tinha um adulto pra atendê, não tinha quem desse comida; eles são pequenos. Às vezes um grande dá uma droga ou coisa pra fumar, eles pegam porque não tem um adulto ali responsável. A maioria das mães tem que trabalhá, se não, como é que vão comer? Não ficá esperando uma vida inteira pelo governo, uma bolsa. Tá certo que a bolsa ajuda, mas se eu não arrumar um emprego, não vai supri roupa, calçado, leite” (Grupo). Não se pode negar que a concretude da falta, seja de comida ou de serviços públicos, gera também impactos subjetivos, identitários, naqueles que a vivenciam.

Falar, portanto, da materialidade da pobreza no Brasil, é falar de situações que contextualizam o surgimento e a perpetuação do fenômeno, bem como das representações sociais acerca dessa situação. Na medida em que as representações sociais se efetivam por associação a valores e práticas sociais vigentes, é necessária a articulação do fenômeno da pobreza à condição feminina. A feminização da pobreza, pautada na desigualdade de gênero, compõe também a complexa e dinâmica rede de relações que se estabelece no cotidiano das entrevistadas. Esse conceito

8 Para um aprofundamento nesse ponto, sugerimos consultar o capítulo “Pobreza e Capitalismo” de Eduardo Navarro Stotz, do livro “Para compreender a pobreza no Brasil”.

polissêmico, a nosso ver, é potente para a análise social, pois, conforme aponta Aguilar (2011), pode-se tomá-lo enquanto processo, e não como resultado. Analisar a feminização da pobreza desse modo é olhar para um contexto amplo que considera as condições materiais de vida das mulheres, os múltiplos processos discriminatórios no trabalho e no dia a dia de modo geral, na carga de responsabilidade extra tanto no nível do cuidado dos filhos e da família, quanto como sendo a principal responsável por fazer frente à luta contra a pobreza.

b) ‘O dinheiro que vem suado é melhor’: significados do trabalho

O ser humano, em uma perspectiva marxista, somente está vivo na medida em que cumpre as expectativas sociais de produção e consumo. Contudo, se lhe é negada essa possibilidade, se ele é apenas um ser receptivo e passivo, “ele não é nada, ele está morto” (Fromm, 1967, p. 38). Para Marx (1967, p. 90), o trabalho (e/ou a falta dele) “não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens”. É importante, portanto, atentarmos para as implicações do trabalho das entrevistadas no campo subjetivo, ou seja, na produção de si.

A atividade laboral que as entrevistadas desde a infância executam, e que seguem na vida adulta, é na sua maioria empregada/faxineira/trabalho em casa de família. A segunda mais realizada é a de reciclagem de lixo. Ambas as atividades, embora desempenhadas de forma autônoma, revelam lugares sociais difíceis de ocupar. Como veremos mais adiante, o preconceito e a estigmatização estão associados a elas e impactam profundamente na construção das representações sociais da pobreza, bem como na noção de ‘eu’ dessas mulheres.

Nos dias atuais, conforme relatam as entrevistadas, o trabalho remunerado e fora de casa aparece como um meio de sair de um ambiente opressivo que configura, em geral, a vivência quase que exclusiva na e para a família. “Quando eu fui trabalhar de volta, depois de 10 anos, eu

fui pro comércio de novo. Foi a melhor coisa da minha vida, sabe? [...] Tu conhece gente diferente. Eu conheci uma colega que era vaidosa, sabe. [...] vamos fazer um passeio, vamos pro *shopping*. Ela fez quase eu estourar os limite dos meus cartões[...] Mas comprei bastante roupa, aí eu me pintei, fiz sobrancelha, cortei o cabelo[...] Porque eu tava o quê? Autoestima baixa. Tava acostumada com aquele pouco. E eu não era feliz com aquilo, eu me frustrava.” (T.).

Entretanto, encontrar um trabalho é quase sempre um grande desafio. As mulheres relatam as inúmeras exigências que os empregadores fazem, especialmente a apresentação de comprovantes, que nem sempre expressam a capacidade da pessoa para o trabalho pretendido. De algum modo, as mulheres sentem-se injustiçadas e incompreendidas em sua situação: “Hoje tu vai, tu precisa de experiência, tem que tê estudo de primeiro e segundo grau e eles não sabe a dificuldade que a gente passa. O passado da gente atrás.” (I.).

Nesse sentido, histórias de trabalho forçado e até mesmo prostituição, no passado, na infância e adolescência, são situações comuns entre nossas entrevistadas: “[...] Eu não tive infância. [...] Tive que parar os estudos pra poder ajudar minha família [...]” (C.). “A minha mãe foi assim, ela dizia pra nós que a vida dela não foi tão boa, né. Ela teve que sair de casa com 11 anos, que ela era profissional do sexo [...] e a madrasta dela batia nela. Ela dizia: a minha vida não foi fácil e a de vocês também não vai ser. Ela sempre falou isso pra nós. Então o que eu pude ajudar, eu ajudei. [...] Eu trabalhei do lado da minha mãe. E pra mim não foi um orgulho. Ela não teve orgulho nenhum, porque ela não queria que eu fizesse aquilo ali.” (C.).

Alguns discursos que estão no mundo social culpabilizam o sujeito em situação de pobreza pelas circunstâncias que caracterizam sua vida. Contudo, como nos mostra o relato acima, a pobreza se mantém entre gerações. A não superação da situação de pobreza não tem relação com a falta de vontade do indivíduo. É decorrência de um complexo sistema que afirma o lugar social do sujeito que está à margem, na esfera da exclusão.

Aliás, conforme Schwartz (2000), a pobreza é também uma forma de exclusão dos serviços de educação, saúde e da participação política.

As entrevistadas, quando indagadas se preferiam receber ajuda financeira ou trabalhar fora de casa pelo mesmo valor, afirmaram com veemência que prefeririam a segunda opção. “Porque daí ia conhecer pessoas, [...] ia ser um dinheiro suado, ia ter mais valor [...] é diferente!” (I.). Essa ideia é recorrente e revela que o trabalho ultrapassa a questão financeira e ocupa um lugar socializador em suas vidas. Exerce a função de alimentar esperanças de superação e, conseqüentemente, transformação de lugares e relações sociais.

c) Xeripás': vidas sob o signo do esquecimento e do abandono

Muitas são as histórias de estigmatização e exclusão relatadas pelas entrevistadas. Desconfianças, preconceitos e situações de descaso social são marcas frequentes ao longo de suas vidas. Normalmente, a dor que sentem fala da importância de uns em detrimento de outros, no caso, delas mesmas. Vidas que ocupam espaços quase que invisíveis. J. relata que perdeu seu filho na fila de espera por atendimento num hospital: “Xeripá, como a gente diz, né? Xeripá é aquele que não tem nada [...] Tem aqueles que tão bem arrumados, cuidados [...] e os outros tão lá, sentado num canto, com o filho morrendo nos braços, e vai ser o último a ser atendido.” Trata-se da invisibilidade pública construída em torno das pessoas das classes populares, no presente caso, de mulheres em situação de pobreza. De modo semelhante, V. compartilha sua indignação com o sistema de ensino que não consegue lidar com seu filho por ele ter necessidades educacionais especiais: “Então, por que pra lá tem colégio bom, com as professoras, e aqui não? Aqui o pessoal vive assim, ‘à moda miguelão’⁹, como dizem, né?” O acesso aos serviços se dá de modo

9 A expressão ‘a la miguelão’ é usada frequentemente no sul do Brasil para significar algo feito às pressas, de modo estabonado ou desajeitado. Seu uso por uma das mulheres entrevistadas traduz o sentimento de desvalor provocado pela experiência cotidiana de preconceito e abandono.

precário, pois, na maior parte das vezes, apresentam qualidade ou oportunidades inferiores de acesso.

Os relatos de descasos, agora associados ao desprezo, continuam: “A gente vai no banco e vê a diferença das pessoas te olhando. Vê o jeito que olham.” (I.). Humilhações, prejulgamentos e distância parecem ser caminhos para a anulação do direito de viver: “[...] eles humilham a gente [...]. Hoje quando vejo uma criança na sinaleira, pedindo, eu choro [...] porque aquilo tudo eu passei. Eles tocarem garrafa, com xixi, na gente, barro, tudo aquilo eu já passei.” (C.); “[...] parece que tem doença contagiosa. Sei, porque tem pessoas que já diz que tem doença contagiosa.” (V.). Essas são algumas das barreiras invisíveis que perpassam a trama social e que impactam profundamente o processo identitário e o modo como se relacionam com os outros.

Poucas entrevistadas percebem que o lugar social que ocupam é parte de um todo maior: “se a gente precisa do serviço, ao mesmo tempo, eles precisam da gente pra fazer o serviço” (L.). Essa fala afirma a interdependência evidente entre aqueles que vendem a força de trabalho e aqueles que dela usufruem. Ilustra, também, a dialética da inclusão/exclusão que gera processos subjetivos específicos: desde sentir-se incluído até sentir-se discriminado (Sawaia, 1999). É importante lembrar que tais processos não são explicados apenas por condições econômicas. “Eu acho assim, quem é pobre não tem tanto lugar na sociedade. Tem lugar que tu é rejeitado [...]. Acham que tu é ladrão, que tu é pobre, que tu não precisa. Eles têm diferença.” (I.). Ser pobre, portanto, é vivenciar um amplo conjunto de ações e mensagens cotidianas que legitima a sua condição social, manifestando-se na identidade, na sociabilidade, na afetividade, na consciência e, mesmo, na inconsciência, como veremos nos relatos que ilustram o próximo tópico.

d) 'Eles não acreditam em nós': marcas da desconfiança

Vimos que o trabalho, para algumas das entrevistadas, é motivo de orgulho, de reconhecimento da sua existência em sociedade, mas nem sempre é assim. Especialmente em atividades ligadas à faxina de residências, inúmeros relatos descrevem o “teste da confiança” empreendido pelos contratantes: “Isso aí em duas casas que eu trabalhei fizeram [...]. Deixavam uma quantia de dinheiro e depois vinham e contavam.” (R.). Tais testes, associados às múltiplas formas de preconceito e discriminação com que estão diariamente sendo impactadas, alimentam ainda mais o receio em relação ao reconhecimento do outro, como pode ser visto no seguinte depoimento: “Eu tava fazendo a faxina tranquila, limpando as coisas, tirando o pó, limpando direitinho. Aí quando chego ali e dou de cara com a carteira do patrão, quase desmaiei, né? [...] Eu fiquei baratinada no meio da casa; meu Deus, pego ou não pego a carteira do chão? [...] Eu peguei um guardanapinho que eu tava limpando as coisas. Peguei a carteira com o guardanapo, não com a minha mão, peguei e coloquei em cima de uma cristaleira muito bonita que ela tinha [...] porque eu tinha a impressão que eu ia [risos], que aquela carteira que eu tava pegando ali, sei lá, que fossem dizer que tinha faltado alguma coisa ali sem eu mexer. E tava o sinal das minha mão na carteira, era isso que eu pensava [risos]. Chorei tanto naquele dia da carteira, ai, como eu chorei. [...] O homem olhou a carteira e tudo... que Deus te abençoe. [...] Eu não aguentava, meu coração parece que disparava. Eu tinha a impressão que iam me acusar que eu tinha roubado [...]” (J.) J. tem as marcas da exclusão, dos estigmas da desconfiança e diz não conseguir mais se relacionar com pessoas que não sejam “iguais” a ela, em um sentido socioeconômico. Algo mudou dentro de si. De fato, a exclusão é um processo multifacetado, que agrega dimensões materiais, políticas e subjetivas, entre outras.

Contudo, é interessante observar que, para que este processo exista, é necessária a sua contraposição. A exclusão somente existe em relação à inclusão. E, como se sabe, a via de acesso para estar e sentir-se incluído,

na sociedade capitalista, se dá pelo consumo. Isto também não é simples para as mulheres entrevistadas, ainda que, em alguns momentos, tenham o que, aparentemente, seria o necessário: o dinheiro. “Tu vai num mercado, se for assim, eles não te tratam bem... assim desse jeito que eu estou [...] Eu já cansei de chegar em loja, com dinheiro, com salário, tudo, e querer um micro-ondas à vista - que eu gosto de comprar as coisas à vista, mesmo que eu me rale no final do mês. E a pessoa olha pra mim, ‘ah, mas espera só um pouquinho, vou atender o outro’. Então é ruim, né, eu acho que eles deixam um pouco a pessoa também é pela roupa[...]. É muito excluída, a pessoa pobre.” (V.). Não poder entrar em shoppings, em supermercados ou em festas, sem ser alvo da desconfiança é parte do cotidiano: “lá no Zona Sul, que é o mercado que mais vai os pobres [...] tem um lado que tá só classe média, ou classe alta. Lá onde tá a classe média, não tem nenhuma segurança por perto. E onde tá a classe pobre, o segurança tá atrás. Só não jogam pra rua, porque é prejuízo pra eles [...] e como a senhora acha que a gente se sente? Ver os outros ali, comprar, escolher e chegar ali e não tem ninguém atrás deles pra vigiar o que estão fazendo. Aí vou lá, compro meu arrozinho, meu feijãozinho e o segurança atrás de mim. Vou chegar lá; eles gastaram 500 reais e eu 100 pila... a gente se sente humilhado.” (J.). Barradas pela roupa rasgada, pela falta de dentes, pelos cabelos sujos, pelo cheiro: aparências de mulheres merecedoras de desconfiança, aos olhos do outro. O outro é o cidadão produtivo, com poder de consumo, atento à aparência pessoal, capaz de comprar roupas, tratar da higiene pessoal e cuidar da saúde bucal. Na medida em que denota o lado oposto da pobreza, angaria e obtém o reconhecimento e a aceitação social.

Até aqui vimos que a condição de pobreza vivida pelas entrevistadas é representada e enunciada desde uma perspectiva socioeconômica, ou seja, enquanto “falta”. Pobre é aquele que, em algum momento, está destituído tanto de bens materiais importantes para viver o cotidiano, quanto de ter acesso a serviços essenciais. Falta dinheiro, comida, trabalho, reconhecimento, confiança... Mas, e por que tais situações ocorrem?

Nos discursos, há uma conexão entre a realidade socioeconômica vivida e os motivos pessoais e coletivos que levam à situação de pobreza. Por exemplo: “é que as pessoas vão se desmotivando da vida... e tem muitas pessoas que gostam que as pessoas sintam pena [...] Tem que querer. Se tu ficá parada, ‘ah, não sei fazê nada!’; ‘minha vida é uma porcaria!’; ‘ah, perdi o marido!’; ‘tô desempregada!’[...] ‘um dá uma coisa, outro dá outra, tá bom, tá bom, não tô morrendo de fome!’ . Tá e aí? Nem sempre as pessoas vão tá pra te dá as coisas. Ou, então, te dão e atiram na cara.” (T.). Isto nos conduz ao próximo item, que aborda os aspectos morais e tradicionais do conhecimento sobre a pobreza.

3.2 A dimensão moral da RS da pobreza

a) ‘Sou pobre, mas limpinho e honesto’: expectativas sociais

Sabemos que as representações sociais preservam em si alguns elementos estáveis e outros dinâmicos. Mitos e tradições, por exemplo, tendem a produzir sistemas de significação mais estáveis que remetem a motivações do passado. São formas de conhecimento que fornecem lentes para compreender e manter dimensões da vida humana. De certo modo, podem confortar e tranquilizar determinados grupos (Jovchelovitch, 2008). Nesse sentido, identificamos entre as entrevistadas, alguns elementos: “Acho que a gente tem que ser pobre, sim, mas caprichoso, né? Porque a minha mãe sempre ensinou a gente assim: Pior defeito é ser pobre e porco’, então, tem que ser caprichoso, porque [sujeira] atrai miséria, isso e aquilo. Eu me criei assim. Mas pra mim, não sou muito de me cuidar, da aparência, só de limpar a casa.” (V.).

É comum transmitirmos para os filhos valores e práticas semelhantes aos que ouvimos dos familiares. O conjunto de valores constituintes de uma moral, por exemplo, também enquanto elemento da tradição, parece ser uma espécie de legado “concreto” que se tem para ser deixado, como já observado por Maciel e Grillo (2009). “O que eu tô falando

aqui, eles falam também. Eles dizem ‘ó, a gente passa muito trabalho, muita fome, mas minha mãe nunca incentivou que a gente rouba nada de ninguém, minha mãe nunca incentivou nós se passá com os mais velho’, sabe? Tudo as coisas boa, sabe?’ (S.).

A maior decepção das mulheres-mães que entrevistamos é quando, após tantos esforços, um dos filhos “sai da linha”: “Eu trabalhei na prefeitura, trabalhei de carroça, de ferro velho, tudo isso. Sempre tem um meio, né? Eu não tenho vergonha. Já trabalhei com papelão, com ferro velho, mas tá trabalhando é um dinheirinho honesto. Eu me criei assim, não adianta. [...] Fui criada na lavora, eu não aceito sujeira. É brabo, né. Eles na rua... dia das mãe, Natal, Ano Novo, tudo, eles na rua ... (silêncio, choro)” (A.). A dignidade do sujeito é significada como escapar das armadilhas do mundo das drogas e da violência. A conduta desejada está sempre associada à “condição de trabalhador honesto e digno, pois é o melhor antídoto à conduta violenta e agressiva da bandidagem” (Maciel & Grillo, 2009, p. 248). Assim, expectativas sociais e projetos pessoais se articulam e formulam modos de delinear representações de uma vida digna: trabalho honesto, responsabilidade e comprometimento individual com o sucesso.

Aliás, não há como negar que a maternidade ocupa um papel central na representação das mulheres entrevistadas. Poucas verbalizaram que poderiam não ter tido filhos. Casar e engravidar é quase que um destino. A maior parte das entrevistadas é responsável por, no mínimo, três crianças/adolescentes e é em função delas/deles que suas vidas giram. De um modo geral, manifestam grande orgulho em mostrar que estão conseguindo dar aos seus filhos o que não tiveram. Parece ser uma segunda chance em suas vidas, principalmente quando os laços com as famílias de origem estão desgastados ou rompidos: “eu pensava assim, já que eu não tive infância, não tive alegrias na minha vida quando eu era mais nova, eu poderia ter alegria, felicidade com meus filhos como hoje eu tenho [...] Final de semana, a gente vai pro rio, tomamo banho, eu vendo o material, [...] compro sorvete, picolé, jogo bola, uma família

normal, e que coisa mais boa que tem, eu me sinto muito bem assim, né.” (S.). Contudo, a vida em família nem sempre foi fácil. A entrevistada S., conta que agora sua vida “está ficando boa”, já que em seu primeiro casamento sofreu muito com episódios de violência doméstica. Como se sabe, tais episódios não são associados diretamente à pobreza; o que pode ser articulado a essa condição é a forma de lidar, bem como as possibilidades concretas de romper. S., por exemplo, para poder sair de casa, ou melhor, para fugir do marido, jogou azeite quente sobre o corpo dele, o que lhe deu tempo para correr. Em função disso, passou meses em um abrigo protegido para mulheres em situação de violência e, depois, alguns anos se escondendo em comunidades afastadas daquela em que moravam, com muito medo de reencontrar o marido. Os recursos para romper com o ciclo da violência são escassos e potencializam estratégias radicais para a mudança. Baptista, Perista e Reis (1995) nos lembram que a correlação entre situações de pobreza e desestruturação familiar agravam a situação material cotidiana dos sujeitos e afetam o plano afetivo ou laços sociais.

Este é o modelo convencional do que é ser mulher em nossa sociedade: casar e engravidar, não necessariamente nesta ordem. Assumir o lugar de mãe e, no caso das nossas entrevistadas, de provedora, não é tarefa fácil. Tradições e ideologias contribuem para a manutenção do papel social feminino e, de algum modo, são também reforçadas pelas políticas sociais de combate à pobreza, em especial na última década. A mulher recebe recursos de programas governamentais e deve prestar contas das evidências de seu merecimento por ser boa mãe. Podemos citar como exemplos, atestados de frequência na escola ou de cuidados com a saúde das crianças. Não estamos sugerindo, com esta observação, que tais mulheres não devam ter filhos. Estamos apontando para a importância de se refletir sobre os lugares sociais perpetuados também a partir do estabelecimento de políticas sociais.

b) ‘Sou feliz na pobreza’: modos de lidar com o cotidiano

Algumas entrevistadas, após descreverem as situações de sofrimento e dores decorrentes das experiências vividas, quando questionadas sobre sua condição socioeconômica, mencionavam que não se consideravam pobres: “Pobreza? Eu ainda digo que não estou na pobreza. Pobreza são aquelas pessoas que não... que ficam ali esperando pelos outros. A gente é pobre, assim, no sentido de querer ter as coisas. Já pobreza é aquela coisa de não ter o que comer, ficá ali, parada dependendo dos outros. Isso aí é uma pobreza.” (I.). Ou então: “Ah! Pobreza, pra mim, eu não me considero, eu não sou pobre. Ah, mas pobreza pra mim é quem não tem nada, aquelas pessoas que moram lá debaixo da ponte. Isso é pobre, miserento. [...] é a pessoa assim ó, pobre de espírito, pobre de autoestima, que não tem perspectiva de vida pra fazê alguma coisa. Isso é pobre.” (T.). E ainda: “Eu até agora não posso dizer que já tive, que já passou isso por mim. Que nem casos que às vezes aparece na TV, aquela gente da África. Pra que mais judiado do que eles são?” (R.).

Por vezes, a dor associada às experiências de pobreza é tão presente que, para suportá-la, o melhor é negá-la completamente: “Como eu tenho um monte de problema, perguntam pra mim, tu é feliz? Sou feliz! Nunca digo que não sou, que tá mal as coisas. Tá sempre bem, posso tá ruim, mas tá sempre bem. Dizer que tá tudo errado, sempre traz o lado negativo pra dentro da tua casa. Eu digo eu sou feliz, apesar dos meus problema, eu sou muito feliz.” (C.).

Já em outros momentos, a pobreza, quando aceita como a situação socioeconômica vivenciada, foi associada a um tipo de riqueza, seja de espírito, de saúde ou de paz: “Mas, pobre a gente é num sentido, e rico na felicidade. Na alegria, a gente é mais do que o rico. Ele [o rico] tá sempre com alguma dificuldade [...] O pobre também passa, mas a gente tem mil e uma vantagem [...] Eu sou feliz, com meus filhos. Apesar de tudo o que eu passo. Sou rica na alegria, porque não deixo faltá pros filhos. Tem rico com dinheiro e doença. Não tem dinheiro que pague.” (I.).

Cabe refletir, nesse momento, acerca do papel da experiência para a construção das representações sociais. A vivência, conforme Jodelet (2006), pode constituir formas particulares de acomodação do conhecimento que não se caracterizam como erro, mas sim, como um conhecimento contextualizado. Assim, para as entrevistadas, a ideia de felicidade associada à pobreza revela uma forma de lidar com as situações difíceis do cotidiano. É preciso negar a existência da dor e das dificuldades vivenciadas a partir da situação socioeconômica para então suportá-la. Esse é o modo como tais pessoas experimentam as situações e memórias de dor e as elaboram via trabalho psíquico e cognitivo (Jodelet, 2006). Justificativas precisam ser encontradas para aceitar os desafios e as dificuldades do cotidiano: “tu pode sê pobre sim, às vezes pode existir aquele preconceito tanto racial, como discriminial, de tu não ter uma conta bancária, de tu não ter, mas eu acho que isso aí não tem nada a vê. É o meu modo de ver. Porque às vezes a pessoa é rica, mas ela é pobre de espírito, sabe” (Grupo).

Ser pobre, em certo sentido, faz com que sejam ricas em outro: “então muitas vezes o pobre ele é, às vezes, bem mais feliz que as pessoas de classe alta. Muitas vezes tem pessoas, como é no caso, uma suposição... muitas vezes tem gente que tem dinheiro, mas que tem um filho deficiente. Tem um marido com um problema, tem um câncer, tem uma coisa.” (Grupo). A construção de conhecimentos através do enfrentamento de situações adversas contribui para a diversificação de recursos e para a formulação de estratégias no cotidiano. Trata-se ao mesmo tempo de um processo identitário e, obviamente, de diferenças nos modos de ver, de representar e de construir o cotidiano.

c) ‘A pobreza tá dentro da alma da gente’: processos de culpabilização do sujeito

A pobreza, nesse momento, parece ser reconhecida como um problema individual, pois se relaciona ao desejo e à ação de cada um para

transformar a sua vida. “É isso que eu acho: é só tu querer. Todo mundo é pobre aqui, mas é só tu adquirir também [...] eu não tinha nada, morava em duas peças e hoje eu tenho quatro, por causa dos meus filhos. Tudo eu consegui, daqui ou dali.” (I.) Ou, então: “[...] eu acho que a pobreza é uma coisa que existe dentro de cada um.” (Grupo). A responsabilidade pela melhoria da vida, portanto, está centrado no sujeito e revela a incorporação de discursos sociais que culpabilizam os chamados pobres pela sua situação econômica e social. Isso está relacionado ao modo como a figura do outro os vê, representa-os e os integra, ou, seria melhor dizer, como os integra e os reconhece no cotidiano, dado também identificado por Góis e Daniel (2008), Baptista, Perista e Reis (1995) e Leite (2008).

Outra forma frequente e importante de acomodação e ancoragem do conhecimento sobre a pobreza se dá via naturalização e romantização do *ser pobre*. Segundo as entrevistadas do Grupo, “na realidade, todo mundo nasce pobre.[...] porque ninguém nasce com um cartão de crédito no bolso. [...] A vida, Deus dá pra gente e é a gente que faz ela, não é? Se tu trabalha, tu progride. Hoje tu tá numa favela, amanhã tu tá melhor que o teu vizinho. E será que, daí, tu vai lembrar que um dia tu morô lá? Tem muitas pessoas que não lembram que morou numa favela, que teve um vizinho pobre. Eu acho que é isso. A pobreza tá dentro da alma da gente”. A legitimação dessa perspectiva, que é perpetuada entre gerações, se fundamenta em crenças religiosas, como podemos ver nas frases a seguir: “[...] é a verdade. Isso tá escrito na Bíblia e nos livros espírita. A gente não nasce com cartão de crédito. A gente é que faz as coisas. [...] Porque eu sei que tu ajudando o próximo, tu tá ajudando a ti mesmo, não é? [...]. Então, às vezes, Deus dá tudo aquilo ali pra ti, mas é uma provação. Depois, da outra vez, tu vem mais miserável do que tu é, entendeu? Isso faz parte do teu desenvolvimento, da tua vida, do tempo que vai passando. Tu tem que passá isso aí pros teus filhos [...]” (Grupo). Valores, normas e tradições que seguem compoem o quadro de referência do lugar social e simbólico que a figura do *pobre* ocupa em nossa sociedade.

Considerando o fato de que as RS desempenham a função de conhecer a realidade, mas também de justificá-la (Góis & Daniel, 2008), apresentamos agora uma figura (Fig. 1) ilustrativa da dinâmica representacional da pobreza.

Como vimos ao longo do texto, a vida em sociedade coloca o ser humano em uma relação de interdependência com outros e com o meio social, ainda antes de nascer. Nas falas analisadas, percebemos as contínuas afirmações de rejeição e abandono ao longo da vida, por parte de diversos grupos e instituições. São vivências que vão construindo significados do que é ser pobre e definindo os lugares sociais que os sujeitos em situação de pobreza podem ocupar no cotidiano. Tais representações sociais formam um quadro interpretativo que influencia o modo como as entrevistadas percebem o mundo e a si mesmas.

Figura 1: Representações sociais (RS) da pobreza



Fonte: Dados da pesquisa

4 CONCLUSÃO

Estudar um tema a partir da teoria das representações sociais é abrir possibilidades de conhecer os modos humanos de pensar, interpretar e

agir no cotidiano. Nesse esforço, procuramos dar luz à complexidade do conhecimento produzido, tendo em vista símbolos, códigos, valores e ideologias que marcam as relações sociais estabelecidas.

A representação social da pobreza, entre mulheres que socialmente são reconhecidas como pobres, é marcada por uma dualidade. Em um dos campos representacionais temos a presença de sentimentos que revelam a dor, advindas de vidas sofridas, seja pela falta de dinheiro, de acesso a serviços básicos como educação e saúde ou de reconhecimento social.

Os estigmas, aqui, estão profundamente arraigados e impactam as relações de tais mulheres com o mundo e consigo mesmas. Essa dimensão, estruturada no conceito de falta, é negativa, uma vez que traz com ela a lembrança e reafirmação de lugares sociais periféricos que impactam a construção identitária atribuindo às mulheres sensações de menos valia. Confirmam-se e consolidam-se, portanto, lugares de valorização social pautada na condição de classe e na possibilidade de acesso a bens de consumo. Desse modo, hierarquizam-se diferenças, e a falta a uns constitui o gozo de outros.

No outro campo representacional, em uma tentativa de reconhecimento do outro, observamos a incorporação das normas sociais que definem como são os pobres bons: limpos, honestos, trabalhadores etc., ou seja, há o cumprimento de expectativas sociais e morais vinculadas ao modo de pensar o mundo das classes mais abastadas e, como decorrência, direcionadas à manutenção das relações desiguais. Esses são elementos representacionais estáveis que se vêm perpetuando entre gerações e naturalizando certo modo de ser, normalmente menos desvalorizado pela sociedade. Nesse sentido, a tradição e a religião ocupam lugares privilegiados para compor a trama de relações em que se sustenta a representação.

Ainda no mesmo campo, percebemos uma aparente contradição. Ora as entrevistadas acentuam expressões de negação em relação ao seu

pertencimento no lugar social do pobre, ora se reconhecem nele a partir da sua supervalorização e romantização. Aparentes, pois, ao nosso ver, ainda que de modo diverso, ambos os processos expressam o mesmo: assentir com a realidade cotidiana. Se por um lado, tais ideias podem favorecer resistências, indignação e mudanças, por outro, podem gerar espaços de acomodação que confirmam a existência em um lugar social privilegiado, apesar das péssimas condições materiais.

Além disso, considerando o fato de que as RS formam sistemas de interpretação da realidade, e que estes orientam as relações do sujeito com o seu ambiente físico e social – influenciando seus comportamentos ou suas práticas (Abric, 1994) –, faz-se fundamental atentar para o impacto que as RS da pobreza têm na formação dos laços sociais, sugestão que deixamos em aberto, visando a um maior aprofundamento nessa temática. Como lembra Carmadelo (2009), a situação de pobreza pode perpassar diferentes níveis e espaços: da fome às condições existenciais (subjetivas), e dessas condições às rupturas das relações de sociabilidade.

Consideramos pertinente e oportuna a ampliação e aprofundamento de estudos e debates sobre a construção social da pobreza. Historicamente ela tem pautado as relações humanas e favorecido o estabelecimento e a naturalização da desigualdade. Ao mesmo tempo, esperamos que estudos com essa temática possam mobilizar ações que facilitem a ruptura com posições cristalizadas que orientam percepções e julgamentos mantenedores dos perversos processos de inclusão social através da naturalização da pobreza.

REFERÊNCIAS

Abric, J.C. (1994). Les représentations sociales: aspects théoriques. In: ABRIC, Jean-Claude (dir.) *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Puf.

Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social da pobreza*. Tese (Doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Accorssi, A., Scarparo, H. & Guareschi, P. (2012). O conceito de pobreza: Uma reflexão sobre os interesses do conhecimento. *Psicol. Argum.*, Curitiba, 30 (71), 651-658.

Aguilar, P.L.R. (2011). La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katál.* Florianópolis, 14 (1), 126-133.

Barthes, R. (2006). *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix.

Baptista, I., Perista, H., & Reis, A.L. (1995). A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais. *Sociologia: problemas e práticas*, 17, 35-60.

Carmadelo, A.M. (2009). *A significação da pobreza a partir dos sujeitos que a vivenciam*. Tese (Doutoramento em Serviço Social). Fac. de Serviço Social, PUCRS.

Carvalho, A.P. (2010). *Olhando a realidade, olhando o outro*: representações sociais da pobreza e do usuário entre os profissionais da assistência social. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Castel, R. (2001). *As metamorfoses da questão social*: Uma crônica do salário (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fromm, E. (1967). *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Galli, I. (2003). *Le dimensioni psicosociali della povertà*: Un'analisi cross-culturale. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

Godelier, M. (1984). *L'idéel et le matériel*: Pensée, économies, sociétés. Fayard: Paris.

Góis, A.C., & Daniel, F. (2008). Representações Sociais da Pobreza e das Medidas de Política Social: Um Estudo no Concelho de Anadia. *Interações*, 15, 53-68.

Guareschi, P.A. (1992). A categoria «Excluídos». *Psicologia: Ciência e Profissão*, 12(3-4), 4-11. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000300002&lng=en&nrm=iso.

Ipea (2013). *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. Comunicados do IPEA. Recuperado de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf.

Jodelet, D. (2006). Place de l'expérience vécue dans les processus de formation des représentations sociales. In Valérie Haas. *Les savoirs du quotidien: Transmissions, appropriations, représentations*. Rennes: Puf.

Jodelet, D. (2007). Représentations sociales: un domaine en expansion. In Denise Jodelet. *Les représentation sociales* (dir.). Paris: Puf.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os Contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2002). Entrevista Narrativa. In Martin Bauer; George Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

Leite, I.C. (2008). Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. *Convergência*, 15(47), 73-100.

Maciel, F., & Grillo, A. (2009). O trabalho que (in)dignifica o homem. In Jessé Souza (org.). *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.

Marx, K. (1967). Manuscritos econômicos e filosóficos. In E. Fromm. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ/Cortez.

Rocha, S. (2008). *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.

Romão, J.E., Cabral, I.E., Carrão, E.V.M., & Coelho, E.P. (2006). Círculo epistemológico. Círculo de cultura como metodologia de pesquisa. *Revista Educação & Sociedade*. n. 13. Universidade Metodista de São Paulo.

Rubi, M.E.O. (2003). Studio della povertà in Messico. Rappresentazioni sociali e credenze. In Ida Galli (Org.). *Le dimensioni psicosociali della povertà: un'analisi cross-culturale*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

Salama, P., & Destremau, B. (1999). *Economia política da distribuição de renda: O tamanho da pobreza*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In Sawaia, B.(Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 67-86). Petrópolis: Vozes.

Schwartz, R. (2000). *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, R.D.M., & Souza, L. (2010). A produção acadêmica brasileira acerca da pobreza na perspectiva da teoria das representações sociais. *Mental*. Ano VIII, 14, Barbacena, jan.-jun., 29-48

Simmel, G. (2009). *Le pauvre*. Paris: Éditions Allia.

Stotz, E. Pobreza e capitalismo. In V. Valla, E. Stotz & E. Algebaile (Orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Torres, J.C. da E. (2010). *O Cad Único na identificação e classificação social de quem são os pobres do Brasil*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 221 f.

BIENESTAR PERSONAL Y LA ESPERANZA EN POBLACIÓN EN CONDICIÓN DE POBREZA EN MÉRIDA, MÉXICO

*María Teresita Castillo León
Carlos David Carrillo Trujillo
Teresita Concepción Campo Marín
Georgina del Carmen Cetina Herrera*

1 INTRODUCCIÓN

El Consejo Nacional de Evaluación de las Políticas de Desarrollo Social (CONEVAL, 2015) reporta que en México ha disminuido ligeramente el porcentaje en el nivel de pobreza extrema en los últimos dos años (de 9,8 a 9,5%), si bien el número absoluto de personas ha aumentado de manera importante y todavía se reportan 11 Estados donde la pobreza extrema sigue siendo mayor que el 10%. En su medición de la pobreza, el CONEVAL señala que la pobreza general consiste en carecer de uno de los seis aspectos incluidos en el Índice de Privación Social: (1) rezago educativo, (2) acceso a servicios de salud, (3) acceso a seguridad social, (4) calidad y espacios de vivienda, (5) servicios básicos de la vivienda y (6) acceso a la alimentación. En el caso de la pobreza extrema, esta se presenta al carecer de tres o más de dichos aspectos y con ello ubicarse debajo de la línea de bienestar mínimo. La población en esa situación tiene ingresos precarios que aun utilizándolos en su totalidad no les alcanza para cubrir las necesidades básicas para una vida saludable.

Particularmente, la región sureste de México incluye a varios de los Estados más pobres del país. En esa zona del país se encuentra el Estado de Yucatán, en el cual el porcentaje de pobreza general ha disminuido

(de 48,3% en 2012 a 45,9% en 2014) pero, en cambio, la pobreza extrema ha aumentado (de 9,8% en 2012 a 10,7% en 2014). Las zonas más pobres del Estado de Yucatán se encuentran en las zonas rurales, principalmente del sur y oriente del Estado, donde se ubica, en su mayoría, la población indígena de la entidad. Sin embargo, el municipio de Mérida, cubierto principalmente por la ciudad capital del Estado que lleva el mismo nombre, presenta niveles importantes de pobreza general (29,4%); y más de 25.000 personas (3,3%) viven en pobreza extrema, situación por la cual ese municipio principalmente urbano es frecuentemente incluido en los programas sociales de combate a la pobreza (CONEVAL, 2015).

Ante esa realidad del país y del Estado, los diferentes niveles de gobierno han establecido políticas de desarrollo social y programas sociales dirigidos a apoyar a los sectores más vulnerables y marginados, que viven en situaciones de pobreza y de pobreza extrema. Uno de ellos ha sido la Cruzada contra el Hambre, programa con el cual el gobierno ha apostado trabajar en aspectos de alimentación como forma principal de combatir la pobreza extrema. Desafortunadamente ese tipo de programas no genera estrategias que favorezcan cambios estructurales, por lo cual terminan resultando solo paliativos que hasta ahora no han logrado su objetivo: mejorar en forma definitiva el nivel y calidad de vida desde los propios estándares de la OMS (2004, en: Arteaga, 2005) y mucho menos erradicar la pobreza.

La pobreza no es privativa de México, pues es una realidad que ha estado y está presente en otras partes del mundo, incluyendo América Latina; esto como resultado de procesos económicos a nivel interno pero también por verse afectados por crisis económicas a nivel macro, como la de 2009, que ha sido una de las más severas de la historia contemporánea y que entre sus repercusiones tienen el aumento del desempleo y de la pobreza (Barrón-Pérez, 2009). Sin embargo, el fenómeno de la pobreza cobra una relevancia aun mayor, si la concebimos no desde una perspectiva unidimensional de carácter económico, sino como un

fenómeno multidimensional que incluiría lo económico pero también con elementos sociológicos, psicológicos, entre otros. Desde esa perspectiva, lo sociológico (p.ej. Lewis, 1961) se concibe en términos de que las diferentes sociedades presentan problemas estructurales que llevan a evidenciar formas diversas de exclusión social, no solo de las personas que no tienen dinero, sino de otros grupos que ven afectada severamente su calidad de vida producto de la exclusión que viven y que los lleva a vivir en condiciones que no contribuyen a su bienestar.

En estrecha relación con lo anteriormente expuesto, el fenómeno de la pobreza lo podemos mirar también desde una perspectiva como la propuesta por Sen (1985), quien señala que más que hablar de pobreza en términos de problemas socioeconómicos o la falta de un desarrollo social, tendríamos que pensarla en términos de falta de desarrollo humano; que la pobreza existe cuando las personas carecen de libertad para decidir sobre sus vidas ante la falta de opciones, cuando no se cuenta con las oportunidades para desarrollar el propio potencial como personas y, por consiguiente, no se logra tener un bienestar personal y en relación con los demás.

Sin embargo, pese a la importancia de la prevalencia del fenómeno de la pobreza, independientemente de la perspectiva que se tenga y las consecuencias que trae consigo (Arteaga, 2005), son todavía insuficientes los estudios –realizados tanto en México como a nivel mundial– que la consideren como un fenómeno multidimensional, alejándose de la perspectiva clásica de la pobreza que la ve como un problema de carencia económica y material; y, menos aún, los que la aborden la pobreza como un fenómeno psicológico y psicosocial. Reconocemos que ha habido un incremento significativo en el abordaje psicológico de la pobreza en la última década (Galindo & Ardila, 2012) pero, reiteramos, todavía hay mucho por comprender y mucho donde intervenir. Creemos que resulta importante conceptualizar la pobreza como un fenómeno construido, en el cual, si bien incluye conductas económicas, aun estas son, ante todo, conductas sociales, por lo que se convierten en un acto

humano, lo que provee a las ciencias sociales la capacidad de entender y actuar de mejor y más amplia manera respecto de dicho fenómeno (Estefanía & Tarazona, 2003).

Ante la realidad social existente en América Latina, México y Yucatán, que presenta niveles crecientes de pobreza y desigualdad, se impone la necesidad de comprender a fondo el fenómeno para poder actuar de manera socialmente responsable en la mejora de las condiciones de vida de la población. En ese contexto, los investigadores de América Latina hemos conjuntado esfuerzos para realizar un proyecto centrado en conocer a profundidad los impactos psicosociales de la pobreza con población en situación de marginalidad; esto con el fin último de lograr una mayor comprensión del fenómeno que permita posteriormente diseñar e implementar acciones para contrarrestarla. Así, laboramos en un proyecto que conjunta a la Universidad Federal de Ceará de la ciudad de Fortaleza, Brasil, la Pontificia Universidad Católica de Perú ubicada en la ciudad de Lima, la Universidad Católica de Colombia con sede en Bogotá y la Universidad Autónoma de Yucatán en Mérida, México.

Particularmente en el caso de México, este proyecto lo hemos incorporado a un proyecto más general, de carácter interdisciplinario del Campus Ciencias Sociales, Económico-Administrativas y Humanidades (CCSEAH), con la finalidad de que el conocimiento generado podamos aplicarlo dentro de diferentes proyectos y programas sociales que realiza la UADY en el sur de la ciudad de Mérida y, en un futuro próximo, también en varios municipios del interior del Estado que presentan los índices más altos de pobreza y de pobreza extrema. A partir de lo anterior, en este trabajo presentamos los resultados del proyecto desarrollado en México. De manera concreta, el objetivo es establecer si existe una relación estadísticamente significativa entre la Esperanza y el Bienestar Personal en un grupo de hombres y mujeres habitantes de dos colonias del sur de la ciudad de Mérida, consideradas como una zona de alta marginalidad.

2 PSICOLOGÍA Y POBREZA

Es importante que como psicólogos asumamos la responsabilidad de conocer mejor el fenómeno de la pobreza, lo que significa y representa para las personas que la viven los principales recursos, los obstáculos, así como las consecuencias e impactos que se presentan por vivir en esa condición. En ese esfuerzo, autores como Estefanía y Tarazona (2003) mencionan algunas investigaciones en que señalan que las personas que viven en situación de pobreza se caracterizan por poseer un lenguaje verbal simple y un lenguaje no verbal amplio y complejo; poseer una orientación temporal centrada en el presente y tener un locus de control centrado en creer que los factores externos son los que controlan los acontecimientos; tener una actitud fatalista y presentar depresión, además de una percepción interpersonal de desconfianza hacia otros y la desesperanza aprendida, la cual es la consecuencia psicológica en la que los autores presentan mayor consenso.

Esos autores señalan también que vivir en condiciones de pobreza lleva a rediseñar estrategias psicosociales de adaptación e influye en la forma de criar a los hijos, así como en el desarrollo cognitivo y psicosocial de ellos. Concluyen que la pobreza influye en el comportamiento de las personas, llegando a ser una subcultura y, ante las consecuencias de carácter psicológico, nuestra disciplina puede aportar mucho a la comprensión de la pobreza, particularmente a partir de un enfoque transcultural, siendo un reto la necesidad de formular estrategias de intervención e investigación que permitan afrontar la lucha contra la pobreza.

En ese mismo sentido, Fuerte Montaña (2004) señala que, en cuanto a lo psicológico, y con base en el análisis de la comunidad del oprimido y la cultura de la pobreza, las personas que sufren marginación a causa de la pobreza pueden presentar alguno de estos cinco rasgos: (1) desvaloración de sí mismo (pasividad-dependencia, vergüenza), (2) baja autoestima (negación, alienación, discriminación), (3) autoritarismo, (4) arribismo, (5) miedo y rechazo al cambio (resignación, fatalismo, visión

del mundo subsidiaria a la ideología dominante). Por su parte, Galindo y Ardila (2012) realizaron un estudio descriptivo en Colombia acerca de la relación entre la pobreza y la autoeficacia, el locus de control y la indefensión aprendida. Participaron 30 personas de dos niveles socioeconómicos bajos a quienes les aplicaron dos escalas: autoeficacia general (Baessler & Schwarzer, 1996) y locus de control (Rotter, 1966); además de realizar entrevistas. Si bien los resultados no son definitivos debido a la cantidad de participantes que no posibilita análisis estadísticos concluyentes, sí muestran la tendencia de que el locus de control interno tiende a estar a la baja mientras que la autoeficacia general fue de media a alta. Además, encontraron que en las verbalizaciones de los participantes emana la desesperanza y pueden ubicarse aspectos relativos a la dinámica familiar, la percepción del tiempo y la planeación y factores importantes como las creencias religiosas y la percepción de la política y la democracia.

Particularmente en México, los psicólogos no podemos mantenernos ajenos y sin asumir la responsabilidad social que como profesionales nos corresponde ante una realidad social que evidencia la gran desigualdad existente en el país dadas las estadísticas en cuanto a la pobreza ya mencionadas. Nos estimula ver que la tarea ha comenzado con psicólogos como Palomar, Lanzargota y Hernández (2004), quienes realizaron un estudio con un muestreo no probabilístico con 918 participantes residentes de la Ciudad de México que pertenecían a diversos niveles socioeconómicos: pobres extremos, pobres moderados y no pobres. Partieron de la hipótesis de que la pobreza es una condición de vida que promueve la presencia de ciertos patrones y estrategias psicosociales (p.ej. locus de control externo, síntomas depresivos y baja autoestima) los cuales inciden en el bienestar subjetivo de las personas. Para el análisis y procesamiento de los datos se usó un modelo estructural, con base en el cual se comprobó que la pobreza influye en el bienestar subjetivo a partir de las variables mediadoras mencionadas. Al comprobarse la hipótesis, sugieren que podrían modificarse esos patrones de comportamiento con

el fin de mejorar el bienestar subjetivo de la población y generar en ella condiciones más favorables para propiciar la lucha y transformación de las condiciones materiales de vida.

Así también en México, y retomando la Cultura de la Pobreza de Oscar Lewis, Silva Arciniega (2000) ha encontrado resultados similares a lo presentado en párrafos anteriores en cuanto a que las personas que viven en esa condición se enfrentan a condiciones estructurales sociales y carencias diversas que derivan en patrones distintivos para ese tipo de comunidades y familias que, a su vez, generan creencias, actitudes y valores centrados en sentimientos de inferioridad, desesperanza, dependencia, con relativamente poca habilidad para diferir las recompensas y plantear el futuro, entre otros aspectos.

2.1 Pobreza, bienestar y esperanza

Por otra parte, aunque con menor frecuencia, también se ha estudiado la relación entre la pobreza con variables psicosociales positivas destacando el Bienestar Personal y la Esperanza. En primer término, en cuanto al Bienestar Personal, este es un concepto que en ocasiones resulta confuso pues suele asociarse casi como sinónimo de aspectos como felicidad, satisfacción personal y calidad de vida, bienestar psicológico y bienestar subjetivo. Esa situación se extiende al relacionar esa variable con la pobreza, ya que ocurre que el bienestar es tratado como bienestar personal pero también como bienestar subjetivo. Por ejemplo, Palomar et al. (2004) mencionan, al hablar de bienestar en la pobreza, que el bienestar subjetivo y la pobreza se han estudiado desde dos vertientes. Por un lado, la vertiente que señala una relación negativa entre ambos constructos, es decir, que a medida que la población se empobrece su bienestar subjetivo disminuye. Por otro lado, la vertiente que menciona la debilidad de la relación entre el bienestar subjetivo y los aspectos materiales de la vida ya que, en gran medida, ese tipo de bienestar se ve

influido más por variables psicológicas y sociales (p.ej. la personalidad, las aspiraciones, la adaptación al medio, la motivación, entre otras).

Para efectos de este estudio, entendemos Bienestar Personal desde la perspectiva de Cummins, Eckersley, Pallant, Van Vugt y Misajon (2003), que lo conciben centrado solo en el componente de satisfacción con la vida del bienestar subjetivo excluyendo el componente de afecto felicidad (Alfaro Castellá, Bedin, Abs, Casas et al., 2014). Ese concepto se ha estudiado tanto con la escala de Bienestar Personal de Cummins et al. (2003) como con la Escala EUDEMON de Bienestar Personal, de Fierro y Rando (2007).

Por otra parte, desde la década de los noventa se encontró que la esperanza era un factor vital para el sostenimiento psicológico y físico de las personas. Desde esa época, ya distintas investigaciones demostraron que la esperanza resulta importante para enfrentar obstáculos y/o dificultades de la vida cotidiana (Seligman, 1990). Snyder (2002a), uno de los principales teóricos sobre el tema, la define como la capacidad percibida para derivar o desarrollar caminos hacia las metas deseadas y motivarse a uno mismo mediante un pensamiento de agencia que le lleve a utilizar esos caminos. Al respecto, Snyder (2002b) señala que existe un fuerte vínculo entre las cogniciones asociadas a la motivación en la búsqueda del logro de una meta y las emociones. Establece que cuando una situación se percibe como difícil pero no imposible, sucede un fuerte sentido de esperanza y se experimentan emociones positivas; a su vez, cuando la meta es percibida como alcanzable, la esperanza es innecesaria y también privan las emociones positivas; sin embargo, cuando la meta es concebida como imposible de lograr lo que surge es un estado de desesperanza, y las personas no se esfuerzan en realizar camino alguno para lograr su objetivo.

Para fines del presente estudio, definimos esperanza como una fuerza de vida dinámica multidimensional que se caracteriza por la confianza pero también por las expectativas inciertas de lograr algo bueno que es posible de manera realista y que resulta personalmente significativo

(Herth, 1992). Sobre la medición de la esperanza existen escalas conformadas por dos, tres y cuatro factores (Benzein & Berg, 2003; Herth, 1992; Koizumi, Ito, Mori & Miyamoto, 1999; Pereyra, 1996; Sartore & Grossi, 2008). Independientemente del modelo a que se refieran, los cuatro factores que normalmente son asociados con la esperanza son: (1) El Optimismo/Soporte Espiritual: que supone la presencia de fe, fortaleza interior y confianza en la capacidad para el logro de las metas; (2) Desesperanza: incluye la percepción de un estado general de pesimismo, desaliento e indefensión ante el futuro; (3) Agencia: que evalúa la capacidad de la persona para establecer y/o comprometerse con metas a futuro, y, por último, (4) Soporte social/Pertenencia: relacionado con la percepción de la existencia de relaciones con otras personas que pueden ser fuente de apoyo y gratificación (Martínez Uribe, Bardales & Kerth, 2012).

Se establece así, que el Bienestar Personal y la Esperanza son dos factores importantes para la satisfacción con la vida, las relaciones positivas y la capacidad de dar y recibir afecto, así como para la percepción de que los objetivos pueden ser alcanzados; todo eso coadyuva en combatir, en términos psicológicos, el status quo, procurando nuevas formas de pensar y actuar que favorezcan el cambio y la movilidad social de las personas. De ahí la importancia que le damos a estudiar esas variables psicológicas en contextos de pobreza.

3 MÉTODO

3.1 Objetivo

Para el presente trabajo establecimos como objetivo conocer si existe una relación estadísticamente significativa entre la Esperanza y el Bienestar Personal en un grupo de hombres y mujeres habitantes de dos colonias del sur de la ciudad de Mérida, consideradas como una zona de alta marginalidad y pobreza.

3.2 Participantes

Los participantes los elegimos a través de un muestreo no probabi-
lístico, accidental y por conveniencia. Logramos conjuntar una muestra
total de 213 personas de dos colonias de escasos recursos pertenecientes
al sur de la ciudad de Mérida en el sureste mexicano. En relación al sexo
de los(as) participantes, un 63,4% (135) fueron mujeres, y un 36,6%
(78), varones. Las edades de los participantes fluctuaron entre 12 y 79
años, con una media de edad de 32 años y una desviación estándar de
16,34. A los participantes los distribuimos en dos grupos de edad. El
primero, por hombres y mujeres jóvenes de 12 a 30 años, con un 50,2%
(107) y el segundo grupo, conformado por hombres y mujeres adultos
de 31 a 79 años, con un 49,8% (106).

3.3 Instrumentos

Para lograr el objetivo planteado utilizamos la encuesta mediante
la administración de un instrumento conformado por tres secciones: la
primera incluye un cuestionario para obtener un Índice Multidimensio-
nal de la Pobreza, instrumento propuesto por los responsables generales
del proyecto en Brasil como parte de la investigación internacional de la
que formamos parte y que mencionamos en una sección previa de este
trabajo. En ese cuestionario se recolectan datos sociodemográficos como
sexo, edad, religión, estado civil, características de la familia, además de
aspectos relativos a educación, salud, vivienda, trabajo e ingreso. Las si-
guientes dos secciones corresponden a dos escalas: por un lado, la ver-
sión corta de la Escala de Esperanza (EE) (Herth, 1992). Es una escala
conformada por 12 reactivos, en una Escala tipo Likert de cinco puntos,
que va de completamente de acuerdo a completamente en desacuerdo.
Esa escala reporta un índice de confiabilidad global que va de .75 a .94
(Martínez Uribe et al., 2012), en los diferentes grupos estudiados; y en
la versión en español, Armau et al. (en Martínez Uribe et al., 2012) re-
portan a que explica un 38,6% de la varianza total.

La siguiente sección fue la Escala de Bienestar Personal desarrollada por Cummins et al. (2003), relacionada con la satisfacción y calidad de vida en diferentes ámbitos como salud, logros y seguridad. Está conformada por 13 reactivos tipo Likert, de 11 puntos (de 0 a 10), sobre la satisfacción en diversos ámbitos como el nivel de vida, la salud, el logro en la vida, las relaciones, la seguridad en el futuro y la espiritualidad, entre otros aspectos. Como mencionan Alfaro et al. (2014), los diversos estudios de la escala señalan su buena homogeneidad interna que va de .75 a .85 y que explica de un 30 a un 60% de la varianza total. Esos mismos autores mencionan que, para la escala en español, el análisis de componentes principales reveló un único factor que explica el 45,26% de la varianza total.

3.4 Procedimiento

En su mayoría, los instrumentos los aplicamos mediante visitas domiciliarias en dos colonias del sur de la ciudad de Mérida donde incide la acción del Programa Juventud y Sociedad del Campus de Ciencias Sociales, Económico-Administrativas y Humanidades de la Universidad Autónoma de Yucatán. Cuando hubo oportunidad, también aplicamos los instrumentos en pequeños grupos, particularmente en el caso de la población de menor edad al visitar diversas escuelas de la zona.

En todos los casos, quienes aplicamos los instrumentos nos identificamos por nuestro nombre e institución de procedencia, explicamos el objetivo del proyecto y solicitamos la participación voluntaria para responder a los instrumentos en una sola visita domiciliaria o en una sesión grupal. A quienes accedieron les preguntamos si podían responder a los instrumentos por ellos mismos y, en caso de no ser posible, por no saber leer y/o escribir, les apoyamos con la lectura de los diferentes reactivos.

Finalmente, las respuestas a las escalas las codificamos y capturamos en el Programa Estadístico por Computadora para Ciencias Sociales (SPSS por sus siglas en inglés) con los fines de: 1) describir

las características psicométricas de ambas escalas mediante análisis de discriminación de reactivos y análisis factorial con rotación Varimax; 2) realizar el análisis estadístico descriptivo a través de las medidas de tendencia central, así como diferencias entre grupos mediante la prueba *t* de Student; y, 3) realizar el análisis estadístico inferencial mediante la obtención de coeficientes de correlación Pearson.

4 RESULTADOS

Un primer análisis lo realizamos con el fin de describir a la muestra en términos de algunas de las características identificadas en la primera sección del instrumento. En términos de religión, hallamos que el 62,9% (134) de las personas encuestadas son católicas. Otro bloque de variables sociodemográficas se refiere al tipo y características de la vivienda de las familias participantes, las cuales suelen tener dos o más habitaciones que combinan materiales diversos; en esa muestra, el 95,3% (203) de las casas estaban construidas mayormente con cemento y solo un 2,8% (6) fueron viviendas que tenían como material principal el cartón u otros materiales percederos. Respecto a la propiedad de la vivienda, el 95,3% (203) de los(as) encuestados(as) adjudican que algún miembro de la familia es el propietario, aunque eso no significa que se tengan todos los papeles legales para tal efecto.

Si bien el 75% de la muestra es mayor de edad (18 años en adelante), sólo un 54% (115) se encuentra casado(a) y un 7,5% (16) es viudo(a) o divorciado(a). En cuanto a su preparación académica, el 80,8% (172) tiene como máximo haber finalizado la secundaria. En relación a la constitución familiar de la muestra, observamos que las familias de las personas encuestadas tienen de cero a nueve hijos(as), siendo que un 22,1% (47) tienen dos hijos(as); un 15,5% (33) tienen tres hijos(as); el 11,7% (25) solo tienen un hijo(a); y el 31% (66) de los(as) encuestados(as) no tienen hijos(as). La mayoría de las personas (76%) viven con su familia nuclear o de origen y apenas un 16,9% (36) viven únicamente

con su esposo(a). Las familias están constituidas hasta por 15 miembros, en las que un 52,6% (112) tienen entre cuatro y cinco miembros.

En relación a su ocupación, el 10,3% (22) son empleados(as); el 21,6% (46) tienen un trabajo semicalificado (herrero, albañil, etc.); y el 39,9% (85) se dedica a las labores domésticas. El trabajo remunerado también fue otra variable que nos permite describir esta muestra. En ese sentido, encontramos que un 37% (50) de las mujeres tienen un trabajo remunerado a diferencia de los hombres, quienes tienen un trabajo de ese tipo en un 64,1% (50). Un 35,9% (28) de los varones encuestados señaló no tener un trabajo remunerado. Del total de las mujeres asalariadas, un 32% (16) señalaron ganar el promedio de un dólar diario y un 24% (12) mencionaron ganar entre uno y dos dólares al día. Por otra parte, el 24% de los varones que tienen empleo mencionaron ganar entre 4,5 y 6 dólares diarios y el 42% de los varones asalariados dice ganar entre 6 y 8 dólares al día.

En general, un 25,8% (55) de las familias de los encuestados(as) tienen ingresos familiares menores a cuatro dólares por día. El 34,3% (73) tiene ingresos familiares entre cuatro y ocho dólares por día y un 25% (53) reportó ingresos superiores a ocho dólares por día. Finalmente, respecto a la seguridad social de las familias encuestadas, el 51,2% (109) de las familias tienen al menos a un integrante con atención médica proporcionada por el Estado. De la misma manera, un 34,7% (74) de las familias tiene algún apoyo económico proporcionado por algún programa social patrocinado por el gobierno.

Posteriormente a la caracterización de la muestra procedimos a determinar las características psicométricas de ambas escalas. En primer término, en cuanto a la Escala de Esperanza (EE), el primer paso que realizamos fue el análisis de discriminación de reactivos. Hallamos que cada uno de los ítems discriminó con una $p \leq .05$. A continuación realizamos un análisis factorial de componentes principales con rotación Varimax, con lo que hallamos dos factores principales que explican un 55,93% de la varianza total y una puntuación $KMO = .863$. El primero

de ellos, llamado Optimismo/Soporte, se refiere a la presencia de fe, fortaleza interior y confianza. Se conformó por siete reactivos como: Creo en el valor que tiene cada día; Siento que mi vida tiene valor y utilidad; Me siento capaz de dar y recibir cariño y afecto; entre otros. La dimensión referida tiene un Alpha de Cronbach de .818.

El segundo factor, llamado Agencia, evalúa la capacidad de la persona para establecer y/o comprometerse a metas a futuro. Ese factor está conformado por tres reactivos: Tengo planes a corto y largo plazo; Sé adónde quiero ir; y, Puedo ver las posibilidades en medio de alguna dificultad. El factor tiene un coeficiente de consistencia interna de .662 (ver Tabla 1).

Tabla 1: Distribución de peso factoriales de cada reactivo de la Escala de Esperanza (EE).

Factor I: Optimismo/Soporte	
REACTIVO	PESO FACTORIAL
Creo en el valor que tiene cada día.	.755
Siento que mi vida tienen valor y utilidad.	.750
Me siento capaz de dar y recibir cariño y afecto.	.719
Puedo recordar los momentos felices y agradables.	.715
Tengo una fe que me conforta.	.604
Me siento muy fuerte	.591
Soy optimista con la vida.	.546
Factor II: Agencia	
REACTIVO	PESO FACTORIAL
Tengo planes a corto y largo plazo.	.850
Sé adónde quiero ir.	.663
Puedo ver las posibilidades en medio de alguna dificultad.	.563

Un paso siguiente fue hallar los mismos coeficientes para la Escala de Bienestar Personal, donde, al igual que con la escala anterior, realizamos un análisis de discriminación de reactivos. Los 13 reactivos discriminaron con una $p \leq .001$. Al realizar el análisis factorial hallamos una puntuación de KMO de .923 que reveló dos factores que explican

el 59,41% de la varianza total. El primer factor, Control Interno, está relacionado con la satisfacción en aspectos concretos y externos como su casa, alimentación, calidad de vida, salud, cosas que se han conseguido y seguridad; consta de ocho reactivos y tiene un coeficiente de consistencia interna de .903. El segundo factor, Espiritualidad, está relacionado con la satisfacción en aspectos de la vida social y la vida interior (relaciones sociales, colonia, espiritualidad y vida interior) consta de cinco reactivos con un coeficiente de confiabilidad de .783 (ver Tabla 2).

Tabla 2: Distribución de los reactivos y pesos factoriales de los factores de la Escala de Bienestar Personal

Factor I: Control Interno	
REACTIVO	PESO FACTORIAL
Casa	.827
Alimentación	.799
Nivel/calidad de vida	.727
Salud	.708
Alimentación	.705
Cosas que se han conseguido en la vida	.560
Seguridad sobre el futuro	.595
Sensación de seguridad	.536
Factor II: Espiritualidad	
REACTIVO	PESO FACTORIAL
Espiritualidad o creencias religiosas	.792
Libertad de controlar la vida	.761
Relaciones con otras personas	.729
Vida interior	.610
Colonia	.403

Posterior a la identificación de la estructura factorial de ambos constructos, procedimos a obtener las medidas de tendencia central de las repuestas a ambas escalas por la muestra, diferenciándolas por sexo

(ver Tabla 3). Las puntuaciones de la Escala de Esperanza se encuentran por arriba de la media teórica ($M=3$) en ambos factores, tanto en las mujeres como en los varones. Lo anterior señala que la mayor parte de la muestra se encuentra con bastante esperanza sobre su vida, sus planes, su fe y fortaleza. También encontramos, mediante una prueba t de Student, que no existen diferencias estadísticamente significativas entre las puntuaciones de los varones y de las mujeres. Solo puede verse la tendencia de que las puntuaciones medias de las mujeres son ligeramente mayores que la de los varones en cuanto al factor I de Optimismo/Soporte, mientras que lo contrario sucede con el factor de Agencia donde los hombres puntúan ligeramente por arriba (ver Tabla 3). Esas tendencias tendrían que confirmarse en estudios posteriores realizados en México.

Tabla 3: Diferencias relacionadas con el sexo en las Escalas de Esperanza e Bienestar Personal.

Escala / Sexo Media	Hombres Media	Mujeres Media	t	p	gl
Escala de Esperanza					
Factor I Optimismo/ Soporte	4,12	4,24	1,32	.18	209
Factor II Agencia	3,93	3,80	-1,12	.26	208
Bienestar Personal					
Factor I Control interno	7,94	7,69	-.882	.379	198
Factor II Espiritualidad	8,14	7,65	-2,03	.044*	204

En la tabla anterior también presentamos los resultados referentes a la escala de Bienestar Personal la cual, al igual que la Escala de Esperanza, muestra puntuaciones superiores a la media teórica tanto en hombres como en mujeres ($M=5$). Hallamos que en el primer factor no existen diferencias relacionadas con el sexo, si bien las puntuaciones de los varones son mayores. Sin embargo, en el segundo factor, referente a la Espiritualidad sí existen diferencias estadísticamente significativas entre hombres y mujeres al hallarse una $t(204) = -2,03, p = .044$. Al res-

pecto, la media de los varones ($M=8,14$) es mayor que la media de las mujeres ($M=7,65$) lo que significa que son los varones quienes se encuentran más satisfechos sobre sus relaciones, colonia, su vida interior y espiritualidad que las mujeres.

Un paso siguiente fue conocer si existían diferencias estadísticamente significativas relacionadas con la edad. A partir del uso de la prueba t de Student, encontramos que hay diferencias en tres de los cuatro factores de ambas escalas. Para el caso de la Escala de Esperanza existen diferencias estadísticamente significativas en el Factor I, $t(209)=-3,21$, $p=.002$, donde las y los participantes adultos tienen una media ($M=4,34$) superior a los y las jóvenes ($M=4,06$). Para el caso de la Escala de Bienestar Personal en ambos factores existen diferencias estadísticamente significativas. En el primer factor, Control Interno, $t(198)=1,92$, $p=.05$, los y las jóvenes tienen una media ($M=8,04$) mayor que la de las personas adultas ($M=7,53$). Y, para el segundo factor, Espiritualidad, $t(204)=-1,83$, $p=.04$ son las personas adultas quienes tienen una media ($M=8,06$) superior a la de los y las jóvenes ($M=7,60$) (ver Tabla 4)

Tabla 4: Diferencias relacionadas con la edad en las Escalas de Esperanza e Bienestar Personal

Escala / edad Media	Jóvenes Media	Adultos	t	p	gl
Escala de Esperanza					
Factor I Optimismo/Soporte	4.06	4.34	-3.21	.002*	209
Factor II Agencia	3.77	3.92	-1.30	.19	208
Bienestar Personal					
Factor I Control interno	8.04	7.53	1.92	.05*	198
Factor II Espiritualidad	7.60	8.06	-1.83	.04*	204

* $p \leq .05$

Por último, procesamos los coeficientes correlación Pearson para saber si existía una relación estadísticamente significativa entre las puntuaciones de cada una de las escalas. Los resultados nos señalaron dos tipos de relaciones significativas. El primer tipo se refiere a la relación

significativa entre los factores de cada escala. En ese sentido, existe una relación significativa moderada entre ambos factores de la Escala de Esperanza ($r=.548$) y una relación fuerte entre ambos factores de la Escala de Bienestar Personal ($r=.723$). Lo anterior señala que cada escala mide dimensiones íntimamente relacionadas entre sí.

El segundo tipo de relación significativa se refiere a la existente entre los factores de ambas escalas. Una primera observación es que el Factor I de la Escala de Esperanza se relaciona de manera significativa con ambos factores de la Escala de Bienestar Personal, siendo de manera moderada ($r=.438$) con el factor II y de manera mucho más baja ($r=.288$) con el Factor I. Asimismo, existe una relación baja, pero estadísticamente significativa ($r=.221$), entre el Factor II de la escala de Esperanza y el Factor II de Bienestar Personal.

Tabla 5: Distribución de los coeficientes de correlación Pearson entre las Escalas de Esperanza e Bienestar Personal

Escalas		Esperanza		Bienestar Personal	
		Factor I	Factor II	Factor I	Factor II
Esperanza	Factor I		.548**	.288**	.438**
	Factor II	.548**		.084	.221**
Bienestar Personal	Factor I	.288**	.084		.723**
	Factor II	.438**	.221**	.723**	

** $p \leq .01$

5 DISCUSIÓN

Los resultados nos reportan que ambas escalas se componen de dos factores que tienen coeficientes de confiabilidad aceptables. En la Escala de Esperanza los factores fueron Optimismo/soporte y Agencia y en la de Bienestar personal corresponden a Control interno y Espiritualidad. Dentro de cada escala, la relación entre los respectivos factores fue significativa, lo cual indica que cada escala mide dimensiones relacionadas

entre sí, siendo un poco más fuerte la relación con respecto a los factores dentro de la Escala de Bienestar personal.

En cuanto a las semejanzas y diferencias de estos resultados con otros estudios podemos mencionar que la aplicación de esas escalas en otros estudios también ha arrojado resultados con coeficientes de confiabilidad considerables y relaciones significativas entre sus factores. Respecto a la cantidad de factores, otras aplicaciones de la escala de Herth han evidenciado dos factores (Benzein & Berg, 2003; Koizumi et al., 1999; Wahl et al., (2004), si bien los factores son de naturaleza distinta, ya que en esos estudios han salido factores como aspectos positivos y negativos, autoconfianza y sentido de relación y emociones, reconciliación y religiosidad (probablemente considerando el tipo de población estudiada generalmente dentro de ambientes hospitalarios). Sin embargo, la naturaleza de los factores encontrados va de acuerdo con las dimensiones de la esperanza señaladas por Herth, pues incluye aspectos cognitivos relacionados con la esperanza, comportamentales que manifiestan en conductas para que la esperanza se vuelva realidad y afiliativos en cuanto a la relación con uno mismo, con los otros y con Dios. Por su parte, la aplicación de esa escala de Bienestar personal en otros contextos como Brasil y Chile ha reportado un único factor (Alfaro et al., 2014) a diferencia del presente estudio.

Dada la naturaleza positiva de las variables y las dimensiones encontradas era esperable que existieran relaciones significativas entre ellas, como de hecho podemos ver que se reporta en los resultados de este estudio, y esto se ha encontrado en otros estudios como el de Vázquez, Hervás, Rahona y Gómez (2009), en que el optimismo mostró estar asociado a un mayor bienestar y una mayor esperanza de vida. Sin embargo, la fuerza de las relaciones en este estudio fueron de moderadas (Optimismo/soprote con Espiritualidad) y bajas (Optimismo/soprote con Control interno y Agencia con Espiritualidad) no encontrándose relación significativa entre Agencia y Control interno, lo cual es contrario a lo esperado considerando que la agencia suele incluir e implicar

la capacidad de predicción y control que la persona tiene sobre las elecciones, decisiones y acciones de las cuales es responsable (Pick, Sirkin, Ortega, Osorio, Martínez et al., 2007, p.296).

En cuanto a las diferencias por sexo y edad, entre los principales resultados de esta muestra se destaca que tanto hombres como mujeres presentan puntuaciones por encima de la media en ambas escalas mostrando altos niveles de esperanza y bienestar personal, lo cual difiere de los resultados hallados por otros autores como Snyder (2002) y Palomar et al. (2004), quienes señalan que las personas pobres se perciben menos agenciosos y propositivos, menos capaces de luchar por el logro de sus metas, menos motivados para la toma de decisiones y menos satisfechos con su entorno y su vida interior.

Pensando en el compromiso de derivar acciones promotoras del bienestar de los y las habitantes de las colonias participantes, nos parece importante generar espacios donde hombres y mujeres visibilicen sus recursos. Por ello, resulta bastante prometedor que se reconozcan algunos factores protectores en la muestra en términos de optimismo, agencia, control interno y espiritualidad y que estos puedan ser recursos reconocidos y por lo tanto utilizables, con personas de ambos sexos.

Ahondando en las semejanzas y diferencias por sexo, en relación con la esperanza, los resultados muestran que tanto hombres como mujeres, tienen fe, fortaleza interior y confianza, no existiendo diferencias por sexo lo cual coincide, por ejemplo, en cuanto al optimismo con estudios como el de Guillen Pérez-Luzardo y Arnaiz (2013), si bien existe una tendencia en las mujeres hacia el optimismo y en los hombres hacia la agencia, sobre la cual habría que realizar estudios futuros para tener resultados más concluyentes. Por otro lado, en relación con el bienestar personal, encontramos que hay diferencias estadísticamente significativas que evidencian que los hombres están más satisfechos con aspectos como su espiritualidad y vida social e interior, que con aspectos externos y materiales como su casa o la alimentación, lo cual contrasta con el hallado por Alfaro et al. (2014), quienes señalan que en otros estudios

los resultados en cuanto a bienestar personal no reportaban diferencias significativas por edad o sexo.

Estos resultados son contrarios a lo que podría esperarse considerando la prevalencia de roles machistas y los estereotipos de género todavía existentes en el país que señalarían a las mujeres como quienes presentarían mayores niveles de espiritualidad. Pero, paradójicamente, quizá es precisamente en esos roles tradicionales y estereotipados donde esté parte de la explicación de por qué los varones se perciben con una mayor espiritualidad. Es probable que los hombres tengan la idea de que eso no es parte de sus preocupaciones, por lo cual no le dan mucha importancia y se sienten bastante satisfechos y sienten que es suficiente lo que hacen al respecto. A su vez, sus puntuaciones mayores pero no estadísticamente significativas en lo relacionado con el Control Interno estarían de acuerdo con los roles y estereotipos de géneros al estar satisfechos con su casa, alimentación y calidad de vida, ya que sí forma parte de su rol como “proveedor” y jefe de familia, lo cual tiene que cumplir y quieren sentir que han cumplido. Lo anterior señala la importancia de los roles de género y las creencias y percepciones socioculturales de hombres y mujeres en estos tiempos

Dentro del análisis de diferencias por grupo etario, en la Escala de Esperanza los puntajes mayores y estadísticamente significativos indican que las personas adultas son más optimistas que los y las jóvenes. Lo anterior está en acuerdo con los hallazgos señalados por Zullig, Ward y Horn (2006), quienes señalan que los y las jóvenes están actualmente expuestos a tener que responder a muchas presiones y tensiones psicosociales al afrontar cambios en sus redes sociales, además de una serie de exigencias académicas y, en muchos casos, laborales. Además, hay que considerar que los y las jóvenes tienen una vida por delante mientras que los/las adultos/as se han topado con mayores tropiezos a lo largo de su vida, por lo cual su valoración podría tender a ser más positiva después de haber superado pruebas duras, mientras que los y las jóvenes a una dificultad menor pudieran sobrevalorarla y sentirse rebasados. Estos re-

sultados también apoyan lo encontrado por Arias Barahona, Campos y Amayo (1974, en: Alarcón, 1986), como se citó en Estefanía y Tarazona (2003), quienes señalan que los y las adolescentes de bajo nivel socioeconómico presentan una mayor inclinación a la depresión, al pesimismo y a la tristeza.

Por otro lado, en la Escala de Bienestar Personal, para el primer factor relacionado con el control de aspectos externos, son los y las jóvenes quienes presentan mayores puntajes, situación que se invierte en el segundo factor asociado a aspectos de espiritualidad. Lo anterior probablemente se relaciona con las creencias de las personas mayores, para quienes la vida espiritual e interior resulta más importante que para los y las jóvenes.

Finalmente, llama la atención que dentro de los puntajes altos reportados el factor Agencia haya tenido los más bajos cuando las personas reportan tener control interno, y que además no haya correlación entre ambas cuando esas variables comúnmente se relacionan dadas sus características conceptuales. Una posible explicación respecto a la diferencia en los puntajes pudiera ser la presencia de la variable sobre la percepción del tiempo mencionada en la literatura (p.ej. Ardila, 1979; Galindo & Ardila, 2012), que indica que las personas que viven en situación de pobreza suelen centrarse en el presente y tener poca perspectiva del futuro. Por eso, se consideran capaces de hacer y lograr cosas, incluso de planear cosas, pero en el aquí y en el ahora, no con la capacidad de comprometerse para promover cambios mayores a mediano o largo plazo y más allá de su contexto inmediato. Así también, se destaca que la agencia correlacione significativamente con la espiritualidad, aunque sea la correlación más baja. Habrá que seguir explorando estas variables en ese tipo de población para llegar a explicaciones más concluyentes.

A modo de conclusión, lo anteriormente expuesto plantea que, sin duda alguna, deberá continuarse en la profundización del conocimiento adquirido y habrá de aprovecharse la oportunidad que se presenta para desarrollar este aspecto en los proyectos aplicados dirigidos a ese tipo de

población. Vislumbramos un horizonte amplio de estudio que conforme se vaya abordando permitirá generar un conocimiento de gran utilidad para que la psicología contribuya a la mejora de las condiciones de vida de las personas y las comunidades. El reconocimiento de los recursos, la planificación de metas, la espiritualidad y el optimismo podrían ser elementos claves para la satisfacción con el entorno y la vida interior que permitan el fortalecimiento en la toma de acciones y la capacidad de resiliencia, evitando la desesperanza y pasividad en los grupos que viven en condiciones de pobreza y marginalidad.

REFERENCIAS

Alfaro, J., Castellá, J., Bedin, L., Abs, D., Casas, F., Valdenegro, B. et al. (2014). Adaptación del Índice de Bienestar Personal para adolescentes en lengua española y portuguesa. *Universitas Psychologica*, 13(1), 1-24. doi 10.111144/Javeriana.UPSY13-1.aibp.

Arciniega, M. R. S. (2000). *Dimensiones psicosociales de la pobreza*. México, DF: Escuela Nacional de Trabajo Social, UNAM.

Ardila, R. (1979). Psicología social de la pobreza. En J. O. Whittaker (Ed.). *La psicología social en el mundo de hoy*. (pp. 399-418). México, D.F.: Trillas.

Arteaga, B. N. (2005). Una aproximación sociohistórica de la pobreza en tres comunidades de México. *Revista Mexicana de Sociología*, 67(4), 661-685.

Baessler, J., & Schwarzer, R. (1996). Evaluación de la autoeficacia: Adaptación española de la escala de Autoeficacia General. *Ansiedad y Estrés*, 2, 1-8.

Barrón-Pérez, M. (2009). *Programas sociales focalizados al combate de la pobreza en el estado de Colima*. México: Universidad de Colima.

Benzein, E., & Berg, A. (2003). The Swedish version of Herth Hope Index – An instrument for palliative care. *Scand J Caring Sci*, 17, 409-415.

México. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL). (2015). *Resultados de la medición de la pobreza 2014*. México, DF: CONEVAL.

Cummins, R., Eckersley, R., Pallant, J., Van Vugt, J., & Misajon, R. (2003). Developing a national index of subjective wellbeing: The Australian unity Well-being Index. *Social Indicators Research* (64), 159-190.

Estefanía, M. & Tarazona, D. (2003). Psicología y Pobreza: ¿Hay algo psicológico en la pobreza o es la pobreza algo psicológico? *Revista Explorando Psicología*, 1(12). Recuperado de: api.ning.com/files/oaJXvV*Y4LSxfNkobD4KQPYH-LOFZX0li0eOyl6BNc1tIgsStdsfb0xYBCbcjf6u5aoNsV9aVUjpySEjQm-B8KSHaSoHxJDuS0/001psipob.doc+&cd=1&hl=es-419&ct=clnk&gl=mx.

Fierro, A. (2006). Bienestar Personal, adaptación social y factores de personalidad: Estudios con las escalas Eudemon. *Clínica y Salud*, 17(3), 297-318.

Galindo, O., & Ardila, R. (2012). Psicología y pobreza. Papel del locus de control, la autoeficacia y la indefensión aprendida. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(2), 381-407

Guillen, F., Pérez-Luzardo, J., & Arnaiz, P. (2013). Relación entre motivación y optimismo disposicional en aprendices de inglés como lengua extranjera en un contexto universitario. *Revista de Educación*, Extr, 104-128.

Herrera Cetina, G., Castillo León, T., Carrillo Trujillo, D., & Campo Marín, T. (En revisión). *Significados de pobreza en jóvenes habitantes de colonias marginadas de Mérida, México*.

Herth, K. (1992). Abbreviated instrument to measure hope: development and psychometric evaluation. *Journal Adv Nurs*. 17(10), 1251-1259.

Koizumi, M., Ito, M., Mori, Y., & Miyamoto, M. (1999). Development of a Japanese version of the Herth Hope Index: examination of reliability and validity of the scale for Japanese elderly persons. *Kitakanto Med J*, 49, 277-282.

Lewis, O. (1961). *Los hijos de Sánchez*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.

Martínez Uribe, P., Cassaretto Bardales, M., & Herth, K. (2012) Propiedades psicométricas de la Escala de Esperanza de Herth en español. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación psicológica RIDEP*, 33(1), 127-145.

Montaño, L. Fuerte. (2004). *Psicología de la marginación social*. Liberabit, (10), 41-44.

- Palomar, L. J., & Lanzagorta, P. N., (2005). Pobreza, recursos psicológicos y movilidad social. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 37(1), 9-45.
- Palomar, L. J., Lanzargota, P. N., & Hernández, U. P. (2004). *Pobreza, recursos psicológicos y bienestar subjetivo*. México: Unversidad Latinoamericana.
- Pereyra, M. (1996). Development and validity of hope and hopelessness test, psychiatric vs. surgical patients vs healthy adults. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 42, 247-259.
- Pick, S., Sirkin, J., Ortega, I., Osorio, P., Martínez, R., Xocolotzin, U. et al. (2007). Escala para Medir Agencia Personal y Empoderamiento (ESAGE). *Revista Interamericana de Psicología*, 41(3), 295-304.
- Rotter, J. B. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs*, 80(609), 1-28.
- Sartore, A. C., & Grossi, S. A. (2008). Herth Hope Index: Instrument adapted and validated to portuguese. *Rev. Esc. Enferm.*, 42, 227-232.
- Seligman, M. (1990). *El optimismo se adquiere*. Buenos Aires: Atlántida.
- Sen, A. (1985). Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. *Journal of Philosophy*, 82(4), 169-221.
- Snyder, C. R. (2002a). *Hope theory: Rainbows in the mind. Psychological Inquiry*, 13, 249-275. doi 10.1207/S15327965PLI1304_01
- Snyder, C. (2002b). Hope Theory. En C. Snyder & S. Lopez (ed.). *Handbook of positive psychology* (pp. 751-768). Oxford: Oxford University Press.
- Vázquez, C., Hervás, G., Rahona, J., & Gómez, D. (2009). Bienestar psicológico y salud: Aportaciones desde la psicología positiva. *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud*, (5), 15-18.
- Wahl, A.K., Rustøen, T., Lerdal, A., Hanestad, B.R., Knudsen, Ø. Jr., & Moum, T. (2004). The Norwegian version of the Herth Hope Index (HHI-N): a psychometric study. *Palliat Support Care*, 2, 255-263.
- Zullig, K., Ward, R. M., & Horn, T. (2006). The association between perceived spirituality, religiosity and life satisfaction: The mediating role of self-rated health. *Social Indicators Research*, 79(2), 255-274.

VIVÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO E VERGONHA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE POBREZA

*Maria Aparecida Estanislau
Verônica Morais Ximenes*

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno observado ao longo da história da humanidade. No presente estudo, trazemos a pobreza enquanto fenômeno histórico do modo de produção capitalista, que abarca não somente aspectos materiais, mas também ideológicos, psicológicos e simbólicos. Nesse sentido, enfatiza-se o modo pelo qual a inserção do sujeito nessa estrutura capitalista engendra direções importantes na construção de sua identidade. O modelo perverso de acumulação de riqueza e exploração que resulta na pobreza, ideologicamente naturaliza os pobres e sustenta a culpa destes como responsáveis por seus fracassos. Essa lógica repercute na subjetividade e amortece a potência dessas pessoas (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012).

Góis (2012) relata como a falta de recursos básicos como alimentação, emprego, moradia, saúde, escola, segurança, fruto da desorganização da vida coletiva na periferia da cidade, faz com que boa parcela da população viva desrespeitada, desvalorizada e humilhada. Para esse autor, grande parcela de nossa população tem sua identidade construída a partir desse lugar de escassez e humilhação e, assim, dessa posição de excluído, constrói uma identidade de oprimido e explorado. Para Moura Jr. (2012), a pobreza reflete a privação e se apresenta como uma marca, como a identidade social do pobre. Desse modo, alicerça um reconhecimento perverso de agressão e de discriminação.

A humilhação, elemento marcante em contextos de pobreza, segundo Ansart (2005), é uma ação que provoca um rebaixamento moral, em uma relação assimétrica, na qual uma pessoa (ou instituição, ou grupo) se posiciona de forma desigual e realiza uma agressão que busca diminuir o outro. O autor explica que “ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado” (Ansart, 2005, p. 15). Esse ataque à boa imagem gera na pessoa humilhada um sofrimento que pode afetar o seu bem-estar psicológico e físico (Lopreato, 2005; La Taille, 2004).

Já a vergonha é um sentimento que está diretamente ligado à aceitação de uma imagem pessoal negativa, ou seja, de um autojuízo depreciativo. Como afirma La Taille (2004 p. 89), “sentir vergonha não decorre apenas de ser julgado por alguém, mas do julgar-se a si próprio”. A vergonha pode estar ligada às condições de existência da pessoa, marcadas pelas privações, rejeições e humilhação. Nessa perspectiva, realizamos o presente estudo com o objetivo de compreender as vivências de humilhação e o sentimento de vergonha de pessoas em condições de pobreza em uma comunidade rural e em outra urbana do Estado do Ceará.

2 POBREZA: O OUTRO LADO DA RIQUEZA E DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Compreendemos a pobreza como uma produção e consequência do sistema capitalista que se dá a partir do excesso relativo da população, sendo também uma premissa de existência da riqueza do capitalismo. Esse excesso se apresenta como um disponível inesgotável de trabalhadores que, para sua sobrevivência, se submetem às condições mínimas de salários. De acordo com a teoria marxiana, esse trabalhador que sobrevive

Acostumado à miséria crônica, a condições de existência completamente incertas e vergonhosamente inferiores ao nível ordinário da classe operária, converte-se em extensa base de ramos especiais de exploração nos quais o tempo de trabalho chega ao seu máximo e a

taxa de salário ao seu mínimo (Marx, 2010, p. 156).

Nessa perspectiva, a análise da pobreza em nossa sociedade brasileira deve estar vinculada a uma análise do modo de produção capitalista, do momento histórico do desenvolvimento do capital e da posição sociopolítica de nosso país, de forma a compreender a dinâmica do sistema e sua lógica de ajustamento, como apresentado por Husson (1999), quando explicita como o capitalismo “tende a modelar as relações sociais e políticas no sentido de um aprofundamento sistemático das desigualdades sociais, [...] imposto aos excluídos com o recurso a formas modernas de coerção” (p. 6). Segundo Yazbek (1996, p. 63), a

[...] pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo [...] que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia.

Na mesma direção, Veras (2013, p. 31) fala da exclusão social no Brasil em um processo de 500 anos e que nas “décadas de 60 e 70, apresentam também outro debate no Brasil, enraizando a pobreza (e a exclusão subjacente) nas contradições do modo de produção capitalista. Não são marginais, mas integram as engrenagens produtivas de forma desigual”.

A pobreza, no nosso país, tem raízes históricas e mantém um ciclo intergeracional que, segundo Strapsson e Pamplona (2014, p. 48), é “alimentado pela falta de estabilidade econômica durante longos períodos e pelas consequentes dificuldades na obtenção de trabalho formal e renda”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza metodologias quantitativa e qualitativa, o que possibilita complementaridade das informações obtidas por percursos metodológicos diferentes. Segundo Kirschbaum (2013), idealmente, ao

combinar abordagens qualitativa e quantitativa, os pesquisadores evitariam as fragilidades próprias de cada método, pois a complementação de estudo quantitativo com qualitativo “pode fornecer maior potencial de interpretação dos fenômenos, principalmente ao agregar a percepção dos indivíduos no desenho de pesquisa” (Kirschbaum, 2013, p. 189). Também para Moura Jr. (2015), o uso dos dois métodos possibilita a compreensão do fenômeno estudado e a utilização de diferentes estratégias de coleta de dados e de análises.

A pesquisa¹ foi realizada junto a moradores de uma comunidade em contexto rural e de outra em contexto urbano. A primeira, na área rural, foi a comunidade de Canafístula, distante 26 km da sede do município de Apuiarés, localizado este a 118 km de Fortaleza. Em Canafístula, vivem cerca de 170 famílias, totalizando pouco mais de mil pessoas. A renda da população em geral vem da agricultura, pequenos comércios, aposentadorias, vencimentos de funcionários públicos e benefícios sociais. Os pesquisados da área urbana foram os moradores do bairro Bom Jardim, em Fortaleza. Lá residem cerca de 37.758 mil habitantes em uma área de 2,53 Km². Possui altos índices de violência e problemas estruturais como falta de moradia, educação, transporte e saúde para a população.

No total, 417 pessoas foram respondentes da pesquisa, os quais obedeciam aos requisitos de terem mais de 18 anos e residirem há mais de um ano nas suas respectivas comunidades. Para a coleta de dados foi elaborado um instrumento contemplando vertentes relacionadas à pobreza multidimensional e suas implicações psicossociais, que foi aplicado diretamente pela equipe de pesquisa, de forma individual ou em grupo, dependendo do grau de instrução do participante da pesquisa.

1 O presente estudo faz parte das análises da pesquisa financiada pelo CNPq, por meio da Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº 07/2011, no período de 2012 a 2014. Coordenada pela Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes e desenvolvida no Grupo de Pesquisa, cadastrado no CNPq: NUCOM: Identidade, comunidade e sustentabilidade do Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC.

Para apreender como os sujeitos percebem e expressam as suas vivências de humilhação e vergonha em contextos de pobreza, foi realizada a tradução e adaptação semântica das Escalas de Vergonha e Humilhação de Zavaleta (2007), que é composta por: Escala de Vergonha Associada à Pobreza, Escala de Tendência à Vergonha, Escala de Experiência Externa de Humilhação e Escala de Experiência Interna de Humilhação. O primeiro indicador foi o de “vergonha de ser pobre” apresentado em uma escala binária de alternativas “sim” ou “não”. O segundo indicador foi o dos “níveis de propensão à vergonha”, em uma escala de *likert* (com as alternativas de nunca, poucas vezes, frequentemente, sempre ou quase sempre). O terceiro indicador de discriminação relaciona-se com os locais nos quais foram humilhados, em uma escala de *likert* (nunca, poucas vezes, frequentemente, sempre ou quase sempre). O quarto indicador – o de “motivos para as situações de humilhação” –, contava com uma escala binária de respostas “sim” e “não” para onze alternativas. O quinto indicador de “nível acumulado de humilhação”, em uma escala de *likert* (nunca, poucas vezes, frequentemente, sempre ou quase sempre) perguntou “o quanto, ao longo de sua vida, você foi afetado por processos de humilhação”. Os dados provenientes da etapa quantitativa foram organizados em um banco no pacote estatístico SPSS 20.0, e realizadas análise de frequência e análise fatorial por meio do método de componentes principais.

Na metodologia qualitativa, foi escolhida a técnica de Grupo Focal (GF)² para a obtenção de dados que pudessem ampliar a análise dos aspectos subjetivos da pobreza multidimensional. As questões abordadas nos GF seguiram um roteiro previamente formulado pelos pesquisadores a partir das categorias estudadas e de resultados obtidos por ocasião da fase quantitativa. Foram efetuados cinco GF, sendo três na comunidade rural, com 22 sujeitos (destes, 11 no primeiro GF, cinco no segun-

2 Adotamos, para a identificação dos GF, a seguinte nomenclatura: GF AU – Grupo Focal em área urbana, seguida da numeração dos eventos 1 ou 2; e GF AR – Grupo Focal em área rural, seguida da numeração 1, 2 ou 3.

do e seis no terceiro GF) e dois na comunidade urbana, com 16 sujeitos (sendo nove sujeitos no primeiro GF e sete sujeitos no segundo).

Destacamos que as falas transcritas se referem aos GF especificados, não sendo realizadas identificações individuais, visando a contribuir ainda mais com a preservação do sigilo. E ainda, o compartilhamento de opiniões e relatos foram incentivados pelos pesquisadores, mas a participação foi livre, de forma que nem todos opinaram a respeito de determinados temas em foco. As falas dos participantes dos GF foram transcritas e realizadas observações e exames com base na Análise de Discurso, considerando-se o caráter ideológico e simbólico da linguagem individual, perpassada pelos sentidos coletivos e históricos de toda fala³.

4 APRESENTAÇÃO E AUTOAPRESENTAÇÃO DOS PESQUISADOS: – “POBRE, EU? ”

Dos 417 questionários aplicados, 50,4% foram em área urbana e os demais em área rural. Do total, 54,7% eram adultos, sendo predominantemente mulheres (71,7%), e casados(as) (48,2%). No tocante a ter alguém na família como beneficiário de programa de transferência de renda do governo, sobretudo do Programa Bolsa Família (BF), observou-se que, dos 415 questionários respondidos neste item, 61,4% atestaram receber algum tipo de benefício e 38,1% informaram não serem beneficiários de nenhuma assistência. Programas como Bolsa Família são as únicas fontes de renda para muitas famílias, como se depreende da fala de um participante quando diz: “Eu escuto muita gente dizer assim: amanhã eu faço o meu último quilo de arroz e ainda “falta” dois dias pro Bolsa Família, e só depende mesmo do Bolsa Família” (GF AR 3).

3 Para ampliar a compreensão a respeito da Análise do Discurso ler: Caragnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006) Pesquisa Qualitativa: Análise do Discurso *versus* Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, UFSC, Florianópolis, out./dez. 15(4): 679-84; e, Pêcheux, M. (2002) O Discurso: Estrutura em acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes.

No tocante ao trabalho e renda, quando perguntados sobre trabalho remunerado, 416 respostas foram consideradas válidas. Destas, 232 (55,6%) sustentaram não ter nenhum tipo de trabalho remunerado e 184 (44,1%) afirmaram possuir trabalho remunerado. De um universo de 412 respostas válidas, referentes à renda pessoal: 104 (24,9%) informaram possuir uma renda inferior a R\$ 85,00 naquele último ano, encontrando-se, assim, na faixa de extrema pobreza. 225 (54,6%) possuíam uma renda pessoal superior a R\$ 85,00 e inferior a um Salário Mínimo (SM). Quanto à renda familiar, foram validadas 407 respostas, sendo que, destas, cinco (1,2%) admitiram não ter rendimentos e 93 (22,3%) informaram ter um rendimento familiar inferior a um SM. 216 (51,8%) possuíam uma renda familiar entre um e dois SM. O desemprego, a falta de renda e a carência alimentar podem ser expressos na fala da participante de um GF:

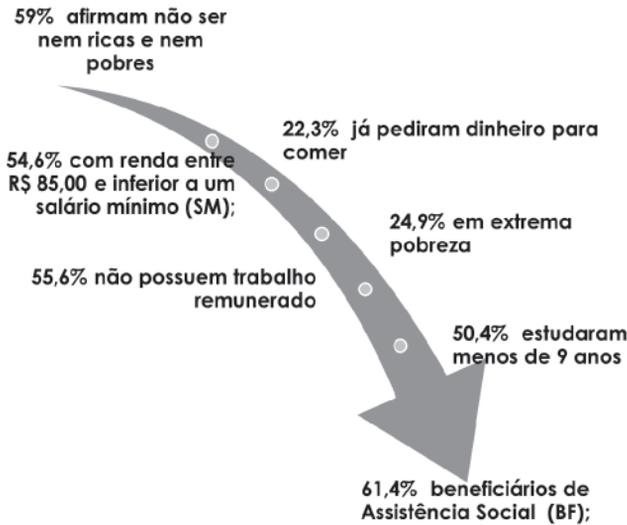
[...] e ela disse que sentia muito, que quando chegava em casa ao meio dia e a filha dela queria almoçar e ela não tinha nada pra dar, não tinha nada; o marido dela tinha coragem pra sair pra trabalhar, mas lá não tem, assim [...] hoje, uma pessoa pode pagar um dia de serviço, e não tinha [...] e ela disse que não tinha nada, nada (GF AU 3).

Sobre os aspectos subjetivos da pobreza, de 416 respostas válidas, 155 (37,2%) se reconheceram como pobres; 15 (3,6%) se consideraram ricas; e 246 (59%) se declararam nem ricas e nem pobres, como se vê na Figura 1. Alguns chegaram mesmo a afirmar que são ricas da graça de Deus ou que não são pobres, já que possuíam uma casa e tinham alimentação.

Quanto à percepção das pessoas a respeito da pobreza, identifica-se o caráter polissêmico do conceito, ao se atribuir à pobreza conceitos morais ou subjetivos, o que pode levar a uma valorização do ser pobre. Da mesma forma, a riqueza enquanto capacidade mínima de ter um teto ou a alimentação básica. Em algumas falas, os entrevistados expressavam que eram ricos em algum sentido, ao mesmo tempo em que também

reconheciam a pobreza como uma forma de negação de atributos, ou de valores morais, como se pode depreender da fala de um participante de um GF: “quando não é pobre de dinheiro, é pobre de pensamento, é pobre de atitude, né?” (GF AR 1).

Figura 1: Dados quantitativos da pobreza



Fonte: Elaborada pelas autoras

Alguns participantes dos GF primeiramente se reconhecem como ricos, depois expressam no discurso o conceito que têm de pobreza e, reconhecendo sua posição, buscam compensar com um atributo positivo, ou com a reprodução de um discurso fatalista, como na fala a seguir:

Eu me considero rica de espírito (certo!) mas, humanamente falando, acho que eu... tem pessoas mais pobre do que eu, tem pessoas que num tem nem o que visti. Porque eu, eu, tem pessoas pobres que às vezes almoçam, mais num janta, tem gente que janta mais num merenda. E nós temos que agradecer a Deus, por todos os dias, não é muito bom. Tem dia, tem dia na minha casa, eu num vou mentir porque Deus tá veno, que eu não tenho o café da manhã e às vezes não tem o pão, mas às vezes tem o café, tem uma farinhazinha, boto

um pouquinho ali, apesar de eu num puder nem comer farinha, né! Mais eu boto uma coisinha ali. Aí, minha neta reclama: – Ai, que casa pobre, eu tumara já arranjar um emprego, pra mim ter... comer bem, morar bem. Eu digo: minha filha mais confie no Senhor, confie em Deus, que tudo tá nas mãos dele. Deus está no comando de tudo, minha gente. Num cai uma folha se ele num permitir, tá no comando dele, então agradeça a Deus se você tiver um feijão, bote no fogo e agradeça que a mais tarde, pode vim um arroz, pode vim, ter um ovo, agradeça você ter um ovo, amanhã tá pior. Pense em dias melhores, samos pobres sim mas temos..., eu tenho esperança de viver melhor (GF AU 2).

Ademais, o discurso da participante do GF traz um paradoxo. Ele diz uma coisa, ao mesmo tempo que fala de outra, numa linguagem coloquial, pois quando diz que é rica de espírito, está implicitamente falando que é pobre no âmbito de uma realidade material. Podemos questionar o lugar de onde discursa essa pessoa e qual a posição social dela. Podemos inferir que se trata da fala que representa o não poder. A fala de uma pessoa que não detém nenhum tipo de poder, de autoridade, baseando tudo em um poder divino, a partir de uma visão fatalista. Considerando a perspectiva fatalista, como em Cidade (2012), enquanto processo psicossocial que contribui para uma deturpação da realidade, fazendo com que o sujeito em condições de pobreza acate a sua condição como algo previamente definido, mas que, complementarmente, no plano individual, a compreensão se dá “deformando o fato e o restringindo a unidades de análise suportáveis para o indivíduo” (p. 113). E ainda: que essa consciência da privação não passa despercebida e que pode ser expressa de forma silenciosa ou não (Cidade, 2012). Nesse sentido, o fatalismo talvez justifique porque 59% dos respondentes se definam como nem ricos nem pobres. Na fala a seguir, uma participante do GF relata: “Eu me considero uma pessoa média. Não sou pobre nem sou rica. Eu me considero razoável. O que é razoável? É um médio” (GF AU 1); ou ainda: “Nem sou rica, nem sou muito pobre também. Mas sou rica da graça de Deus. Porque quando você existe, Deus deu um coração, você resiste tudo” (GF AU 1).

Salientamos que 3,6% dos respondentes se consideraram ricos, o que nos leva a refletir a respeito da natureza da riqueza à qual essas pessoas estão se referindo, como se pode ver expresso na fala de um participante do GF: “A gente pode dizer que é rico também da graça de Deus, porque a gente, tendo Deus na nossa vida, a gente consegue passar por tudo” (GF AU 1).

Entendemos, em suplemento, que o não reconhecimento de sua posição social se apresenta como resultado de um processo ideológico de “uso de formas simbólicas de criar ou reproduzir relações de dominação, isto é, relações assimétricas, desiguais, injustas” (Guareschi, 2013, p. 156), que legitimam e reproduzem a exclusão, própria do capitalismo. A exclusão do conhecimento de sua condição de explorado, por parte de uma grande maioria pobre, é uma determinação que impede de questionar a ordem estabelecida. A negação se apresenta, em parte, como processo compensatório, ao mesmo tempo alienado e fatalista. Frente ao sofrimento, a negação pode estar aquebrantada pela culpa, pois, ideologicamente, é enfatizada a responsabilidade do indivíduo por seu fracasso. Como explicitado por Guareschi (2013), a nossa sociedade, ao mesmo tempo em que legitima quem vence, degrada o vencido, o excluído.

A partir dessa concepção de pobreza, enquanto processo social e econômico de exclusão inerente à sociedade capitalista, passamos à análise das categorias de humilhação e de vergonha, enquanto ações e sentimentos vivenciados cotidianamente pelas pessoas nessa condição.

5 VIVÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO

A humilhação gera constrangimento e vergonha. O falar sobre esses fatos vem carregado de emoção ao relembrar situações dolorosas de humilhação que ao longo da vida vão constituindo sua identidade. Como no relato de participante do GF, que expressa como se sentiu pela humilhação sofrida em lojas e supermercados, pelo olhar vigilante, suspeitando de seu comportamento:

Acho que é a questão de achar que a pessoa vai roubar, né? Porque não pode entrar ali só pra ir comprar alguma coisa, ou pesquisar alguma coisa, eles imagina que você vai roubar. Você tem que deixar o que você tiver lá no balcão, até o guarda-chuva você tem que deixar lá no balcão, você não pode entrar com ele... (GF AU 1).

De fato, a abordagem do tema é de certa complexidade porque envolve afetos, sofrimento individual ou coletivo, direitos, regras e expectativas morais. Harkot-de-la-Taille (1999) defende que o mais específico da humilhação é que, além do rebaixamento, existe a busca para anular os aspectos simbólicos e de reconhecimento da boa imagem que o sujeito tem de si mesmo, de sua identidade de sujeito. A humilhação é uma ação violenta, porque visa a “deslegitimação de grande parte, senão da totalidade, do universo simbólico subjacente a esse objeto-valor para o sujeito” (Harkot-de-la-Taille, 1999, p. 37).

No relato de um participante de GF, observa-se a não aceitação da humilhação que o outro pode lhe impor, não aceitando o rebaixamento moral e mantendo sua dignidade e honra. Sobre essa exigência do respeito à dignidade, Lopreato (2005, p. 248) diz que “significa recusar-se em pactuar com o rebaixamento provocado por um acontecimento de humilhação. Quando a dignidade é afrontada, a honra é afetada”.

E, aquele que tinha poder mais do que a gente, a gente fazia um jeito de não ocupar muito que era pra não ser discriminado por ele, porque podia discriminar, se ele desconfiasse que a gente pode achar que merece, né? pode ser discriminado, não é? Por que aí o pobre, é o quê? O pobre pode ser discriminado, aí vai ver a razão, mas vai ver não tem. Porque, ele acha que o outro é mais poderoso do que ele e fica humilhado [...]. Não, pra mim, eu nunca passei por essa não (GF AR 1).

Nessa perspectiva, é importante lembrar que a capacidade de se contrapor a uma humilhação pode ser aprendida. Segundo Lopreato (2005),

[...] honra é o respeito de si, afirmação de si, e interessa ao ser, mas também ao querer e ao agir. Resistir à submissão, dizer não às formas

de opressão, revoltar-se: é fazer triunfar a identidade pessoal [...]. É a arte de se fazer respeitar (p. 250).

Na pesquisa, procurou-se saber sobre as vivências discriminatórias no dia a dia das pessoas, a partir da aplicação da Escala de Experiência Externa de Humilhação (Zavaleta, 2007), pedindo que apontassem a frequência em que se sentiram humilhadas em determinados locais. Os resultados indicam (Tabela 1) que foi nos serviços de saúde que se apresentou o maior percentual (48%) de pessoas que apontaram sentir-se humilhadas quando procuraram ou foram atendidas por esses serviços. Tal realidade pode estar relacionada à precariedade nos atendimentos dos serviços de saúde, assistência social e transporte. Moura Jr. (2015) explicita como as pessoas pobres se sentem humilhadas pelas instituições públicas, em vários espaços de convivência e por diversos motivos, o que pode levar a uma internalização da dominação e uma sensação geral de inferioridade e incapacidade. Ademais, essa impotência gerada pela humilhação e vergonha pode comprometer o potencial de funcionamento da pessoa em pobreza. De forma que essas “características psicológicas são instrumentos de manutenção de uma realidade social de dominação, funcionando como bases para as condições sociais de degradação e de esvaziamento de espaços de exercícios de poder” (Moura Jr., 2015, p. 155). Em segundo lugar, foi na família que 42% dos entrevistados se sentiu humilhado, seguido de trabalho (35%), escola (32,3%), transporte (31%), espaço público (25,1%), Banco (18,3%), *Shopping*, comércio, supermercado (17,1%), polícia/sistema judiciário (14,1%), Igreja/espaço religioso (11,2%), Serviços Sociais (10,5%) e Restaurantes (9,6%). O alto percentual em locais de convivência mais frequentes, como a família, o trabalho e a escola, confirma que nas relações mais próximas podem estar presentes, de forma significativa, as humilhações domesticadas (La Taille, 2004).

Tabela 1: Frequência da Humilhação

Locais/Espaços da Humilhação	Frequência (%)
Serviços de saúde	48
Família	42
Trabalho	35
Escola	32,3
Transporte	31
Espaço público	25,1
Banco	18,3
<i>Shopping</i> , comércio, supermercado	17,1
Polícia/sistema judiciário	14,1
Igreja/espaço religioso	11,2
Serviços sociais	10
Restaurantes	9,6

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Além disso, seguindo o raciocínio de Feitosa, Rivera, Camboim e Santos (2012), todas as relações sociais são relações de dominação, cujos elementos simbólicos são tão importantes quanto os elementos econômicos e “estão relacionadas com as experiências com pares de iguais, patrões, parceiros, ou seja, as mais diversas formas de relacionamento que se fundamentam em subordinação e dominação” (p. 206). Nesse sentido, as humilhações externas provavelmente acontecem de forma velada e sistemática nos espaços e nas relações cotidianas. O reconhecimento dessa relação cotidiana atravessada pela prática de humilhação, talvez seja a mais difícil de reconhecer e expressar.

Várias situações de humilhações foram relatadas pelos participantes em locais como lojas e supermercados, como na fala de um participante do GF:

É, o olhar, assim o gerente, sabe... o fiscal. Aí teve um dia que eu tava na Americanas, né, aí comprei um, um cartãozinho, né, de namorada, né, aí botei aqui no bolso, né, porque não queria ficar segurando na mão, né. Aí pensou que eu queria roubar, né. Eu me sinto mal, né... (GF AU 1)

A sensação de a pessoa se sentir exposta pode gerar um senso de rebaixamento, por se sentir olhado, vigiado, invadido em sua privacidade. Também por se sentir inadequado em um espaço que não costuma frequentar, ou que, acredita, não está vestido de forma apropriada, o que gera a vergonha. As ocorrências negativas anteriores, como ser vítima de desconfiança por parte dos “seguranças” em lojas e ser vigiado, dentre outras, se constituem violências que podem alterar a relação daquela pessoa com o local, podendo também influenciar a percepção em eventos futuros. Os episódios negativos de humilhação nesses locais foram os mais relatadas pelos participantes, demonstrando que é menos doloroso falar de humilhações sofridas por parte de pessoas com as quais não se tem vínculo, provavelmente pela reação de revolta e não aceitação da ação de rebaixamento, do que expressar humilhações da parte de pessoas significativas, como familiares.

Na Escala de Experiência Externa de Humilhação (Zavaleta, 2007), relacionada aos motivos para a humilhação (Tabela 2), temos que 22,8% indicaram que foram humilhados por sua renda e 22,3% se sentiram humilhados em função do seu bairro/comunidade. Em consonância, nos GF, foram relatadas situações de humilhação devido ao bairro/comunidade, por ser considerado pela opinião pública em geral como violento, o que chega até mesmo a prejudicar os moradores em entrevistas de emprego.

Tabela 2: Motivos da Humilhação

Motivo da Humilhação	Frequência (%)
Cor ou etnia	12,30
Comunidade	22,30
Gênero	13,40
Orientação sexual	4,50
Idade	11,20
Alguma deficiência	8,50
Alguma doença	12,70
Religião	17,50
Renda	22,80
Escolaridade	18,60
Outro	25,70

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Sawaia (2013, p. 75) também relata que as pessoas pobres, quando moram em determinadas comunidades, “preferem dissimular o nome do seu bairro porque se sentem humilhadas ao serem igualadas a pessoas cujo descrédito é do conhecimento de todos”. Essa discriminação foi expressa por uma participante do GF:

A gente sente, né, é discriminado, é discriminado! Né? As vez, a pessoa: – “Não, você mora aonde?” –No BJ. – “Vixe”, aquele bairro! [...]. Aí né? Mais, você tem fé. – É lá mermo que eu moro, quem tiver, né, as suas pessoas que agride, as violência né? Mais é lá mesmo que eu moro. Quer dizer, é aqui mermo que eu moro (GF AU 2).

Na Escala de Experiência Externa de Humilhação procurou-se identificar os prejuízos advindos da renda. A frequência nos mostra que 77,5% indicaram que a renda prejudicou em ser atendido nos serviços públicos; 66,7 % que a sua renda prejudicou em conseguir emprego;

49,9% em entrar na escola; e 76,7% prejudicou em entrar na universidade. Vale salientar que, além desses prejuízos, é possível também que os eventos de humilhação possam interferir na permanência dos sujeitos no sistema formal de ensino ou em empregos. Moura Jr. (2015) demonstra como a posição de submissão proveniente da pobreza e da humilhação gera o sentimento de vergonha e de uma avaliação pessoal de fracasso que podem levar ao distanciamento de relações que, justamente, poderiam se constituir em práticas e aprendizados emancipatórios.

A humilhação que ocorre no âmbito da realidade de pobreza, segundo Góis (2012), afeta a saúde e pode ser importante componente em problemas sociais como analfabetismo, desemprego, diminuição da expectativa de vida dos jovens, abandono, trabalho infantil, prostituição, violência social e doméstica, e alcoolismo. E é desse lugar que se origina o que Góis (2012) designa de distresse da pobreza, um estresse crônico da população pobre que está na condição de oprimido, ordem essa que pode socialmente ser geradora de vergonha.

6 COMO FICA A VERGONHA?

Assim como nas experiências de humilhação, investigar sobre a vergonha vivenciada pelas pessoas e, ainda mais, associando-a ao contexto de pobreza, constitui-se um desafio, tanto por uma temática quanto por outra. Relatos de vivências de vergonha são de difícil acesso, pois, como apresenta Soldera e Hashimoto (2009):

[...] a pessoa, quando mantém o sentimento de vergonha, guarda-a para si, ainda que ocorra justamente na relação entre o indivíduo e a sociedade. E, se esse sentimento não for possível de ser elaborado, pode provocar no indivíduo sofrimento tanto psíquico como social (p.192)

Nos GF, ao se discutir sobre a vergonha associada à pobreza, os relatos geralmente são iniciados com uma negativa em ter passado algum constrangimento devido a essa condição, mesmo porque admitir a

pobreza não é fácil. A pobreza é uma experiência complexa, dinâmica, que envolve privações, fracassos e julgamentos morais, portanto, admiti-la pode ser doloroso. Para Soldero e Hashimoto (2009), a vergonha aparece também como elemento mediador de outros afetos e da subjetividade: “ela é um elemento neutralizador da subjetividade, para que o indivíduo suporte sua realidade objetiva dolorosa e aflitiva, compondo-se de vários elementos, como a raiva, a culpa, a agressividade e o medo” (p. 192).

Uma conjunção que pode ser geradora de vergonha está relacionada às discriminações e preconceitos advindos da condição da pessoa (La Taille, 2002), como a sua cidade ou região de origem, etnia, gênero, orientação sexual, *status* social e econômico, como ser nordestino, ser pobre, ser *gay*, ou ser mulher. A vergonha, como explicitada por La Taille (2004), revela que se refere a um sentimento pessoal de se sentir rebaixado. Trata-se de aceitar a imagem pessoal negativa, que depende de um autojuízo. “É isso porque sentir vergonha não decorre apenas de ser julgado por alguém, mas do julgar-se a si próprio” (La Taille, 2004, p. 89). Ou seja, a avaliação que o outro faz é aceita como verdadeira ou legítima por quem sente vergonha. Caso não ocorresse esse compartilhamento, o julgamento do outro não provocaria vergonha, mas talvez uma indignação ou raiva, ou outra emoção. Segundo La Taille (2002) “o juízo negativo alheio é aceito como legítimo e, logo, corresponde a um autojuízo negativo. Na vergonha, portanto, o decair perante os olhos alheios deve corresponder a um decair perante os próprios olhos” (p. 19). Como explicitado na fala abaixo do participante do GF que, embora reconhecendo que não deveria sentir vergonha por suas roupas, pois essa não diz do seu caráter, o julgamento que supõe que os outros lhe façam é aceito e faz-lhe sentir vergonha.

Eu mesmo já fui várias vezes discriminado, assim, de tá em mercantis assim, o Carrefour, Americanas, sabe? Aí, eu confesso, e não é impressão minha não, as pessoas fica olhando sabe. O olhar, né! É, o olhar, assim o gerente, sabe... o fiscal... (GF AU 1).

Depreendemos que o discurso traz implícita a fala hegemônica em relação ao pobre como aquele que não tem bom caráter. É um discurso que não aparece, é como uma sombra, para a qual a pessoa já emite um discurso de resposta, aceitando ou negando. O discurso citado está impregnado pelo discurso do opressor, fazendo sua defesa: “porque meu caráter não tá na minha roupa” (GF AU 1). Em outra fala também essa questão das vestimentas surge como estigmatização da pessoa pobre, como marca da sua aparência que não pode ser escondida, que se mostra, e cuja exposição provoca vergonha:

[...] pela questão da pessoa entrar em um ambiente com a mesma roupa que entra que custa 1.000 reais, essa também é a pessoa que entra com a roupa mais humilde. A roupa não vai poder influenciar em você poder entrar num ambiente, né? A questão, a mesma coisa é as pessoas que se orgulham porque compra calçados, num sei o quê, não sei o quê, do mesmo jeito entra uma chinela havaiana, uma rasteirinha de 10 reais, de cinco, não vai menosprezar a pessoa por causa da questão daquela roupa o do acessório que ela utiliza. O que importa é se você é uma pessoa de bem, se você tem... você tem seu direito de ir e vim (GF AU 1).

Como também defendido por Tugendhat (1997 p. 254), a vergonha se refere ao “sentimento de perda da autoestima” e à consciência de “não ser bom”. Da mesma forma, a pessoa pode sentir vergonha de ser pobre e também se sentir culpado por essa condição de escassez ou de não acesso a certos serviços, corroborando com uma ideologia hegemônica de que todos teriam possibilidade de ascender socialmente, independentemente da classe social de origem. A fala abaixo deixa implícito esse afeto de vergonha por não ter acesso a determinados bens:

Não tá na minha aparência. Mas a gente vê que a gente é discriminado mesmo, a gente não tem boa vestimenta, não tem um bom carro, as pessoas... Você chegar num lugar com carro bom, as pessoas já olha você com outros olhos, né, só porque você tem aquele carro. É cultura do povo, né? Infelizmente (GF AU 1).

Procurou-se identificar junto aos respondentes a percepção da pobreza e se as pessoas sentiriam ou não vergonha por essa condição. Como resultado, temos que 94,9% das pessoas informaram não sentirem vergonha de serem pobres, porém reconhecem que 77,6% das pessoas não pobres fazem as pessoas pobres se sentirem mal. Nos GF, quando perguntados se as pessoas pobres sentiam vergonha, alguns relatos são, a princípio, de que não sentiam vergonha. Porém, no transcurso da conversa, as pessoas aos poucos foram falando de como se sentiam excluídas, vigiadas, discriminadas e como sentiam vergonha.

Estaria a vergonha, em contextos de pobreza, vinculada à culpa por se encontrar em privação? Para refletirmos sobre essa possibilidade, podemos citar Pimenta e Oliveira (1999), que dizem ser a vergonha um sentimento moral que tem como autoridade o costume social, sendo essa uma forma de sanção externa do grupo por desobediência às regras, enquanto a sanção interna seria a culpa. Segundo esses autores,

A expressão da vergonha é o sentimento do olhar do outro, que faz o indivíduo sentir vontade de sumir, de se esconder das vistas dos outros, enterrar-se. A culpa, por sua vez, é a consciência do erro. A sanção não significa punição, mas o tormento do ser (Pimenta & Oliveira, 1999, p. 153).

A vergonha moral estaria em fracassar em uma das capacidades, mas, sobretudo, nessa capacidade central de atender às normas (Tugendhat, 1997). Ora, ocorre que o fracasso de uma pessoa não deixa o outro indiferente. Diante do fracasso de alguém no desempenho das suas capacidades, resulta um juízo moral de desaprovação que pode ser de indignação ou censura. Acontece que os membros de uma sociedade exigem uns dos outros um comportamento moral, um ter de, independentemente de um querer ser assim, pois o assentimento moral é, portanto, aquele que todos os membros da comunidade exigem de todos. Uma importante motivação para atender às normas internalizadas, é a aprovação e aceitação social, a vontade de querer ser amado e ser respei-

tado como membro da comunidade. A culpabilização é refletida por um participante de um GF, que diz:

Eu não sei se é culpa da pessoa ser pobre, ou é culpa da gente mesmo. Não sei como é que isso... como a gente convive com isso. Não sei se eu sou pobre é porque eu não estudei, ou sei lá. Tive oportunidade, ou não tive força. São perguntas às vezes que fica na cabeça da gente, né? (GF AU 1)

Na pesquisa procurou-se identificar se existe uma inclinação da pessoa pobre a sentir mais vergonha como resposta a algum evento específico. Ou seja, dados que confirmem se algumas situações vivenciadas ao longo da vida, desde a infância, por exemplo, teriam efeito para a disposição maior da pessoa em condição de pobreza em se sentir envergonhada ou, pelo contrário, a não sentir vergonha. Na construção da Escala, Zavaleta (2007) defende que:

A propensão à vergonha pode fornecer informações importantes para testar diferentes hipóteses (por exemplo, se um baixo nível econômico se correlaciona com níveis mais elevados de propensão à vergonha), mas também servir como uma questão de controle para o indicador que mede a vergonha de ser associado à pobreza (por exemplo, as pessoas estão se sentindo estigmatizadas porque são propensas a sentirem vergonha?) (p. 20)⁴.

Ou seja, como as vivências de discriminação pela pobreza, ao longo da vida, podem afetar a forma da pessoa se posicionar e participar dos eventos em sua comunidade? A reflexão pode ser feita a partir do relato de uma participante, que diz: “a gente fica constrangido, né, com uma questão dessa. Porque você vai entrar num lugar que você sabe que é [...]. É traumatizante, viu? Qualquer um não gosta” (GF AU 1).

4 No texto original: “Shame proneness can provide important information to test different hypotheses (e.g. does a low economic level correlate with higher levels of shame proneness?) but also serve as a control question for indicator measuring the shame of being associated with poverty (e.g., are people feeling stigmatized because they are prone to feel shame?)” (Zavaleta, 2007, p. 20)

Dos dados provenientes da Escala de Tendência à Vergonha de Zavaleta (2007), destacamos que 71,84% responderam afirmativamente para o item ‘envergonhado’; 70,5% para o item ‘que as pessoas estão rindo de você’; 75% se sentiam ‘inseguras’; 59,5% sentiam ‘que as pessoas lhe tratavam injustamente’; e 53,8% marcaram afirmativo para o item ‘humilhado’.

Esses sentimentos negativos relacionados aos acontecimentos de humilhação, rejeição e desrespeito em seu cotidiano, vivenciados por pessoas pobres, podem levar a um sentimento global de fracasso (Moura Jr., 2015; Ximenes & Sarriera, 2013; Zavaleta, 2007; Góis, 2012), a um estresse crônico. Segundo Góis (2012), esse sofrimento está relacionado a poucos resultados positivos, a inibição, contenção, revolta, tensão, baixas defesas imunológicas e que

é um sentimento coletivo e individual, presente no corpo e na própria subjetividade pessoal como também na subjetividade social; é um sentimento de tristeza e, também, de agressividade, de fragilidade e desamparo que encontramos no indivíduo e na comunidade. O morador peleja, peleja e não consegue. É próprio da identidade de oprimido e explorado e vem da ideologia de submissão e resignação (Góis, 2012, p. 137).

Moura Jr. (2015) corrobora esse pensamento e defende que esse cotidiano de discriminação e de atos depreciativos em relação à pobreza pode levar à culpa, à vergonha e à resignação, pois “é comum às pessoas nessa situação se sentirem e se reconhecerem em patamar inferior aos outros seres humanos, resignando-se por sua situação” (p. 132).

A resignação e o conformismo frente ao sofrimento do ser pobre (Góis, 2012) podem ser considerados também como adaptativos, efetivados por meio de estratégias de sobrevivência precárias, permitindo minimizar a dor e o contato com a realidade de opressão. A constatação do quanto estão presentes esses sentimentos negativos que se encontram atrelados à sua condição de pobreza em aspectos multidimensionais, no entanto, não deve limitar o olhar somente a uma perspectiva negativa,

reproduzindo e, da mesma forma, contribuindo para se perpetuar essa dominação. Pois, a naturalização da pobreza e a negação do potencial do indivíduo contribuem com essa lógica hegemônica que desqualifica, desvaloriza, envergonha e silencia. Entendemos que,

[...] apesar da rede de significados culturais vinculados a uma Ideologia de Submissão e de Resignação, uma Cultura do Silêncio e uma Síndrome Fatalista, o ser humano tem a possibilidade de desenvolver seu psiquismo em bases mais abrangentes do que as práticas e crenças vigentes (Cidade, Ximenes & Moura Jr., 2012, p. 96).

Nessa perspectiva, Góis (2012) fala que “a potência de vida é uma tendência natural para o crescimento individual, é a vida pressionada por individualidade, conexão, saúde e evolução de cada ser vivo” (p. 143) e propõe uma terapia integrada às atividades socioprodutivas e à participação comunitária que possibilite a redução do estresse pela condição de oprimido e a criação de novos sentidos para a vida individual e comunitária.

7 CONCLUSÃO

Considerando a pobreza como uma consequência do modo de produção capitalista, cujas importantes características são a exploração da força de trabalho para a produção de riqueza e a concentração de renda, constata-se que um contingente de sujeitos se encontra inserido de forma precária no processo de produção. Esses são tratados como pessoas de segunda categoria e, ainda, impõe-se que sejam considerados culpados. A sustentação ideológica para a reprodução social, política e econômica dessa exclusão/inclusão precária é amparada em uma construção social de poder que sustenta uma visão naturalizante e fatalista da pobreza.

As relações de poder acontecem por meio de situações de discriminação, de tratamento desrespeitoso e de atos de humilhações. Essas ocorrências ao longo da vida geram adoecimento devido à condição de

oprimido. As condições de vida, a partir de uma negação continuada da potência como pessoa e sujeito, contribuem para a constituição de uma identidade marcada pelo olhar de desaprovação, de crítica e de submissão.

Destacamos que, nas humilhações externas relacionadas aos locais/ espaços da ocorrência, as maiores frequências se dão nos serviços de saúde, o que nos remete a uma postura autoritária das instituições e de seus agentes buscando a perpetuação das relações de dominação e esvaziamento de espaços que venham a proporcionar exercícios de poder. Em seguida, os dados relativos aos espaços diários de convivência como família, trabalho e escolas, reforçam como as relações mais próximas podem estar atravessadas por práticas de dominação e poder, perpetradas em posturas cotidianas de subordinação.

Nas experiências de humilhação, concluímos que os principais motivos dizem respeito à renda, comunidade na qual residem e escolaridade. Dentre os prejuízos advindos do status socioeconômico, a experiência mais significativa foi a de não entrar na escola e a de não conseguir emprego. Consideramos que esse aspecto é relevante, pois o não acesso à educação irá distanciar ainda mais os indivíduos de uma possibilidade de conscientização e das vivências que possibilitariam sua emancipação como sujeitos. Na investigação em relação à humilhação acumulada, os dados nos indicam como são significativos aos pesquisados os sentimentos negativos de se sentirem menosprezados, ridicularizados, inferiorizados e excluídos.

No tocante à vergonha suscitada pela pobreza, opinamos que a própria negação inicial da sua situação de privação, aponta para uma tentativa de evitar a revivência de situações que podem ter produzido sofrimento. O espaço de troca intersubjetiva no decorrer da pesquisa, no entanto, favoreceu o compartilhamento de vivências que demonstram a ocorrência de humilhação e de vergonha, amparado na escuta, na confiança e no apoio de pessoas nas mesmas condições de vida.

Finalizamos, com a compreensão de que, não obstante as experiências de humilhação e o desenvolvimento de um indivíduo marcado pelo sentimento de vergonha, a escuta e o acolhimento podem fortalecer a potência de vida. Essa é uma capacidade de evolução, que gera resistência, criatividade para enfrentar os dissabores, e que anseia pela expressão. A potência de vida é também carregada de afetos à espera de uma relação autêntica de confiança e de respeito.

REFERÊNCIAS

Ansart, P. (2005). As humilhações políticas. In I. Marson & M. Naxara. (Orgs.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU.

Cidade, E.C. (2012). *Juventude em condições de pobreza: Modos de vida e fatalismo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará.163f.

Cidade, E.C., Moura Jr., J., & Ximenes, V.M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicol. Argumento*. 30(68), 87-98.

Feitosa, I.P., Rivera, G.A., Camboim, A.A., Santos, M. da S. (2012). Repensando o sentimento da vergonha: Contribuições psicossociológicas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(1), 203-210.

Góis, C.W. de L. (2012). *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza: BNB.

Guareschi, P.A. (2013). Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilização. In B. B. Sawaia (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (13a ed.). (pp. 143-157). Petrópolis: Vozes.

Harkot-de-La-Taille, E. (1999). *Ensaio semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

Harkot-de-La-Taille, E. (2002). O Sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 13-25.

Husson, M. (1999). *Miséria do Capital: Uma crítica do neoliberalismo*. (1a ed.). portuguesa. [tradução: Ana Barradas]. Lisboa: Terramar.

Kirschbaum, C. (2013). Decisões entre pesquisa quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 179-192.

La Taille, Y. de. (2004). *Vergonha, a ferida moral*. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Lopreato, C.S.R. (2005). O respeito de si mesmo: Humilhação e Insubmissão. In I. Marson, & M. Naxara. (Orgs.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU.

Marx, K. (2010). *O Capital*: edição condensada. Karl Heinrich Marx: [condensador: Gabriel Deville; tradução: Murilo Coelho]. São Paulo: Folha de São Paulo.

Moura Jr., J.F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. 159f.

Moura Jr., J.F. (2015). *Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: Um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. Tese (Doutorado em Psicologia). UFRGS. 210f.

Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: Histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28.

Pimenta, M.M. & Oliveira, R.C. (1999). Os constrangimentos do corpo nas interações sociais. In J. de S. Martins (Org.). *Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole*. São Paulo: Hucitec.

Sawaia, B.B. (2013). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B.B. Sawaia (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (13a ed.). (pp. 99-119). Petrópolis: Vozes

Soldera, L.M., & Hashimoto, F. (2009). Raízes da vergonha: Um estudo psicossociológico sobre a vivência de trecheiros. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 189-194.

Strapasson, K., & Pamplona, D. (2014). A escolha pública econômica para erradicar a pobreza extrema no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. 4(2), 46-64.

Tugendhat, E. (1997). *Lições sobre ética*. (3a ed). Petrópolis: Vozes.

Yasbek, M.C. (1996). *Classes subalternas e assistência social*. (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Veras, M.P.B. (2013). Exclusão social – Um problema brasileiro de 500 anos (Notas preliminares). In B.B. Sawaia (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (13a ed.). (pp. 29-51). Petrópolis: Vozes.

Ximenes, V.M., Cidade, E.C., Nepomuceno, B.B., & Leite, J.F. (2014). Pesquisa e intervenção a partir da realidade social - Desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In C. Stella. (Org.). *Psicologia Comunitária - Contribuições teóricas, encontros e experiências*. (pp. 87-110). Petrópolis: Vozes.

Zavaleta, R.D. (2007). The Ability to go about without Shame: A proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. *OPHI Working Paper*. n. 3.



EIXO II

INVESTIGAR E ATUAR NO CONTEXTO DE POBREZA

A (DES)IGUALDADE SOCIAL E A PSICOLOGIA: UMA PERSPECTIVA PARA O DEBATE SOBRE A POBREZA

Raquel Souza Lobo Guzzo

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio quer refletir sobre a pobreza, a partir da perspectiva psicossocial, levando-se em conta uma leitura crítica da vida no capitalismo, a qual pode fornecer um referencial para o enfrentamento de uma condição de vida desumanizada e estrutural no sistema social e econômico em que vivemos. Para isso é preciso clarificar o conceito de pobreza, não apenas por condições objetivas de poucos recursos financeiros que impactam o cotidiano de vida, mas, principalmente, pelas condições subjetivas forjadas em situações econômicas desfavoráveis. Este capítulo foi estruturado em quatro partes: a primeira define as circunstâncias da pobreza, a segunda suas consequências, a terceira reflete a psicologia e a temática da pobreza e a última aponta caminhos.

2 POBREZA: CONDIÇÃO HISTÓRICA OU DESTINO

A pobreza é a evidência concreta das desigualdades sociais (condição de extrema diferença entre aqueles que têm acesso aos bens e serviços e os que vivem às margens do sistema). Por isso, é preciso entender que pobreza não é alguma condição histórica para a qual não temos nenhuma possibilidade de enfrentamento. A pobreza é consequência de uma política econômica que combina a produção de riqueza pelos trabalhadores e a concentração de renda pelos proprietários dos meios de produção. Se essa política sistêmica for combatida, a pobreza é enfrentada estruturalmente, não por programas de transferência de renda apenas, mas por uma sistemática de redução da desigualdade por meio

da socialização da riqueza produzida coletivamente – a construção de uma sociedade socialista. Se essa proposta fosse implementada, seria possível o combate à pobreza, pelo menos na proporção que existe hoje.

De acordo com Valsiner (2009), pobreza é uma palavra perigosa, pois ela contém a avaliação implícita de um poder não muito claro, mas bastante persuasivo. Pobreza pode ser material, mas pode ser também de sentimentos, pensamentos ou ideias. Ainda, não temos, como psicólogos, nenhuma dificuldade em assumir que a pobreza está relacionada a sofrimento, sobretudo em nossa sociedade de consumo e de uma ideologia que valoriza a posse de bens e riquezas. Quando falamos em pobreza, de imediato pensamos na acumulação de riquezas. Trata-se, portanto de um conceito que deve ser compreendido em uma relação dialética – só existe pobreza porque existe riqueza. E o contrário é também verdadeiro – a pobreza é um conceito relativo e dialético. Por isso, para discutir a pobreza, e como a psicologia pode lidar com essa face da questão social, é preciso um acerto de contas com a vida cotidiana no capitalismo (Comblin, 2003).

A pobreza existe em muitos dos países industrializados e caracteriza regiões inteiras do mundo que são consideradas “em desenvolvimento”, entendendo-se que desenvolvimento, nesse caso, é o resultado de processos econômicos na produção de riquezas. O Produto Interno Bruto (PIB) tem sido o indicador mais importante para avaliar o estado de desenvolvimento de um país, enquanto outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), classificam os países pelo grau de desenvolvimento humano com as condições sociais que têm grande impacto na vida cotidiana das pessoas. Considerar um país desenvolvido ou em desenvolvimento, levando-se em conta apenas a riqueza produzida (PIB) não revela, de modo real, as condições cotidianas de vida da população. Um país onde a pobreza é conjuntural mas mantém a condição do PIB alto revela muito sobre a política econômica assumida e é elemento importante para a crítica às políticas de erradicação da pobreza. O IDH, por exemplo, desenvolvido pelos

economistas Mahbudul Had, paquistanês, e Amartya Sen¹, indiano, em 1990, e utilizado, desde então, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na tentativa de eliminação da pobreza em substituição ao PIB *per capita*, indica como o capitalismo, em sua face mais perversa, mantém a condição econômica da riqueza com o sacrifício e as péssimas condições de vida da população. Uma mudança nessa avaliação da pobreza e riqueza no mundo demanda, ainda, muito debate e enfrentamento político. E, também, construções teóricas e práticas oriundas da Psicologia, capazes de uma leitura crítica do que significa viver na pobreza (Bastos & Rabinovich, 2009).

3 DESIGUALDADE SOCIAL E VIDA COTIDIANA – SUBJETIVIDADES EM RISCO

Uma análise da sociedade capitalista, desde os seus primórdios, demonstra, sem chances de dúvidas, que a produção de riqueza em abundância não é dividida a todos de maneira igual. Os mais ricos, são os que detêm os meios de produção da riqueza. Acumulam e buscam, constante e intensamente, o lucro pela exploração da força de trabalho dos mais pobres. A maioria da população na América Latina entende que o recente crescimento de seus países é frágil, exatamente porque a pobreza não é erradicada com o desenvolvimento econômico do país no capitalismo – ela é parte essencial desse sistema (Taaffe, 2007).

Em um último relatório, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a evidência de que a situação da pobreza no mundo piora enquanto as instituições capitalistas se impõem, aumentando a diferença entre ricos e pobres. De acordo com o documento (PNUD, 2013), nos últimos 30 anos, mais do que duplicou o número de pessoas que vivem com menos que um dólar ao dia nos 49 países mais pobres do mundo, em especial na África. Essa situação pode ser até pior do que as estatísticas apontam, pois as pesquisas são realizadas por organismos

1 Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. Massachusetts: Harvard University Press.

dependentes dos países ricos. Enquanto nos Estados Unidos o consumo *per capita* é de 41 dólares por dia, nos países africanos esse valor é de menos de dois dólares ao dia. Segundo esse relatório, enquanto a globalização diminui barreiras internacionais para o comércio e o investimento, a pobreza se agrava em nível internacional, sendo este um dos impactos mais cruéis desse sistema.

Em 2013, embora a situação mundial não tenha se alterado, o Brasil foi considerado pela ONU o 13º país no mundo com maior investimento no combate à pobreza em uma lista de 126 países em desenvolvimento. Isso não significa, no entanto, que a pobreza foi erradicada. Para Schwartzman (2004, 2005), uma análise da causa da pobreza passa, necessariamente, pela constatação dos conflitos de classe. É preciso uma retomada das noções, aparentemente ingênuas, sobre o que gera a pobreza, atribuindo às pessoas a incapacidade de trabalharem, ou explicando as dificuldades de trabalho em termos de questões sociais como dificuldades pessoais com a formação. A luta contra a pobreza e em favor do desenvolvimento social, seria a luta contra interesses de uma oligarquia industrial nacional e internacional, que desde os anos 1970 foram se alternando no poder.

As distintas fases de desenvolvimento econômico e social em que o Brasil passou, mantiveram a condição da pobreza, embora as políticas públicas tivessem como foco a erradicação da miséria. O programa Bolsa Família, implementado em 2003, política assistencialista de transferência de renda em que o governo oferece subsídios para famílias em condição de pobreza ou miséria acentuada, embora muito criticado por não favorecer a emancipação, recebeu elogios porque, mesmo se utilizando de meio por cento do Produto Interno Bruto (PIB), contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias. Recentemente, o Banco Mundial (2014) expressou que o Brasil serve de modelo e exemplo no que diz respeito ao combate à pobreza do mundo com a redução da miséria. Esses elogios advêm, sobretudo, porque essa política mantém intocadas as estruturas do poder econômico. Mesmo com essas

políticas, há ainda uma grande quantidade de pessoas vivendo às margens da sociedade no Brasil, e esse problema, dificilmente, será resolvido com medidas assistencialistas, embora elas reduzam danos à condição cotidiana de vida pobre para uma grande parte da população.

Sem chances de mudanças estruturais, as pessoas que vivem, cotidianamente, enfrentando as dificuldades de moradia, transporte, alimentação, educação e acesso à saúde e assistência, não têm, no horizonte, as possibilidades de uma existência longa, saudável, criativa aproveitando um nível de vida digno e respeitoso. As pessoas que vivem na miséria, em bairros degradados, comunidades clandestinas, muitas vezes fruto da luta por moradia, que não têm emprego fixo, ou a renda familiar é baixa, não têm alternativas. Elas não estão assim porque querem. São marcadas por esse cotidiano de sofrimento, desânimo, doenças e falta de perspectivas. Por isso, a pobreza tem múltiplas dimensões que estão interrelacionadas e causam grande impacto na vida, afetando o processo de desenvolvimento da subjetividade.

Para Bastos e Rabinovich (2009) viver na pobreza é algo que faz parte da condição humana, especialmente da maioria da população de países, como o Brasil, resultado de um processo de colonização e exploração ao longo de séculos. Para essas autoras, diante do cotidiano da pobreza, a Psicologia manteve-se cega e, assim, esteve incapaz, por muito tempo, de abordar a experiência de desenvolvimento de pessoas nessas condições e contextos, respondendo a essa condição sem uma adequada epistemologia e metodologia para sua compreensão e propostas de ação. Os pobres não podem ser invisibilizados, já que são a maioria da população de grande parte dos países do mundo, tais como os países da América Latina, Ásia, África, em comparação com a Europa e América do Norte. Mais do que ser pobre por ausência das condições materiais necessárias para uma vida digna, o fato de “sentir-se pobre” ou avaliar a situação como um pobre, é a materialização do mundo em um processo de expansão de um imaginário geopolítico – ser sempre pobre quando se tem como referência um país dominante rico. Daí decorre a importância

da Psicologia no estudo e aprofundamento das questões sociais e psicossociais para o enfrentamento das desigualdades sociais.

4 A PSICOLOGIA DA POBREZA E A POBREZA DA PSICOLOGIA

Carr e Sloan (2003) apresentaram um livro sobre Pobreza e Psicologia. Nessa obra, os autores introduzem o debate, afirmando que a pobreza é hoje o principal flagelo do planeta, com estatísticas contundentes que nos remetem à compreensão de que, de fato, a pobreza é um fenômeno inerentemente social e econômico. Entretanto, afirmar isso não nos ajuda muito na compreensão da relação entre Psicologia e esse fenômeno social e econômico que flagela o mundo. É preciso mais. E o livro discute alguns elementos importantes, como os processos envolvidos na condição de pobreza, tais como poder, prejuízo, fortalecimento, desenvolvimento e aquisição de habilidades para o enfrentamento da pobreza.

Em primeiro lugar, os autores chamam a atenção para o fato de que a pobreza pode ser entendida a partir de uma variedade de perspectivas analíticas – das estruturais às sociais, das macro às microperspectivas e análises. Tomar consciência sobre as dinâmicas comportamentais da pobreza é uma alternativa psicossocial que nos coloca diante dos desafios impostos à psicologia para lidar com esse fenômeno sem patologizar ou psicologizar². A cultura da pobreza, historicamente, tem assegurado o comprometimento no desenvolvimento das pessoas, e é considerada como principal fator nesse processo. Decorrente disso, o preconceito tem se mantido como um estigma, e a psicologização como atributo para a perpetuação da condição de ser e continuar sendo pobre.

Durante a segunda metade do século XX, a Psicologia buscou um modo de contribuir com o entendimento e redução da pobreza, mas

² Gordo-López (2000) discute como mudar o uso opressivo e abusivo da Psicologia, denominado processo de psicologização das questões sociais.

por um outro caminho: focando no comportamento negativo das pessoas e das dimensões individuais e problemáticas das características de personalidade. Hoje, elementos críticos que se dirigem às necessidades das pessoas pobres são elementos importantes da relação psicologia e pobreza, tais como segurança, fortalecimento e oportunidades. As questões de segurança são complexas, envolvem principalmente as condições de justiça social, emprego e moradia. O fortalecimento pressupõe a organização da comunidade e participação coletiva. Movimentos sociais claramente organizados e dinâmicos asseguram melhores condições de vida àqueles mais pobres. As oportunidades na construção do futuro dependem também da participação de todos. Essas direções apresentam um grande leque de questões para a Psicologia como ciência e profissão.

Para a Psicologia, distante de uma análise crítica do cotidiano de vida das populações pobres, é difícil agir de modo a prevenir problemas, uma vez que podem ser considerados uma ferramenta ideológica importante na manutenção da sociedade tal como está (Parker, 2009). Apesar das dificuldades na formação de estudantes e dos esforços que vêm sendo feitos para melhorar a qualidade do exercício profissional, os programas sociais em que a Psicologia está presente, como é o caso dos programas de transferência de renda e outras políticas de assistência e saúde, ainda mantêm muito incipiente a iniciativa de psicólogos e psicólogas para entenderem as demandas da população pobre, principalmente porque, além de não preparados tecnicamente, os e as profissionais não conseguem compreender e refletir com as pessoas sobre as condições históricas e sociais que geram a pobreza (Euzébios & Guzzo, 2009). Falta uma leitura da conjuntura política para o entendimento do que significa a pobreza em um mundo de tanta riqueza.

A pobreza está em todo lugar, sem distinção geográfica ou localização em setores urbanos ou rurais dos agrupamentos sociais, e a discussão deve levar em conta os processos de desenvolvimento individuais, relacionais e comunitários que permitam seu enfrentamento. É preciso que sejam parte da formação profissional e da ação nos espaços de trabalho,

dos processos psicossociais de poder, de fortalecimento, de organização e de tomada de consciência da realidade. Uma análise da história sobre a pobreza relacionando a importância da psicologia no cenário da ação política junto a essa população que é afetada pelo risco de viver na pobreza. Mesmo desse modo, a Psicologia ainda não devotou uma atenção importante aos impactos da pobreza na constituição das subjetividades.

Martin-Baró (1996) ao apresentar um projeto ético-político para a Psicologia, tendo como horizonte a libertação dos povos explorados e oprimidos, defende que a pobreza é determinante na constituição de sujeitos históricos capazes de organizarem seus próprios destinos, pelo menos em condições melhores de vida. Para ele, viver na pobreza em um mundo de riqueza é estar escravizado em sua condição humana. Assim, propõe a construção de um conjunto de teorias e práticas capazes de entender e atender a esse processo de libertação das opressões presente nas desigualdades que se perpetuam.

A Psicologia da Libertação tem o foco nas raízes das desigualdades estruturais, apontando o histórico compromisso da psicologia com a saúde individual e a sua ausência no debate da conjuntura política, que impacta o cotidiano e adoce as pessoas. Na Psicologia tradicional, é predominante o atendimento individual, mesmo em contextos de violência, opressão e injustiças estruturais. Essa forma de atuar não tem sido suficiente para que as condições objetivas mudem. Para Martín-Baró (1996), a principal tarefa da Psicologia deve ser conduzir pessoas e grupos a um processo de tomada de consciência sobre a realidade – desideologizar – para o entendimento sobre quem são dentro da conjuntura. Ele não abandona a terapia individual, mas considera que esse processo deve focar na identidade social entendida por meio do protótipo opressor e oprimido, e da compreensão sobre as comunidades e as identidades humanas ao longo da história. A Psicologia da Libertação tem muito a contribuir como substrato científico da psicologia tradicional – e pode reduzir as desigualdades – e para a práxis, que tem como objetivo ser elemento de organização e transformação das comunidades.

Uma análise sobre a dinâmica estrutural de poder torna-se necessária antes que qualquer mudança possa acontecer nas comunidades e utilizando os próprios membros da comunidade, priorizando seus sistemas locais de conhecimento, é possível o fortalecimento do grupo para o enfrentamento das condições adversas (Moane, 2003; Lykes & Sibley, 2014).

5 TOMANDO A DIREÇÃO CERTA – POR ONDE DEVE PASSAR A PSICOLOGIA?

Dois epidemiologistas ingleses – Richard Wilkinson e Kate Pickett – publicaram, em março de 2009, o livro “Why more equal societies almost always do better: The Spirit Level”. A última parte foi dedicada a responder à questão “por que a igualdade social é melhor para todas as pessoas?” Esse livro apresentou uma tese, no mínimo surpreendente, de que, nos países ricos, o crescimento econômico não sustentava mais a saúde e a qualidade de vida da população; ao contrário, em alguns países economicamente desenvolvidos, os problemas sociais estavam aumentando. Os autores relacionaram as questões de saúde pública e problemas sociais aos níveis desiguais de renda por meio de análise proveniente dos dados obtidos pelos 50 países mais ricos do mundo: pessoas vivendo em sociedades desiguais apresentavam-se mais doentes, mais obesas; a sociedade apresentava altos índices de assassinato e mortalidade infantil, apenas para mencionar alguns elementos. A partir dessas análises, os autores afirmam que a redistribuição de renda é a solução para o combate à desigualdade social, que foi medida pela distância entre as médias de renda dos 20% mais ricos e dos mais pobres da população.

Sem qualquer sombra de dúvida, do meu ponto de vista e com evidências suficientes nos muitos relatórios produzidos do desenvolvimento social e econômico no mundo, a igualdade social é melhor para todos, porque somos seres humanos e não há diferenças (culturais, históricas e individuais) que justifiquem viver a vida sem o igual direito à alimentação, à educação, habitação, trabalho, saúde, respeito e amor. Nós somos

capazes de pensar, sentir e agir para transformar a natureza. Nós criamos regras sociais de convivência, encontramos a cura de doenças, produzimos alimentos e outros tipos de bens e serviços que precisamos para viver sob condições diferentes. Não há uns melhores que outros, com mais direitos à vida digna.

O debate em torno da ideia de que “a igualdade é melhor para todos” pode ser ainda analisado a partir de diferentes perspectivas da realidade. O livro apresentou a situação de alguns países segundo seus indicadores econômicos. Mas, desde então, a função principal da análise de conjuntura é proporcionar uma leitura realista, sistemática e articulada de uma situação específica, portanto, diferentes elementos nesse processo podem produzir resultados diferentes da análise e diferentes propostas de ação. A discussão das ideias dos autores é importante e deve ser aprofundada especialmente na direção de ação: se vivemos em um mundo desigual quais são as evidências de que a igualdade seria melhor para a sobrevivência de todos? Qual seria a melhor direção a tomar? O que constitui o elemento principal para a igualdade? E, em que sentido ser igual?

A discussão proposta pelos autores levanta, imediatamente, uma pergunta sobre os elementos apresentados para a análise realizada: a polarização entre riqueza e pobreza, na dependência de um elemento econômico. Há, no entanto, outros elementos importantes nessa discussão que não são captados em uma análise quantitativa. O que, realmente, significa ser rico ou pobre? O que, realmente, significa ser feliz ou estar satisfeito com a vida? Sentir-se feliz diante de uma condição objetiva de vida tem um amplo espectro de elementos em cada cultura e sociedade. Os critérios para se estabelecerem níveis de riqueza e pobreza são objetivos em sociedades desiguais: mais posses, mais dinheiro, mais propriedades podem ser considerados critérios para a definição de pessoas ricas e, o contrário, para definir os pobres, aqueles que têm menos, tendo como referência o rico. No entanto, associar felicidade e dignidade de vida à posse de mais dinheiro ou bens materiais torna este debate vulne-

rável, porque, se tivermos como horizonte o estado de bem-estar social para todos em igualdade de condição, isso não é possível na sociedade desigual e, nem mesmo, é possível em sua lógica de assegurar a todas as pessoas o máximo de bens e riqueza, sendo que esses bens e riqueza se concentram nas mãos de poucos. Isso significa que, dentro de uma política universal variável e arbitrária, temos que encontrar fatos e condições que qualifiquem a vida de todos os seres humanos, independentemente de quando, como ou onde eles vivem.

Outro ponto de debate é relacionado às questões do valor das coisas, da qual depende uma vida decente: alimentação, habitação, educação e todas as coisas necessárias que precisamos para viver. Coisas necessárias não são aquelas cuja necessidade foi criada pela ideologia dominante. Os preços ou valores de *commodities* e de salários estão totalmente relacionados: quanto mais dinheiro, mais poder de compra. E, quanto mais você compra, mais você tem acesso à qualidade de vida. Esta é a fórmula para a sociedade desenvolvida e capitalista, em que a concentração de renda e riqueza é parte essencial dessa fórmula.

No entanto, essa relação entre qualidade de vida e posse não é mecânica nem absoluta. O capitalismo não fornece benefícios para todos, e, muito menos, podem as pessoas tornar-se ricas por meio de trabalho, considerando os padrões de riqueza estabelecidos, a partir de países ricos. Estes são mitos fomentados pela ideologia capitalista para manter o sistema – alimentar a ilusão de que para ser rico é preciso esforço individual, é preciso perseguir um ideal, dedicar-se. Há pessoas que se esforçam, são exploradas no trabalho, dedicam todas as horas de sua vida ao trabalho e não enriquecem, adoecem. Isso porque acumulação e distribuição de riqueza são impossíveis de serem resolvidas pelas condições dentro deste sistema.

A tese defendida por esses dois autores – de que os padrões de vida devem ser equalizados, de tal modo que melhore a qualidade de vida para todos – não se justifica apenas como uma medida econômica. Deve-se levar em conta que, fatores psicossociais não estão incluídos nessa

fórmula e deveriam estar. A fim de refletirmos a totalidade, devemos incluir nesta análise as dimensões individuais, públicas ou coletivas. Para Paulo Freire (1973), o esforço dos seres humanos para a construção de sua própria humanidade exige a mudança das estruturas que desumanizam tanto os opressores quanto os oprimidos, e precisamos aprender a partir da perspectiva dos oprimidos. Em outras palavras, para se ter a chance de uma boa vida deve-se considerar a perspectiva dos povos oprimidos e pobres.

Que estruturas devem ser alteradas de modo a assegurar a possibilidade de uma vida digna? A estrutura econômica é, sem dúvida, a sustentação mais importante de tudo isso, segundo a informação apresentada em *Spirit Level*. No entanto, há uma grande diferença entre uma reforma e uma mudança radical dessa estrutura. Para que seja possível uma mudança, é preciso que sejam agregadas às análises econômicas as questões pertinentes à psicologia da opressão, as razões históricas na construção e organização da nossa sociedade, incluindo elementos subjetivos que afetam a desigualdade na vida. Se o *Spirit Level* incluisse o senso de dignidade com base em experiências de vida de povos colonizados e oprimidos, o quadro seria, certamente, bem diferente.

Para melhorar a distribuição de renda é preciso mudar o sistema econômico e os padrões mais altos da sociedade moderna (Boron, 2010). Esta é a grande contradição – para lidar com a desigualdade apresentada em todo o mundo, precisamos ir às raízes do que tem sido necessário para compreender as subjetividades forjadas para a manutenção desse sistema social e econômico. Nesse sentido, a privação é relativa. Uma baixa posição socioeconômica não significa, necessariamente, um estado de inferioridade. Saudável não é apenas resultado de alto *status* socioeconômico, hierarquia social, ou alta renda. O dinheiro não é o principal instrumento de poder para assegurar a vida. Precisamos manter em movimento um novo horizonte social. O modo capitalista, historicamente, já provou que não é o melhor modo de viver. E a Psicologia precisa

deixar de ser uma ferramenta ideológica a serviço dessa sociedade que exclui, oprime e necessita da pobreza para continuar existindo.

O caminho para a Psicologia no Brasil deve passar, necessariamente, por uma revisão radical dos programas e currículos de formação profissional. As universidades devem se incumbir de uma leitura política da realidade e do planejamento de um perfil profissional que seja preparado para assumir um projeto ético-político desse porte. Estudar a pobreza, conhecer como se desenvolvem as pessoas nesse estado de privação e desigualdade, desenvolver formas de lidar com o sofrimento e adoecimento decorrente dessa condição escravizante e impeditiva de um pleno desenvolvimento, são algumas das possibilidades para uma psicologia que, de fato, se envolva e se comprometa com as pessoas oprimidas e pobres. A luta por uma sociedade menos desigual é outra demanda para todas as áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais. A realidade precisa ser entendida sob uma perspectiva histórico-crítica consciente e mobilizadora de avanços. Assim, ampliar a formação de profissionais nessa direção, porque analisa a conjuntura sob a lente da crítica, é um imenso desafio para a Psicologia.

REFERÊNCIAS

- Banco Mundial. (2014). Relatório Anual. *Como reduzir a pobreza: Uma nova lição do Brasil para o mundo?* Recuperado de worldbank.org/annualreport2014
- Bastos, A. C. de S. & Rabinovich, E. P. (Eds.). (2009). *Living in Poverty Developmental poetics of Cultural realities*. América: Lap.
- Boron, A. A. (2010). *O socialismo no século 21 – Há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular.
- Carr, S. C., & Sloan, T. S. (Eds.). (2003). *Poverty and psychology: From global perspective to local practice*. New York: Kluwe Academic/Plenum Publishers.
- Comblin, J. (2003). *A esperança dos pobres vive: Coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin*. São Paulo: Paulus.

- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade Social e Pobreza: Contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia e Sociedade*, 21 (1), 35-44
- Freire, P. (1973). *Uma educação para a liberdade*. (2a Ed.). Porto (Portugal): Antonio Abreu.
- Gordo-López, A. J. (2000). On the psychologization of critical psychology. *Annual Review Of Critical Psychology*, 2, 55-71
- Lykes, M. B., & Sibley, E. (2014). Liberation psychology and pragmatic solidarity: North-South collaborations through the Ignacio Martín-Baró fund. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 20(3), 209-226. doi:10.1037/pac0000045
- Martín-Baró, I. (1996). *Writings for a liberation psychology*. Londres: Harvard University Press.
- Moane, G. (2003). Bridging the personal and political: Practices for a liberation psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31, 91-101.
- Parker, I. (2009). *Revolution in Psychology – From alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- PNUD. (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.
- Sen, A. (2009). The Idea of Justice. *Journal of Human Development*, 9 (3). Massachusetts: Harvard University Press.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da Pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Schwartzman, S. (2005). Brazil: Globalization, Poverty and Social Inequality. In J. S. Tulchin & G. Brand (Eds). *Getting Globalization right. The dilemma of inequality*. p.125. Boulder: Lynne Reinner Publisher, Inc.
- Taaffe, P. (2007). *Marxismo no mundo de hoje: Respostas sobre a guerra, o capitalismo e o meio ambiente* (Diego Siqueira, Trad.). São Paulo: Socialismo Revolucionário.
- Valsiner, J. (2009). The importance of being in-between. In A. C. S. Bastos & E. P. Rabinovich (Eds.). (2009). *Living in Poverty Developmental poetics of Cultural realities*. LaVergne: Information Age Publishing, Inc.

Wilkinson, R. & Pickett, K. (2009). *Why Greater Equality Makes Societies stronger: The Spirit Level*. London: Bloomsbury press.

PESQUISAS EM PSICOLOGIA NOS CONTEXTOS DE POBREZA: PARA QUE E PARA QUEM?

*Verônica Moraes Ximenes
Elívia Camurça Cidade
Gisely Roberta Gomes Silva*

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária tem como base a práxis libertadora. Essa libertação possui três eixos epistemológicos fundamentados no conceito de relação que adota, na interação entre teoria e prática e na concepção de ética (Guareschi, 2009). O conceito de relação se ancora na superação da dicotomia entre o individual e o social. Portanto, em uma práxis libertadora, buscam-se objetivos em prol da coletividade e da luta contra relações de dominação e opressão. A superação da dicotomia entre teoria e prática permite a constituição de uma práxis que caminhe no sentido de que a teoria esteja contida na prática e, conseqüentemente, advenha de uma ação socialmente relevante. A imprescindibilidade da dimensão ética significa tomar partido das questões populares, reconhecendo a necessidade de participação popular para a construção de práticas libertadoras e promotoras de mudanças. Observa-se que os três eixos estão estreitamente ligados e são indissociáveis para a efetivação do fazer em Psicologia Comunitária. Por conseguinte, a pesquisa, o ensino e a extensão por ela desenvolvidos no âmbito acadêmico e na prática profissional precisam ser coerentes com esses eixos epistemológicos.

O processo de intervenção em comunidades, desenvolvido pela Psicologia Comunitária, o qual trabalhamos, não tem como foco práticas assistencialistas e tecnicistas, mas sim uma perspectiva comunitária e libertadora a fim de estar em consonância com o compromisso ético-político para a transformação de uma realidade de opressão. Os

caminhos de mudanças almejados partem do cotidiano da população, recorrentemente marcado pela pobreza e pela desigualdade social. Percebe-se, então, que pesquisar e intervir em Psicologia Comunitária requer um atento olhar para a criação de novas formas de construção de conhecimento que envolvam ativamente a população.

Nesse sentido, o capítulo tem como objetivo analisar as implicações de uma pesquisa social em comunidades urbana e rural em situação de pobreza a partir da Psicologia Comunitária. Para tanto, apresenta a metodologia desenvolvida no contexto de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, realizada em uma comunidade urbana e uma comunidade rural do Estado do Ceará (Brasil), que teve como intuito analisar as implicações psicossociais da pobreza na saúde comunitária dos moradores dessas localidades. Diante disso, destacamos o questionamento sobre para que e para quem são as pesquisas em Psicologia, a partir do relato de uma pesquisa desenvolvida e de seus desdobramentos, que reforçam a importância da participação popular e da necessidade de socialização dos resultados com os participantes.

2 PESQUISA SOCIAL EM COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE POBREZA

A pesquisa social nasce a partir de uma inquietação ou de um problema que se relaciona com alguma questão social. Guzzo, Janiake, Silva Neto e Marçal (2013) problematizam a visão hegemônica de que a questão social foca somente na inclusão dos excluídos pelo sistema capitalista e, com isso, “encobre a contradição capital-trabalho, que traz a desigualdade e a exploração como condição inerente da sociedade capitalista” (p. 155). É diante dessa contradição que o problema da pobreza aparece como uma questão social relevante da pesquisa social. A pobreza faz parte dessa relação opressora que o sistema capitalista cria para sobreviver e possibilita o processo de desigualdade social que retrata a diferença entre ricos e pobres. Então, quais caminhos a pesquisa social aponta para o estudo da pobreza? De acordo com Góis (2008):

Atuar no contexto de vida da população pobre, vivenciando e buscando conhecer criticamente de modo sistemático sua realidade por dentro, além de fortalecer e criar relações culturais, sociais, econômicas e psicológicas saudáveis, facilitando o esforço de organização da população e de sua luta contra a opressão e exploração (p.186).

A pesquisa social exige uma mudança de paradigma que impõe exigências em nome da ciência, como o rigor científico, a neutralidade e a distância entre pesquisador e pesquisado. A pesquisa social impulsiona e tensiona o processo de implicação do pesquisador, que tem que se posicionar diante do problema de estudo, no nosso caso, a pobreza. Diante da complexidade que envolve esse problema, faz-se necessário construir outros caminhos metodológicos que reconfigurem as ditas exigências da ciência. Como se distanciar dos pesquisados quando a pesquisa é realizada dentro da casa destes? Como não se impactar com as vivências relatadas e com a realidade das pessoas pobres? Como não se questionar sobre a situação de opressão e de enfrentamento que a pobreza produz? Essas são exigências que a pesquisa social faz ao pesquisador. Concordamos que esses outros caminhos metodológicos nas ciências sociais podem ser construídos com a queda dos sete mitos da ciência clássica apontados por Prieto (2003), assim como expresso na Figura 1.

Segundo Prieto (2003), no mito 1, há uma proposição do heterogêneo, do diferente e que não se pode limitar aos padrões pré-estabelecidos. Ao relacioná-lo com as implicações psicossociais da pobreza, há percepções variadas sobre o que é a pobreza por parte dos participantes da pesquisa. O mito 2 afirma a inclusão dos valores na pesquisa, contribuindo para os falsos objetivismos. A pesquisa da pobreza concorda com essa premissa já que os valores dos pesquisadores e dos pesquisados interagem no processo de contato com o problema de pesquisa. É a vivência com essa realidade que toca os sujeitos, independente dos seus papéis no processo de pesquisar. No mito 3, o autor apresenta a necessidade de “um olhar para o social como sistema” (Prieto, 2003, p. 175). Então, o problema da pobreza não pode ser visto somente a partir de

uma visão unidimensional e sim sob um olhar multidimensional, que integra todo um sistema formado de aspectos monetário, educacional, de saúde, habitacional, nutricional e subjetivo (Moura Jr., Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014).

Figura 1: Mitos da Ciência Clássica



Fonte: Elaborada a partir de Prieto (2003)

No mito 4, Prieto (2003) ressalta que a separação entre sujeito e objeto propicia uma realidade externalizada, sem levar em conta que a subjetividade é produtora da realidade. Não é possível essa separação tendo em vista que eles são construídos na relação e, principalmente, quando se pesquisa o problema social da pobreza. O mito 5 rompe com os processos de naturalização que são construídos por diversas visões no fazer de uma pesquisa. No caso da pobreza, irá desconstruir as visões de naturalização dos processos históricos e de culpabilização dos pobres por sua situação (Siqueira, 2013).

Para Prieto (2003), no mito 6 há a afirmação de uma visão complexa que busca a recuperação dos nexos simultâneos presentes nos problemas sociais. A visão multidimensional da pobreza proposta por Sen (2000) propõe a necessidade de conexões entre várias dimensões a fim de compreender o problema da pobreza. No mito 7, o autor aponta “a suposição de reflexividade e a condição de valores, como elementos da racionalidade científica” (Prieto, 2003, p. 176) e enfatiza a não necessidade de hierarquizar os diversos tipos de conhecimentos como científicos, artísticos, da experiência prática, mas sim buscar relações horizontais que se complementam. Então, é na diversidade dos conhecimentos que o estudo da pobreza precisa alicerçar suas bases, os conhecimentos científico e popular se complementam e geram um novo conhecimento (Ximenes, 2014).

Vivenciamos a quebra desses mitos quando resolvemos fazer pesquisa comprometida com a transformação social da realidade de opressão presente em muitas comunidades urbanas e rurais marcadas pela pobreza e extrema pobreza. Diante dessa necessidade de adentrar essas comunidades é que utilizamos o conceito de comunidade forjado na Psicologia Comunitária, que a concebe além de uma dimensão física atribuída por características geográficas. A comunidade, segundo Góis (2005), “[...] possui dimensão sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sócio- psicológica e identidade social de lugar” (p.61). A Psicologia Comunitária (Góis, 2005) tem como foco o desenvolvimento do sujeito comunitário mediado por atividades comunitárias que propiciam o sentimento de pertença física e afetividade dos moradores e moradoras com a sua comunidade. A escolha por trabalhar em comunidades em situação de pobreza ratifica o compromisso com a libertação e parte da premissa de que é preciso dar visibilidade aos processos de opressão, exclusão e estigmatização vivenciados nesses contextos, como também às potencialidades e as formas de enfrentamento desenvolvidas pelos sujeitos. Diante desse desafio, a

Psicologia Comunitária precisa reinventar formas de pesquisar que respaldem esse tipo de premissa.

3 PESQUISA SOCIAL EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Em muitos casos, as construções de pesquisas em Psicologia Comunitária partem de problemas e questionamentos que surgem da realidade social. Na pesquisa sobre as implicações psicossociais da pobreza, o reconhecimento do problema da naturalização da pobreza e da culpabilização do pobre por sua situação pode ser observado através das ações dos projetos de extensão universitária desenvolvidos pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará desde 1992 em comunidades urbanas e rurais do Ceará. Nesses projetos, foram desenvolvidas atividades com grupos de mulheres, crianças, trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadores e pescadoras, idosos, adolescentes, pessoas com transtornos mentais, religiosas e lideranças comunitárias. Embora se identificassem com recorrência as implicações psicossociais da vida em condições de pobreza, elas não eram definidas como problema de pesquisa.

Então, teve-se que, necessariamente, pensar em metodologias de pesquisa que estivessem em consonância com os trabalhos comunitários que já se faziam nessas comunidades. Os desafios apontaram para que se incorporassem princípios da Psicologia Comunitária, tais como a utilização de metodologias participativas (Montero, 2006), a dimensão ética (Montero, 2004) e o enfoque da libertação (Martín Baró, 1998).

O método de pesquisa é participativo “ao mesmo tempo em que busca um conhecimento, produz mudanças na situação estudada” (Montero, 2006, p. 32, tradução nossa¹). A participação tem em si um processo de implicação mútua entre os envolvidos no processo. Pesquisador e pesquisado são afetados e juntos constroem o contexto de pesquisa me-

1 No texto original: “(...) a la vez que busca un conocimiento, produce cambios en la situación estudiada.”

diante a disponibilidade de ambos de vivenciar esse momento. Tal fato ocorre, principalmente, quando o ambiente de pesquisa é a própria casa do pesquisado ou algum lugar de sua comunidade. Há um significado importante em adentrar o lugar que identifica aquele morador e aquela moradora como pertencentes àquele espaço. Esse fato tem relação com a dimensão ética presente na Psicologia Comunitária. Segundo Montero (2004), a ética tem como base a inclusão do outro na relação de produção do conhecimento. Então é fundamental ter em conta as relações construídas no processo de pesquisar.

O enfoque libertador tem como base a palavra libertação, que está contextualizada historicamente. Segundo Guareschi (2009), “por isso ‘libertação’, no entender dos que pregavam esse conceito, implicava sempre libertação de alguma coisa; o pressuposto era de que havia uma rede de relações que causavam o oposto da libertação, que era a opressão, a dominação” (p. 56). Na pesquisa em Psicologia Comunitária, especificamente no estudo da pobreza, a priori, já há uma denúncia dessa situação de opressão.

É diante dessa situação que Martin Baró (2009) anuncia três tarefas urgentes à Psicologia Latinoamericana da Libertação: a recuperação da memória histórica, que incorpora o resgate da identidade de um povo; a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, que busca romper com ideias e atitudes que mantêm as estruturas sociais de dominação e de conformismo; e a potencialização das virtudes populares, que estão presentes na cultura, nas tradições populares e na religiosidade. Os processos de identificar os problemas e as formas de enfrentamento à situação de pobreza dão concretude a essas tarefas, tendo como horizonte que a pesquisa social contribua para denunciar essa situação de opressão para a própria população, meio acadêmico, gestores e trabalhadores das políticas públicas, lideranças comunitárias e para o poder legislativo e judiciário.

Diante da quebra dos mitos da ciência clássica e da construção de uma pesquisa participativa e libertadora, escolheremos os métodos

quantitativos ou qualitativos? Essa resposta só pode ser dada a partir da complexidade que o problema das implicações psicossociais da pobreza exige. Para nós, a explicação apresentada por Montero (2006, tradução nossa²) responde a essa questão:

O método não é um ídolo ao qual se devem sacrificar oferendas (como são os casos das pesquisas estruturadas em função da técnica de pesquisa). O método é o instrumento para conseguir um fim e esse fim é a produção do conhecimento, o qual se rege por relações de ordem epistemológica (de produção de conhecimento, de saber) e ontológica (isto é, segundo a natureza do objeto do conhecimento). Como se disse antes, o método, então, segue o problema e o seu objeto. É construído para poder solucionar um problema, servindo a um objeto (p. 39-40).

O problema da pobreza exigiu a utilização dos métodos quantitativos e qualitativos no desenho da pesquisa. Esses métodos se complementaram na análise da complexidade da realidade e demandaram uma forma diferente de fazer pesquisa quantitativa para que pudesse ser coerente com o que apontamos anteriormente.

Na definição da utilização de questionários na pesquisa quantitativa, emergiu a construção de processos metodológicos que estivessem contextualizados com as características dos moradores e das moradoras das comunidades urbana e rural em situação de pobreza. Alguns problemas foram, então, identificados, tais como: a falta de escalas psicométricas adaptadas à população pobre, o baixo nível de escolaridade de parte dos pesquisados e das pesquisadas, a necessidade de adaptação de termos específicos para facilitar a compreensão e sua utilização em instrumentos de fácil aplicação, a preocupação de não construir um ins-

2 No texto original: “El método no es un ídolo al cual se deben sacrificar ofrendas (como son los casos de investigaciones estructuradas en función de la técnica de investigación). El método es el instrumento para lograr un fin y ese fin es la producción del conocimiento, lo cual se rige por relaciones de orden epistemológica (de producción de conocimiento, de saber) y ontológico (esto es, según la naturaleza del objeto de conocimiento). Como se dijo antes, el método entonces sigue al problema y a su objeto. Se construye para poder solucionar un problema, sirviendo a un objeto”.

trumento extenso e cansativo, a falta de validação de escalas para o português, a diversidade de formas de perguntar e de responder segundo as variações regionais e outros.

Outro desafio foi a definição do processo de inserção nas comunidades para realização da pesquisa. Por um lado, tínhamos a vantagem de desenvolver projetos de extensão nessas comunidades e éramos conhecidos por algumas pessoas, mas, por outro lado, nunca tínhamos desempenhado o papel de pesquisador social. Então, resolvemos transformar a aplicação do questionário em uma entrevista participativa (Montero, 2006) em que os temas das perguntas geravam informações sobre a vida dessas pessoas. Não havia preocupação com o tempo de aplicação, pois o foco era no processo de escuta.

A diversidade de experiências relatadas no processo de inserção no campo de pesquisa está presente nas conversas depois da entrevista, na reunião da família ao redor do entrevistador, nos convites para um lanche ou refeição, nos presentes ofertados e nas solicitações para permanecer por um maior período nas residências dos entrevistados. No final da entrevista, eram realizadas perguntas no sentido de avaliar o questionário, que foi considerado nem longo e nem chato, tendo indagado, segundo os entrevistados, sobre questões relevantes sobre suas vidas. Ao fim, perguntou-se sobre o interesse do respondente em participar dos grupos focais em outro momento.

Na pesquisa qualitativa, foram realizados grupos focais com as pessoas que tinham participado da fase quantitativa. A realização do processo de mobilização realizado pelas visitas dos pesquisadores nas casas dos pesquisados e das pesquisadas tinha como objetivo fazer o convite para participar dos grupos focais. Os momentos grupais foram realizados na escola e na sede de uma ONG, que são lugares significativos daquele contexto comunitário. Os temas foram estruturados em um roteiro com questões teóricas e práticas, que surgiram das categorias teóricas e da aplicação dos questionários. Depois da realização, facilitava-se um momento de confraternização com um lanche coletivo.

4 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DA PESQUISA

O ato de pesquisar envolve várias etapas a serem cumpridas, desde o levantamento bibliográfico e pesquisa de campo ao processo de devolutiva aos participantes e à comunidade acadêmica, seja por meio de apresentação e publicação de resultados ou por meio de intervenções formuladas com base nos conteúdos obtidos durante a investigação. O processo de devolutiva segue a perspectiva do compromisso ético e social da pesquisa científica, na qual o movimento de devolução de resultados estabelece uma relação de partilha de saberes entre pesquisadores e participantes da pesquisa, indo além do ato de colher dados e possibilitando o olhar crítico, o exercício da cidadania e a corresponsabilização pelo desenvolvimento e transformação da realidade social.

O movimento de socialização dos resultados dessa pesquisa aconteceu em 2014 com a divulgação dos resultados no Relatório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou a pesquisa. Em seguida, recebemos um convite do Departamento de Fomento à Produção e Estruturação Produtiva (DEFEP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para apresentar os resultados da pesquisa em um evento de capacitação técnica para a equipe de trabalho do DEFEP. As submissões e publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais e capítulos em livros foram veículos de divulgação da pesquisa.

Ainda nesse movimento, aconteceu, em setembro de 2014, a 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC). As Conferências Internacionais representam um importante espaço de socialização de conhecimentos teóricos e práticos, tendo como referência os desdobramentos da Psicologia Comunitária no Mundo, havendo sido realizadas anteriormente em Porto Rico (2006), Portugal (2008), México, (2010) e Espanha (2012). Durante a 5ª CIPC, as atividades do Nucom e, principalmente, a pesquisa sobre as Implicações Psicossociais da pobreza ganharam visibilidade nacional e internacional, frutos que

reverberam até os dias atuais em termos de convênios internacionais, colaboração e intercâmbios com instituições de ensino superior.

Em 2015, iniciamos o processo de construção de uma cartilha que pudesse transformar os resultados da pesquisa em uma linguagem não acadêmica, sendo assim, um compromisso que assumimos com os pesquisados e as pesquisadas, já que, durante o processo de coleta dos dados, informávamos que faríamos uma devolução dos resultados. Foram três meses para elaborar os textos, escolher as figuras e os gráficos, diagramar e formatar a cartilha. No meio acadêmico, foi realizado o lançamento da Cartilha Implicações Psicossociais da Pobreza, na Mesa Redonda intitulada Psicologia e Pobreza: Contribuições para uma Análise Psicossocial, na Universidade Federal do Ceará. A mesa foi composta pela Professora Doutora Cândida Maria Bezerra Dantas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pela Professora Doutora Verônica Moraes Ximenes, da Universidade Federal do Ceará. Participaram do evento estudantes de diversas universidades, profissionais da área e das políticas públicas. O objetivo foi apresentar a Cartilha e promover um espaço de reflexão e debate sobre a pobreza e suas implicações na vida dos sujeitos.

Para a socialização dos resultados da pesquisa com os moradores e moradoras da Canafistula foi promovida, em um domingo pela manhã, uma roda de conversa durante a qual houve a distribuição da Cartilha. Essa metodologia teve por foco a participação e a libertação. Apresentávamos as temáticas pesquisadas e os participantes falavam o que pensavam e, depois, introduzíamos os dados encontrados. Durante esse momento, os participantes puderam ter acesso aos dados coletados e à análise destes, bem como lançaram questionamentos sobre as informações apresentadas e sobre como isso afetava a comunidade. Percebemos como a palavra circulou entre os participantes e como as categorias pesquisadas faziam parte da realidade deles. As fotos e figuras presentes na cartilha contribuíram para que as pessoas, alfabetizadas ou não, pudessem entender o resultado da pesquisa. De acordo com Oliveira,

Guzzo, Tizzei, Silva e Neto (2014), o resgate da experiência original das pessoas e a devolução dessa experiência por meio de dados objetivos possibilitam às maiorias populares o reconhecimento de sua realidade e o questionamento sobre essa realidade.

A aproximação entre Universidade e instâncias de formulação e implementação de políticas públicas diz respeito ao envolvimento dos pesquisadores em espaços de capacitação técnica com os gestores de políticas públicas. Fomos convidados novamente pelo MDS, agora através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), para apresentar os resultados da pesquisa no evento “Sexta com Debate”, que acontece mensalmente.

Muitos frutos foram e ainda são colhidos a partir dessa experiência de pesquisa. A participação em Editais de fomento à pesquisa e o estabelecimento de convênios de pesquisas nacionais e internacionais expressam a ampliação da leitura sobre o contexto investigado, segundo o qual é necessário o incentivo financeiro para custeio do processo de campo e a interiorização dos processos de pesquisa de modo a contemplar não somente os contextos urbanos próximos dos centros universitários, mas principalmente os territórios mais distantes e recorrentemente não privilegiados nas produções científicas.

A partir das apresentações em eventos científicos, esta pesquisa despertou interesse de grupos de investigações de outros países, como México e Peru. Diante dessa demanda, foram realizados convênios internacionais com a Universidade Autônoma de Yucatán (México) e com a Pontifícia Universidade Católica do Peru, que deu início aos processos de discussão e de suporte para a realização desta pesquisa nesses países.

A socialização dos dados, nesse sentido, representou uma importante etapa da pesquisa, que favoreceu não somente devolver os dados para a academia, a comunidade e os profissionais de políticas públicas, como também rever o processo de fazer pesquisa social em contextos de pobreza. Amplia-se, dessa forma, a leitura proferida sobre quais são

os produtos oriundos de uma investigação que se ancora em uma nova proposta de fazer ciência, capaz de questionar mitos, de afirmar a retroalimentação permanente entre pesquisar e intervir na realidade social e de integrar a sociedade civil como um todo no conhecimento sobre as condições de vida e as questões psicológicas das populações pobres das zonas urbanas e rurais. A proposta, então, é repensar o que são os resultados de uma investigação, tendo como foco a pobreza e em que sentido seus desdobramentos podem ser potencializados.

5 ALÉM DOS RESULTADOS: COMO FAZER DO CONHECIMENTO UM CONTEÚDO PARA A MUDANÇA

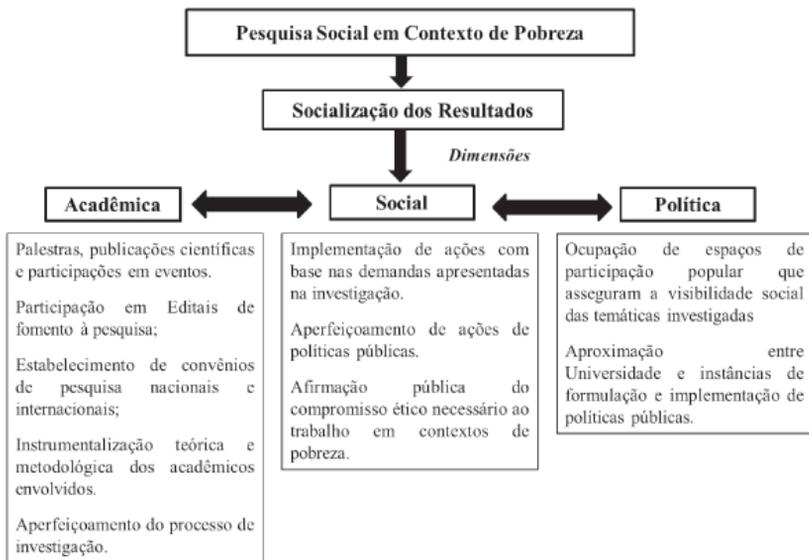
Martín Baró (2015, p. 457, tradução nossa) afirma que, diante da urgência extremada evocada pelas situações concretas de vida da população, é preciso que se atente para o fato de que a busca por soluções não se atém a soluções abstratas, mas sim a um problema concreto, e “da realidade problemática à realidade solucionada, só há a mediação da práxis do homem, práxis que implica ação e reflexão, quer dizer, uma compreensão consciente e uma atividade crítica e finalista”³.

Neste estudo, entendemos que a busca pela resolução dos problemas concretos da vida em condições de pobreza requer que os resultados da pesquisa transponham os muros da universidade à qual está vinculada, adentrando outros solos acadêmicos, a sociedade como um todo e os espaços de decisão política e de gestão de ações públicas. A pesquisa, então, teve seus desdobramentos estruturados em três grandes dimensões: acadêmica, social e política. São dimensões intimamente entrelaçadas e que se fazem evidentes em contextos em que se pretenda uma produção científica relevante, capaz de exprimir os desafios, as contradições e as problemáticas sociais dos grupos envolvidos (Figura 2).

3 No texto original: “La solución no es solución en abstracto, sino solución de un problema concreto. Y de la realidad problemática a la realidad solucionada solo media la praxis del hombre, praxis que implica acción y reflexión, es decir, una comprensión consciente y una actividad crítica y finalista”.

Sob a dimensão acadêmica, destacamos a realização de palestras, publicações científicas e participações em eventos tendo como temática as implicações psicossociais da pobreza. Diferentemente da publicização de materiais provenientes da análise meramente técnica dos conteúdos obtidos nas etapas quantitativa e qualitativa, estas produções foram estruturadas a partir de uma reflexão crítica inclusive sobre como os participantes do estudo compreenderam os resultados com eles socializados. Almejamos fazer do conhecimento produzido algo que fosse fidedigno à realidade, evitando, como bem aponta Wolf (2009), as abstrações estéreis que conduzem a um caminho contrário ao de uma práxis de libertação.

Figura 2: Desdobramentos da Pesquisa



Fonte: Elaborada pelas autoras

Embora a interiorização da Psicologia, enquanto prática profissional e cenário de formação acadêmica, venha se constituindo como uma realidade ao longo dos últimos anos, (Macedo & Dimenstein, 2011),

isso não quer dizer uma real ampliação no número de estudos que tomam como cenário de análise as zonas rurais brasileiras e suas questões específicas. Leite, Macêdo, Dimenstein e Dantas (2013) apontam que o meio rural “tem se convertido num espaço extremamente diversificado em seu modo de configuração, passando a incorporar uma série de transformações a depender de contextos sociais, culturais e regionais, de modo a apreender novas ruralidades em curso” (p. 44). São diversidades que, uma vez tendo seu reconhecimento negligenciado pelos espaços de formação acadêmica e profissional, conduzirão a atuações distanciadas das necessidades das populações e limitadas em seu potencial de transformação da realidade.

Por conseguinte, a instrumentalização teórica e metodológica dos acadêmicos envolvidos é reflexo do desenvolvimento de todo o processo de pesquisa, bem como do aprofundamento das discussões envolvendo a temática da pobreza. Academicamente, o aperfeiçoamento do processo de investigação é uma prática permanente, integradora de questões técnicas e éticas. Afinal, assim como expresso por Romagnoli e Paulon (2014), na pesquisa em psicologia, “[...] não se trata de busca da verdade, mas, ao contrário, justamente de perspectivar aquilo que aparece posto como verdade, criar outros mundos possíveis, sustentar outras dimensões, produzindo, para tanto, conhecimentos variados” (p. 28). Aperfeiçoar, aqui, adquire a conotação das variações de possibilidades que o próprio contexto de investigação passa a requerer. Se, em um primeiro momento, o desafio esteve vinculado às questões que o próprio campo de pesquisa poderia anunciar, na atualidade, questionamos como, efetivamente, o conhecimento produzido poderá se converter em benefícios para a população através de processos de denúncia e divulgação de suas condições de vida.

A dimensão social, como desdobramento da pesquisa, integra a implementação de ações com base nas demandas apresentadas na investigação, o aperfeiçoamento de ações de políticas públicas e a afirmação pública do compromisso ético necessário ao trabalho em contextos de

pobreza. A efetivação de ações a partir do ato de investigar favoreceu a articulação necessária entre pesquisa e intervenção. A cooperação universitária, proposta extensionista do NUCOM, defende a relação dialética entre universidade e sociedade, teoria e prática. Com isso,

A sociedade colabora com a formação profissional e constrói o perfil diferenciado do profissional. A realidade material torna a intervenção mais complexa, fazendo com que este profissional compreenda a necessidade de outros elementos, além da compreensão teórica para intervir na sociedade (Ximenes, Nepomuceno & Moreira, 2008, p. 75).

A aproximação entre universidade e sociedade representa, então, a força motriz para o desenvolvimento de uma atuação que se propõe crítica, reflexiva e eticamente pautada no compromisso social e na desnaturalização dos fenômenos psicossociais, sobretudo aqueles relacionados à opressão e à estigmatização das populações. No contexto de estudo, foi observado, como dado de pesquisa, a recorrência de mulheres da zona rural em situação de sofrimento psíquico: elas choraram durante a aplicação dos questionários e relataram problemas que estavam passando. A partir disso, resolvemos convidar essas mulheres e outras para participarem de um grupo com encontros quinzenais aos sábados na Comunidade da Canafistula. O intuito era facilitar momentos de acolhida e compartilhamento das mulheres sobre suas vidas. Assim, um dado de pesquisa gerou um projeto de extensão, e este, por sua vez, gerou um dado de pesquisa.

A dimensão política está relacionada com o âmbito de aplicação dos conhecimentos produzidos e a sua capacidade de ser divulgado no espaço público (Montero, 2004). O trato à pobreza, no âmbito das políticas públicas, requer a integração de conhecimentos de outros campos e a invenção de novos conhecimentos (Oliveira & Amorim, 2012). Nesse sentido, o aperfeiçoamento de ações de políticas públicas se dá à medida que os conhecimentos produzidos na investigação são discutidos com os profissionais dos serviços, segundo uma proposta de construção de novos saberes. Neste estudo, a etapa de devolutiva aos trabalhadores

da Assistência Social se deu por meio da apresentação e distribuição da Cartilha, com breve esclarecimento sobre a pesquisa, durante duas capacitações destinadas às equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS do Ceará, organizadas pela Secretaria Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), em que falamos da pesquisa e distribuimos a Cartilha das Implicações Psicossociais da Pobreza. A participação nessas instâncias não é somente pela responsabilidade de dar um retorno à sociedade, mas também por ser um espaço de visibilidade política no sentido de dar um retorno aos gestores e aos profissionais das políticas públicas para que essas pesquisas possam contribuir no planejamento, execução e avaliação de suas ações. Além disso, consideramos importante que os resultados da pesquisa chegassem aos trabalhadores da Assistência Social, uma vez que estão à frente dos serviços de Proteção Social Básica da qual os usuários são, em sua maioria, pessoas em situação de pobreza.

A afirmação pública do compromisso ético e político necessário ao trabalho em contextos de pobreza diz respeito à organização de momentos coletivos para a publicização dos resultados da investigação. Um desafio recorrente no cenário acadêmico é garantir o conhecimento sobre suas pesquisas para a sociedade como um todo, de modo a integrar um número cada vez maior de pessoas nos espaços de discussão e socialização de informações. Mais que isto, é necessário que a população em geral se aproprie de seu poder de reivindicação e participação popular nos espaços de definição da agenda pública.

A Constituição Brasileira (1988) prevê o controle social e a participação popular como importantes pilares para a efetivação dos direitos sociais da população brasileira. Pensando nisto, a ocupação de espaços de participação popular que assegurem a visibilidade social das temáticas investigadas significa estar presente de modo atuante nos cenários de controle social para o aperfeiçoamento de ações públicas estatais. Em nosso estudo, a proposição de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com o tema “Mapa da Extrema Po-

breza em Fortaleza” representou uma importante ação promotora de visibilidade social para a temática discutida, incitando a participação da população como um todo e dos parlamentares de modo mais específico. Esse evento teve a participação de vários segmentos da sociedade e foi transmitido ao vivo pela TV Assembleia. Segundo César (2011), a audiência pública é um instrumento para garantia dos direitos difusos e coletivos da população. Tem como objetivos promover o diálogo entre atores sociais a fim de buscar alternativas para a solução de problemas que contenham interesse público relevante e obter informações sobre fatos. A ideia é assegurar o diálogo social para a solução de conflitos envolvendo a coletividade.

6 CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

Concluimos o nosso capítulo voltando ao questionamento que nos impulsionou a escrevê-lo: para que e para quem são as pesquisas em Psicologia? As atividades no Nucom são orientadas pelo tripé teoria, prática e compromisso social, voltado às pessoas que vivem em situação de opressão, de marginalização e de exclusão devido ao problema da pobreza. Com essa pesquisa, conhecemos esse problema por um caminho que possibilitou captar nuances e facetas que ainda não havíamos percebido, já que os espaços com que tínhamos mais propriedade eram os espaços da Extensão Universitária, os quais possibilitavam outros processos de apreensão dessa realidade.

A descoberta da potência de uma pesquisa em Psicologia Comunitária com enfoque participativo, ético e libertador nos apresentou caminhos e desafios que tentamos compartilhar nesse trabalho. O processo de construção de uma pesquisa e de socialização dos seus resultados foi construído a partir das tensões e das oportunidades que a realidade social nos apontava. Então, podemos dizer que a nossa sensibilidade e a nossa implicação foram elementos que nos ajudaram a trilhar esses caminhos. Sabemos, ainda, que a Psicologia e a Psicologia Comunitária ainda têm

muito a desbravar com pesquisas voltadas às temáticas relacionadas às implicações psicossociais da pobreza e esperamos ter aberto um canal de diálogo para que possamos construir cada vez mais pesquisas comprometidas com a diminuição das desigualdades sociais do nosso país.

REFERÊNCIAS

César, J.B.M. (2011). A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. *Revista do Mestrado em Direito*. 5 (2), 356-384.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: Atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Góis, C.W.L. (2008). *Saúde Comunitária: Pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC.

Guareschi, P.A. (2009). Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilização. In B. B. Sawaia. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 141-156). Petrópolis: Vozes.

Guzzo, R., Janiacke, E., Silva Neto, W. & Marçal, C. (2013). O psicólogo e a questão social: Desafios e obstáculos para a prática profissional. In M. Bernardo, R. S. L. Guzzo & V. Sousa. (Orgs.). *Psicologia Social: Perspectivas críticas de atuação e pesquisa*. (pp. 153-172). Campinas: Editora Alínea.

Leite, J.F., Macêdo, J.P.S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em *Psicologia para a atuação em contextos rurais*. In J.F. Leite, M. Dimenstein (Orgs.). *Psicologia e Contextos Rurais*. (pp. 27-55). Natal: EDUFRN.

Macedo, J.P.S., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.

Martín-Baró, I. (2009). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo, F. Lacerda Júnior. *Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 181-197). São Paulo: Alínea.

- Martín-Baró, I. (2015). Del pensamiento alienado al pensamiento creativo (1971). *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 457-486.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método en la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Moura Jr, J.F., Cidade, E.C., Ximenes, V. M., & Sarriera, J.C. (2014). Concepções de pobreza: Um convite à discussão psicossocial. *Temas em psicologia*. 22 (2), 341-352. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2014000200007&script=sci_arttext.
- Oliveira, L., Guzzo, R., Tizzei, R., & Silva Neto, W. (2014). Vida e Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.
- Oliveira, I.F., & Amorim, K.M.O. (2012). Psicologia e política social: O trato à pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.
- Prieto, M. (2003). Humanismo, complexidade e totalidade. O giro epistemológico no pensamento social. In R. L. Garcia. (Org.). *Método, Métodos, Contramétodo*. (pp. 147-180). São Paulo: Cortez.
- Romagnoli, R.C., & Paulon, S.M. (2014). Escritas implicadas, pesquisadores implicantes: Notas sobre os destinos da subjetividade nos desastinos da produção científica. In M. Dimenstein & J. F. Leite. *Psicologia em Pesquisa: Cenários de práticas e criações*. (pp. 23-42). Natal: EDUFRRN.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siqueira, L. (2013). Alguns Equívocos no tratamento da pobreza: Uma análise crítica. In L. Siqueira. *Pobreza e serviço social: Diferentes concepções e compromissos políticos*. (pp. 184-214). São Paulo: Cortez.
- Wolff, E.A. (2009). Uma psicologia para a América Latina. In R. S. L. Guzzo, F. Lacerda Júnior. *Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 101-120). São Paulo: Alínea.

Ximenes, V.M., Nepomuceno, B.B., & Moreira, A.E.M.M. (2008). Cooperação Universitária: Um caminho dialógico, libertador e crítico construído no núcleo de Psicologia Comunitária. In V.M. Ximenes, E.M. Amaral, F.G. Rebouças Júnior (Orgs.). *Psicologia comunitária e educação popular: Vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará*. (pp. 63-87). Fortaleza: LC Gráfica e Editora.

Ximenes, V.M. (2014). *Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: Avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim*. Relatório do Projeto de Pesquisa. Fortaleza: CAPES.

EL SEMÁFORO DE ELIMINACIÓN DE POBREZA Y SU ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL Y PSICOSOCIAL

Martín Burt
Luis Fernando Sanabria¹

*“Las familias felices son todas iguales;
las familias infelices lo son cada una a su manera,”*
Anna Karenina, Leo Tolstoy

1 ANTECEDENTES

En el 2010, la Fundación Paraguaya, una ONG con más de 30 años de trayectoria, desarrolló una metodología llamada el “Semáforo de Eliminación de Pobreza” (Semáforo) con el propósito de crear una nueva metodología para eliminar la pobreza de las familias de todos los clientes de su programa de microfinanzas de forma holística. El Semáforo fue creado como el epicentro de un proceso de renovación, ya que, hasta su desarrollo, la Fundación Paraguaya había tenido una lógica “minimalista” que asumía que sólo proveer acceso a crédito era suficiente para que los clientes pudiesen salir de la pobreza. Sin embargo, la Fundación Paraguaya se dio cuenta de que, aunque la provisión de crédito aumentaba los ingresos de sus clientes, muchos de ellos seguían sin superar la línea de pobreza nacional, tenían ingresos inestables y no contaban con ahorros. Además, los clientes seguían careciendo de baño moderno, vivían hacinados en viviendas inseguras, cocinaban en el suelo, no tenían acceso a agua potable, no vacunaban ni educaban a sus

¹ Martín Burt es Director Ejecutivo y Luis Fernando Sanabria es Gerente General de Fundación Paraguaya. Agradecimiento especial a Andrés Carrizosa, Jimena Vallejos, Marie Claire Burt, Narumi Akita, y el *staff* de Fundación Paraguaya por su apoyo con la redacción de este trabajo.

hijos, y vivían en un medioambiente contaminado. Finalmente, muchos sufrían de baja autoestima, no tenían un espíritu emprendedor y sufrían de violencia doméstica (Sanabria, 2015).

En respuesta a esos desafíos, el Semáforo fue creado como parte de una metodología “integral,” en la que, además de proveer créditos, la Fundación Paraguaya buscaba motivar a las familias a tomar acciones concretas para eliminar su propia pobreza –entendida como un fenómeno multidimensional y no sólo como la falta de ingresos o gastos de consumo. Para tratar la pobreza de los clientes, la metodología del Semáforo de Eliminación de Pobreza es, al mismo tiempo, una herramienta que identifica problemas concretos (*diagnóstico*), y una herramienta que asigna diferentes tipos de intervenciones según esos problemas concretos (*metodología de asesoramiento*). En su característica de diagnóstico, el Semáforo describe las diferentes maneras en las que una familia puede ser pobre, y califica el nivel de pobreza de las familias de los clientes usando 50 indicadores y 6 dimensiones (Tabla 1). Para cada uno de los 50 indicadores, se presentan tres posibles escenarios a través de imágenes y definiciones sencillas de lo que significa en el contexto local una situación de pobreza extrema (rojo), de pobreza (amarillo), y de no pobreza (verde). Con apoyo de su asesora de crédito de Fundación Paraguaya, las familias diagnostican su situación en “rojo”, “amarillo” o “verde” utilizando esa encuesta visual.

La metodología de asesoramiento luego utiliza la información que resulta de ese proceso para guiar a los clientes a modificar conductas vitales que tienen influencia desproporcionada en su bienestar. Las familias reciben los resultados de su encuesta en un “Mapa de Vida”, una hoja que muestra sus resultados (rojos, amarillos y verdes). Luego, con la asesora, la familia decide cuáles cinco indicadores serán sus prioridades para trabajar ese año. Finalmente, la información producida por el Semáforo también sirve como una intervención directa; al entender mejor cómo son afectados por la pobreza en distintos aspectos, las familias se

ven empoderadas a dedicar sus recursos y esfuerzos a atacar problemas concretos.

Tabla 1: Indicadores y dimensiones de pobreza del Semáforo

Dimensión: Ingreso y empleo	26. Seguridad
1. Ingresos superiores a la línea de pobreza	27. Vestimenta suficiente y apropiada
2. Ingresos estables	Dimensión: Educación y Cultura
3. Crédito	28. Saber leer y escribir en español
4. Ahorros familiares	29. Hijos escolarizados hasta el 3er curso
5. Fuente de ingresos diversificada	30. Conocimientos y destrezas para generar ingresos
6. Documentación: cédula de identidad	31. Capacidad para planificar y presupuestar
Dimensión: Salud y medioambiente	32. Comunicación y capital social
7. Acceso a agua potable	33. Útiles escolares y libros
8. Puesto de salud cercano	34. Acceso a Información (radio y TV)
9. Alimentación nutritiva	35. Entretenimiento y esparcimiento
10. Higiene personal y salud sexual	36. Valora las tradiciones culturales y el patrimonio histórico.
11. Dientes y vista sanos	37. Respeta otras culturas
12. Vacunas	38. Conciencia de los derechos humanos
13. Disposición de basura	Dimensión: Organización y participación
14. Ambiente no contaminado	39. Forma parte de un grupo de autoayuda
15. Seguros	40. Incidencia en el sector público
Dimensión: Vivienda e infraestructura	41. Capacidad para resolver problemas y conflictos
16. Hogar seguro	42. Inscriptos en el registro electoral y votantes en elecciones
17. Letrinas sanitarias y cloaca	Dimensión: Interioridad y motivación
18. Electricidad	43. Conciencia de sus necesidades: Mapa de vida

19. Heladera y otros electrodomésticos	44. Autoestima
20. Dormitorios separados	45. Conciencia moral
21. Cocina elevada y ventilada	46. Capacidad emocional-afectiva
22. Confort del hogar	47. Autoexpresión estética, arte y belleza
23. Medios de transporte regulares	48. Violencia intrafamiliar
24. Camino de acceso todo tiempo	49. Espíritu emprendedor
25. Teléfono o celular	50. Autonomía y capacidad de tomar decisiones.

El propósito de este capítulo es exponer el fundamento teórico de la metodología del Semáforo con énfasis en psicología e intervenciones psicosociales. Para hacer eso, en sección 2 haremos un breve repaso de la literatura existente sobre la definición de pobreza y describiremos cómo esa definición se fue expandiendo para llegar a ser un fenómeno multidimensional y multinivel. Luego, en sección 3 discutiremos cómo la literatura ha clasificado diferentes metodologías utilizadas para eliminar la pobreza analizando perspectivas que priorizan las capacidades de los individuos vis a vis la responsabilidad del Estado (perspectivas de oferta) y perspectivas que priorizan lo opuesto (perspectivas de demanda). En la sección 4, expondremos en profundidad el aspecto de diagnóstico del Semáforo de Eliminación de Pobreza y cómo la herramienta utiliza la idea de “conductas vitales” (Grenny *et al.*, 2013) para enfocar la lucha contra la pobreza a una serie de acciones delimitadas. En la sección 5, discutiremos en profundidad la metodología de asesoramiento del Semáforo, y las acciones que las asesoras llevan a cabo para influir en las conductas de los clientes. Finalmente, en sección 6, concluiremos.

2 POBREZA: UN FENÓMENO MULTIDIMENSIONAL

La principal meta del Semáforo de Eliminación de Pobreza es motivar a personas y a sus familias a que lleven a cabo acciones concretas que las ayuden a salir de la pobreza. Por eso, en su proceso de desarrollo,

la Fundación Paraguaya necesitaba entender a profundidad la naturaleza del fenómeno de la pobreza. Si bien comúnmente la pobreza se considera puramente en términos económicos, la definición de la pobreza en la literatura del desarrollo se ha expandido gradualmente a través de los años, y ahora es generalmente considerada un fenómeno multidimensional. Eso significa que personas pueden ser pobres por diferentes razones y en diferentes maneras. En esta sección analizamos brevemente por qué la literatura del desarrollo considera a la pobreza como un fenómeno multidimensional.

Probablemente el libro que mayor influencia tuvo en la expansión de la definición de pobreza fue *Desarrollo como Libertad*², de Amartya Sen (2000). En ese libro, Sen argumentó que el propósito del desarrollo debería ser la expansión de las libertades reales de las personas y no solo el incrementar el nivel de ingresos de ellas. Según Sen, incrementar los ingresos era solo una forma de expandir las libertades de una persona, y que una persona podría tener ingresos altos pero carecer de otras libertades y ser de igual manera pobre —es decir, la expansión de ingresos era necesaria pero no suficiente para la eliminación de la pobreza (Sen, 2000, p. 3). Por ejemplo, Sen argumentó que, aunque los seguros de desempleo en Europa puedan compensar la falta de ingresos que el desempleo produce, estar desempleado en Europa produce otras carencias para los individuos como “efectos debilitantes en su libertad individual, iniciativa y habilidades. Además de esos efectos principales, el desempleo contribuye a la ‘exclusión social’ de algunos grupos, y lleva a la pérdida de autodependencia, autoconfianza y salud psicológica y física³” (Sen, 2000, p. 21). Para entender la pobreza, entonces, es necesario no solo el nivel de ingresos de una persona, sino también percibir

2 Traducción del autor. Texto original: *Development as Freedom*.

3 Traducción del autor. Texto original: *it is also a source of far-reaching debilitating effects on individual freedom, initiative and skills. Among its manifold effects, unemployment contributes to the “social exclusion” of some groups, and it leads to losses of self-reliance, self-confidence and psychological and physical health.*

el nivel de agencia y libertad que una persona tiene dentro de una sociedad. Habiendo dicho eso, la pregunta se vuelve entonces, ¿cuáles son, exhaustivamente, las carencias de libertades que una persona debería tener para ser considerada como pobre?

Sen intentó responder a esa pregunta argumentando que la expansión de las libertades no es solo el fin del desarrollo, sino que es también el medio por el cual se consigue el desarrollo. Esos medios, o “libertades instrumentales,” que se deberían expandir son: 1) libertades políticas (derechos civiles, incidencia en el sector público, libertad de expresión); 2) facilidades económicas (disponibilidad o pertenencia de recursos, condiciones de intercambio y funcionamiento del mercado); 3) oportunidades sociales (acceso a educación, salud y otras oportunidades que expanden la capacidad de vivir bien); 4) garantías de transparencia (transparencia entre tratos privados y del sector público); y 5) seguridad protectora (redes de seguridad social que impiden que poblaciones afectadas sean reducidas a la miseria, al hambre y a la muerte) (Sen, 2000, pp. 38-40). La idea de las libertades instrumentales propuesta por Sen muestra que la pobreza no está solo compuesta de carencias de libertad en un aspecto, sino que las carencias de diferentes libertades interactúan y se refuerzan para dificultar la salida de las personas de la pobreza.

Una conclusión similar fue alcanzada por el Banco Mundial. Para intentar comprender mejor cómo las personas pobres entendían y definían su propia pobreza, el Banco Mundial realizó un estudio cualitativo muy amplio, en el que eligió y analizó reportes que resultaron de 78 evaluaciones participativas de pobreza que se llevaron a cabo en 47 países. El documento resultante, titulado *¿Alguien puede escucharnos? Voces de 47 Países*⁴, concluyó diciendo que la pobreza tiene una característica de multidimensionalidad interdependiente. Según los autores, la pobreza es un problema de género, es dinámica y compleja, está enraizada en las instituciones y tiene un fuerte componente geográfico (Na-

⁴ Traducción del autor. Texto original: *Can Anyone Hear Us? Voices From 47 Countries*.

rayan *et al.*, 1999, p. 7). A pesar de ese dinamismo y de esa complejidad, el estudio reveló cuatro dimensiones que aparecían constantemente en las definiciones de pobreza de los participantes:

Primero, las personas pobres carecen de acceso a infraestructura básica, caminos rurales, transporte y agua. Segundo, la pobreza tiene dimensiones psicológicas importantes como el desempoderamiento, la falta de voz, la dependencia, los estigmas, y la humillación [...] Tercero, mientras hay una amplia sed de alfabetismo, las escuelas reciben pocas menciones u opiniones mezcladas. Los pobres se dan cuenta de que la educación ofrece un escape de la pobreza –si el ambiente económico en la sociedad y la calidad de la educación mejoran, pero mala salud y enfermedad son temidas en todos lados como una fuente de miseria. Finalmente, los pobres casi nunca hablan de ingresos pero se enfocan en vez de manejar recursos –físicos, humanos, sociales y ambientales– como una forma de remediar su vulnerabilidad, que en muchas áreas adopta dimensiones de género (Narayan *et al.* 1999, p. 7; énfasis en original)⁵.

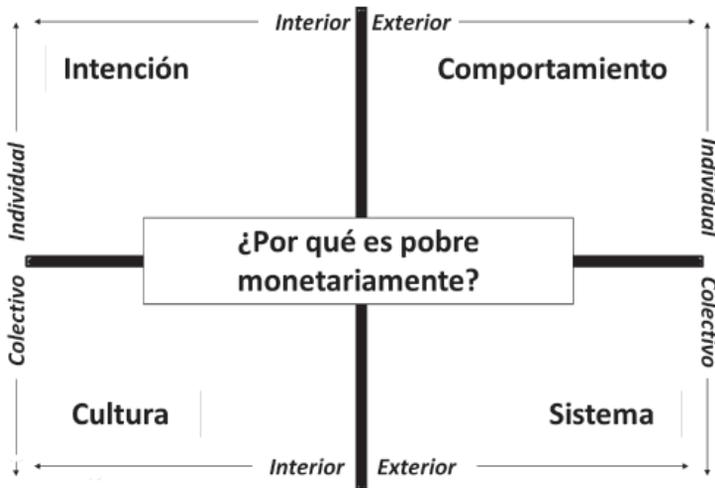
Este trabajo da un apoyo empírico muy importante a los argumentos que Sen había propuesto originalmente, ya que reveló que la pobreza incluye aspectos mentales, sociales, económicos, de derecho y de capacidades. También, este trabajo es importante porque mostró que carecer de diferentes libertades puede hacer que personas sean pobres en diferentes maneras o por diferentes razones.

Las conclusiones de estos trabajos sugieren que, además de ser multidimensional, la pobreza se puede entender en diferentes niveles. El responsable de que alguien sea pobre no solo es el individuo o solo

5 Traducción del autor. Texto original: *First, poor people lack access to basic infrastructure, rural roads, transportation, and water. Second, poverty has important psychological dimensions such as powerlessness, voicelessness, dependency, shame and humiliation. The maintenance of cultural identity and social norms of solidarity helps poor people to continue to believe in their own humanity despite inhuman conditions. Third, while there is a widespread thirst for literacy, schooling receives little mention or mixed reviews. Poor people realize education offers an escape from poverty –if the economic environment in the society at large and the quality of education improves, however poor health, and illness is dreaded everywhere as a source of destitution. Finally, poor people rarely speak about income but focus instead on managing assets –physical, human, social, and environmental– as a way to cope with their vulnerability, which in many cases takes on gendered dimensions.*

la sociedad o solo el Estado, sino que parecería que la pobreza podría resultar de cualquier combinación entre estos tres niveles de actores – significando que las causas de la pobreza podrían ser individuales, sociales y/o institucionales. Para entender cómo esos diferentes niveles de pobreza funcionan, la “teoría integral” de Ken Wilber (2001) es útil. Wilber explica que para comprender una situación complicada o difícil se debería mirar los cuatro cuadrantes de la teoría integral: intención, comportamiento, cultura, y el sistema (Figura 1).

Figura 1: Teoría Integral de Ken Wilber



Por ejemplo, a nivel individual, una mujer monetariamente pobre podría ser pobre porque no valora el trabajo (intención), o tiene alguna adicción que no le permite trabajar (comportamiento). A nivel social, una mujer podría ser pobre en ingresos porque la cultura de esa sociedad considera que esa mujer no debería de estar trabajando (cultura). Finalmente, a nivel institucional, una mujer podría ser pobre porque las leyes de un país no le permiten tener propiedad privada (sistema). Para entender la pobreza, entonces, además de saber en qué aspecto una

persona es pobre, también es necesario discernir de qué nivel surge esa pobreza. El hecho de que la pobreza es un fenómeno multidimensional podría explicar por qué la metodología “minimalista” que la Fundación Paraguaya aplicaba antes de la creación del Semáforo era incompleta. Reconocer eso fue el primer paso de la reorientación de la Fundación Paraguaya hacia una metodología de eliminación más “integral.” En la creación de la nueva metodología, saber qué es la pobreza fue tan importante como saber cómo se puede actuar frente a la pobreza.

3 ENFRENTANDO LA POBREZA: PERSPECTIVAS DE OFERTA Y DE DEMANDA

Cuando decidió cambiar su enfoque de lucha contra la pobreza, la Fundación Paraguaya tuvo que decidir: 1) si era la responsabilidad de la misma Fundación sacar a sus clientes de la pobreza, o 2) si era la responsabilidad de los clientes de sacarse a sí mismos de la pobreza. La primera sería una opción propuesta por académicos que argumentan desde una perspectiva de “oferta”, mientras que la segunda sería una opción propuesta por los que defienden una perspectiva de “demanda”. En esta sección discutiremos cómo, en la literatura de desarrollo, las lógicas de las perspectivas de oferta y las perspectivas de demanda compiten y pueden resultar en diferentes propuestas de soluciones, y terminaremos mostrando que el Semáforo adopta una manera alternativa de abordar el problema de la pobreza que incluye partes de las dos opciones.

Según Banerjee y Duflo, el epítome de la perspectiva de oferta es Jeffrey Sachs. En resumen, el argumento de la perspectiva de oferta va así:

Los países pobres son pobres porque son calientes, infértiles, infestados de malaria y muchas veces cercados de tierra; eso hace que sea difícil que sean productivos sin una gran inversión inicial para ayudarles a tratar con esos problemas endémicos. Pero ellos no pueden pagar por las inversiones precisamente porque son pobres —están en lo que los economistas llaman una ‘trampa de pobreza.’ Hasta

que algo se haga sobre esos problemas, ni los mercados libres ni la democracia van a hacer mucho por ellos. Es por eso que la ayuda extranjera es la clave: puede iniciar un ciclo virtuoso al ayudar a los países pobres a invertir en esas áreas críticas y hacer que sean más productivos (Banerjee & Duflo, 2012, p. 3)⁶.

Aunque ese ejemplo esté enfocado principalmente en la ayuda extranjera a países subdesarrollados, la idea puede llevarse a diferentes niveles de la economía. Por ejemplo, para solucionar problemas de educación los de la perspectiva de oferta dirían que es necesario algún actor (ya sea el Estado o un Estado extranjero) que provea de, u oferte, educación para los pobres. Lo que tienen en común las diferentes soluciones propuestas por la perspectiva de oferta es que asumen que actores externos tienen que ofrecer las soluciones de los problemas a los pobres, porque los pobres por sí mismos están estancados en una trampa de pobreza de la que no pueden salir sin que esas ofertas quiebren su estancamiento.

Del otro lado de la balanza están los académicos de perspectiva de demanda, y, según Banerjee y Duflo, el epítome de esta lógica es William Easterly. Los de la perspectiva de demanda en general creen que la provisión de ayuda causa más daño al receptor de lo que le beneficia. Un resumen de sus argumentos es que:

[La ayuda] previene que personas busquen sus propias soluciones, mientras corrompe y socava las instituciones locales y crea un *lobby* autosostenible de agencias de ayuda. La mejor apuesta para países pobres es valerse de una simple idea: cuando los mercados son libres y los incentivos son correctos, personas pueden encontrar formas de

6 Traducción del autor. Texto original: *Poor countries are poor because they are hot, infertile, malaria infested, often landlocked; this makes it hard for them to be productive without an initial large investment to help them deal with these endemic problems. But they cannot pay for the investments precisely because they are poor—they are in what economists call a “poverty trap.” Until something is done about these problems, neither free markets nor democracy will do very much for them. This is why foreign aid is key: It can kick-start a virtuous cycle by helping poor countries invest in these critical areas and make them more productive.*

resolver sus problemas. No necesitan regalos, de los extranjeros ni de sus gobiernos⁷ (Banerjee & Duflo, 2012, pp. 3-4).

El punto de vista de la perspectiva de demanda da prioridad a las capacidades y conocimientos de los individuos vis a vis el conocimiento de las instituciones. En el peor de los casos consideran que la ayuda atrofia las capacidades de los individuos –por ejemplo, la provisión extranjera de mosquiteros destruye el mercado local, entonces esa producción nunca se desarrolla localmente y la comunidad se mantiene dependiente a los mosquiteros gratis– y en el mejor de los casos es un desperdicio –por ejemplo, vacunas subsidiadas que nadie utiliza.

El problema con esas dos lógicas es que adoptan respuestas estables para situaciones cambiantes. Para los de la perspectiva de oferta, la solución siempre es más oferta (ya sea de mosquiteros, de salud, de educación, de ayuda extranjera o remesas, etc.) y, contrariamente, para los de la perspectiva de demanda, la solución es siempre menos oferta, más libre mercado, y más responsabilidad individual. Banerjee y Duflo, entonces, recomiendan que en vez de enfocarse en luchar contra la pobreza intentando responder a las “grandes preguntas,” el énfasis debería ser en entender problemas pequeños y concretos, uno a la vez, para crear soluciones directamente relacionadas a los problemas. El propósito debería ser “alejarse del sentimiento que la lucha contra la pobreza es demasiado abrumadora, y empezar a pensar en el desafío como una serie de problemas concretos que, una vez identificados y entendidos, pueden ser resueltos uno a la vez”⁸ (Banerjee & Duflo, 2012, p. 2).

7 Traducción del autor. Texto original: *[aid] prevents people from searching for their own solutions, while corrupting and undermining local institutions and creating a self-perpetuating lobby of aid agencies. The best bet for poor countries is to rely on one simple idea: When markets are free and the incentives are right, people can find ways to solve their problems. They do not need handouts, from foreigners or from their own governments.*

8 Traducción del Autor. Texto original: *to turn away from the feeling that the fight against poverty is too overwhelming, and to start to think of the challenge as a set of concrete problems that, once properly identified and understood, can be solved one at a time.*

Hasta el momento, entonces, expusimos que trabajar para reducir la pobreza puede ser difícil porque: 1) la pobreza, entendida como carencia de libertad, es en sí un concepto difuso que puede presentarse de diferentes maneras en diferentes personas, y 2) porque las diferentes maneras en las que se presenta la pobreza requieren diferentes maneras de abordarla, que pueden incluir soluciones de oferta y/o de demanda. Para hacer frente a ese problema, el Semáforo de Eliminación de Pobreza está diseñado como una herramienta de oferta y de demanda, ya que la Fundación Paraguaya tiene algunas habilidades de ofertar soluciones a las cuales los clientes no podrían tener acceso por su cuenta –entre otros, acceso a créditos y microfranquicias–, pero también tiene la capacidad de motivar la demanda, por parte de los clientes, de otros servicios o productos que podrían requerir para la reducción de sus carencias –servicios o productos no proveídos directamente por la Fundación Paraguaya.

Para lograr esto, la metodología del Semáforo se enfoca en convertir al concepto difuso de la pobreza en una serie de problemas concretos que las familias, con ayuda de la Fundación Paraguaya, pueden intentar resolver. Para convertir a la pobreza en una serie de acciones concretas, el Semáforo identifica cómo una persona es pobre y cuáles son las acciones concretas que las familias deberían llevar a cabo, y provee una metodología de asesoramiento para motivar y asistir a las personas a que implementen esas acciones. En las siguientes secciones miraremos estas dos características del Semáforo de Eliminación de Pobreza: 1) el diagnóstico, y 2) la metodología de asesoramiento.

4 EL SEMÁFORO DE ELIMINACIÓN DE POBREZA COMO HERRAMIENTA DE DIAGNÓSTICO

Como vimos anteriormente, la pobreza puede presentarse en la vida de las personas de diferentes maneras, y, según la manera en la que se presente, esas personas necesitarían diferentes tipos de soluciones. La metodología del Semáforo, no utiliza los 50 indicadores para saber cuán

pobre es una familia, sino que los utiliza para saber cómo una familia es pobre. Aunque esta información es también utilizada para guiar una serie de intervenciones que la Fundación Paraguaya lleva a cabo con sus clientes (como veremos en la sección 5), la información producida por el Semáforo es en sí una intervención, ya que ayuda a que las familias entiendan cómo son pobres y cómo pueden salir de la pobreza. En esta sección discutiremos cómo el diagnóstico del Semáforo provee información a la familia, y cómo esa información puede utilizarse para motivar sentimientos de autoeficacia en los miembros de la familia.

Un problema muy importante en la vida de los pobres es que no tienen información suficiente. Según Banerjee y Duflo (2012, p. 267), algunos problemas de información son que los pobres “no están seguros de los beneficios de vacunar a sus niños; creen que hay poco valor en lo que se aprende durante los primeros años de la escuela; no saben cuánto fertilizante utilizar; no saben cuál es la forma más fácil de infectarse con VIH; no saben qué hacen sus políticos en su oficio”⁹. La falta de información puede llevar a que las personas pobres tomen decisiones erradas –a veces con graves consecuencias. Por ejemplo, si una familia confía más en las capacidades de un curandero que un médico tradicional, las decisiones que la familia toma podrían ser completamente contrarias a su bienestar.

La primera intervención del Semáforo es proveer información a los clientes. Los 50 indicadores proveen información sobre qué significa la pobreza y describen cómo una familia es pobre. Al mostrar los 50 indicadores, el Semáforo hace que los clientes tomen en cuenta carencias que podrían influir en su pobreza que antes ellos no consideraban. Al diagnosticarse (con rojo, amarillo o verde) en diferentes indicadores, los clientes internalizan diferentes necesidades que ellos tienen o cumplen.

⁹ Traducción del Autor. Texto original: *They are unsure about the benefits of immunizing children; they think there is little value in what is learned during the first few years of education; they don't know how much fertilizer they need to use; they don't know which is the easiest way to get infected with HIV; they don't know what their politicians do when in office.*

Tomemos un ejemplo: el indicador 17 de “Letrinas sanitarias y cloaca”. Si una persona no considera que carecer de un baño moderno podría influir en su nivel de vulnerabilidad, nunca hará nada por arreglarlo. Al leer la definición del indicador 17, el Semáforo le hace considerar “Letrinas sanitarias y cloaca” como un aspecto de pobreza. Seguidamente, según el nivel que caracteriza a la persona y su familia, el Semáforo sugiere que mejore o mantenga el estado de su baño. En ese sentido, el Semáforo enmarca lo que significa la pobreza para los clientes y pone los indicadores en la agenda de los clientes para mejorar su bienestar.

Los indicadores buscan ser lo más amplio posible para poder encapsular una gran diversidad de problemas relacionados a la pobreza que podrían ser relevantes para diferentes familias. Por esa razón, el Semáforo fue creado, no para ser una medición precisa de la pobreza sino como una herramienta para dirigir acciones de las familias hacia los dos o tres –o cuantos fuesen– indicadores problemáticos. No es su propósito, entonces, discernir si una familia tiene más o menos rojos o amarillos que otra familia, sino que es útil para revelar dónde las familias deberían enfocar sus esfuerzos. De esa manera, los indicadores del Semáforo proveen información que ayudan a los clientes a tomar mejores decisiones.

Los indicadores del Semáforo de Eliminación de Pobreza fueron creados a partir de entrevistas con expertos de pobreza en Paraguay, de un análisis de la literatura sobre pobreza y de la observación de acciones llevadas a cabo por clientes considerados “desviantes positivos.” Según Grenny *et al.* (2013, p. 47) los “desviantes positivos” son personas que viven en el mismo “mundo” que la población meta, pero que de alguna manera producen mejores resultados. Una observación de lo que los desviantes positivos hacen diferentemente puede ayudar a revelar acciones concretas que ayuden a los demás a alcanzar el nivel de desarrollo de los desviantes positivos. Las acciones llevadas a cabo por esos desviantes positivos, identificadas por la Fundación Paraguaya, también sirvieron como guía para la creación de los indicadores del Semáforo.

Otro problema que muchas personas pobres tienen es que no creen tener la capacidad de salir de la pobreza. Según Banerjee y Duflo (2012) las expectativas de los pobres suelen funcionar como profecías autocumplidas. Banerjee y Duflo (2012, p. 271) lo describen así:

[Los niños] abandonan la escuela cuando sus profesores (y a veces sus padres) les señalan que no son lo suficientemente inteligentes para dominar el currículo; vendedores de fruta no hacen esfuerzos para pagar sus deudas porque esperan que estarán endeudados de vuelta en poco tiempo; las enfermeras dejan de ir al trabajo porque nadie espera que vayan; los políticos que nadie espera que cumplan o tienen incentivos para intentar mejorar las vidas de las personas¹⁰.

Esto es relevante porque al desagregar el problema de la pobreza, los clientes pueden ver que sí son capaces de superar la pobreza, y que lo que tienen que hacer está dentro de su alcance. El hecho de que no todos tienen rojo en los mismos indicadores también sirve para persuadir a las personas que alcanzar verde en todos los indicadores es posible. Si un cliente tiene un rojo por no tener baño moderno, pero su vecino tiene verde en ese mismo indicador, este hecho se vuelve un argumento persuasivo para mostrar que él también podría tener verde en ese indicador. Finalmente, además de mostrar que solucionar problemas concretos es posible, el Semáforo también incluye una dimensión llamada “interioridad y motivación”. Los indicadores de esa dimensión están dedicados a promover que los clientes se conozcan a sí mismos, que entiendan sus problemas, que sientan que pueden solucionarlos, y para que se aprecien a sí mismos.

La información proveída por el diagnóstico del Semáforo, entonces, es el inicio de la intervención que el Semáforo hace con los clientes.

10 Traducción del autor. Texto original: *Children give up on school when their teachers (and sometimes their parents) signal to them that they are not smart enough to master the curriculum; fruit sellers don't make the effort to repay their debt because they expect that they will fall back into debt very quickly; nurses stop coming to work because nobody expects them to be there; politicians whom no one expects to perform have no incentive to try improving people's lives.*

El propósito de la información relevada que los clientes 1) entiendan cómo son pobres y 2) que puedan sentir que los problemas que la pobreza presenta para ellos son superables. Habiendo dicho eso, los clientes no son los únicos que utilizan la información que el Semáforo provee. Entender cómo los clientes son pobres es de vital importancia para guiar el trabajo de las asesoras de crédito de la Fundación Paraguaya y las alianzas que la institución pueda emprender para aumentar la oferta de soluciones. En la próxima sección discutiremos la metodología de asesoramiento.

5 EL SEMÁFORO DE ELIMINACIÓN DE POBREZA COMO METODOLOGÍA DE ASESORAMIENTO

Para llevar a cabo la metodología de asesoramiento, las asesoras de crédito se enfocan en modificar conductas vitales en los clientes. Según Grenny *et al.* (2013), para alcanzar un objetivo concreto, un actor –en ese caso la Fundación Paraguaya– tiene que enfocarse en cambiar una serie de conductas específicas. Para alcanzar una meta, entonces, un actor tiene que discernir exactamente cuáles son las conductas que tiene que cambiar para que la meta se alcance (Grenny *et al.* 2013, p. 13). Por ejemplo, para un hospital mantenerse limpio, ese hospital tiene que enfocarse en que sus integrantes cumplan con conductas específicas –como que los doctores se laven las manos constantemente o que esterilicen sus herramientas constantemente. Al identificar esas “conductas vitales,” el actor puede concentrar sus esfuerzos en modificar unas conductas concretas y delimitadas, en vez de ser abrumado por un problema difuso y mal definido (Grenny *et al.* 2013, p. 27). Según Grenny *et al.* (2013, pp. 35-36), conseguir un cambio importante normalmente requiere del cambio de uno o dos conductas vitales, ya que hay momentos de “importancia desproporcionada” cuando “las decisiones de alguien llevan a grandes resultados o preparan una cascada de conductas negativas que

crean y perpetúan problemas”¹¹. En esta sección discutiremos cómo se utilizan los resultados del diagnóstico del Semáforo de Eliminación de Pobreza para descubrir esas conductas vitales a ser modificadas en diferentes clientes; y describiremos el proceso que las asesoras llevan a cabo para intentar modificar esas conductas vitales.

Como mencionamos anteriormente, la pobreza es un problema multidimensional que puede presentarse de diferentes maneras en distintas personas, y según las maneras en que se presenta la pobreza, hay numerosas maneras de enfrentar sus problemas. Eso significa que la Fundación Paraguaya tiene que promover diferentes combinaciones de comportamientos vitales a distintos clientes para poder tratar con su pobreza. Con el Semáforo, los clientes, con ayuda de las asesoras de crédito, determinan si están en “rojo”, “amarillo”, o “verde” en cada uno de estos indicadores. Según la cantidad y combinación de rojos y amarillos que cada cliente tiene, entonces, la asesora puede identificar en cuáles indicadores enfocar sus esfuerzos.

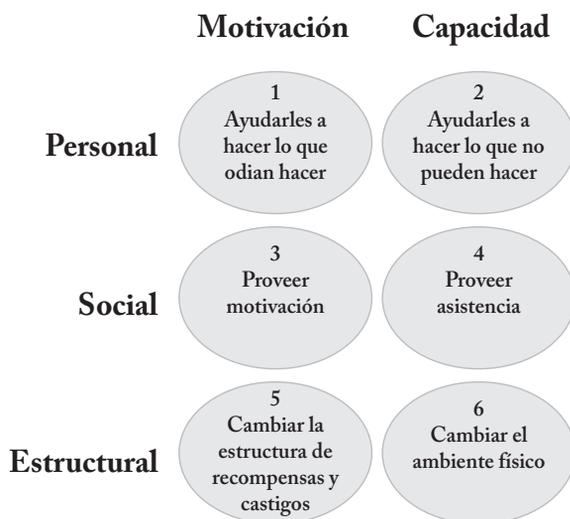
Una vez que la asesora de créditos de la Fundación Paraguaya identifica en cuáles indicadores un cliente y su familia son pobres, el segundo paso es establecer acciones concretas con su cliente para superar esa pobreza. Como pudo verse en la tabla 1, la naturaleza de los indicadores del Semáforo varían enormemente: algunos indicadores son concretos, otros son abstractos, algunos se pueden conseguir por esfuerzo individual y otros requieren acciones colectivas. A pesar de esa gran variedad, la Fundación Paraguaya utiliza unas técnicas generales de asesoramiento que sirven para facilitar el trabajo de las asesoras de crédito con los clientes, sin importar en qué indicadores sean pobres los clientes. En esta sección repasaremos las “seis fuentes de influencia”, de Grenny *et al.* (2013). Esas herramientas nos ayudan a identificar conductas vitales

11 Traducción del autor. Texto original: *when someone's choices either lead toward great results or set up a cascade of negative behaviors that create and perpetuate problems.*

y diferentes acciones que se pueden llevar a cabo para influir en las conductas de los individuos para mejorar su vida y salir de la pobreza.

Una vez identificadas las conductas vitales a ser promovidas, existen, según Grenny et al. (2013), seis “fuentes de influencia” que pueden ser utilizadas para lograr que las personas lleven a cabo las conductas necesarias para alcanzar una meta dada: Motivación Personal, Capacidad Personal, Motivación Social, Capacidad Social, Motivación Estructural y Capacidad Estructural.

Figura 2: Las Seis Fuentes de Influencia (Grenny et al., 2013)



Las asesoras de crédito están entrenadas para utilizar estas seis fuentes de influencia para intentar modificar el comportamiento de los clientes. Continuemos con el ejemplo del indicador 17 de “Letrinas sanitarias y cloaca”. Mejorar el baño de un hogar es algo que una familia podría llevar a cabo por su cuenta. Lo que requiere es que la familia ahorre dinero e implemente las modificaciones en su hogar. Pero para que la familia realice esas dos acciones debe: 1) tener la motivación de llevar a cabo los cambios (¿vale la pena?); y, 2) tiene que tener la capacidad de

llevar a cabo los cambios (¿puedo hacerlo?) (Grenny *et al.*, 2013, p. 69). El trabajo de la asesora, entonces, consiste en motivar y proveer las capacidades a los clientes para que superen un problema en particular, y, para hacer eso, puede usar diferentes niveles: el nivel personal, el nivel social y el nivel estructural. La figura 2 representa cómo esos cinco factores se combinan para crear las seis fuentes de influencia.

Volviendo al ejemplo de “Letrina sanitaria y cloaca”, la asesora tiene varios cursos de acción. A nivel personal, la asesora puede motivar a la persona a tener una letrina sanitaria y cloaca, informando que la misma proveería un medioambiente más saludable para su familia, por ejemplo (motivación personal). En el caso de que la persona no tenga dinero suficiente, la asesora podría facilitar la capacidad personal, apoyando con la creación de un plan de negocios que permita a la familia adquirir la capacidad de aumentar sus ingresos y ahorrar (capacidad personal).

Al nivel social, la asesora usualmente no trabaja solo con una familia de clientes, sino que, como la Fundación Paraguaya provee créditos a través de bancas comunales, trabaja con varios clientes que se conocen mutuamente. Eso permite que la asesora utilice fuentes de influencia a nivel social. Si un cliente, a nivel personal, decide que prefiere no mejorar su letrina, la asesora podría utilizar ese grupo social para persuadirlo a través de la presión de grupo de que eso es una buena idea (motivación social). Si todos en la banca comunal tienen un baño moderno, un cliente individual no va a querer ser el único con un baño en mal estado. Similarmente, el apoyo social podría facilitar la capacidad de esa persona ya que el grupo podría ayudar al que quedó atrás (capacidad social).

Finalmente, en el nivel estructural, la Fundación Paraguaya tiene a su disposición sus reglamentos de crédito y de bancas comunales. Como los clientes quieren seguir sacando créditos de la Fundación Paraguaya, y como las bancas comunales suelen mantenerse por mucho tiempo, la Fundación Paraguaya puede crear incentivos y desincentivos para motivar a las personas a llevar a cabo cambios. Por ejemplo, si el problema de

letrina sanitaria y cloaca es suficientemente grande, la Fundación Paraguaya podría negociar un descuento con una empresa privada y proveer el producto de una manera más barata a sus clientes para incentivar la mejora (motivación estructural). Finalmente, si los clientes de la Fundación Paraguaya llevan a cabo cambios a sus baños, cualquier cambio al mundo físico también puede motivar a los demás a llevar a cabo cambios, porque otros pueden ver el baño moderno y querer algo parecido. El baño arreglado, en sí, es un elemento persuasivo. También, el hecho de que no tener una letrina sanitaria y cloaca adecuada es “amarillo” o “rojo” en el Semáforo de Eliminación de la Pobreza es un recurso de influencia, ya que los dos colores son percibidos como avisos de peligro o de cuidado (capacidad estructural).

Finalmente, hay una crítica moral que se podría hacer a ese proceso de cambio de conducta: ¿No es paternalista influenciar a los clientes a modificar sus conductas? Una conclusión alcanzada por Banerjee y Duflo (2012, p. 269) es útil para responder a esta pregunta. Según esos autores, las “decisiones correctas” ya están tomadas para las personas de mayores recursos, liberando sus mentes para poder concentrarse en otras actividades que las hagan más productivas. Los pobres:

[...] no tienen agua corriente, y entonces no reciben el beneficio del cloro que el gobierno municipal pone en las fuentes de agua. Si quieren agua limpia, tienen que purificarla ellos mismos. No pueden comprar cereales de desayuno prefabricados con fortificaciones entonces tienen que asegurarse de que sus hijos reciban suficientes nutrientes. No tienen una forma automática de ahorrar, como un plan de jubilación o una contribución a Seguridad Social, entonces tienen que encontrar una forma de asegurarse de ahorrar... Para los pobres, esto es agravado por el hecho de que sus vidas ya son mucho más laboriosas que las nuestras... Eso significa que sus vidas podrían ser mejoradas significativamente haciendo que sea lo más fácil posible

tomar la decisión correcta –basado en todo lo demás que sabemos– usando el poder de opciones preestablecidas y empujones¹² (Banerjee & Duflo, 2012, p. 269)

El Semáforo busca justamente hacer eso: facilitar la toma de decisiones correctas por parte de los clientes. Eso también ocurre a través de la provisión de información sobre lo que los clientes “deberían” hacer para salir de la pobreza. Habiendo dicho eso, la Fundación Paraguaya, aunque se esfuerce por modificar la conducta de sus clientes, no los obliga a participar del Semáforo de Eliminación de Pobreza si es que no quieren hacerlo.

6 CONCLUSIÓN

La pobreza es compleja; es multidimensional, multinivel y se presenta en diferentes personas de diferentes maneras. Por ser un concepto complejo y cambiante, soluciones estandarizadas –ya sean de oferta o de demanda – son limitadas en su capacidad de ayudar a las personas a superar la pobreza. Es necesario entender cómo la pobreza se presenta en las personas para identificar problemas específicos que las organizaciones o los individuos tienen que resolver con acciones concretas.

El Semáforo de Eliminación de Pobreza es una forma de desagregar el concepto difuso de “la pobreza” para convertirlo en una serie de problemas específicos que pueden resolverse con acciones concretas. Para alcanzar esa meta, el Semáforo es una herramienta de diagnóstico y una metodología de asesoramiento. El propósito del diagnóstico es en-

¹² Traducción del autor. Texto original: *have no piped water, and therefore do not benefit from the chlorine that the city government puts into the water supply. If they want clean drinking water, they have to purify it themselves. They cannot afford ready-made fortified breakfast cereals and therefore have to make sure that they and their children get enough nutrients. They have no automatic way to save, such as a retirement plan or a contribution to Social Security, so they have to find a way to make sure that they save... For the poor, this is compounded by the fact that their lives are already much more demanding than ours... This means that their lives could be significantly improved by making it as easy as possible to do the right thing –based on everything else we know– using the power of default options and small nudges[.]*

tender cómo los clientes son pobres identificando problemas específicos que se presentan en las vidas de las familias (a través de los 50 indicadores). Luego esa información es utilizada para que la familia misma pueda entender cómo son pobres para llevar a cabo acciones para resolver sus problemas; y por las asesoras de crédito para guiar la metodología de asesoramiento. En esa metodología de asesoramiento, las asesoras utilizan diferentes fuentes de influencia para intentar influenciar a los clientes a llevar a cabo cambios en conductas vitales que perpetúan su pobreza.

Trabajar con la pobreza de los clientes de la Fundación Paraguaya requiere un trabajo integral. La Fundación Paraguaya trabaja con los clientes y sus familias, con bancas comunales de clientes, con empresas privadas y con diferentes instituciones del Estado. Atacar la pobreza desde un solo nivel (por ejemplo: el individuo), o desde una sola dimensión (por ejemplo, ingresos) es incompleto. Es necesario abarcar diferentes niveles y diferentes características para lidiar integralmente con la pobreza.

REFERENCIAS

- Bandura, A. (1997). *Self-Efficacy: The Exercise of Control*. [s/l]: Worth Publishers.
- Banerjee, A.; Duflo, E. (2011). *Poor Economics*. New York: Public Affairs.
- Fundación Paraguaya (2015). *Poverty Stoplight Application Manual: A Simple Description of How to Apply the Poverty Stoplight and the Actions to Tackle Each Indicator*. [s/l].
- Grenny, J., Patterson, K., & Maxfield, D. (2008). *Influencer: The Power to Change Anything*. New York: McGraw Hill.
- Haughton, J., & Khandker, S.R. (2009). *Handbook on Poverty and Inequality*. Washington D.C: World Bank

Narayan, D., Patel, R., Schafft, K., Rademacher, A., & Koch-Schulte, S. (1999). *Can Anyone Hear Us? Voices from 47 Countries*. Washington D.C: World Bank.

Sanabria, L. (2015). *How families are creating step-by-step plans for poverty elimination*. The Microcredit Summit Campaign. Retrieved from <http://100millionideas.org/2015/03/30/families-create-step-by-step-plan-for-poverty-elimination/>.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Patterson, K., Grenny, J., Maxfield, D., McMillan, R., & Switzler, A. (2011). *Change Anything*. New York: Business Plus.

Tolstói, L. (2008). *Anna Karenina*. Madrid: Edimat Libros.

Wilber, K. (2001). *A Brief History of Everything*. Boulder: Shambhala

LA PERCEPCIÓN DE LA REALIDAD SOCIAL Y SU INCIDENCIA EN LOS PROCESOS DE INCLUSIÓN DE LAS PERSONAS EN SITUACIÓN DE POBREZA EXTREMA Y EXCLUSIÓN SOCIAL

José Juan Vázquez

1 INTRODUCCIÓN

La lucha contra la pobreza extrema y la exclusión social supone una obligación prioritaria e ineludible de cualquier sociedad, independientemente de su nivel de desarrollo económico y social. La persistencia de personas en situación de pobreza extrema y exclusión social –carentes de recursos materiales que les permitan satisfacer sus necesidades más básicas y sin la posibilidad de acceder a las oportunidades vitales que definen una ciudadanía social– es una preocupante realidad que, con mayor o menor intensidad, afecta a todas las sociedades. Esa cuestión, que dista mucho de estar resuelta en los estados desarrollados, resulta especialmente preocupante en los estados en desarrollo, donde la precariedad que padecen quienes se encuentran en situación de pobreza y exclusión resulta especialmente agravada.

Las situaciones de pobreza y exclusión suelen encontrarse asociadas a circunstancias sociales complejas, multicausales y, en gran medida, ambiguas. Interpretar esas cuestiones no resulta sencillo, si bien los seres humanos tendemos a creer poder hacerlo con facilidad, prácticamente de forma “automática”, lo que induce a la comisión de errores, muchas veces con potenciales implicaciones negativas para quienes padecen esas circunstancias.

Las investigaciones centradas en las “actitudes” muestran la existencia de correlaciones positivas entre variables cognitivas (ej. esquemas

cognitivos, estereotipos, meta-estereotipos, atribuciones causales...), emociones (ej. miedo, desconfianza, indefensión...) y conductas (ej. aislamiento, discriminación, rechazo...) (Breckler, 1984; Vázquez, 2012; Zanna & Rempel, 1988). Esquemas cognitivos, atribuciones, estereotipos o meta-estereotipos parecen funcionar como cogniciones que, por sus características, pueden incidir de forma muy relevante en los procesos de inclusión de los colectivos más desfavorecidos.

Tanto entre diferentes grupos como entre los individuos en el seno de un mismo grupo pueden darse procesos de atribución causal diferentes, y mantenerse estereotipos y meta-estereotipos heterogéneos, por lo que resulta relevante profundizar en el conocimiento de las diferencias individuales en el procesamiento de la información social. Así, por ejemplo, se ha observado que entre las personas de ideología conservadora se produce una especial acentuación de determinados sesgos cognitivos que se manifiestan, entre otros aspectos, en una tendencia a subestimar el efecto de los contextos sociales y a sobreestimar el esfuerzo individual como elemento esencial en el progreso personal, poniendo la clave de la posición social en las características disposicionales de los actores (Vázquez & Panadero, 2007, 2009a, 2009b). La creencia de que *“quien se esfuerza y lucha consigue salir adelante”* implica subyacemente que *“quien no triunfa”* es, generalmente, por no haberse esforzado suficientemente. Sin embargo, la realidad desmiente sistemáticamente ese tipo de afirmaciones, habiéndose constatado que el mejor predictor del nivel socioeconómico de un individuo al llegar a la edad adulta es el nivel socioeconómico de su familia de origen (Kerbo, 2003; Vázquez y Panadero, en prensa).

El contexto social y cultural influye fuertemente la forma de procesar la realidad social y, a su vez, la forma en que se procesa la realidad social por la población condiciona la estructura social. Dado que la forma en que se procesa la realidad social puede ser modulada, romper el “círculo vicioso” y transformarlo en un “círculo virtuoso” se convierte en una necesidad esencial en la lucha contra la pobreza extrema y la exclu-

sión social. En ese sentido, conviene tener presente que la ciudadanía puede mostrar diferente grado de movilización y apoyo a determinadas políticas públicas en función de las atribuciones de causalidad y de los estereotipos existentes sobre el colectivo hacia el que esas políticas se encuentran orientadas (Panadero & Vázquez, 2012). Además, como señalan Kurzban y Leary (2001), las personas presentan una fuerte tendencia a evitar a quienes se encuentran en situación de exclusión, circunstancia fuertemente vinculada a la forma en que se procesa la información social relativa a esas situaciones. Asimismo, cuando estereotipos y sesgos atributivos afectan a quienes deben diseñar las políticas de lucha contra la exclusión o a quienes trabajan directamente con colectivos en situación de dificultad social, las emociones y comportamientos pueden verse condicionados, incidiendo en el diseño de dichas políticas públicas y en las características de los programas de intervención propuestos (Pellegrini, Queirolo, Monarrez & Valenzuela, 1997; Vázquez, 2003).

Por otro lado, entre las personas que se encuentran en situación de pobreza extrema y exclusión social, el mantenimiento de determinados esquemas, estereotipos, meta-estereotipos o procesos atributivos —junto a los sesgos vinculados a estos procesos cognitivos— puede tener una relevante incidencia en sus procesos de inclusión, es decir, en sus posibilidades de participación igualitaria en las distintas dimensiones sociales (económica, legal, política, cultural, etc.) (Vázquez, en prensa; Vázquez, Panadero & Zúñiga, en prensa).

Lamentablemente, la literatura científica ha prestado escasa atención a las cuestiones relativas a los procesos de cognición social relacionados con situaciones de pobreza o exclusión. El presente texto busca reflexionar sobre distintos aspectos relativos a la forma en que se procesa la información social vinculada a situaciones de pobreza extrema o exclusión social, y sobre su incidencia en los procesos de inclusión de las personas que se encuentran en esas circunstancias. Las reflexiones se apoyan principalmente en los datos obtenidos en diferentes investigaciones dirigidas por el autor en España y Nicaragua. Una información

detallada sobre dichas investigaciones puede consultarse en la bibliografía recogida en el apartado Referencias.

Nicaragua y España son dos países que, aun compartiendo una lengua común, presentan importantes diferencias económicas (ej. en renta per cápita), sociales (ej. en el desarrollo de sus sistemas de protección social) y culturales (ej. la sociedad nicaragüense, más colectivista, favorece en mayor medida la pertenencia a pocos grupos, el compromiso del individuo con su grupo, la armonía y la cohesión grupal). Analizar aspectos relativos a la cognición social, y su relación con situaciones de pobreza o exclusión en dos contextos tan diversos, pese a las dificultades que presenta, puede facilitar la realización de comparaciones que permitan constatar la existencia de similitudes y diferencias en el procesamiento de la información social.

2 PSEUDOHERENCIA DE LA POBREZA, FATALISMO Y SUCESOS VITALES ESTRESANTES

Como se ha señalado en el apartado anterior, el mejor predictor del nivel socioeconómico de un individuo al llegar a la edad adulta es el nivel socioeconómico de su familia de origen (Kerbo, 2003; Vázquez & Panadero, en prensa). Esa circunstancia resulta especialmente agravada entre las personas que nacen en contextos de pobreza extrema y exclusión social, quienes presentan una importante tendencia a la cronificación en su situación y una propensión a que esa situación se transmita de generación en generación, dando lugar a un proceso pseudohereditario de la pobreza y la exclusión.

De forma general, los hijos de quienes conforman los grupos sociales más pudientes, al llegar a la edad adulta se encuadrarán en los niveles socioeconómicos más elevados, en tanto que los hijos de los menos favorecidos, con una gran probabilidad ocuparán en su madurez los estratos sociales más humildes. En los contextos sociales donde existe un crecimiento económico sostenido tiende a producirse un efecto de

movilidad social ascendente, por lo que esa circunstancia resulta algo más tolerable. Pero en contextos con un crecimiento estancado, o que padecen situaciones de crisis o recesión económica prolongadas, se hace patente la rigidez y las dificultades a enfrentar para ascender socioeconómicamente, lo que condena a los hijos de los más humildes a futuras situaciones de pobreza (Vázquez & Panadero, en prensa).

Martín-Baró (1973) acuñó el término “fatalismo” para hacer referencia a un esquema cognitivo caracterizado por la aceptación pasiva y sumisa de un destino irremediable, tras el que se encuentra la fuerza de la naturaleza o la voluntad de algún dios. El “fatalismo” ha sido considerado un marco fundamental en el estudio de los procesos psicológicos, dado que, en la opinión de Martín-Baró (1998), pone de manifiesto una peculiar relación de sentido que establecen las personas consigo mismas y con los hechos de su existencia, que es la fuente de las representaciones, creencias y actitudes que el sujeto construye sobre sí mismo y sobre los acontecimientos que lo rodean. El “fatalismo” resulta especialmente acentuado en la denominada “cultura de la pobreza” (Martín-Baró, 1987), en que, en la opinión de Lewis (1969), se produce una adaptación de los pobres a su posición marginal en una sociedad estratificada socioeconómicamente, lo que permite a las personas pobres manejar los sentimientos de impotencia y desesperación que se desarrollan ante la comprobación de que es improbable tener éxito siguiendo los valores y fines de la sociedad.

Distintos trabajos realizados en Nicaragua con recolectores de basura –un colectivo en situación de extrema pobreza y exclusión social (Vázquez, Higuera & Cuadra, 2009; Vázquez, Panadero, Berríos & Martín, 2012; Vázquez, Panadero & Martín, 2012)– indican que, en León (Nicaragua), la totalidad de quienes viven de la basura proceden de familias pobres o extremadamente pobres y han permanecido en situación de pobreza a lo largo de toda su vida. Esos datos muestran que entre los recolectores de basura existe tanto una acentuada cronificación en su situación como un proceso pseudohereditario de la pobreza extre-

ma y la exclusión social, que se transmiten de padres a hijos, de generación en generación (Vázquez & Panadero, en prensa). En España, se ha observado que las personas sin hogar padecieron durante su infancia y adolescencia en un elevado porcentaje problemas económicos importantes y situaciones de paro prolongado de algún miembro de su familia (Panadero & Vázquez, 2012), cuestiones ambas muy relacionadas con situaciones de pobreza en el contexto español. Esos ejemplos refuerzan la idea constatada por Kerbo (2003) de que el mejor predictor del nivel socioeconómico de una persona en su vida adulta es el nivel socioeconómico de su familia de origen, y aportan argumentos para combatir la idea tan arraigada en algunos contextos sociales de que el progreso personal deriva fundamentalmente del esfuerzo individual, y no de factores sociales estructurales que parecen condenar a la exclusión a quienes, sin responsabilidad alguna, nacieron en contextos sociales deprimidos.

Las personas en situación de pobreza y exclusión social, además, se ven especialmente afectadas por el padecimiento de sucesos vitales estresantes, es decir, por experiencias que juegan un papel clave en la vida de quienes las padecen, que frecuentemente implican cambios significativos y que pueden afectar de forma negativa a las capacidades psicológicas y a la salud. La mayor parte de los sucesos vitales estresantes padecidos por las personas en situación de pobreza o exclusión social, aunque escapan a su control, parecen afectar de una forma directa a sus posibilidades de movilidad social ascendente. Esas personas no solo padecen una mayor cantidad de sucesos vitales estresantes que la población general (Vázquez, Panadero & Martín, en prensa; Vázquez, Panadero & Rincón, 2006, 2007, 2010), sino que además padecen sucesos cualitativamente de mayor gravedad y los padecen de una forma mucho más precoz, aconteciéndoles en gran medida durante la infancia y adolescencia (Muñoz, Vázquez, Bermejo & Vázquez, 1999). En ese sentido, cabe señalar que el padecimiento de experiencias adversas en la infancia ha sido señalado como un importante factor de riesgo de encontrarse en

una situación de exclusión social en la edad adulta (Koegel, Melamid & Burnam, 1995; Stein, Leslie & Nyamathi, 2002).

Las explicaciones sobre cómo influyen los sucesos vitales estresantes padecidos durante la infancia y adolescencia en la exclusión social han sido muy diversas, y van desde la posibilidad de que esos problemas conlleven dificultades en la adquisición de habilidades que permitan posteriormente establecer relaciones estables, hasta la existencia de problemas emocionales asociados a esos acontecimientos que impidan el mantenimiento de unas adecuadas redes sociales en la edad adulta (Whitfield, 1998). Algunos autores han propuesto también que esa relación podría estar mediada por el apoyo insuficiente que prestan las familias, es decir, las historias familiares adversas podrían limitar la capacidad de recibir apoyo que las proteja en situaciones de crisis. Además, no se puede olvidar que la acumulación de sucesos vitales estresantes en la infancia aumenta el riesgo de padecer trastornos mentales como depresión y abuso de sustancias, los cuales también suponen factores de riesgo para padecer situaciones de pobreza extrema o exclusión social.

La investigación realizada durante las últimas décadas ha resaltado cómo los sucesos estresantes, especialmente los relacionados con las crisis económicas o laborales, las pérdidas o rupturas de relaciones sociales y los procesos de victimización en distintos momentos vitales suponen un elemento de gran relevancia en la explicación de la génesis y mantenimiento de muchas personas en situaciones de exclusión social (Muñoz, Panadero, Pérez & Quiroga, 2005; Muñoz *et al.*, 1999; Muñoz, Vázquez & Vázquez, 1998, 2003, 2004). Además, pobreza extrema y exclusión social son situaciones de gran vulnerabilidad, en las que resulta bastante frecuente verse afectado por sucesos vitales estresantes, como se desprende de los trabajos desarrollados con personas sin hogar en España o recolectores de basura en Nicaragua. En ambos casos, se constata una relación directa entre el nivel de pobreza y la cantidad y gravedad de los sucesos vitales estresantes padecidos a lo largo de la vida (Vázquez & Panadero, en prensa; Panadero & Vázquez, 2012). El padecimiento de

un elevado número de sucesos vitales estresantes, además, se encuentra asociado a una mayor cronificación en situaciones de pobreza extrema y exclusión (Panadero & Vázquez, 2012; Vázquez *et al.*, 2012). Por todo ello, resulta especialmente relevante el desarrollo de un sistema de protección social que ampare a quienes se ven obligados a afrontar un elevado número de sucesos vitales estresantes, de gran intensidad y desde los primeros años de vida.

Lamentablemente, un aspecto apenas abordado en los trabajos sobre exclusión social ha sido el estudio de la incidencia de los sucesos vitales estresantes en los procesos de cognición social. A modo de ejemplo, se ha observado entre las personas sin hogar en Madrid que quienes habían sufrido más sucesos vitales estresantes, tanto durante la infancia y adolescencia como en la vida adulta, tendían a realizar más atribuciones causales externas de la situación sin hogar, es decir, tendían a atribuir las razones de la situación de sin hogar a causas ajenas al propio individuo (Panadero & Vázquez, 2012). Así, el padecimiento de un elevado número de sucesos vitales estresantes podría encontrarse asociado al desarrollo de sentimientos de indefensión y a la acentuación del “fatalismo” característico de la “cultura de la pobreza” (Martín-Baró, 1987), lo que podría incidir negativamente en los procesos de inclusión de quienes se encuentran en situación de pobreza extrema y exclusión social.

3 ESTEREOTIPOS, METAESTEREOTIPOS Y ESTIGMA

El término “estigma” se utilizaba en la Grecia clásica, donde se marcaba la piel de criminales, esclavos y traidores con cortes y quemaduras para identificarlos como personas contaminadas o inmorales, que debían ser evitadas (Goffman, 1963). En la actualidad, estigma no hace referencia a marcas físicas, sino a atributos que dan lugar a rechazo social, que puede manifestarse en aversión a la interacción, evitación, descrédito, deshumanización, despersonalización. La estigmatización se produce en las interacciones sociales, por lo que el estigma no reside en

la persona sino en el contexto social (Hebl & Dovidio, 2005), de forma que lo que resulta estigmatizante en un contexto social puede no serlo en otro.

Kurzban y Leary (2001) señalan la existencia de una fuerte tendencia a evitar a quienes se encuentran en situación de exclusión social. La conducta social hacia determinados grupos –especialmente hacia aquellos estigmatizados y en situación de exclusión social– se encuentra fuertemente mediada por los estereotipos, muy vinculados a conductas de discriminación (Greenwald & Banaji, 1995). En el caso de las personas que se sustentan de la basura en Nicaragua (Vázquez & Panadero, en prensa) o de las personas sin hogar en Brasil (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013), Argentina (Lenta, 2013), Puerto Rico (Nina, Ostolaza & Rodríguez, 2013) o España (Panadero & Vázquez, 2012), los estereotipos presentan características sustancialmente negativas, lo que incide en actitudes negativas hacia esas personas, cuestión que dificulta de forma notable sus procesos de inclusión social (Mallet, Edwards, Keys, Myers & Rosenthal, 2003).

El origen de la estigmatización se encuentra en las representaciones cognitivas que los perceptores tienen de quienes poseen determinadas características, representaciones que pueden dar lugar a reacciones emocionales y comportamientos negativos. Y, la conciencia por parte de las personas de la existencia de un estigma social, puede dar lugar al autoestigma. Estigma y autoestigma presenta componentes cognitivos, afectivos y conductuales (Mak & Cheung, 2008), que operan tanto implícita como explícitamente. Entre los componentes cognitivos de estigma y autoestigma destacan, por su relevancia, los estereotipos y meta-estereotipos.

El término meta-estereotipo hace referencia a las creencias que los miembros de un grupo tienen sobre los estereotipos que un exogrupo les asigna (Vorauer, Main & O'Connell, 1998). Esa cuestión resulta especialmente relevante dada la tendencia de las personas a evitar el contacto con miembros de otros grupos cuando creen que estos no desean man-

tener contacto con ellos (Shelton & Richeson, 2005), cuestión que da lugar a la realización en ambos grupos de atribuciones diferentes sobre las causas por las que los miembros del exogrupo no desean comenzar dichos contactos. En general, el miedo y la ansiedad sobre como esperan ser tratados hacen que las personas en situación de pobreza extrema y exclusión social eviten el contacto con terceras personas, lo que incide negativamente en sus procesos de inclusión.

Tanto las personas sin hogar en España como los recolectores de basura en Nicaragua se encuentran fuertemente estigmatizados. Entre los recolectores de basura, el contenido del estigma que padecen es especialmente negativo (Vázquez, 2013), y ello a pesar de que esas personas desarrollan una actividad socialmente útil, económicamente productiva y ambientalmente beneficiosa: facilitan materiales a bajo coste a diferentes industrias, evitan que los residuos incrementen el tamaño de los basureros, reducen la contaminación ambiental al evitar que gran cantidad de productos plásticos sean quemados, etc. Los recolectores, por el fuerte estigma que sufren, presentan dificultades para relacionarse con el resto de la población, habiendo generado un cierto estilo de vida que les diferencia de esta, con conductas desaprobadas socialmente, lo que incide en la acentuación y perpetuación del estigma que padecen (Vázquez, en prensa).

Tanto los recolectores de basura en Nicaragua (Vázquez *et al.*, 2012) como las personas sin hogar en España (Muñoz *et al.*, 2003; Panadero & Vázquez, 2012) son conscientes de encontrarse socialmente estigmatizados. En ambos grupos, el meta-estereotipo tiende a presentar un carácter desfavorable si bien, en ocasiones, indulgente. Un meta-estereotipo indulgente describiría una imagen ambivalente, que aunque presente características negativas, parece hacerlo en un tono afectivo positivo, desde una mirada condescendiente, que considera a las personas víctimas de las circunstancias y las percibe afectadas por la situación en que se encuentran (Panadero & Vázquez, 2012). El meta-estereotipo de ambos colectivos presenta un alto grado de uniformidad, indicativo

de un elevado consenso respecto a los atributos que les son asignados por la población general.

El alto grado de uniformidad del meta-estereotipo, con atributos poco favorables –aunque en cierta medida indulgentes– que manejan los recolectores y las personas sin hogar, podría estar incidiendo en la forma con que perciben a terceras personas, pudiendo cumplir una importante función como determinante del contacto con la población general, ya que la experiencia de sentirse estereotipado negativamente afecta la percepción social y a las reacciones afectivas hacia el exogrupo, pudiendo contribuir a la evitación del contacto o, en caso de que esta evitación no sea posible, a reacciones hostiles hacia el exogrupo. Además, los atributos del meta-estereotipo poco favorables y uniformes podrían estar influyendo en la imagen que los recolectores y las personas sin hogar tienen del propio endogrupo y, por tanto, en las posibilidades de modificar su situación, ya que el meta-estereotipo puede influir fuertemente en como los miembros del endogrupo se autodefinen.

La tendencia existente entre las personas en situación de exclusión social de evitar el contacto con miembros de otros grupos cuando creen que estos no desean mantener contacto con ellos, da lugar a que los miembros de los grupos excluidos y la población general realicen atribuciones diferentes sobre las causas por las que los miembros del exogrupo no desean comenzar dichos contactos. Entre las personas en situación de exclusión social, el miedo y la ansiedad sobre como esperan ser tratados puede incidir en que eviten el contacto mientras, por parte de la población general, las atribuciones sobre el comportamiento de aislamiento puede incidir en una exacerbación del estigma. A su vez, la ausencia de contacto entre los grupos incide en un incremento de la atribución de peligrosidad al exogrupo, incidiendo negativamente en el estereotipo y meta-estereotipo que afectan al grupo estigmatizado.

De esa forma, el estigma y auto-estigma que afectan a los colectivos en situación de pobreza extrema y exclusión social parecen influir negativamente en la falta de oportunidades que padecen. Esa falta de

oportunidades incide en unas circunstancias vitales especialmente duras, cronificando en su situación a la mayor parte de personas afectadas y, en muchas ocasiones, “condenando” a las subsiguientes generaciones a la pobreza y exclusión social padecida por sus padres.

4 ATRIBUCIONES CAUSALES, POBREZA Y EXCLUSIÓN SOCIAL

La atribución de causalidad consiste esencialmente en la realización de inferencias sobre las causas de las conductas de los demás y de la propia conducta (Moya & Expósito, 2007). No se trata de las causas reales de la conducta, sino de las que las personas creen o imaginan que pueden encontrarse en la base de un determinado comportamiento o situación. Pero las atribuciones causales que se realizan sobre una determinada cuestión se encuentran fuertemente vinculadas a las estrategias consideradas eficaces para hacerle frente (Panadero & Vázquez, 2008; Vázquez *et al.*, en prensa). Así, el análisis de los procesos atributivos permite conocer distintos elementos que impulsan la conducta, independientemente del ajuste a la realidad de las atribuciones realizadas.

La realización de atribuciones causales facilita encontrar explicación a situaciones disfuncionales, ya que se tiende a pensar que un suceso queda explicado satisfactoriamente cuando se cree haber descubierto por qué ha ocurrido. Sin embargo, considerando los limitados recursos cognitivos de los seres humanos, en no pocas ocasiones se carece de la motivación o la capacidad necesaria para analizar con detenimiento el evento hasta encontrar para él una explicación adecuada, por lo que se tiende a realizar inferencias, extrayendo conclusiones a partir de una información limitada, generalmente insuficiente. A ello se añade que en los contextos sociales no suele existir una explicación única de las situaciones disfuncionales, sino múltiples combinaciones de posibilidades que interaccionan entre sí.

Las atribuciones sobre las causas de la pobreza reflejan actitudes que pueden dirigir las conductas a nivel tanto individual como grupal e institucional. A nivel individual, la teoría atribucional de Weiner (1986) fundamenta la motivación de logro en las consecuencias cognitivas y emocionales de la atribución causal realizada sobre los resultados previos obtenidos, de forma que las características de la atribución causal y las consecuencias psicológicas experimentadas influyen en el estado motivacional de la persona y, por tanto, determinan su conducta futura de logro. Ese efecto puede tener importantes implicaciones en el proceso de inclusión de las personas en situación de dificultad o exclusión social dado que, en función de las atribuciones causales realizadas sobre la propia situación, serán diferentes las estrategias que se considerara conveniente desarrollar para intentar paliarla o revertirla. Asimismo, entre la población general, las atribuciones realizadas sobre las causas de la pobreza pueden influir tanto en las interacciones con quienes se encuentran en situación de dificultad o exclusión social (Bullock, 1999; Cozzarelli, Wilkinson & Tagler, 2001) como en el diseño e implementación de políticas de lucha contra la pobreza y la exclusión, o en el apoyo que reciben dichas políticas (Reutter, Harrison & Tagler, 2002; Bullock, Williams & Limbert, 2003).

El sesgo conocido como “diferencias actor-observador” consiste en que, de un mismo hecho, actores y observadores tienden a dar explicaciones diferentes, observándose una tendencia en los observadores a atribuir las causas del propio comportamiento principalmente a factores de carácter externo o situacional, mientras un mismo comportamiento de los actores se tiende a atribuir en mayor medida a sus características personales o factores disposicionales (Jones & Nisbett, 1971; Nisbett & Ross, 1980). La literatura científica recoge la tendencia de los observadores a sobre-atribuir las causas de la pobreza a características disposicionales de las personas que se encuentran en esa situación, e infra-atribuir la incidencia causal en la situación de pobreza de cuestiones ajenas al control de quienes la padecen, como la desigual distribución de

la riqueza o la coyuntura del mercado laboral. El efecto opuesto tiende a observarse entre los actores (Campbell, Carr & Maclachlan, 2001; Panadero & Vázquez, 2008; Vázquez, Panadero & Pascual, 2010). En general, los errores de atribución predisponen a responsabilizar de la pobreza a los pobres, en vez de a situaciones que se encuentran más allá de su control (Cozzarelli *et al.*, 2001; Feagin, 1972; Vázquez & Panadero, 2007, 2009a, 2009b). Ese efecto puede tener importantes implicaciones en el proceso de inclusión de las personas en situación de pobreza extrema y exclusión social dado que, en función de las atribuciones causales realizadas por los actores sobre su situación, las estrategias que desarrollarán para intentar paliarla o revertirla serán diferentes, variando en ese sentido su eficacia.

Distintos autores (Campbell *et al.*, 2001; Feather, 1974; Furnham, 1982; Mickelson & Hazlett, 2014; Vázquez & Panadero, 2009a, 2009b) han señalado que las personas de nivel socioeconómico medio y las pertenecientes a los grupos sociales con mayor capacidad de renta, mayor nivel educativo y menores posibilidades de verse afectados directamente por la pobreza, utilizan en sus explicaciones causales de la pobreza una mayor cantidad de atribuciones a causas personales que a factores sociales de carácter estructural, observándose el efecto contrario entre quienes se encuentran en situación de pobreza o se enfrentan a la posibilidad de verse afectados por ella. Asimismo, como se señalaba con anterioridad, las personas de ideología conservadora atribuyen las causas de la pobreza y la exclusión social en mayor medida a factores disposicionales del actor que a circunstancias sociales ajenas a su control (Vázquez & Panadero, 2007, 2009a, 2009b).

En España, las atribuciones realizadas sobre las principales causas de la situación sin hogar hacen referencia principalmente a factores individuales (atribuyendo responsabilidad de su situación a las propias personas sin hogar) y a la fatalidad (atribuyendo la situación sin hogar a factores que se encuentran fuera del control de las personas que la padecen y no son responsabilidad de la sociedad), siendo pocas las atribu-

ciones a causas sociales de carácter estructural (que responsabilizan de la situación sin hogar a fuerzas externas a las personas que la padecen), y ello incluso en contextos de crisis y recesión económica. Esa tendencia en la realización de determinadas atribuciones sobre la situación sin hogar también se observa entre las propias personas sin hogar, quienes presentan una especial tendencia a explicar las causas de esa situación principalmente a partir de factores disposicionales de quien la padece, incluso cuando hacen referencia a su propia situación. Así pues, el sesgo “diferencias actor-observador” parece no producirse en lo relativo a las atribuciones causales de la situación sin hogar en España, pues las personas sin hogar se auto-atribuyen mayor responsabilidad de su situación que la que les atribuyen quienes no presentan riesgo de llegar a encontrarse sin hogar (Vázquez *et al.*, en prensa). Las personas en situación de pobreza, con riesgo de encontrarse sin hogar y que comparten servicios de atención con personas sin hogar realizan atribuciones causales de la situación sin hogar similares a las de las propias personas sin hogar. En ese caso, el contacto directo con personas en situación sin hogar puede ayudar a explicar las atribuciones causales a factores disposicionales realizados por las personas en situación de riesgo, que podrían presentar un carácter auto-defensivo (Vázquez & Panadero, 2007), ya que las personas pobres, al percibir que carecen de las características negativas asociadas a quienes se encuentran sin hogar, pueden apreciar menos riesgo de llegar a deslizarse hasta dicha situación.

La tendencia a atribuir la situación sin hogar a factores personales y características disposicionales de quienes se encuentran en dicha situación, y la responsabilización a las personas sin hogar de su situación, puede incidir negativamente en la percepción general sobre el colectivo y en la consideración de no ser merecedores de ayuda, dada la mayor tendencia a prestar ayuda cuando se atribuyen los problemas a causas externas a quienes los padecen (DeJong, 1980; Zucker & Weiner, 1993). De esa forma, las atribuciones sobre las causas de la pobreza pueden influir en el diseño e implementación de políticas de lucha contra la

pobreza y en el apoyo que esas políticas reciben de la población general (Reutter *et al.*, 2002; Bullock *et al.*, 2003).

Sin embargo, dado que las atribuciones causales que se realizan sobre una determinada situación se encuentran vinculadas a las estrategias consideradas eficaces para hacerle frente (Panadero & Vázquez, 2008; Vázquez *et al.*, en prensa), la tendencia entre las personas en situación de exclusión social a atribuir a cuestiones personales su propia situación podría tener alguna implicación positiva, dado que esa circunstancia podría reducir la sensación de indefensión derivada de la imposibilidad de controlar las causas atribuidas a factores sociales estructurales o a la fatalidad. Así, la atribución a causas personales podría facilitar la activación en las personas socialmente excluidas de recursos personales enfocados a superar su situación.

5 “OPTIMISMO” FRENTE A “FATALISMO” EN LA SUPERACIÓN DE SITUACIONES DE POBREZA EXTREMA Y EXCLUSIÓN SOCIAL

Como se señaló con anterioridad, el “fatalismo” –la aceptación pasiva y sumisa de un destino irremediable, tras el que se encuentra la fuerza de la naturaleza o la voluntad de algún dios (Martín-Baró, 1973)– ha sido considerado un marco fundamental en el estudio de los procesos psicológicos en el ámbito de la “cultura de la pobreza” (Martín-Baró, 1987), especialmente en contextos culturales colectivistas con bajos niveles de desarrollo. Sin embargo, algunos datos obtenidos a partir de los trabajos realizados en Nicaragua y España con grupos de personas en situación de pobreza y exclusión invitan a reflexionar sobre esa cuestión, ya que padecer ese tipo de situaciones no parece conducir necesariamente al “fatalismo”.

Así, por ejemplo, en León (Nicaragua), el 71% de los recolectores de basura y el 85% de las mujeres en situación de pobreza víctimas de violencia de género manifestaron tener unas expectativas de futuro posi-

tivas, y ninguno de los entrevistados en estos grupos señaló encontrarse “sin esperanza” de cara al futuro (Vázquez, 2013; Vázquez, Panadero & Rivas, 2015). De similar manera, el 64% de las personas sin hogar en Madrid (España) manifestaron unas expectativas de futuro optimistas, mientras tan solo un 0,6% señaló encontrarse “sin esperanza en el futuro” (Panadero *et al.*, 2014; Panadero, Guillén & Vázquez, 2015). Como se observa, en los tres grupos existe un elevado porcentaje de personas optimistas en relación a su futuro. Además, se observa en los tres grupos que una gran parte de sus componentes manifestó sentirse feliz, y ello pese a la situación de extrema pobreza en que vivían, la estigmatización que padecían y la enorme cantidad de sucesos vitales estresantes que habían tenido que afrontar desde edades tempranas. Así, manifestaba sentirse, en general, feliz, el 70% de los recolectores de basura en León (Nicaragua) (Vázquez, 2013), el 54% de las mujeres en situación de pobreza víctimas de violencia de género en León (Nicaragua) (Vázquez *et al.*, 2015) y el 47% de las personas sin hogar en Madrid (España) (Panadero *et al.*, 2015). En esa línea, se observa una relación directa entre el nivel de felicidad general manifestada y el optimismo en relación al futuro (Vázquez, 2013). Esa circunstancia podría mostrar la existencia de un potencial “círculo virtuoso”, en el que la sensación de felicidad general podría inducir cogniciones optimistas –dando lugar a unas mejores expectativas de futuro– a la vez que unas expectativas de futuro optimistas pudieran influir positivamente en la sensación de felicidad. Entre otras cuestiones, esa circunstancia muestra la persistencia de unos importantes niveles de resiliencia entre las personas en situación de pobreza y exclusión, a la vez que aporta una nota positiva en relación a su disposición a aprovechar las oportunidades que se les pueda brindar.

Por otro lado, como se recogía en el apartado anterior, se observa una tendencia entre las personas sin hogar en Madrid a atribuir su situación a circunstancias personales –en cierta medida susceptibles de poder ser controladas–, en vez de a circunstancias sociales de carácter estructural o a la mala suerte, que escaparían al control de quien se encuentra

en situación de exclusión social. Ese tipo de atribuciones a características personales, pese a sus potenciales consecuencias negativas, permiten percibir un potencial mayor control de la situación, lo que podría limitar la aparición de sentimientos de indefensión y “fatalismo”. Así pues, no parece claro que entre las personas en situación de pobreza y exclusión social se produzca de forma mayoritaria “una aceptación pasiva y sumisa de un destino irremediable”. Esa circunstancia puede servir como estímulo para apoyar el desarrollo de estrategias personales orientadas a superar situaciones de pobreza y exclusión social, así como para impulsar estrategias de organización colectiva que activen la movilización y la lucha por el acceso a una ciudadanía de pleno derecho.

Lamentablemente, las posibilidades de generar cambios estructurales de relevancia a través de la movilización en solitario de las personas en situación de pobreza y exclusión social resultan ínfimas, dado que en gran medida esas personas forman parte de colectivos minoritarios, socialmente excluidos y fuertemente estigmatizados. La acción política de esos actores, pese a ser importante, por si sola difícilmente tiene la posibilidad de generar efectos relevantes en las modificaciones estructurales de sus contextos sociales. Inevitablemente, es en el conjunto de la sociedad donde reside la obligación de fomentar la implementación de cambios estructurales en favor de la igualdad de derechos, el establecimiento de políticas redistributivas de recursos que discriminen positivamente a los colectivos menos favorecidos, el impulso de una real igualdad de oportunidades para acceder al bienestar y el desarrollo de una red de protección social que ampare a quienes se deslizan a situaciones de dificultad, cuestiones imprescindibles para sentar las bases de un desarrollo económico y social armónico.

La mayor parte de las personas en situación de pobreza extrema y exclusión social crecieron en el seno de familias pobres, y han sido pobres a lo largo de toda su vida. Sin embargo, el reto está en conseguir que estas personas estigmatizadas mejoren su calidad de vida, evitando que sus hijos se vean abocados al proceso de pseudoherencia de la situa-

ción de pobreza y exclusión padecida por sus padres. En ese sentido, la capacidad de hacer frente a la adversidad mostrada por esas personas, y las expectativas positivas que, pese a su situación, mantienen de cara al futuro, son elementos que aportan una nota optimista en relación a sus posibilidades de acceder a una mejor calidad de vida si se les facilitan los apoyos individuales y colectivos adecuados.

REFERENCIAS

Breckler, S.J. (1984) Empirical validation of affect, behavior and cognition as distinct components of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 1191-1205.

Bullock, H.E. (1999). Attributions for Poverty: A comparison of middle-class and welfare recipient attitudes. *Journal of Applied Social Psychology*, 29, 2059–2082.

Bullock, H.E., Williams, W.R. & Limbert, W.M. (2003). Predicting support for welfare policies: The impact of attributions and beliefs about inequality. *Journal of Poverty*, 7, 35-56

Campbell, D., Carr, S.C., & MacLachlan, M. (2001), Attributing “Third World Poverty” in Australia and Malawi: A Case of Donor Bias? *Journal of Applied Social Psychology*, 31, 409–430.

Cozzarelli, C., Wilkinson, A.V., & Tagler, M.J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of Social Issues*, 57, 207–227.

DeJong, W. (1980). The stigma of obesity: The consequences of naive assumptions concerning the causes of physical deviance. *Journal of Health and Social Behavior*, 21, 75-87

Feagin, J.R. (1972). God helps those who help themselves. *Psychology Today*, 11, 101-129.

- Feather, N.T. (1974). Explanations of poverty in Australian and American samples: The person, society, or fate? *Australian Journal of Psychology*, 26(3), 199-216.
- Furnham, A. (1982). The perception of poverty among adolescents. *Journal of Adolescence*, 5, 135-147.
- Goffman, E. (1963). *Estigma: La identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amor-rortu.
- Greenwald, A. & Banaji, M. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4-27.
- Hebl, M., & Dovidio, J.F. (2005). Promoting the “social” in the examination of social stigmas. *Personality and Social Psychology Review*, 9, 156-182.
- Jones, E.E., & Nisbett, R.E. (1971). The actor and the observer: Divergent perceptions of the causes of behaviour. En E.E. Jones, D.E. Kanouse, H.H. Kelley, R.E. Nisbett, S. Valins & B. Weiner (Eds.), *Attribution: Perceiving the causes of behaviour* (pp. 79-94). Morristown: General Learning Press.
- Kerbo, H.R. (2003). *Social Stratification and Inequality: Class Conflict in Historical and Global Perspective*. New York: McGraw-Hill.
- Koegel, P., Melamid, E., & Burnam, A. (1995). Childhood risk factors for homelessness among homeless adults. *American Journal of Public Health*, 85(12), 1642-1649.
- Kurzban, R., & Leary, M. (2001). Evolutionary origins of stigmatization: The functions of social exclusion. *Psychological Bulletin*, 127 (2), 187-208.
- Lenta, M.M. (2013). Niños y niñas en situación de calle: territorios, vínculos y políticas sociales. *Revista de Psicología*, 22(2), 29- 41.
- Lewis, O. (1969). The Culture of Poverty. En D. Moynihan (ed.), *On Understanding Poverty. Perspectives from the Social Sciences* (pp. 187- 199). Nueva York: Basic Books.

- Mak, W.W.S., & Cheung, R.Y.M. (2008). Affiliate stigma among caregivers of people with intellectual disability or mental illness. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 21(6), 532–545.
- Mallet, S., Edwards, J., Keys, D., Myers, P., & Rosenthal, D. (2003). Disrupting Stereotypes: Young People, Drug Use and Homelessness. *The Key Centre for Women's Health in Society*. Melbourne: University of Melbourne.
- Martín-Baró, I. (1973). Psicología del campesino salvadoreño. *Estudios Centroamericanos*, 297/298, 476-495.
- Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. En M. Montero (Ed.), *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panado.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.
- Mickelson, K.D., & Hazlett, E. (2014). “Why me?”: Low-Income Women’s Poverty Attributions, Mental Health, and Social Class Perceptions. *Sex Roles*, 71(9-10), 319-332.
- Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28.
- Moya, M. & Expósito, F. (2007). Percepción de personas y sus acciones. En J.F. Morales, E. Gaviria, M.Moya e I. Cuadrado (Eds.). *Psicología Social*. Madrid: McGraw Hill.
- Muñoz, M., Vázquez, C., & Vázquez, J.J. (1998). *Atrapados en la calle*: Testimonios de personas sin hogar con problemas de salud mental. Madrid: Comunidad Autónoma de Madrid (1998).
- Muñoz, M., Vázquez, C., & Vázquez, J.J. (2003). *Los límites de la exclusión*: estudio sobre los factores económicos, psicosociales y de salud que afectan a las personas sin hogar en Madrid. Madrid: Tèmpora.

Muñoz, M.; Vázquez, C. & Vázquez, J.J. (2004) A comparison between Homeless, Domiciled and Vulnerable Populations in Madrid. *Population*, 59(1): 129-141.

Muñoz, M., Vázquez, C., Bermejo, M. & Vázquez, J.J. (1999). Stressful life events among homeless people: Quantity, types, timing and perceived causality. *Journal of Community Psychology*, 27(1), 73-87.

Nina, R., Ostolaza, C., & Rodríguez, F. (2013). Personas sin techo: ¿cuáles son mis derechos? Una experiencia comunitaria a través de la fotografía. *Revista de Psicología*, 22(2), 64-74.

Nisbet, R. E., & Ross, L. (1980). *Human Inference: Strategies and Shortcomings of Social Judgment*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Panadero, S., & Vázquez, J.J. (2008). Perceived causes of poverty in developing nations: Causes of Third World Poverty Questionnaire in Spanish-speaking samples. *Social Behavior and Personality*, 36(4), 571-576.

Panadero, S., & Vázquez, J.J. (2012). La investigación sobre las personas sin hogar y los recursos de atención al colectivo en España. Evolución, situación actual y retos futuros (pp. 87-107). En C. Zúñiga (ed.). *Psicología, sociedad y equidad: aportes y desafíos*, Santiago de Chile: Universidad de Chile.

Panadero, S., Guillén, A.I., & Vázquez, J.J. (2015). Happiness in the street. Overall happiness among homeless people in Madrid (Spain). *American Journal of Orthopsychiatry*, 85(4), 324-330.

Panadero, S., Vázquez, J.J., Guillén, A., Martín, R., & Cabrera, H. (2013). Diferencias en felicidad general entre las personas sin hogar en Madrid (España). *Revista de Psicología*, 22(2), 53-63.

Panadero, S., Vázquez, J.J., & Rincón, P. (2006). Diferencias transculturales y vivencia de sucesos estresantes entre estudiantes latinoamericanos y españoles. *Boletín de Psicología*, 86, 27-51.

Pellegrini, R.H., Queirolo, S.S., Monarrez, V.E., & Valenzuela, D.M. (1997). Political identification and perception of homelessness: Attributed causality and attitudes on public policy. *Psychological Reports*, 80, 1139-1148.

Reutter, L.I., Harrison, M.J., & Neufeld, A. (2002). Public support for poverty-related policies. *Canadian Journal of Public Health*, 93(4), 297-302.

Shelton, N., & Richeson, J. (2005). Intergroup contact and pluralistic ignorance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(1), 91-107.

Stein, J.A., Leslie, M.B., & Nyamathi, A. (2002). Relative contributions of parent substance use and childhood maltreatment to chronic homelessness, depression, and substance abuse problems among homeless women: Mediating roles of self-esteem and abuse in adulthood. *Child abuse and neglect*, 26, 1011-1027.

Vázquez, J.J. (2003). *Los recursos básicos de atención a las personas sin hogar en Madrid desde la perspectiva de los usuarios*. Madrid: Consejo Económico y Social.

Vázquez, J.J., & Panadero, S. (en prensa). Chronicity and pseudoinheritance of social exclusion. Differences according to the poverty of the family of origin among trash pickers in León (Nicaragua). *Human Rights Quarterly*.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Martín, R.M. (2012). *Vivir de la basura en Nicaragua*. Análisis de la situación y necesidades de los recolectores en el basurero de León. Madrid: Editorial Académica Española.

Vázquez, J.J., Panadero, S., Berrios, A., & Martín, R.M. (2012). *Miradas desde la dignidad*. Estudio sobre la situación, comportamientos y actitudes de las personas que se sustentan de la basura en León, Nicaragua (193 pp.). León: Editorial Universitaria de la UNAN-León.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Zúñiga, C. (en prensa). Actors, observers and causal attributions of homelessness. Differences in attribution for the causes of homelessness among domiciled and homeless people in Madrid (Spain). *American Journal of Orthopsychiatry*.

Vázquez, J.J., Higuera, M., & Cuadra, A. (2009). Evaluación psicopedagógica a niños en situación de fuerte exclusión social en Nicaragua. *Pulso. Revista de Educación*, 32, 55-73.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Martín, R.M. (2015). Regional and national differences in stressful life events: The role of cultural factors, economic development, and gender. *American Journal of Orthopsychiatry*, 85(4), 392-396.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Pascual, I. (2010). Developing the “Causes of Poverty in Developing Countries Questionnaire (CPCDQ)” in a spanish-speaking population. *Social Behavior and Personality*, 38(9), 1167-1172.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Rivas, E. (2015). Happiness among poor women victims of intimate partner violence in Nicaragua. *Social Work in Public Health*, 30(1), 18-29.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Rincón, P. (2007). Stressful life events in countries of differing economic development: Nicaragua, Chile and Spain. *Psychological Reports*, 101, 193-201.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Rincón, P. (2010). Stressful life events and suicidal behaviour in countries with different development levels: Nicaragua, El Salvador, Chile and Spain. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 20(4), 288-298.

Vázquez, J.J., Panadero, S., & Rincón, P.P. (2008). Implicación de las actitudes y desesperanza en la participación electoral de estudiantes españoles y latinoamericanos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 40(3), 551-564.

Vorauer, J.D., Main, K.J., & O'Connell, G.B. (1998). How do individuals expect to be viewed by members of lower status groups? Content and implications of meta-stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 917-937.

Weiner, B. (1986). *An Attributional Theory of Achievement Motivation and Emotion*. Nueva York: Springer-Verlag.

Whitfield, C.L. (1998). Internal evidence and corroboration of traumatic memories of child sexual abuse with addictive disorders. *Sexual Addiction and Compulsivity*, 5, 269-292.

Zanna, M.P., & Rempel, J.K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. En D. Bar-Tal & A.W. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). Cambridge: Cambridge University Press.

Zucker, G.S., & Weiner, B. (1993). Conservatism and perceptions of poverty: An attributional analysis. *Journal of Applied Social Psychology*, 23(12), 925-943.



EIXO III

RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTO À POBREZA

EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E AS VISÕES SOBRE POBREZA: ESTÉTICA E ESPIRITUALIDADE COMO RESISTÊNCIA

*Ana Luisa Teixeira de Menezes
Viviane Fernandes Silveira*

1 INTRODUÇÃO

Desejamos discutir os aspectos da pobreza em diálogo com os povos indígenas Guarani, enfocando a estética e a espiritualidade como formas de resistência e enfrentamento às situações vividas. Os sentidos construídos na vivência interétnica nas relações estabelecidas entre europeus e indígenas remetem às origens e ao acirramento da desigualdade social no Brasil.

Pretendemos trazer aspectos de nossas pesquisas de caráter etnográfico e participativo a partir de nossa experiência de pesquisa, de trabalho e de convivência com a realidade Guarani, sua cosmologia e particularidades de diálogo que nos abrem outros caminhos de pensamento acerca da pobreza. A nosso ver, problematizam outros vetores inclusive sociais, culturais, históricos e subjetivos de relevância para o mundo acadêmico e intelectual.

A problematização das questões da espiritualidade, da estética e da pobreza, desde a perspectiva dessa cultura e da relação interétnica, tanto numa visão de resistência e de produção de saberes, quanto em problemáticas produzidas do ponto de vista objetivo e subjetivo, remete às relações constituídas no Brasil entre colonizadores e colonizados, nas quais, os indígenas são transformados em pobres.

Para tanto, percorremos referências de intelectuais indígenas e suas contribuições feitas pelo viés da oralidade e da escrita, assim como ou-

tros autores da América do Sul e da Europa, que se debruçam sobre a importância da discussão desses paradigmas para novos encaminhamentos na busca de nossas raízes ameríndias, de nossas epistemologias, metodologias e ciência.

As pessoas Guarani que aqui nos falam, estão situadas em sua cosmologia *Mbyá*, historicamente posicionada na região Sul do Brasil, estendendo-se pelo Sudeste, assim como nas respectivas fronteiras com a Argentina e o Paraguai. Mais especificamente, as que aqui aparecem vivem em comunidades localizadas na região metropolitana de Porto Alegre e no Vale do Rio Pardo.

2 EPISTEMOLOGIAS GUARANI E A RECUPERAÇÃO DAS RAÍZES POPULARES NA ALDEIA E NA UNIVERSIDADE

Os estudos realizados a partir de Martin-Baró (2009) e de Góis (2012, 2015), que ressaltam a investigação comunitária a partir da América Profunda (Kusch, 2000) e da experiência de libertação (Martin-Baró, 2009), levam-nos a pensar a importância dos estudos indígenas e étnicos na Psicologia e o quanto eles provocaram uma revisão nos nossos modos de atuar e de pesquisar. Esta é uma temática que provoca e desestabiliza tanto profissionais quanto a academia, para que não nos fixemos em conceitos fechados e não concentremos nossas pesquisas para as adequar aos conceitos já conhecidos, mesmo que sejam tão caros às nossas trajetórias.

As questões étnicas e indígenas perpassam a formação do Brasil, na constituição de nossas comunidades, através dos modos de se educarem, de sua vida comunitária, de sua alimentação, da vivência do tempo, dos modos de vestir etc.

Partimos das indagações de Martin-Baró (2009), que provoca a discussão para uma psicologia da libertação, evocando para a academia estudos e práticas que produzam um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis. Para isso, o autor afirma a necessidade do

voltar-se para a memória histórica, para a desnaturalização das experiências cotidianas e para a potencialização das virtudes populares.

Voltar-se para os estudos indígenas rompe com a crítica da escrivão da Psicologia latino-americana feita por Martin-Baró (2009), quando afirma que há a ausência de uma epistemologia adequada para pensar uma ciência própria. Ou seja, o autor nos provoca a que busquemos nossas raízes epistemológicas e a que ultrapassemos o mimetismo científico em que estamos enredados.

A elaboração desta reflexão alcança singularidade na pesquisa em psicologia e educação a partir de uma caminhada que vem promovendo a perspectiva de ampliar a produção de conhecimentos ameríndios pelas trocas e aprendizagens interculturais num intenso diálogo interétnico e intercientífico. Nessa caminhada, a universidade vem favorecendo aos pesquisadores e estudantes um encontro intercultural que contribui para ampliar a concepção de conhecimento e racionalidade a partir de debates e concepções de aprendizagem na cosmologia Guarani. Esse percurso de estudos e ações sustenta a intenção de aprofundar o diálogo intercultural com os Guarani nos campos da psicologia e da educação como modo de perseguir uma participação ativa dos Guarani como intelectuais indígenas (Bergamaschi, Nabarro & Benites, 2013; Menezes, Richter & Silveira, 2015), fortalecendo a problematização do conceito de ciência numa perspectiva em processo de aprofundamento no Abya Yala, de interciência (Little, 2010), que inclui os saberes indígenas no campo científico e acadêmico. Para Bergamaschi, Nabarro e Benites (2013), os intelectuais indígenas são mediadores e estão comprometidos com os processos políticos e culturais de seu povo, sendo responsáveis por potencializarem saberes, tradições e transformações a partir de sua palavra como potência de interlocução comunitária numa perspectiva intercultural.

3 A VISÃO DA POBREZA EM DIÁLOGO COM A CULTURA GUARANI

Sublinhamos, antecipadamente, que o trançar da interculturalidade envolve aproximações, embaraços, encontros e diferenças. Assim, a escrita de um texto desta natureza exige tal qual a “arte da conversa”, como nomeia Pissolato (2008), praticada pelos Guarani, a delicadeza de quem fala e o respeito e atenção de quem escuta. A escolha pela entrada em um mundo que conta com epistemologias radicalmente outras exige bem mais que seguir os parâmetros até então estudados no cenário que tinha o ocidente como centro. Demanda alinhar fios de ambas as naturezas e, principalmente, impregnar-se do outro, como tanto nos ensinam os Guarani. “Oufrificar-se” é, muitas vezes, desconstruir-se e desaprender.

Em uma realidade regional como a das nações edificadas a partir dos crimes próprios dos feitos coloniais, muito precisamos constantemente voltar ao tema da possibilidade da surpresa, do desconhecimento e do reconhecimento do lugar do indígena. O tema do social brasileiro, pensado desde o ponto de vista psíquico, remonta-nos constantemente ao mais essencial do jogo de posições objetivas e subjetivas que oportuniza que o humano aconteça. Referimo-nos ao que Bergès e Balbo (2002) relançam no conceito de transitivismo. Antes de qualquer coisa, um humano precisa estar em condições de surpreender-se com os sinais do outro e supor que não sabe sobre eles, que precisa entender, aprender e deixar-se ultrapassar.

Santos (2006) fala em trivialização do horror, em que afirma que cada um dá o lugar que tem. Nossa preocupação está em problematizar o aparentemente inaudito dessas trocas humanas, denominadas ocidentais, que ocorrem inclusive nas formações acadêmicas em que prosseguem os modelos naturalmente europeus de tentar ensinar ou compreender como se aprende. Seguimos com Santos (2006), que aposta nos recantos algo intocados pelo capitalismo neste mundo. Sim, eles

existem, e o autor sugere, por exemplo, a noção do bem viver, próprio dos povos originários, assim como outros conceitos dessas culturas e os diálogos interculturais com as epistemologias do Sul, enquanto brechas para avanços frente às trivializações destrutivas atuais.

A lógica da pobreza na América nos remete diretamente à desigualdade social que se constituiu na forma como o Brasil foi sendo moldado em suas relações extrativistas e comerciais. Não existia, desde o início, nenhum interesse, por parte dos colonizadores, em melhorar as condições de vida e afirmar o território do Brasil como um espaço, por exemplo, de riqueza a ser usufruída pelos seus próprios habitantes: os indígenas. Conforme Prado Junior (2004) e Ribeiro (1995) anunciam, na formação do povo brasileiro, houve um desprezo dos colonizadores pelos indígenas em todas as suas formas culturais, conhecimentos e epistemologias, tanto em seus aspectos religiosos, quanto educativos e políticos, o que produziu a imagem do indígena preguiçoso, pobre, ignorante, lascivo e inferior.

A cultura da extração de riquezas, da produção de açúcar e do comércio foi essencial e demarcadora no acirramento das desigualdades sociais e da ideia dominante e obsessiva, vivida hoje pelo brasileiro, de tornar-se rico, como um projeto de ser humano. O ser pobre, em nossa sociedade contemporânea e ocidental, está vinculado ao analfabetismo, à preguiça, ao fracasso, a um profundo sentimento de sofrimento, de culpa e de derrota. Em pesquisas com recicladoras de lixo no Rio Grande do Sul, quando perguntamos às mulheres sobre as causas da pobreza, elas responsabilizaram a si mesmas e a seus familiares (Menezes & Pinho, 2014). Numa mesma linha, relatada por Freire (1995), este afirma, perplexo, que nunca pensou que a pobreza pudesse ser assumida como uma naturalidade. Ao indagar uma mulher sobre sua origem, ela lhe respondeu: eu sou pobre.

Dessa forma, a resistência que os Guarani vivem no contexto intercultural merece ser ressaltada e tem revelado, ao longo de quinhentos anos, um processo de guerras, de acordos, desacordos, o qual, segundo

Oliveira e Freire (2006), remonta ao regime dos aldeamentos missionários na época de 1549 a 1755. Tais embates vividos entre os jesuítas, os povos das missões, portugueses e espanhóis demonstram a formação de um Brasil que se constituiu numa relação entre o colonizador, que se tornou rico ao extrair a riqueza da terra e do outro, e o colonizado, que não trabalha e que é pobre.

Todavia, percebe-se uma série de estratégias criativas, tanto do ponto de vista religioso e estético, quanto do político, dos Guarani, evidenciando aprendizados de alteridade. Castro (2002) verificou o quanto os indígenas vivem a alteridade numa perspectiva de receber o outro em toda a sua diferença, pois acreditam que, assim, se transformam mais e podem exercer uma dimensão de estar sendo, num movimento mais complexo. Essa concepção se contrapõe a uma lógica ocidental na qual temos nos situado numa ótica do ser, no sentido de afirmar uma identidade, um território, bens, demarcando limites de uma forma objetiva e também subjetiva (Kusch, 2000).

Kusch (2000) introduz o conceito de “pátio dos objetos” ao situar a vida ocidental enquanto um algo que, avançando em uma crescente violência pela busca por mais terras, na lógica do acúmulo, da limpeza, do controle teria nos lançado em um tipo de existência na qual perdemos o mistério, o tigre, a tempestade, o outro, o mundo, encerrando-nos em uma posição por demais atrelada à dimensão material.

Ao pesquisarmos entre os Guarani, corroboramos o posicionamento e a preocupação de Castro (2002) para não transformarmos os indígenas em pobres, e, com isso, desvalorizarmos suas culturas e seus conhecimentos. Tal pensamento vai ao encontro das reflexões de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014), que apontam o processo de construção da pobreza aliado ao processo da colonização portuguesa e ressaltam os aspectos simbólicos nela envolvidos:

Assim, a pobreza, além de estar relacionada a um estado de privação concreta, tem que ser abordada como uma prática de opressão sim-

bólica. Compreendemos também que a população pobre cria movimentos de resistência a essa ordem social opressora. Dessa maneira, para enfrentamento da pobreza, deve ser premente a destruição dessas barreiras ideológicas, simbólicas e concretas (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2014, p. 6).

Em diálogos com autores como Martin-Baró (2009), Góis (2012, 2015), Montero (2011), Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) e tantos outros, que cultivam em suas pesquisas e trabalhos uma preocupação ética com a humanidade e com as comunidades populares, buscamos redimensionar olhares a partir do estar ameríndio, como anuncia Kusch (2008), pensando a espiritualidade, o simbólico, os mitos e a estética como epistemologias vividas em solo americano.

Indagamo-nos: o que é ser pobre para os Guarani? Como eles vivem a pobreza? Tal questionamento remete diretamente aos modos de pensamento dos Guarani e à forma como lidam e pensam a questão do território, da terra, da estética e da espiritualidade.

Para os Guarani, a terra não expressa um valor material, conforme conhecemos em nosso sistema capitalista. Conforme nos diz Meliá (2010), para esse povo, a terra é audível, plástica e visual. É nessa concepção da terra que o Guarani vive a experiência profunda do bem viver, enquanto reciprocidade de bens e de palavras que, para o autor, são dimensões que estão fortemente entrelaçadas, no sentido simbólico, mítico, religioso, objetivo e vital. O tekoá¹ é uma experiência de vida compartilhada num território e num modo de viver o princípio Guarani. A cultura é identificada a partir dessa discussão como um princípio de construção de um modo de ser e de um projeto de identidade: o Guarani. O processo de educação é formar um bom Guarani, buscando a perfeição através da reza, da dança e do canto.

1 Território no qual o Guarani vive o princípio de seu ser, cultivando a sua educação, sua cultura e seus princípios.

O mundo Guarani problematiza a dimensão da pobreza material porque nos apresenta um universo cultural, simbólico e de organização econômica quase totalmente distanciado da questão do acúmulo material. Os Guarani são um poço de América por excelência, em estado bastante preservado. São os que nos ensinam sobre como antropofagizar o invasor e seguir estando, é uma lente de aumento em nosso povo. Eles nos fazem insígnia e deixam a certeza de que vivem para muito além do sistema capitalista pensado pelo ocidente.

Kusch (2000) trata do conceito de “fagocitação”, em que uma cultura se apropria de elementos de outra, sem, com isso, desfazer-se da sua. Ao contrário, ultrapassa a outra, fazendo-a parte de si, engendrando mais tramas, avança em suas formulações culturais com esse novo objeto, a partir de então, engolfado e triturado em seu sistema simbólico.

Ribeiro (1995) ainda nos coloca algo muito pontual. Ele fala de uma sabedoria mestiça ou de uma raça cósmica. Ele pergunta sobre o porquê de o Brasil não ter dado certo, concluindo ser esta uma pergunta impossível de ser respondida, uma vez que se contava até então somente com o testemunho dos conquistadores, ao invés de reflexões próprias dos movimentos locais. Encaminha formulações sobre o que chama de uma Nova Roma, lavada em sangue negro e índio, do surgimento de uma civilização mestiça e tropical, em suas palavras: alegre, porque mais sofrida; melhor, porque integradora de mais humanidades, mais generosa e aberta às diferenças. O autor também lembra a feitoria escravista, o estoque de negros importados, o povo sublusitano mestiçado, o proletariado na possessão estrangeira, o povo jamais escutado em favorecimento da feitoria exportadora. Lembra a desindianização e desafricanização, o desmantelamento de identidades, a gente condenada a inventar uma etnia para todos. Assim nos nomeia um povo nascente que precisa saber de si e de suas potencialidades em meio aos caboclos, lusitanos e imigrantes assimilados como brasileiros genéricos, sangrando e servindo a interesses alheios, das explorações, humilhações e ofensas. Diz que somos reinvenção do humano e novo gênero de gente, seres impedidos

de ser, mestiços na carne e no espírito, em que teríamos sido feitos e continuaríamos a nos fazer.

Analisamos a compreensão do rechaço aos povos indígenas, numa visão trazida por Boechat (2014) acerca dos complexos culturais, através dos quais nossas identidades pessoais se formam a partir de imagens que fazem parte de nosso desenvolvimento coletivo. Nesse sentido, Singer (2012) nos faz pensar o quanto o processo de colonização carregado de tensões e conflitos, nas populações indígenas e não indígenas da América Latina, tem sido um fator importante na formação dos complexos culturais. Desta forma, podemos refletir sobre um complexo vivido pela cultura americana de desindianização, ou seja, uma negação das raízes ameríndias, numa invisibilidade forjada nas expressões tão escutadas de norte a sul do país, de que não existem mais índios no Brasil. A ligação imagética dos indígenas é feita com a pobreza e o subdesenvolvimento. O psiquismo volta às raízes constitutivas da identidade pessoal e coletiva que foram tão dizimadas e violentadas. Conforme Gambini (2000), as mulheres indígenas e africanas foram proibidas pelos europeus de falarem suas línguas para seus filhos mestiços. Para o autor, a nossa civilização negou a presença indígena e africana, por vergonha e medo.

A estratégia de desarticulação da relação entre mulheres e crianças é destacada por Brand (2011) no contexto de conflitos de terra em Mato Grosso do Sul, em que o autor afirma a necessidade da criação e de fortalecimento de programas de apoio à mulher indígena, que detém conhecimentos de práticas tradicionais. A resistência à ideia e à construção da pobreza dá-se através da afirmação dos conhecimentos tradicionais indígenas.

Kusch (2000) nos faz lembrar o sentido de uma América Profunda, que inclui um modo de pensar, de viver e de filosofar, profundamente presente no modo de vida popular, atual, mestiço e indígena. O autor se refere a um modo de conhecer de um estar sendo, como fluxo intercultural, tão profundo, tão misturado e que, por isso, torna-se tão invisível à nossa visão de conhecimento. É o que Bergamaschi (2015)

descreve em seus estudos da educação indígena com os Guarani, quando aponta que não existe a categoria do ensinar e sim a do aprender. Uma aprendizagem que, para Menezes (2006), em seus estudos sobre a dança Guarani, é relatada na gestualidade das crianças e na espontaneidade de movimentos que emergem da curiosidade, da atenção ao desejo de saber e participar do mundo. A aprendizagem está diretamente ligada a uma estética pautada na atenção à escuta do mundo, à manifestação da palavra sagrada, à espiritualidade e à corporeidade.

A relação entre a espiritualidade e os modos de enfrentamento do cotidiano indígena expressa o que Cadogán (1959) mostra como os Guarani Chiripá, no Paraguai, interpretam a dança ritual dentro do contexto em que vivem. Cita um líder religioso que indaga: “Como podemos cantar?”, referindo-se ao fato de que, quando canta, sua mulher indaga ‘como ele pode cantar, se não há comida, nem óleo, nem sal’. Comenta que, com raiva, não pode cantar. Esse sentimento expressa uma dualidade vivida pelos adultos, entre os ensinamentos da infância e a realidade de agora, entre a aldeia e a cidade, espaços que se constroem numa dicotomia entre o bem e o mal. Alberto Ortega, professor Guarani, em leituras conjuntas sobre Cadogán, expressou a seguinte indagação: “se não tenho o real, como vou dançar? Tem que ter sentimento puro para dançar.”

É complexa a redefinição do material e do espiritual para os Guarani, dentro de uma realidade que não acolhe, que não conhece, que não dialoga com esse tipo de construção do pensamento e que, por conta disso, invalida-o. No depoimento de Ortega, fica clara a presença das fronteiras que se estabelecem entre as culturas, em função de um desconhecimento mútuo e de uma naturalização na constituição da pobreza que subjuga conhecimentos tradicionais de uma forma tão simplificada.

Quando eu era criança, eu senti o conhecimento verdadeiro. Era Guarani, não conhecia outro sentimento. Quando saí da aldeia, é como se fosse um vagabundo, um forasteiro. Ninguém sabia se eu era Guarani. Passava pela estrada, ninguém dava importância. Viajei para

o inferno, depois voltei. Quando voltei para minha terra, encontrei meu valor (Menezes & Bergamaschi, 2015, p. 93).

O valor para os Guarani não está relacionada à dimensão material, mas à privação ou à fragilidade em cultivar a espiritualidade, que é a base de um modo de viver, do tekoá. As aldeias tradicionais Guarani compõem o cultivo da roça, a mata, a dança, os rituais, a educação, a espiritualidade e a estética. Conforme já explicitado, a dimensão audível da terra possui um caráter mítico e educativo do princípio da vida.

Um exemplo clássico vivido pelos Guarani em nossa sociedade é a questão da disputa da terra. O conflito da terra vivido pelos Guarani, no Estado de Mato Grosso do Sul, ao longo dos anos, envolve a relação entre a busca da riqueza desenvolvida na invasão europeia e a construção dos sentidos de pobreza constituída pelos europeus.

Brand (2011), ao fazer uma retrospectiva histórica sobre a ocupação dos não indígenas das terras dos Kaiowá e dos Guarani, vai narrando a intervenção e as modificações no modo de vida desses povos que destroem a relação básica e fundamental da cultura com a terra. A cada momento histórico, a partir do ano de 1880, com a instalação da Companhia Matte Laranjeira; a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943; a instalação de empreendimentos agropecuários, o trabalho na usina de produção de álcool e açúcar a partir da década de 1950; o plantio da soja e a mecanização da atividade agrícola, na década de 70, foram produzindo uma política de submissão e de descaracterização do tekoá.

O confinamento e a superpopulação no interior das reservas demarcadas reduziram o espaço disponível, provocando o esgotamento de recursos naturais importantes para a qualidade de vida numa aldeia Kaiowá e Guarani e dificultou a produção de alimentos. Precarizou, profundamente, a sustentabilidade dos índios aí localizados, tornando-os crescentemente, dependentes das políticas de segurança alimentar do Governo e do aporte de recursos externos. Transformou povos, que, durante séculos, produziam alimentos não só suficientes,

mas abundantes, como atesta a documentação histórica, em dependentes do fornecimento de cestas básicas e de toda a sorte de ajudas externas (Brand, 2011, p. 122).

Os resultados desse processo interétnico têm gerado um sofrimento coletivo entre os indígenas do Mato Grosso do Sul, que, ao afirmarem a necessidade da terra, realizam uma prática de resistência, anunciando que, sem isto, eles não podem existir como Kaiowá e Guarani, sabedores de tudo o que envolve essa identidade.

4 ESTÉTICA E ESPIRITUALIDADE GUARANI COMO RESISTÊNCIA DO MODO DE VIDA

O impacto estético e espiritual que nos golpeia ao chegarmos a uma comunidade Guarani são relevantes pontos de resistência. As roupas, por vezes estendidas nas árvores, por vezes abandonadas a sua posição secundária na terra, os jogos das crianças que invertem ou problematizam a verticalidade do corpo. A tranquilidade com que os Guarani contemplam, escutam, a delicadeza com que tratam a paisagem sonora, as sutilezas do olhar, do sorriso, o ritmo dos movimentos corporais algo alinhados à fumaça, à leveza, enquanto preparam de maneira carinhosa seus alimentos junto à fogueira, varrem a terra, cuidam das crianças oferecendo a elas autonomia e calor, tudo está em outro lugar e tempo. Os raios do sol, a proteção ante a tempestade, as conversas com os sinais que trazem os animais, as águas, o vento, as surpresas e os sonhos, tudo parece pouco atravessado pelo dinheiro e resolvível sem ele. E assim, em uma breve primeira aproximação, suspeitamos de que os deuses e o dinheiro, quem sabe, tenham pouco parentesco.

A originalidade com que realizam intervenções estéticas de vanguarda, singulares, em seus cabelos, unhas, corpos, customizando roupas e calçados, anunciam o senso estético apurado, gosto diferenciado e crítica afiada a uma série de padrões. Eles apontam para as lógicas do elementar, do resplandecente, da terra, da vida, dos cuidados com os ex-

cessos, para um estilo que é absolutamente próprio do mundo Guarani. No entanto, também percorrem um caminho que sinaliza um parentesco com o popular. Algo se enlaça quando o guarani e os mestiços do povo frequentam o mesmo lugar de compras do bairro, escutam algumas canções em comum, têm matéria prima para as roupas provenientes da mesma origem.

Eles ocupam um lugar próprio, um lugar de raiz no popular e outro em todos nós. Situam a soberania de sua ancestralidade nesse local. Anunciam que há algo que retorna e funciona bem e que não é da ordem do capital. Eles situam que algo disso está também do lado dos que seriam pensados como desprovidos de bens. O gosto estético-musical é uma fronteira muito interessante para visitarmos em nossas reflexões. Ele prova alguns rincões da alma como raras outras fronteiras são capazes de fazê-lo.

Conforme nos explica Morinico, cacique da aldeia Anhetenguá, na Lomba do Pinheiro, os cantos infantis Guarani, comumente apresentados em situações públicas e registrados, muitos deles, em CDs, são pensados em sua cultura, originalmente, enquanto mensagens recebidas pelas crianças, enviadas pelas divindades ou espíritos. Nos estudos realizados por Stein e Lucas (2009, p. 29) sobre os cantos e danças tradicionais, as autoras afirmam que a performance vocal-instrumental Mbyá-Guarani fundam a relação destes com as divindades e “possibilitam a transformação das pessoas – de tristes em alegres, de fracassadas em fortes, de pesadas em leves e ágeis”. Os cantos das cerimônias restritas aos hábitos espirituais cotidianos desse povo, ainda que todas, em nossa opinião, trabalhem com níveis especiais de consciência, implicam em experiências mais fortes e realizadas musicalmente, pelos adultos. Neste caso são, desde a experiência que tivemos até este momento, bastante mais ligadas à dimensão do ritmo da música ou até mesmo das palavras. São vivências ligadas à grandiosidade da conexão com a natureza, do fogo, do fumo, das condições do universo. Levam a níveis raros de con-

templação e contato com a vida, com o espiritual. Remetem ao que eles nomeiam “Jajerojy”, e significa o que é resplandecente.

Filas de mulheres se colocam de mãos dadas. Golpeiam o piso com taquaras. Fazem movimentos muito sutis para a frente e para trás. As saias e os cabelos acompanham e evocam algo marítimo. Enquanto o líder repete uma melodia com o mbaraká e vocaliza, e elas se movimentam e golpeiam o piso, começam a vocalizar seu coro polifônico. Paralelamente, filas de homens, muito próximos, também de mãos dadas e braços juntos, com movimentos laterais também pequenos, dançam e vocalizam. Todos de costas para os que assistem. Movimentos, os pés, a proximidade, as vocalizações circulares e lindas e esta reza, até o amanhecer. Se durante o dia, os raios de sol que adentram a construção da casa, sugerem algo divino, à noite, vimos o que resplandece. Trata-se de um canto efetivamente resplandecente. Inominável. Não sabemos onde começa, onde termina, como o fazem, de onde vem e dos segredos do seu efeito. Sabemos que adentramos algo que brilha e que está acima do encanto. Brilha. Brilha. As fileiras de mulheres lembram algo rumo à Terra sem males. Os homens, um algo tipo exército espiritual guarani. E todos juntos ali. E quando fazem um círculo ao final, com pequenas chamas e batizam a todos, com seus passos minúsculos, muito lentos, juntos, levam com eles a eternidade (Silveira, Diário de campo, 2015).

A estética musical e corporal constitui um modo próprio de “conceber o mundo pelo domínio cosmo-sônico: sons, cantos, danças e instrumentos musicais perpassam os mitos e participam da construção dos corpos” (Stein & Lucas, 2009, p. 29). Nessa concepção, percebe-se uma estética integrada à natureza fundante da espiritualidade *Mbyá*-Guarani, que considera, por exemplo, que o pássaro transmite os sentimentos de suas almas a partir do canto, assim como as crianças e as divindades. Essa concepção refere-se aos estudos de Castro (2002, p. 355) sobre o pensamento indígena da América que se constitui um estado mitológico no qual “os corpos e os nomes, as almas e as ações, o eu e o outro se interpenetram, mergulhados em um mesmo meio pré-subjetivo e pré-objetivo. Meio cujo fim, justamente, a mitologia se propõe a contar”.

Kusch (2000a), ao perguntar não apenas pela especificidade do pensamento originário da América, mas também do seu retorno ao popular, sobre a estrutura desse pensamento em oposição ao pensamento culto colonial, traz-nos a dimensão da profundidade original e eficácia simbólicas. Ele nos fala da negação e do rechaço ao diferente, por parte do culto, o que lhe parece confuso, referindo-se ao que não reconhece no popular enquanto níveis e dimensões de saber.

Enfatizamos o que Arias (2011) trata em seu trabalho sobre “co-*raçonar*² a dimensão política da espiritualidade e a dimensão espiritual da política” sobre uma série de segmentos da sabedoria andina e dos povos antigos da América Central. Ele esclarece que nessas sociedades originárias de todos nós, existe algo a ser cuidado e cultivado, e urgente. É o aspecto da dimensão da espiritualidade enquanto forma mais alta da consciência política, não mística ou religiosa ou institucional. Envolve uma visão de mundo em que é possível entender que tudo está ligado, que o mundo não está verdadeiramente vetorizado pelo objeto e pela rentabilidade.

Arias (2011) nos fala desde a excelência da realidade equatoriana com o viés da interculturalidade e legitimação de conceitos e paradigmas tradicionais, introduz teorizações sobre posições diferenciadas, avançadas e antigas acerca da política ter sua eficácia se devidamente praticada em consonância com aspectos não apenas das verdades culturais das raízes regionais, mas também com aspectos que contemplem questões de respeito a todas as formas de vida, assim como a compreensão de nosso pertencimento a uma lógica maior e à necessidade de um caminhar de acordo com o que indica o coração e a intuição.

Essa é a realidade que encontramos com a civilização Guarani em seu modo de tratar a palavra, quando as “belas palavras” são aquelas que

2 Conceito utilizado por intelectuais da América que evidencia a necessidade de pensar a partir da espiritualidade, como uma forma de construir sentidos a partir dos territórios do viver; consiste em formas de atuar, de sentir, de pensar, de falar como um modo de interagir com seres humanos e não humanos.

impulsionam o outro – que as escuta – ao encontro com sua luz, com o que há de melhor dentro de si, palavras escutadas, como nos dizem Menezes e Bergamaschi (2015). São um povo, como ensinam as autoras, que instruem suas crianças através de um estar junto que produz um conhecimento, atravessado pela corporeidade e espiritualidade. A riqueza e o respeito pelo mundo dos sonhos e seu lugar de revelação espiritual; os sonhos são como instrumentos sagrados, nunca envelhecem; são ensinamentos que transmitem às crianças a partir de sua prática diária de escutá-los, lê-los, segui-los (Honório & Silva, 2011). Toda ação, nas palavras de Leonardo Tupã, trazidas neste texto, deve refletir espiritualidade, pois toda ética vem dela. Sem ela, diz, não precisa ter ética. A casa de cerimônia é um centro de concentração de energia, mas está por toda a comunidade. Transmitem-nos que estamos necessitando de uma educação para a humanidade, para a reconstrução, sobre ensinar as crianças a olharem o céu, agradecerem o sol, que da terra vem o alimento, que a natureza nos dá energia viva (Moraes, 2013).

A palavra Guarani é cultivada como um princípio espiritual que dá vida ao ser material, como uma origem que vai sendo espiritualizada no decorrer da vida, que tem um poder de educar. Ela é um modo de simbolização vivificada na relação que se tem com a natureza, na medida em que os espíritos estão sempre presentes. Existe um modo de educar que convida a uma personificação dos animais, das árvores, das águas, do sol que vão produzindo uma rica subjetivação e objetivação dos elementos da natureza, a partir dos quais a simbolização humana e a espiritualidade vão sendo potencializadas.

A educação Guarani traz uma radicalidade e uma vida fervorosa que nos fazem querer conhecer mais como se dá essa entrega ao viver, o pensamento e a vivência de que a vida tem razão, e o seu enraizamento com o espiritual.

A atualização de ser *Mbyá*, da alegria e da própria espiritualidade, segundo Poty (2015), é realizada no despertar do Divino Sol, momen-

to em que os Mbyá se reúnem ao redor do fogo, fumam o petyngua³, escutam os sonhos e conselhos dos mais sábios. O dia renasce em cada um com os passos de Nhamandú⁴ na terra. O petyngua possibilita uma concentração e comunicação com Ñhe'e, a palavra-alma.

O Ñhe'e é o princípio da pessoa Guarani-*Mbyá*. É o princípio-espírito que sustenta as nossas vidas. A forma de ser de cada pessoa é característica do nome Ñhe'e. Nós, seres humanos, somos apenas representações imperfeitas desse ser perfeito que é o princípio-espírito nome Ñhe'e. Nosso nome é o princípio de nosso caminhar na Terra enquanto pessoas. Ñhe'e é o nosso destino. Então, desde pequeninas, as pessoas aprendem a vivenciar as belas palavras transmitidas pelo Ñhe'e em nosso dia a dia. Em nossa vida no Tekoá – lugar onde podemos ser aquilo que somos – aprendemos a viver cada bela palavra, experienciando o sentido do respeito mais profundo repassado através dos conselhos dos nossos sábios anciões, os avós de todos (Poty, 2015, p. 29).

A linguagem é o exercício pleno de vivência do ser Guarani, nas palavras de Poty (2015, p. 29): “Em nossa linguagem, possuímos o termo AYVU que significa: fala, respeito, admiração, sentimento, existência. Ou seja, eu sou a própria palavra! Por isso, através da linguagem, devemos ser verdadeiros, sempre!”

A espiritualidade entre os Guarani, nos remonta aos significados da palavra Arakuaa e Mba'ekuaa, que, segundo Chamorro (2008), nos remete à sabedoria, àquele que sabe. No mito dos gêmeos, trazido por Clastres (1990), Mba'ekuaa é considerado nosso Pai, que sabe das coisas, e também uma das divindade que engravida de Mba'ekuaa. A partir de Cadogán (1959), sabemos que o fundamento da linguagem humana nasce da sabedoria contida em sua própria divindade.

A sabedoria é o elemento fundamental da criação, é a matéria-prima, que origina e dá seguimento ao mundo. Na sua condição divina,

3 Cachimbo e instrumento espiritual de comunicação divina.

4 Divindade Guarani – Grande Pai.

a sabedoria cria e infunde divindade a todas as coisas. Ao gerar as chamadas, a neblina e o fundamento da linguagem humana, ela tornou hierofônica toda a natureza. A matéria é sagrada, sábia e divina. Esse é o princípio para imaginar o mundo como um corpo murmurante, provido de palavra. O mundo fala. Sem isso não existiria revelação para os indígenas (Chamorro, 2008, p. 181).

Os *Mbyá* Guarani nos ajudam a pensar, a partir de Chamorro (2008), que, quando a sabedoria infunde divindade a todas as coisas, nasce o fundamento da capacidade de todos os seres para desenvolverem a potência que carregam em si mesmos, numa ideia de matéria divinizada.

Nessa perspectiva, ser pobre, para os Guarani, é perder a conexão com a sua palavra-alma, vivendo encerrado na literalidade da matéria, que, por si só, não tem vida. A palavra alma é o assentamento do espírito na matéria, é o alimento da palavra que, segundo Meliá (2010) e Poty (2015), funda a origem e a identidade Guarani.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida quanto aos elementos que permitem identificar na dinâmica das comunidades Guarani, seus mitos ou a falta deles, assim como outros elementos nos quais podemos nos basear em nossa formação acadêmica. Nossas convivências com os Guarani têm possibilitado pensar nosso desafio como psicólogos e educadores, tornando-se conscientes e vivas as fronteiras que se comunicam e fecundam novas possibilidades de estarmos sendo no coletivo e no individual, sem abdicarmos da história.

Os conteúdos advindos do processo da pesquisa ganham interlocução no campo da psicologia e da educação, o que tem provocado questões a serem aprofundadas em nossas investigações acerca de novas formas de percepção da pobreza e de vinculação com o nosso conhecer: a importância do sentido dos mitos, da estética e da espiritualidade e dos conhecimentos comunitários Guarani como um movimento de re-

sistência, de como, nesse diálogo intercultural, os profissionais podem atuar, numa *interface* que mobilize tanto os indígenas quanto os não indígenas.

Percebemos o quanto os Guarani e os estudos ameríndios têm nos ajudado a aprofundar os caminhos anunciados por Martin-Baró (2009) para uma Psicologia, que consegue olhar para o solo ameríndio numa perspectiva de raiz epistemológica e potencialização do popular.

Saberes que não se encontram apenas numa dimensão ilhada do popular ou da pobreza, mas que se estendem nos modos próprios de vida americano, tanto na dimensão científica, quanto nos processos subjetivos de nos organizarmos como identidade pessoal e coletiva, conforme desenvolvermos, a partir da ideia do complexo cultural.

Destacamos neste estudo as perspectivas estéticas, nas quais o corpo é um elemento central na constituição da identidade e da espiritualidade como expressão de um modo de se situar e de se apresentar, sendo ambos considerados como resistência nos caminhos de aprendizagem da alteridade, vividos pelos Guarani.

Um dos aspectos ressaltados, e paradoxal, ao pensar o contexto de pobreza entre os Guarani, que nos chama a atenção, é o acesso ao saber ameríndio, como um encontro com um saber vivido, profundo e também libertador. Um encontro com um saber que também é parte de um mundo invisibilizado ou desindianizado. Ao pensar a pobreza entre os Guarani no contexto da Psicologia, abrem-se portas para os desafios anunciados por Martin-Baró (2009) para pensarmos nossas raízes epistemológicas, nosso tronco teórico, nossos ramos metodológicos e nossa própria identidade como pessoas, na construção de uma ciência que trabalha e se constitui a partir de e com os colonizados. O que para nós torna-se relevante é pensarmos acerca dos sentidos da pobreza vividos pelos Guarani e a reflexão que causam com suas presenças em nossa educação, numa intensa provocação com o nosso estilo de viver e de produzir conhecimentos distantes de nós mesmos.

Fica evidente que a psicologia dos Guarani está ligada aos processos mitológicos e culturais, aspectos estes que os empoderam e os diferenciam em sua compreensão de mundo. As trocas de aprendizagens com os saberes ameríndios no contexto de pobreza têm sido um potencializador, uma mediação para um saber vivencial que para nós tem representado uma possibilidade de repensar conceitos e olhares.

Algo está sendo revertido em nossas reflexões que nos faz ouvir e sentir atentamente novas aprendizagens. Como as que o cacique José Cirilo e todas as demais pessoas Guarani nos possibilitam rapidamente entender, ou seja, que a exuberância está na luta, na elegância simbólica, na palavra, no espírito encarnado na matéria, no ter pelo que se sacrificar. Os Guarani nos revelam, em seu percurso multimilenar, resistente, indestrutível, sério e cheio de leveza e poesia intermináveis, que a pobreza é o próprio ato de desistir.

Seguramente são infinitos os elementos que situam uma cultura, inclusive uma cultura antiga como a Guarani, e determinam efeitos como sua resistência, a disposição para a alegria, para a aprendizagem, a cumplicidade com a natureza, a atenção às condições do universo, a afetividade, a consideração profunda à memória, à palavra, o tratamento muito diferenciado ao silêncio, ao sagrado, aos ancestrais e à espiritualidade.

Acreditamos que alimentar e apoiar a resistência Guarani, evidenciando os modos próprios de construção cultural, frente aos sentidos opressores da pobreza, não só fortalecerá os povos indígenas, como também os mestiços, o ser brasileiro. Compreendemos que os Guarani têm sido educadores da cultura brasileira, despertando tanto nas pessoas, quanto na ciência a liberdade de pensar a partir de si mesma.

REFERÊNCIAS

- Arias, P. G. (2011). Corazonar la dimensión política de la espiritualidad y la dimensión espiritual de la política. *Revista de ciencias humanas, sociales y educación*, 10. Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador.
- Bergès, G. & Balbo, G. (2002). *O jogo de posições da mãe e da criança: Ensaio sobre o transativismo*. Porto Alegre: CMC.
- Bergamaschi, M. A; Nabarro, E. & Benites, A. (2013). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior: Uma abordagem a partir da experiência na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Boechat, W. (2014). *O livro vermelho de C.G. JUNG. Jornada para profundidades desconhecidas*. Petrópolis: Vozes.
- Brand, A. J. (2011). A criança kaiowá e guarani em contextos de rápidas mudanças: uma abordagem histórica. In A. C. Nascimento. *Criança indígena: Diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília: Liber livro.
- Cadogán, L. (1959). Cómo interpretan los chiripá (avá Guarani) la danza ritual. *Revista de Antropología*, 1 e 2 (7). Paraguai. Junho e dezembro.
- Castro, E. V. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Chamorro, G. (2008). *Terra madura*. YVY ARAGUYGE: fundamento da palavra Guarani. Dourados: Editora da UFGD.
- Clastres, P. (1990). *A fala sagrada: Mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Tradução: Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus.
- Freire, P. (1995). *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'água.
- Gambini, R. (2000). *Espelho índio: A formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi.
- Góis, C. W. de L. (2012). *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Góis, C.; Oliveira, L.; Góis, S. & Silva, A. (2015). The possibilities of performing social-psychological and ethnic mediations in Community Psychology in a Deep America perspective. *Journal of Prevention & Intervention in the Commu-*

nity. 1 (44), 28–39. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/loi/wpic20#.VrDAMtIrLIU>.

Honório, M. A., & Silva, M. B. (2011). *MBA'EPU ETE'I Instrumentos musicais sagrados*: Narrativa, confecção e uso. Ubatuba: Edição do autor.

Kusch, R. (2000). *América Profunda*. Buenos Aires: Editorial Bonum.

Kusch, R. (2000a) *Geocultura del hombre americano*. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro.

Kusch, R. (2008) *Esbozo de una antropología filosófica americana*. Buenos Aires: Ediciones Castañeda.

Little, P. E. (2010). *Conhecimentos Tradicionais para o século XXI*: Etnografias da interculturalidade. São Paulo: Annablume.

Martin-Baró, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. In R.L Guzzo & F. Lacerda (Orgs.) *Psicologia para a América Latina*. Campinas: Ed Alínea.

Melià, B. (2010). Educação guarani segundo os Guarani. In D. R. Streck (Org.). *Fontes da pedagogia latino-americana*: Uma ontologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Menezes, A. L.T. de. (2006). *A alegria do corpo-espírito saudável*: Ritos de aprendizagem guarani. Tese (Doutorado em Educação) – PPGEdU/UFRGS, Porto Alegre.

Menezes, A. L. T. de & Pinho, A. M. M. (2014). *A arte e a vivência na psicologia comunitária e na educação popular*. Curitiba: CRV.

Menezes, A. L. T. de, Richter, S. R. S., & Silveira, V. F. (2015). *Nhandereko Kue Kyringue'í Reko Rã - Nossa História para as Crianças*. Porto Alegre: Imprensa Livre.

Menezes, A. L.T. de & Bergamaschi, M. A. (2015). *Educação ameríndia*: A dança e a escola ameríndia. (2a.ed.) Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Montero, M. (2011). Uma psicologia clínica-comunitária construída a partir da comunidade: práxis latino-americana. In J. C. Sarriera. *Saúde comunitária*: Conhecimentos e experiências na América Latina. (pp. 53-92). Porto Alegre: Sulina.

- Moraes, O. J. (2013). A espiritualidade na pedagogia guarani: o caminho para o encontro da escola sem males. In J. Benvenuti, M.A. Bergamaschi & T.B.I Marques. *Educação indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. (pp. 291-394). Porto Alegre: Evangraf.
- Moura Jr., J., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Revista Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93.
- Oliveira, J. P. de & Freire, C. A. da R. (2006). *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade LACED/Museu Nacional.
- Pissolato, E. (2008). Dimensões do bonito: Cotidiano e arte vocal *Mbyá* Guarani. *Espaço Ameríndio*, 2 (2), 35-51. Porto Alegre.
- Poty, V. & Christidis, D. (2015). *Guarani-Mbyá*. Porto Alegre: Wences Design Criativo.
- Prado Júnior. (2004). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- Santos, B. de S. (2006). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In B. de S. Santos(org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. (pp. 777-821). São Paulo: Cortez.
- Silveira, V. F. (2015). *Diário de Campo*. Relato de pesquisa de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em educação da UNISC. São Paulo: Ubatuba.
- Singer, T. (2012). *Listening to latin America: exploring cultural complexes in Brazil*. New Orleans, Louisiana: Spring Journal.
- Stein, M. & Lucas, M. E. (Orgs.) (2009). *Yvy Poty, Yva'ái/ Flores e Frutos da Terra: Mbyá mborai' nhendú*. Cantos e danças tradicionais Mbyá-Guarani. Porto Alegre: I'han/Grupo de estudos Musicais/ PPGMus/UFRGS.

PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA À ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA: CAMINHOS POSSÍVEIS

*James Ferreira Moura Jr.
Jorge Castellá Sarriera*

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, identifica-se que a concepção de pobreza utilizada neste estudo está baseada na perspectiva multidimensional da Abordagem das Capacitações (AC). De acordo com Avila, Bagolin e Comim (2012), utilizar a renda como única forma de identificação de diversos tipos de privação é uma perspectiva restrita e não adequada. Por isso, deve-se entender a pobreza como a privação de liberdades que os indivíduos teriam possibilidade de escolher em diversas dimensões, como no âmbito econômico, educacional, salutar, social e cultural. O foco dessa perspectiva são os funcionamentos. Eles representam ações e estados que o indivíduo pode alcançar ou realizar, ou seja, são formas de ser e de fazer motivadas pela própria pessoa (Sen, 2000). Também se devem conceber essas liberdades como escolhas ligadas a responsabilidades e deveres (Sen, 1980). A agência significa esse processo de responsabilização relacionada ao exercício da liberdade. Entende-se essa capacidade de agenciamento como a própria atividade.

A agência é o controle e o poder que a pessoa exerce na realização de suas escolhas (Alkire, 2008), funcionando como um ato de liberdade. A liberdade pode ser dividida em intrínseca e instrumental. A liberdade instrumental se relaciona com os meios para a obtenção de determinados fins, como alcançar um padrão de vida digno, viver sem sentir vergonha, ter um índice adequado de bem estar, entre outros. Além disso, a liberdade intrínseca se refere ao valor da liberdade por ele mesmo. Ou

seja, a liberdade é constituinte de uma vida boa que quando exercida de forma ética e justa fomenta processos de mudança social (Sen, 1997).

Portanto, a agência é a habilidade que torna possível à pessoa buscar e realizar objetivos importantes e justos para si ou que tenham razões de sê-lo (Alkire & Deneulin, 2009). Uma sociedade que está balizada na perspectiva do desenvolvimento humano ampara-se por valores éticos que possibilitem a reflexão do processo de escolha e da razão pública voltada para a justiça social (Comim & Amaral, 2013). Também é constituinte desse processo o exercício da liberdade de escolha, ou seja, o exercício da agência. Assim, os atos opressivos ou coercitivos, como a humilhação ou preconceito, não seriam exercícios de agenciamento, pois não teriam razões sólidas para existirem.

Dessa maneira, compreende-se que a capacidade de exercício da agência pode enfraquecer-se com as práticas de discriminação voltadas ao público pobre. O preconceito é concebido como um conjunto de informações negativas constituídas de aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais impetrados a um determinado grupo social (Paluck & Green, 2009). Portanto, o preconceito é uma crença pré-concebida sobre algum grupo ou temática, a qual se baseia em uma forma de reconhecimento depreciativo do outro. Entende-se que essas crenças estão amparadas por um âmbito social. Há diversas representações de preconceito na sociedade brasileira que funcionam como ferramenta de depreciação das pessoas em situação de pobreza (Moura Jr., 2015).

Os preconceitos são constituídos de estigmas. De acordo com Gooffman (2008), os estigmas são marcas ou símbolos portadores de valores depreciativos e negativos. Por exemplo, no Brasil, identifica-se que há historicamente uma identidade social estigmatizada da pessoa pobre, ou seja, é uma identidade constituída por um conjunto de valores e de representações, atribuídos de forma perversa e depreciativa a quem se encontra em situação de pobreza (Rego & Pinzani, 2013). Portanto, à pobreza agrega-se um conjunto de representações negativas

relacionadas a um estado de fracasso e degradação (Accorsi, Scarparo & Guareschi, 2012).

Essa identidade estigmatizada pode desenvolver os estereótipos, que são generalizações dos julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhe o lugar de inferior e de incapaz (Montagner et al., 2010). Vázquez e Panadero (2009), por exemplo, concebem que há uma série de estereótipos sociais relacionados às atribuições causais da pobreza. Geralmente, reconhece-se socialmente o indivíduo em situação de pobreza como o único culpado pela sua situação, sendo esvaziado o contexto social e o poder estatal para explicação dessas concepções. Compreende-se que há, então, uma série de papéis sociais ligados a essa identidade social estigmatizada de pobre, como vagabundo, sujo, criminoso, culpado pela sua situação, conformado, religioso e causador de mazelas sociais (Moura Jr., 2012).

Dessa maneira, o preconceito embasado por essas formas de reconhecimento estigmatizadas das pessoas em situação de pobreza pode gerar situações de violência, desigualdade de poderes e discriminação (Paluck & Green, 2009). A discriminação igualmente pode ser concebida como a base dos atos de humilhação que posicionam o indivíduo em um patamar inferior ao do sujeito que o humilha. Há a exposição pública vexatória do indivíduo humilhado (Schick, 1997). Assim, essa atitude discriminatória é concebida como uma ação violenta que pode ser desenvolvida por gestos, atitudes e palavras de rebaixamento moral de outrem (La Taille, 2002). Além disso, a humilhação, junto com esse conjunto de aspectos depreciativos da pobreza presentes na sociedade e nas produções midiáticas, pode fomentar sentimentos de vergonha.

De acordo com Zavaleta (2007), a vergonha constitui uma avaliação pessoal de fracasso. Concebe-se que os processos discriminatórios macrosociais são, então, transladados para o nível psíquico, sendo o indivíduo pobre seu próprio juiz quando se autodeprecia (Prilletensky, 2008). Na vergonha, o indivíduo envergonhado percebe-se como portando um juízo depreciativo reproduzido socialmente (La Taille, 2002).

Os autores Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), por exemplo, ao estudarem pessoas em situação de rua, mostraram que elas tendem a se sentir fracassadas somente por estarem nessa condição de vida, envergonhando-se pelo seu estado. Além disso, os autores acrescentam que indivíduos com vergonha tendem a reconhecer-se como inferiores aos outros seres humanos.

Os atos de humilhação e os sentimentos de vergonha podem gerar uma série de consequências negativas para o indivíduo em situação de pobreza, como isolamento social e comunitário (Salles & Barros, 2013). Com isso, o acesso às políticas públicas torna-se mais distante porque os usuários não se sentem capazes de buscá-las. No entanto, embora se conceba que a realidade constituída por aspectos depreciativos da pobreza pode cercear a constituição do indivíduo, também se identifica que há um espaço para o desenvolvimento de uma postura crítica e de agência nesse processo.

Concebem-se os seres humanos como tendo a capacidade de expansão de suas potencialidades. Existe um processo de ser mais que está relacionado a uma possibilidade não experimentada nas pessoas mais pobres, alvos de práticas de dominação. No entanto, essas pessoas oprimidas têm consciência parcial de que são oprimidas por uma realidade de desigualdade social (Freire, 1979). Por conta desse processo, a capacidade crítica oferece a possibilidade de serem questionadas as artimanhas de dominação presentes na realidade social. O próprio movimento de consciência – chamado de tomada de consciência – refere-se a essa possibilidade de compreensão da ordem vigente (Vieira & Ximenes, 2008). Dessa maneira, fundamenta-se o processo de transformação social que somente se inicia quando o oprimido compreende seu lugar nas relações de dominação constituintes de uma sociedade desigual. A partir dessa compreensão, ele pode passar a atuar frente a essa realidade adversa.

Há atos de questionamento que não reproduzem atitudes fatalistas, porque as posições de conformismo somente são perpetradas quando a realidade de privação é aceita em sua ordem e totalidade. O próprio ato

de significar deve ser entendido como uma ação de construção ativa da realidade e do próprio indivíduo (Sawaia, 2007). Dessa maneira, esses atos críticos são igualmente entendidos como atos de agência e de resistência dos mais pobres frente a essas práticas de estigmatização. O ato de questionar as visões estigmatizadas e depreciativas presentes na sociedade pode ser entendido também como o processo de tomada de consciência e, posteriormente, de conscientização.

Dessa maneira, compreende-se que a pobreza, em sua perspectiva multidimensional, pode estar relacionada à promoção de atos de humilhação contra as pessoas nessa situação. Esses atos poderiam igualmente desenvolver os sentimentos de vergonha, provocando isolamento social, passividade e resignação frente a essa realidade adversa. Com base nas considerações acima acerca da coexistência das práticas de dominação que fomentam o enfraquecimento e das práticas de resistência a essas ordens dominantes, este capítulo tem como objetivo analisar práticas de resistência desenvolvidas pelas pessoas em situação de pobreza contra os processos de estigmatização de indivíduos pobres em Fortaleza e em Porto Alegre.

2 MÉTODO

A perspectiva qualitativa tem o foco na compreensão histórica e particular dos participantes, expandindo o entendimento sobre o fenômeno pesquisado (Chizzoti, 2006; Creswell, 1994; Minayo & Sanches, 1993). Foi utilizado, então, o estudo de caso coletivo com a realização de entrevistas episódicas. Primeiramente, o caso pode ser entendido como uma situação, indivíduo, grupo ou organização (Robson, 1993). Nesse sentido, o caso em estudo neste capítulo são as práticas de resistência desenvolvidas contra a estigmatização da pobreza pelas pessoas pobres.

2.1 Técnica utilizada

Utilizou-se, neste trabalho, a Entrevista Episódica, que se baseia na investigação do conhecimento cotidiano de determinada temática pesquisada, baseada na experiência do entrevistado (Flick, 2002). Primeiramente, há a fase de preparação do roteiro da entrevista. Indica-se que o roteiro de questões deve estar baseado na seguinte estrutura: avaliações subjetivas gerais dos entrevistados sobre os temas abordados; situações primeiras vivenciadas pelos participantes relacionadas às temáticas investigadas; situações mais intensas dos participantes também relacionadas às temáticas abordadas; avaliação, pelo participante, se as situações vividas podem ser generalizadas; explicações para a existência dessas situações no cotidiano (Flick, 2002).

2.2 Local e procedimentos de realização da pesquisa

Os locais de realização deste estudo foram Fortaleza e Porto Alegre. As informações presentes neste capítulo advêm da pesquisa “Implicações Psicossociais da Pobreza”, desenvolvida no Estado do Ceará pelo Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual originou a tese de Doutorado “Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação”. Assim, para realizar este estudo, primeiro foi desenvolvido um levantamento de caráter quantitativo sobre diversas dimensões psicossociais da pobreza nos Estados do Rio Grande do Sul e do Ceará. Esses dados quantitativos foram analisados. Com as informações adquiridas, foram convidados a participar da fase qualitativa aqueles e aquelas participantes que se sentiam envergonhados por conta da situação de pobreza.

Como critérios utilizados, o participante da fase quantitativa da pesquisa deveria: ter respondido “Sim” à pergunta “Você se sente envergonhado por ser pobre?”; ter fornecido seu contato telefônico no questionário quantitativo da pesquisa, com o assentimento de que essa

informação estaria relacionada à disponibilidade em participar da fase qualitativa; aceitar o convite realizado por telefone para realizar a entrevista episódica; e, ser adulto. Esses tipos de critérios de amostragem são concebidos como de julgamento, segundo Marshall (1996), pois estão amparados por considerações teóricas e hipotéticas prévias baseadas nas indicações da existência de sentimentos de vergonha e humilhação.

Dessa maneira, foram contatadas por telefone aproximadamente 20 pessoas em cada cidade, tendo aceitado participar cinco pessoas por região. Foi escolhido, junto com os participantes, um local que seria mais cômodo para eles, tendo sido elencados o próprio bairro de moradia, ambientes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Ceará, além de shopping centers e equipamentos culturais das cidades de Fortaleza e Porto Alegre.

2.3 Participantes

É importante salientar que foram utilizados nomes fictícios para preservar os entrevistados. A escolha dos nomes foi realizada a partir da seleção de figuras importantes de movimentos de resistência contra-hegemônicos e de cunho popular no Brasil. Dessa maneira, os participantes e as participantes da pesquisa foram:

- Aqualtune: solteira, 19 anos, parda. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Fortaleza e não tem filhos. Possui renda pessoal aproximada de 339 reais por mês e está empregada.
- Tia Simoa: casada, 43 anos, parda. Não completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Fortaleza e tem três filhos. Possui renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregada.
- Teresa de Benguela: casada, 34 anos, parda. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em

Fortaleza e tem um filho. Possui renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.

- Estamira: casada, 28 anos, parda. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Fortaleza e tem dois filhos. Possui renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregada.
- Chico da Matilde: solteiro, 20 anos, pardo. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Fortaleza e não tem filhos. Possui renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregado.
- Carolina de Jesus: solteira, 21 anos, negra. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Porto Alegre e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.
- Olga: solteira 21 anos, branca. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Porto Alegre e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 339 reais por mês e está empregada.
- Chico Mendes: solteiro, 22 anos, branco. Completou o Ensino Médio. Mora de aluguel com a família em Porto Alegre e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregado.
- Luísa Mahin: casada, 45 anos, parda. Completou o Ensino Superior. Mora de aluguel com a família em Porto Alegre e tem cinco filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.
- Dandara: casada, 31 anos, negra. Não completou o Ensino Médio. É mora de aluguel com a família em Porto

Alegre. Tem quatro filhos, possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.

2.4 Plano de análise de dados

Inicialmente, procedeu-se à transcrição do material produzido na fase qualitativa. Sobre o processo de análise, a Entrevista Episódica é analisada pela perspectiva temática (Jovchelovitch & Bauer, 2002). A análise temática se constitui como um processo de redução gradual da narrativa em unidades de sentido. Essa redução gradual das narrativas dos entrevistados constitui o processo de codificação. A codificação se refere ao trabalho de identificação de trechos do material empírico em determinadas categorias relativas às temáticas estudadas, assim como a elaboração de possíveis trajetórias coletivas dos grupos pesquisados (Gibbs, 2009).

Para a facilitação desse processo analítico, utilizou-se o *software* de análise de dados qualitativos Atlas.ti. O uso dessa ferramenta facilitou a realização da análise, pois permitiu os registros do processo de construção da análise e o acesso fácil e prático dos sentidos elaborados na pesquisa (Gibbs, 2009). Também, é importante salientar que os procedimentos éticos foram contemplados, sendo desenvolvido um termo de consentimento esclarecido próprio para a fase da qualitativa. O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética da UFRGS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Práticas de estigmatização das pessoas em situação de pobreza

Entende-se que a sociedade brasileira é constituída por práticas de estigmatização da pobreza. O local de moradia também pode representar esse estigma vinculado à pobreza. Guareschi et al. (2003) concebe que há representações negativas vinculadas a comunidades consideradas em situação de pobreza, impactando nos modos de vida das pessoas

residentes nesses espaços. Cria-se um estereótipo negativo sobre determinadas comunidades consideradas pobres. Por exemplo, uma das participantes explana sobre sua cidade de moradia (localizada na região metropolitana de Porto Alegre) e como essa localidade é reconhecida pelas pessoas:

E, claro, às vezes a gente ouve piadinha por morar em Alvorada: ‘É de Alvorada!’. As pessoas fazem piadinha. Às vezes, acontece de as pessoas, dependendo do lugar, olhar meio estranho. [...] Agora, eu não sei como é que tá, mas tinha uma época que saía no jornal quase todo dia morte no Alvorada, que era uma cidade violenta, uma cidade de pobre. Então, as pessoas têm essa imagem, né? (Olga).

Outra participante também fala da estigmatização da sua comunidade, considerada uma das regiões mais pobres e com as mais diversas problemáticas sociais:

Vergonha é mais por causa do preconceito das pessoas por a gente morar no Bom Jardim, né? Nosso bairro, aí a gente diz que é daqui, a pessoa fica ‘vixe, logo Bom Jardim!’. A gente sente até vergonha assim de dizer que mora aqui (Teresa de Benguela).

A vestimenta também se torna um dos principais símbolos desse processo de estigmatização da pobreza, porque, de acordo com o Goffman (2008), o estigma torna-se um símbolo representativo de um determinado grupamento marginalizado. Estamira afirma que:

Muita gente olha para você com olhar de diferente, porque você não anda bem vestida, né? Vamos supor numa recepção, num banco, numa loja que você entra. Os vendedor, às vezes, nem liga pra você, porque você não tá bem vestido.

Portanto, identifica-se que há políticas de identidade que estabelecem formas de reconhecimento em determinados valores e crenças depreciativos, limitando as simbolizações de determinados grupamentos sociais em preceitos discriminatórios e estereotipados (Hall, 2006). Averigua-se a existência de processos de estigmatização de determina-

dos grupos sociais em suas formas de vestir-se, em seus locais de residência e em suas maneiras de falar e de comportar-se. Os estigmas são concebidos como marcas e símbolos relacionados a uma determinada identidade social estigmatizada (Goffmann, 2008), sedimentando-se em comportamentos e posturas que passam a ser criminalizados por conta de sua vinculação com uma realidade de pobreza.

Assim, estigmatiza-se a própria pessoa em situação de pobreza por conta de sua aparência, como é comentado por Luísa Mahin: “Já eu já fui em entrevistas e seleções de emprego que eu senti que foi por causa da minha aparência, porque era pra trabalhar com o público. E eu tinha todas as chances, capacidade, e não consegui.” Outra participante atesta: “As pessoas lhe julgam pelo que você usa, o que você tem, e não pelo que você é.” (Teresa de Benguela). Esse processo de estigmatização pode ser entendido a partir da lógica de produção capitalista. De acordo com Ciampa (1984), o capital objetifica o indivíduo, posicionando-o como um mero agente passivo frente à estrutura social dominante. Chico da Matilde contribui para essa explicação afirmando: “Infelizmente, no capitalismo é assim: uns têm, e outros não têm. Uns mandam, outros são mandados. Infelizmente, é assim”.

Dessa maneira, entende-se que há na sociedade uma série de representações negativas das pessoas em situação de pobreza. No Brasil, essas representações são utilizadas para culpar os indivíduos pobres pela situação econômica do país (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014). Igualmente, há o esvaziamento do debate público acerca da origem da pobreza e da desigualdade social como uma construção histórica desenvolvida para manter as estruturas de poder presentes na sociedade (Góis, 2005). Assim, concebemos que o próprio processo de compreensão dessas artimanhas de estigmatização da pobreza pelo público alvo dessas práticas constitui-se como um ato de resistência e de agência, pois a compreensão crítica da sociedade é entendida como um ato de significação e de inovação da existência. Observamos esse movimento de críticas a essas representações estigmatizadas, constituindo-se como parte da dinâmica

da tomada de consciência e da conscientização. Assim, nos próximos tópicos, iremos desvelar essas situações em que as pessoas em situação de pobreza põem em xeque práticas sociais que balizam o preconceito e os atos de discriminação.

3.2 Práticas de resistência e o poder das oportunidades

O ser humano não está determinado a desenvolver-se a um fim pré-estabelecido apesar da relevância dos aspectos sociais, históricos e culturais imbricados no seu desenvolvimento (Ciampa, 1987). O indivíduo é portador de potencialidades que são inerentes a sua constituição humana e ativo no processo de transformação de si e da realidade (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012). Igualmente, segundo Alkire e De-neulin (2009), o desenvolvimento humano a partir da Abordagem das Capacitações fomenta atuação do indivíduo como agente de sua vida e de sua comunidade. A agência se refere à capacidade da identidade humana de se transformar e de modificar a realidade balizada por valores de justiça social.

A agência também pode ser entendida como uma vida com liberdade, sendo esta a capacidade de pronunciar uma cosmovisão pessoal de mundo. As pessoas em situação de pobreza podem ter dificuldade de serem ativas na emissão de suas vozes (Rego & Pinzani, 2013). Uma das formas de emissão dessas vozes pode ser compreendida como o processo de resistência balizado pela criticidade frente a uma realidade estigmatizante do pobre. Uma das participantes diz: “Pra mim o que seria vida com liberdade? Pra mim, significa, é uma vida com liberdade... É você fazer, poder fazer aquilo que você quer sem ter discriminação” (Estamira).

Igualmente, é importante salientar que a agência é um processo. Alkire (2007) afirma que a pessoa sem agência é um ser humano oprimido, coagido ou passivo. Continuando com essa autora, ela diz que o fortale-

cimento¹ é a expansão do agenciamento. A agência também representa a autonomia da pessoa, pois essa autonomia refere-se à compreensão crítica da realidade na qual o indivíduo está inserido. Por exemplo, uma das participantes questiona o sentimento de vergonha relacionado à pobreza, apresentando um ponto de vista crítico sobre o consumo:

Porque não tem uma casa boa; porque dentro de casa não tem um sofá; não tem uma televisão com LCD. Aí se sente envergonhado? Eu acho que isso não é motivo de você ter vergonha. 'Ah, porque a casa do vizinho tem aquilo, e a minha não tem. Ah, porque o vizinho ganha bem, e eu não ganho.' Isso não é motivo de você ter vergonha, não (Estamira).

Dessa maneira, a agência está ligada à capacidade do indivíduo de expressar sem cerceamentos sua visão de mundo, agindo de maneira autônoma e criticando o poder vigente. No caso dessa última participante, ela questiona a valorização dos bens de consumo como uma estratégia de diferenciação social. Compreende-se que a autonomia está relacionada à capacidade de o indivíduo autolegislar-se frente às leis morais e éticas presentes na sociedade. As ações humanas têm como fim a dignidade, o respeito e a consideração (Pereira, 2007). É também importante salientar que a autonomia somente é exercida em sua forma efetiva quando a pessoa não tem suas intenções, crenças e atitudes baseadas em preferências adaptativas (Teschl & Comim, 2005).

As preferências adaptativas constituem-se um mecanismo psicológico de conformação a uma realidade de privação proporcionada pela pobreza. São preferências modeladas pela realidade de desigualdade social e desenvolvidas para anular o sofrimento e as dissonâncias cognitivas baseadas nos desejos e vontades efetivas de indivíduos que são impossibilitados por sua situação de pobreza. Dessa maneira, a ação consciente plena constitui-se um contraponto às preferências adaptati-

1 Em uma pesquisa realizada por Ibrahim e Alkire (2007), foram encontradas 32 diferentes definições de empoderamento. Para fins deste trabalho, utiliza-se a noção de fortalecimento como expansão da capacidade de agenciamento e como categoria referenciada por Montero (2003).

vas, podendo esse processo ser entendido como a tomada de consciência em que o indivíduo desvela a sua posição nas artimanhas das práticas de dominação. Passa-se, então, a compreender criticamente a realidade e sua relação com o cotidiano vivido (Freire, 1974).

É importante salientar também que a realidade social, por mais que esteja constituída de práticas de opressão vinculadas a um processo de estigmatização da pobreza, também está estruturada por valores embaçados por uma perspectiva ética. Em uma pesquisa para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, foi indagado aproximadamente meio milhão de pessoas acerca de quais valores seriam importantes para estarem presentes nos relatórios das Nações Unidas como representando uma vida com dignidade. Assim, foram identificados valores como respeito, responsabilidade, tolerância e compreensão como imprescindíveis para o estabelecimento de uma vida boa (Comim & Amaral, 2013).

Freire (1979) aclara que essa capacidade do indivíduo de ser mais está estritamente relacionada à compreensão crítica da realidade, fomentada pelo processo de conscientização. Há o entendimento pelo ser humano de que ele está situado em uma realidade de dominação que o oprime, iniciando o processo de tomada de consciência. Esse movimento crítico pode ser identificado no discurso de uma das participantes:

Eu acho isso um desrespeito contra essas pessoa. Eu acho que deveria olhar tudo pro mesmo nível, não ter diferença. 'Ah porque eu tenho muito, eu vou humilhar quem tem pouco.' Eu acho que eles não devia fazer isso, porque eles tão lá em cima... mas um dia eles pode cair. (Estamira)

Freire (1974) comenta que o ser humano tem uma vocação ontológica de expandir-se, ampliando suas potencialidades de vida. Luísa traz a possibilidade de ter melhores condições de vida, ampliando sua capacidade de agência.

Eu sempre tive vontade de estudar, de crescer. Nunca gostei de... já trabalhei de doméstica, de faxineira, mas eu não me sentia bem. Não que eu ache que isso é feio. É ruim, mas eu, eu não me sentia bem com aquilo. Além de eu não me sentir bem, eu achava que poderia ter mais que aquilo, né? (Luísa Mahin)

Esse desvelamento da compreensão do processo crítico facilita ações em prol da transformação da realidade e do próprio indivíduo. Entende-se que o posicionamento de questionamento está relacionado também a um sentimento de frustração, porque o processo de libertação constitui-se um ato de desvelamento e de indignação acerca da realidade de opressão que é abusiva e promotora de sofrimento (Góis, 2008). No entanto, compreende-se que essa frustração igualmente está relacionada à autonomia, porque, caso o indivíduo não esteja incomodado com a situação, ele possivelmente está resignado perante a sua realidade e, portanto, com uma postura menos autônoma (Teschl & Comim, 2005). Dessa maneira, pode ocorrer um processo de questionamento e indignação pelas situações de vergonha e de humilhação causadas pela pobreza com ações concretas. Uma participante sintetiza essa dinâmica: “Essa raiva me faz querer crescer mais ainda” (Dandara).

Identifica-se que a conscientização está ligada a uma postura crítica e ativa perante a realidade, sendo ação concreta basal para processos mais abrangentes de transformação social (Lane, 1996). Uma das participantes, que tinha sofrido várias práticas de humilhação no seu trabalho como empregada doméstica, afirma que agiu contra essa situação, buscando um novo emprego em que se sentia valorizada. Ela diz:

Dolorida, incapaz, um lixo, né? No caso. Mas depois eu fiquei repensando. Bem, eu não merecia tá passando por isso. Eu também abri ela [patroa] de mão. Deixei ela sozinha e fui para esse hotel onde eu trabalhei, onde fui valorizada, de carteira assinada (Dandara).

Obviamente, para o desenvolvimento de processos de mudança social, é necessário o fomento da capacidade coletiva de atuação, baseada inclusive na participação social e política. Observa-se que as pessoas

entrevistadas ainda não chegaram a esse nível de participação, mas se entende que o processo de conscientização pode iniciar em ações em nível individual, funcionando como base para empreendimentos coletivos e críticos mais abrangentes. Assim, Martín Baró (1986) reafirma a necessidade de valorização da memória coletiva e das virtudes populares como uma das estratégias de enfrentamento da dominação e do depreciamento do oprimido. Compreende-se o reconhecimento positivo da identidade comunitária como essa possibilidade de enfrentar a realidade de estigmatização da pobreza. Outra participante fala sobre o orgulho de morar em seu bairro, ainda que ele seja reconhecido depreciativamente. Ela comenta:

 Nosso bairro, aí a gente diz que é daqui a pessoa fica ‘vixe, logo Bom Jardim!’. A gente sente até vergonha assim de dizer que mora aqui, mas em alguns casos, mas agora a gente tem orgulho de morar mesmo! (Teresa de Benguela).

No entanto, segundo Alkire (2007), esse processo de fortalecimento e de agenciamento pode ser também facilitado por aspectos estruturais e sociais. Há a necessidade de estrutura material e não material para as pessoas exercerem suas liberdades e, conseqüentemente, seus agenciamentos. Com isso, concebe-se que as oportunidades são importantes ferramentas de facilitação dos agenciamentos. Assim, uma das participantes, que geralmente sentia vergonha de falar, comenta sobre a participação nas atividades de uma ONG:

 Não, não falava. Só vim começar a falar mais um pouco quando eu entrei aqui como voluntária, como pró-chefe. Aí eu comecei a me entrosar, né? Falar, né? Porque eles respeitava o meu limite, né? Se eu quisesse falar, eu falava. Se eu não quisesse falar, eles respeitava. Aí foi aí que fui botando na minha cabeça... sabe de uma coisa? Eu tou sendo é besta! Esse negócio de eu tá com vergonha e medo de falar tá me prejudicando. Eu vou é falar falando certo ou errado. Eu vou falar (Estamira).

Observa-se, então, que, quando há oportunidades e apoio social, pode ocorrer o desenvolvimento de um contexto frutífero para a realização da capacidade de agenciamento. Luísa sintetiza a importância das oportunidades ligadas à Educação. Ela fala:

E a gente, assim, que tem um poder aquisitivo menor, hoje em dia, tá mais fácil, né? Pra tu estudar, tem mais possibilidades. A minha filha, por exemplo, estuda numa escola técnica federal. Faz um curso profissionalizante. [...] Aí eu fiz o EJA² do ensino fundamental. Fiz o EJA no ensino médio. Fiz o Enem³. Na primeira vez que fiz o Enem, eu passei com média acima da média nacional e consegui a vaga na PUC pra Serviço Social. Assim, quando a gente quer, basta ter a oportunidade. Que faltava é a oportunidade (Luísa Mahin)

Analisa-se, assim, que as oportunidades são consideradas para alcance de determinados fins estipulados como valiosos pelos indivíduos. As políticas públicas de Educação voltadas para o público mais pobre, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Nacional de Ensino Técnico (Pronatec) e as políticas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas federais, fornecem um novo leque de oportunidades para as pessoas manifestarem suas agências. As agências são consideradas as ações desempenhadas pelos indivíduos de forma reflexiva e comprometida. São atos constituintes da autonomia, fomentando mais dignidade, respeito, reconhecimento positivo e autoconsideração (Pereira, 2007). Analisa-se que esses atos mais autônomos podem funcionar como sedimentação de uma nova trajetória de resistência e de libertação. Esses aspectos mais positivos são apresentados por Dandara, ao dizer:

Eu gosto de números, né? Por isso, tô fazendo auxiliar administrativo pelo Pronatec, que dá para trabalhar em outras coisas, que pra mim é técnico. Eles vão valorizar você. E já tava me sentindo meio com raiva da cozinha já, porque parecia que não acreditavam no meu potencial.

2 EJA é sigla para Programa de Educação de Jovens e de Adultos.

3 ENEM é a sigla para o Exame Nacional do Ensino Médio.

Daí eu comecei a estudar e querer mudar meu caminho fora da cozinha para gastronomia. Daí, como eu gosto de números, fui fazer auxiliar administrativo. Também, fiz aquele outro de recepcionista de evento que eu tava (Dandara).

Evidencia-se que é necessária a existência de políticas públicas eficientes e concretas, pois a realidade passa a ser reconhecida de maneira diferente pela pessoa em situação de pobreza a partir dessas oportunidades. Quando não havia ações voltadas para esse público, o caminho mais comum seria a instalação da síndrome fatalista ou de preferências adaptativas promotoras de atos de resignação e de uma esperança ilusória. O ato de desvelamento da realidade e do lugar do próprio sujeito no contexto social tem que estar amparado por uma realidade diferenciada, como as fornecidas pelos programas sociais já mencionados.

Essas mudanças na realidade social brasileira também estão presentes nos discursos das pessoas entrevistadas. Outro participante comenta que seu pai melhorou por conta da educação. Ela diz:

Meu pai só ganhava o suficiente para sustentar a família. Hoje, está bem melhor. Evoluiu muito. Ele passou quinze anos trabalhando como pedreiro, vendedor. Ele fazia de tudo. Então, agora, de 10 anos para cá, que ele teve uma vida melhor, porque ele estudou para isso (Chico da Matilde).

Outra participante concebe que há uma diferença extrema na área educacional, relacionada com o passado:

É, principalmente, estudar, porque eu tive meu primeiro filho com 18 anos, né? E aí eu não consegui mais estudar, porque aí tem que trabalhar. Daí logo em seguida eu tive outro. E daí a gente precisa trabalhar pra sustentar os filhos. E eu sempre, sempre achei que eu poderia ser mais que aquilo, que eu queria ser mais, mas as oportunidades eram mais difíceis. Eu não tinha tempo pra estudar e também não tinha espaço pra isso, né? É... não tinha essas oportunidades, não tinha oportunidade. A gente, antigamente... ou tu fazia o ensino médio, ou se tu quisesse fazer um outro curso, tu tinha que pagar. E eu tinha um monte de filhos, né? (Luísa Mahin).

Igualmente, percebe-se que há uma melhora nos serviços de saúde e na qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras. A mesma participante comenta:

Sim, várias vezes, queria melhorar alguma coisa. Por exemplo, os meus dentes. Isso é uma coisa que me incomoda e eu nunca tive dinheiro pra arrumar, né? Agora, eu consegui aqui na UFRGS, né? Um tratamento, mas eu queria ter feito isso, antes, né? Então, não fiz por que eu tenho 45 anos, e, quando eu era pequena, dentista era uma coisa que... os pais nem ensinavam a gente a escovar os dentes. O dentista servia pra arrancar o dente. É, servia pra isso, né? Só pra isso, se tu ia no dentista, era pra arrancar o dente. Hoje em dia, usar aparelho tá na moda, né? Antigamente, era só quem tinha dinheiro e tal. Então, foram coisas que me impediram de ficar melhor comigo, com minha aparência até pra oportunidades melhores (Luísa Mahin).

Também, foi salientada a oportunidade de acessar um trabalho formalizado como via de combate à discriminação. Outra participante comenta:

Depois, eu comecei a trabalhar de carteira assinada. Quando assinei minha carteira, eu tinha 24 anos. É, 24 anos foi minha primeira assinatura. Não, foi mais, foi em 2009. Eu tinha 27 ou era 28, não me lembro. Daí, eu não sofri mais tanta humilhação. Daí, eu fui para uma empresa boa, onde fui valorizada. Comecei lavando louça. Daí, depois fui para auxiliar de cozinha. Depois, eu sei cozinhar bem. Eu fui crescendo. Daí quando vi estava quase chefe de cozinha (Dandara).

Apesar desses avanços, é premente evidenciar que, caso ocorresse uma maior capacidade de agenciamento e de criticidade do indivíduo, mas não houvesse uma mudança na realidade social de oportunidades, poderia haver um aumento da frustração. Esta fomentaria novos atos de resignação e de adaptação frente a uma realidade adversa (Pereira, 2007). Dessa maneira, apesar dessas estratégias de resistência, há a necessidade de os indivíduos e grupos sociais serem “reconhecidos como agentes, eles podem definir suas prioridades tanto quanto escolher as melhores maneiras de alcançá-las” (Alkire & Deneulin, 2009, p. 27-28,

traduzido⁴). Assim, constrói-se uma nova espiral positiva e de resistência frente à dinâmica de dominação existente.

Entende-se, desse modo, que as práticas de resistência funcionam como estratégias de enfrentamento à realidade de desigualdade social e à estigmatização da pobreza. Essas práticas são fomentadas pela indignação perante a reflexão crítica sobre o lugar do indivíduo inserido nessa realidade de dominação. E também estão relacionadas com o fortalecimento da capacidade de agência dos indivíduos. São desenvolvidas ações concretas de superação da situação de pobreza. No entanto, para essas atividades existirem de forma permanente é necessário o apoio social e um contexto formado por oportunidades concretas. Com isso, há fatores para o fomento de um ciclo positivo e de enfrentamento da pobreza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebe-se a pobreza como constituída de práticas de opressão que têm como objetivo enfraquecer os mais pobres, estigmatizando-os, humilhando-os e cultivando sentimentos de vergonha por sua situação. Dessa maneira, entende-se que essas práticas sociais opressoras de discriminação da pobreza têm uma base social, mas atuam em um nível psicológico, aprisionando o indivíduo em situação de pobreza em uma espiral de autodepreciação e enfraquecimento.

De outra forma, também é surpreendente analisar que os sentimentos de vergonha e de humilhação também podem ser eliciadores desses processos de resistência, porque eles demonstram que o indivíduo pode estar em um movimento de incômodo e de questionamento desses valores opressores. Portanto, pode haver centelhas de enfrentamento por meio da indignação e do exercício de atitudes de agenciamento com foco na superação da situação de pobreza. Aponta-se que é necessário

4 “recognized as agents, they can define their priorities as well as choose the best means to achieve them” (Alkire & Deneulin, 2009, pp. 27-28)

também haver um contexto minimamente propício para apoio a esses processos de enfrentamento, porque são imprescindíveis a existência constante e concreta das oportunidades e o apoio social de outros indivíduos e das políticas públicas para uma canalização efetiva desses atos de libertação.

Por isso, as políticas públicas voltadas ao público em situação de pobreza são imprescindíveis ferramentas de fornecimento de novas possibilidades de existência. Elas funcionam em uma perspectiva simbólica e pragmática. Esta última ocorre porque há o surgimento de oportunidades reais de mudança de vida com programas de transferência de renda, de acesso ao ensino técnico e superior e melhora nos serviços de saúde. A dimensão simbólica está baseada na possibilidade de compreensão diferenciada da realidade como sendo constituída de oportunidades que antes não eram encontradas de maneira usual. Assim, a pessoa em situação de pobreza tem um novo paradigma de realidade que está fincado em oportunidades possíveis e reais para o enfrentamento de sua situação e para fomento de sua capacidade de agência e de questionamento à realidade de dominação.

REFERÊNCIAS

Accorssi, A.; Scarparo, H. & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.

Alkire, S. (2007). *The Missing Dimensions of Poverty Data: An Introduction*. OPHI Working paper nº 01. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI, 2007. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-0/>.

Alkire, S. (2008). *Concepts and Measures of Agency*. Oxford Poverty & Human Development Initiative, Working Paper 9, OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-09/>.

Alkire, S., & Deneulin, S. (2009). The Human Development and Capability Approach. In S. Deneulin & L. Shahani (Eds.). *An introduction to the Human Development and Capability Approach*. (pp. 114-150). London: Earthscan.

Avila, R.P.; Bagolin, I.P., & Comin, F.V. (2012). Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. *Revista Economia*, 13(2), 447-463.

Chizzotti, A. (2006). *A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. Petrópolis: Vozes.

Ciampa, A.C. (1984). Identidade. In T.M.S. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. (pp. 58-75). São Paulo: Editora Brasiliense.

Ciampa, A.C. (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense.

Cidade, E.C.; Moura Jr., J.F. & Ximenes, V.M. (2012). Implicações Psicológicas da Pobreza na Vida do povo Latino-Americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 58-75.

Chizzotti, A. (2006). *A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. Petrópolis: Vozes.

Comim, F., & Amaral, P.V. (2013). The Human Values Index: conceptual foundations and evidence from Brazil Cambridge. *Journal of Economics*, 37, 1221–1241.

Creswell, J.W. (1994). *Research design: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: Sage.

Flick, U. (2002). Entrevista episódica. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 114-136). Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed.

Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. (4a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Góis, C.W.L. (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC.

Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Guareschi, N.M.F., Oliveira, F.P., Giannechini, L.G., Comunello, L.N., Nardini, M., & Pacheco, M.L. (2003). Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 45-53.

Ibrahim, S. & Alkire, S. (2007). *Agency and Empowerment: a proposal for internationally comparable indicators*. Working Paper 4 OPHI. Oxford Poverty & Human Development Initiative – OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-04/>.

Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2002). A Entrevista Narrativa. In M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 89-111). Petrópolis: Vozes.

La Taille, Y. (2002). *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes.

Lane, S.T.M. (1996). Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Marshall, M.N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family Practice*, 13(6), 522-525.

Martín-Baró, I. (1986). Hacia una Psicología de la Liberación. In I. Martín-Baró. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.

Minayo, M.C.S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.

Montagner, P., Viegas, E. S., Mendonça, E. F., Bandeira, L. M., Tavares, M. A., Carvalho, P.S. ... & Porto, V. (2010). *Diversidade e capacitação em escolas de governo: mesa-redonda de pesquisa-ação*. Brasília: ENAP.

Montero, M. (2003). *Teoría e práctica de la psicología comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

Moura Jr., J.F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93.

Moura Jr., J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28.

Moura Jr., J.F. (2015). *Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Paluck, E.L., & Green, D.P. (2009). Prejudice Reduction: What Works? A Review and Assessment of Research and Practice. *Annual Review of Psychology*, 60, 339-367.

Pereira, G. (2007). Preferencias adaptativas: un desafío para el diseño de las políticas sociales. *Revista de Filosofía Moral y Política*, 36(1), 143-165.

Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-126.

Rego, W. & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa-Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP.

Robson, C. (1993). *Real World Research: A Resource for Social Sciences and Practitioner-Researcher*. Oxford: Blackwell.

Salles, M. & Barros, S. (2013). Exclusão/inclusão social de usuários de um centro de atenção psicossocial na vida cotidiana. *Texto & Contexto Enfermagem*, 22(3), 704-712.

Sawaia, B. B. (2007). Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da Psicologia Social Histórico Humana. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 81-89.

Sen, A. (1997). Human Capital and Human Capability. *World Development*, 25(12), 1959-1961.

Sen, A.K. (1980). Equality of What? In McMurrin. *Tanner lectures on human values*. Cambridge: Cambridge University Press, 195-220.

Sen, A.K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo.

Schick, F. (1997). On humiliation. *Social Research*, 64(1), 131-8.

Teschl, M. & Comim, F. (2005). Adaptive Preferences and Capabilities: Some Preliminary Conceptual Explorations. *Review of Social Economy*, 63(2), 229-247.

Vazquez, J.J. & Panadero, S. (2009). Atribuciones causales de la pobreza en los países menos desarrollados. *Perfiles Latinoamericanos*, 34(1), 125-140.

Vieira, E.M. & Ximenes, V.M. (2008). Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia Argumento*, 26, 23-33.

Zavaleta, D.R. (2007). *The Ability to go About Without Shame: A Proposal for Internationally Comparable Indicators*. Working Paper 3 OPHI. Oxford Poverty & Human Development Initiative – OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da investigação.

APOIO SOCIAL COMO MODO DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

*Lorena Brito da Silva
Maria Zelfa de Sousa Feitosa
Bárbara Barbosa Nepomuceno
Alexsandra Maria Sousa Silva
Verônica Moraes Ximenes
Zulmira Áurea Cruz Bomfim*

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é considerada neste estudo como um fenômeno social e histórico, relacionado aos processos de exclusão e desigualdade social (Sawaia, 2009), que envolve a exposição dos sujeitos a situações de vulnerabilidade (Maradola & Hogan, 2009). A partir de uma perspectiva multidimensional (Sen, 2010), reconhece-se o fenômeno em questão como dinâmico, complexo e constituído por aspectos sociais, culturais, políticos, materiais, monetários e simbólicos.

De maneira ética e política, seu entendimento convida a um olhar contextualizado, capaz de enxergar a realidade que afeta grande parte dos brasileiros e de problematizar caminhos de enfrentamento dessas condições. Ao longo da história, fazem-se presentes diferentes tentativas, tanto governamentais quanto da sociedade civil, de combate à pobreza. Antes de buscar combater ou criar estratégias verticais de “superção”, não seria necessário buscar entender os significados da vivência em contexto de pobreza, bem como os desdobramentos de tal vivência na organização da vida dos sujeitos? Neste artigo, opta-se por falar de modos de enfrentamento da pobreza, ao invés de combate, pois parece ser esta uma concepção que expressa uma perspectiva múltipla e, sobre-

tudo, relacional das construções históricas e cotidianas de estratégias e arranjos pelos sujeitos e seus coletivos.

O presente artigo busca analisar o conceito de apoio social e problematizar de que maneira pode ele contribuir aos modos de enfrentamento da pobreza. Tal objetivo surgiu a partir do desenvolvimento da pesquisa “Impactos psicossociais da pobreza na saúde comunitária¹”, que possibilitou a percepção de que, mesmo diante das implicações produzidas cotidianamente na vida em condições de pobreza, as pessoas traçam individual e coletivamente estratégias de superação das adversidades. Nesse processo, as relações familiares, comunitárias, institucionais e/ou religiosas, assumem uma importante função de apoio, possibilitando suporte material, informacional e psicológico. Diante de tais questões, constrói-se como pergunta de partida: Qual a contribuição do apoio social para pensar o enfrentamento da pobreza?

2 A POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

A pobreza tem assumido historicamente diferentes concepções e explicações para sua causalidade e condição (Codes, 2008). A partir de uma perspectiva multidimensional (Sen, 2010), considera-se que tal fenômeno deve envolver elementos materiais, econômicos, simbólicos e psicológicos em sua análise. Destaca-se a centralidade que os desdobramentos do sistema capitalista e do modelo neoliberal de produção e exploração têm no processo de naturalização dos fenômenos históricos, evidenciando os aspectos macro e micro sociais e suas repercussões nos modos de vida e na subjetividade dos sujeitos que a vivenciam.

A perspectiva multidimensional (Sen, 2010) contrapõe-se à unidimensional, ao considerar diferentes dimensões de análise. Enquanto uma visão unidimensional considera unicamente os aspectos nutricionais e/ou monetários, a multidimensional considera que a pobreza se manifesta de maneira complexa, para além da privação material, não

1 Pesquisa realizada em comunidades urbanas e rurais no Ceará, financiada pelo CNPq.

podendo um único fator definir quem viveria ou não em condições de pobreza (Codes, 2008).

Segundo Codes (2008), Sen deslocou a reflexão da pobreza para o campo da justiça social, das desigualdades, das privações. Nesse sentido, a renda não é bastante para minimizar a pobreza e suas consequências, pois “a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que se desdobra ainda em sentimentos de vulnerabilidade e de insegurança” (Codes, 2008, p. 26). Pobreza é uma das condições capazes de gerar vulnerabilidades sociais, uma vez que expõe os sujeitos a uma série de limitações no acesso à moradia, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, entre outros direitos básicos (Torossian & Rivero, 2009), assim como os submete a um intenso sofrimento cotidiano em decorrência das diversas privações sociais e econômicas. Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima e Martinelli (2002) afirmaram que a vulnerabilidade traduz uma situação em que:

O conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais (Vignoli, 2001). Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles (Abramovay et al., 2002, p. 30)

Assim, a vulnerabilidade social se expressa nos planos estrutural, social e singular. Isso significa que, ao se analisar a pobreza e as vulnerabilidades gestadas em seu interior, é necessário estar atento às privações materiais, atreladas às condições socioeconômicas e à falta de acesso da população aos ativos sociais, os quais, provenientes do mercado, do Estado e da família ou comunidade, são descritos como fatores “[...] capazes de dotar seus portadores das condições materiais e sociais que

promovem a participação dos indivíduos na sociedade sob bases consideradas socialmente como legítimas” (Ribeiro, 2010, p. 221).

A destituição material se relaciona ao enfraquecimento da capacidade do sujeito de construir sua própria história, fragilizando as possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com Demo (2005), no Brasil vive-se uma Pobreza Política, que a partir do processo de massa de manobra em que o sujeito é posto, sua cidadania é roubada e sofre-se muito mais de perversidade histórica, no sentido de não compreensão e problematização do modo como nossa história foi construída e as desigualdades foram sendo naturalizadas e legitimadas, que de carência.

Faz-se fundamental pôr em evidência os elementos ideológicos que marcam a construção social e que negam ou forjam as implicações materiais e simbólicas da pobreza na construção do psiquismo humano. Segundo Accorssi (2011), essas implicações psicossociais estão impressas nos indivíduos cotidianamente e são expressas em termos dos pensamentos de si e do mundo, tendo reflexos psíquicos e materiais. Analisá-las envolveria conhecer os significados construídos, os cenários, os afetos e o papel que cada signo tem para a pessoa.

Para Góis (2012), a condição de ser pobre perpassa concretamente a realidade vivida, impondo modos de vida específicos e diferentes formas de aceitação e significação, que são agravados, segundo Demo (2005), quando nem sequer consegue saber que é pobre, persistindo em acreditar que sua pobreza é sina, fato natural ou culpa. Tais naturalizações envolvem o sentir-se, aceitar-se e incorporar o estereótipo do pobre, perpetuando situações opressivas ou, conforme Freire (1979), apresentando-se como uma das principais armas na manutenção da dominação e silenciamento. De acordo com Góis (2012), os sujeitos que vivem nestas condições estão submetidos a um estresse de forma continuada, originado do contexto de vulnerabilidade e desigualdade social, que “se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de

humilhação” (Sawaia, 2009, p. 369), gerando sofrimento e tristeza. Esse sofrimento, como aponta Sawaia (2011), ao contrário do que defende a concepção individualizante, não tem gênese no indivíduo, mas nas intersubjetividades socialmente desenhadas, e pode levar o sujeito à morte, não somente biológica, mas também ética e social.

Outra categoria psicossocial emergente é a vergonha da pobreza (Mathew, 2010), enquanto uma visão de si diminuída e a sensação de dificuldade de tomada de decisão. Accorssi (2011) problematiza que a vergonha diminui a resistência individual e coletiva, resultando na incapacidade de participação plena na sociedade. Assim, as pessoas sentem vergonha de serem pobres e das consequências de viverem na pobreza, experimentando sensações de constrangimento, isolamento, fraqueza, inutilidade, entre outras.

2.1 Modos de enfrentamento à pobreza

Cotidianamente, a realidade de nossas cidades, sejam elas de contextos urbanos, rurais, ribeirinhos e litorâneos, revela situações de extrema pobreza e vulnerabilidade, que contribuem à fragilização de sujeitos e grupos sociais (Ribeiro, 2010). Nesse processo, são desenvolvidas as mais diversas formas de manutenção e de tensionamentos. Muitas ciências vêm se dedicando ao estudo da pobreza, tendo os saberes construídos se desdobrado em diferentes estratégias para a superação de tal realidade que acabam por ser adotadas pelas políticas públicas, por projetos sociais e por organizações comunitárias.

Dois grandes símbolos internacionais de financiadores de estudos e de ações nas tentativas de respostas à pobreza nos países “periféricos” são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que preconizam a redução dos gastos sociais e a criação de programas assistenciais destinados apenas aos “mais pobres e miseráveis”. Segundo Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012, p. 665), ao invés de “propor soluções estruturais para o problema, o que ele (BM) tem feito é centrar-se

no combate à pobreza com políticas sociais focalizadas e compensatórias”, que acabam por enfraquecer a economia local e intensificar a situação de pobreza. Tais propostas consideram que “as comunidades devem ‘ser criativas’ e ‘se virarem’ para compensarem problemas criados por essa lógica de individualismo e lucro que prejudica os mais fracos e vulneráveis” (Valla, 2005, p. 51). Ao apresentarem pacotes universais de superação, pouco fomentam à autonomia e à criação de estratégias locais para as diferentes realidades de pobreza.

Os discursos governamentais têm, usualmente, figurado a noção de combate à pobreza. No entanto, falar de combate, de políticas de governo e não de Estado, não abarca a complexidade da questão. A ideia de combate carrega o pressuposto da extinção, estratégia externa ao contexto, uma política externa aos indivíduos inseridos no modelo de produção capitalista, que pressupõe a existência de um exército de mão de obra de reserva e consumo exacerbado e relações desiguais. Seria possível realmente crer que as estratégias de “combate” são capazes de extinguir a pobreza? Ou acabam por contribuir com sua perpetuação?

Por outro lado, a concepção de enfrentamento tem relação com os sujeitos que estão vivenciando o contexto, remete a uma política cotidiana que perpassa as pessoas, em uma forma de ação e de atuação conjunta. O enfrentamento tem correlação com modos construídos e vivenciados de maneira compartilhada e surge como um modo de lidar com situações adversas. Opta-se, portanto, por falar de modos de enfrentamento da pobreza, no lugar de combate, assumindo uma perspectiva múltipla e, sobretudo, relacional.

O enfrentamento é entendido como uma possibilidade de ampliar as respostas cognitivas, comportamentais e afetivas utilizadas para lidar com o estresse, o sofrimento e a estagnação das situações cotidianas. Ainda que as implicações psicossociais da pobreza por vezes restrinjam as possibilidades de articulação e de um desenvolvimento saudável do psiquismo humano, não se pode deixar de compreender esse ser humano “como potencial em expansão, não anulando sua capacidade de en-

frentar e de transformar uma realidade social opressora” (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012, p. 87).

Ante a negação do potencial de vida, há uma reação cotidiana criativa que, como afirma Sawaia (2009), faz do ser humano um ser em expansão capaz de transformar as significações hegemônicas e buscar a felicidade, o desejo de superação e reconhecimento, propiciando estratégias de enfrentamento das condições adversas. Em consonância a esta concepção, Maradola e Hogan (2009) compreendem que no conceito de vulnerabilidade estão implícitas a resistência, as formas de enfrentamento, a resiliência e a adaptação, por parte do sujeito, à condição adversa e, “assim, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem atributos que fornecem elementos para pessoas e lugares estabelecerem seus sistemas de proteção” (Maradola & Hogan, 2009, p. 166). Ainda nessa perspectiva, Wisner (1998) compreende que a vulnerabilidade e a capacidade de enfrentamento de situações adversas devem ser vistas como dois lados de um mesmo processo.

A espacialidade, o lugar, é outro elemento importante ao entendimento da vulnerabilidade e suas potencialidades de superação, uma vez que é o território por excelência que gera vulnerabilidades sociais. Os lugares podem, então, também, ser entendidos como vulneráveis ou expostos a riscos, principalmente nos espaços urbanos (Maradola & Hogan, 2009). Esses espaços, juntamente com as condições estruturais das pessoas em condições de pobreza, contribuem para a compreensão do contexto vulnerável.

Bomfim, Alencar, Santos e Silveira (2013) afirmam, a partir de estudos realizados com jovens estudantes de escola pública, que nos processos de enfrentamento à vulnerabilidade social são importantes tanto aspectos sociais como subjetivos. Autoestima (uma avaliação positiva de si mesmo), autoeficácia (avaliação que o indivíduo faz das suas possibilidades pessoais de obter sucesso, diante dos desafios que lhes são apresentados) e perspectiva de futuro são aspectos subjetivos protetores do jovem diante das situações de risco. Assim, também, o lugar, o bairro,

a escola e a comunidade também se apresentam como indicadores de proteção social. A estima de lugar, apreço, valoração, apego e sentimentos de vínculo com o lugar correlacionam-se positivamente com os fatores subjetivos aqui mencionados. Enfatiza-se, portanto, a importância do contexto: desde as relações familiares e comunitárias até a presença e o funcionamento de uma rede de apoio social e afetivo, tais como as relações com escola, trabalho, serviços de saúde e institucionais de um modo geral.

O entendimento dos modos de enfrentamento também envolve a percepção das formas inventivas e saudáveis de viver e o reconhecimento do sentimento de potência de vida. Essa potência move à ruptura de uma realidade desigual e, a partir do valor pessoal e do poder pessoal (Góis, 2003), pode transformar as condições sociais e materiais. Para Góis (2012), a união e a participação populares, pautadas na solidariedade e em favor da vida, geram novas relações sociais que rompem com a ideologia dominante, tornando possível a libertação das maiorias oprimidas e exploradas. Nesse mesmo sentido, Sawaia (2011) menciona que somente se consegue aumentar a potência de ação dos sujeitos, quando há uma autêntica união com os demais. É com base nestas considerações que se aponta o apoio social como um modo de enfrentar a condição de pobreza.

3 APOIO SOCIAL

A partir de uma revisão da literatura, percebeu-se que há uma grande variedade de definições de apoio social, bem como imprecisões e sobreposições de conceitos, o que está de acordo com as pesquisas de Griep (2003) e Braga (2011). Dessa forma, ao se propor discutir o apoio social em sua relação com o enfrentamento à pobreza, depara-se com o imperativo de caracterizar o que se entende por essa expressão, justificando sua utilização, o que se faz possível a partir da explanação de alguns elementos e definições pertinentes ao tema.

Os primeiros estudos acerca do apoio social datam das décadas de 1970 e 1980, com trabalhos como os de Sidney Cobb e John Cassel (Griep, 2003). Valla (1999, p. 10) define apoio social como

[...] qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas.

Griep (2003) aponta a íntima relação entre o conceito de rede social e apoio social, afirmando, no entanto, tratarem-se de construtos diferentes. A rede social faz referência ao grupo de pessoas com o qual o sujeito entra em contato (Andrade & Vaitsman, 2002) e estabelece vínculos. Envolve aspectos quantitativos, tendo como dimensões: tamanho, dispersão geográfica, força das ligações, densidade/integração dos contatos, composição e homogeneidade dos membros, simetria e enraizamento social (Griep, 2003). É, portanto, a estrutura social por meio da qual o sujeito pode ou não encontrar apoio. Distintamente, o apoio social é caracterizado como a “[...] dimensão funcional ou qualitativa da rede social” (Griep, 2003, p. 11), referindo-se às relações formais e, ou informais que garantem ao sujeito a percepção de ser valorizado, cuidado e ter com quem contar em momentos difíceis, recebendo algum tipo de auxílio. Trata-se de uma relação recíproca, onde o sujeito recebe e oferece apoio dentro da rede (Morais, Koller & Raffaelli, 2012).

Nesse sentido, Griep (2003) elenca cinco tipos de apoio, a saber: a) emocional, relacionado à capacidade da rede social de satisfazer as necessidades dos sujeitos que a compõem, em termos de encorajamento, confiança, empatia, carinho, entre outros; b) afetivo, em que são consideradas as demonstrações de afeto; c) interação social positiva, relativo a ter com quem fazer coisas agradáveis; d) de informação, que envolve conselhos, sugestões e informações fornecidas pela rede social; e) ins-

trumental ou material, referente a recursos e serviços dispensados pela rede. Já no trabalho de Braga (2011), são considerados quatro tipos: a) emocional, relativo ao afeto e preocupação/cuidado; b) de reforço, que envolve o feedback que o grupo dá ao sujeito; c) informativo, por meio do qual são obtidos conselhos, sugestões e informações; d) instrumental, relacionado ao trabalho, por exemplo. Essas diferentes dimensões contribuem tanto para aspectos materiais, como para processos subjetivos e afetivos, apresentando-se como suporte diante das diversas situações cotidianas.

Esses tipos de apoio social provêm de diferentes fontes, dentro das quais se propõe discutir quatro neste trabalho: 1) apoio familiar; 2) apoio comunitário; 3) apoio religioso; 4) apoio institucional. Destarte, define-se cada um deles, ressaltando suas contribuições para o enfrentamento da pobreza e as principais categorias relacionadas à sua compreensão.

O apoio familiar tem como base o seio familiar. A família é caracterizada como uma construção social (Gomes & Pereira, 2005), já que sua conceituação varia conforme o contexto histórico e social. Segundo Dessen e Polonia (2007), a família é o primeiro *locus* de socialização humana, contribuindo para o bem-estar de seus membros. Nesse sentido, ainda que a injustiça social expressiva na condição de pobreza seja capaz de obstar “[...] o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar” (Gomes & Pereira, 2005, p. 4), a resiliência familiar se expressa na “[...] possibilidade de que as pessoas se desenvolvam bem, mesmo vivendo em ambientes com alto potencial de risco” (Silva, Lacharité, Silva, Lunardi & Lunardi Filho, 2009, p. 93).

Para Baptista (2005), o suporte oferecido pela família pauta-se na coesão, adaptabilidade e comunicação, podendo viabilizar o sentimento de pertença e aumentar os recursos para enfrentar as dificuldades. Além disso, a proximidade familiar aparece como fator protetivo na vida de crianças e adolescentes e, de acordo com Morais, Koller e Raffaelli (2012), contribui para a diminuição da exposição a fatores de risco. Des-

se modo, pode-se enxergar a família como suporte afetivo que propicia um campo de fortalecimento emocional para lidar com o sofrimento advindo de situações estressoras, o que a caracteriza como uma fonte de apoio social diante da condição de pobreza.

O apoio comunitário constitui-se a partir das relações comunitárias, possibilitando a criação de uma rede de apoio mútuo e solidário que se alimenta das conversas e partilhas de vida, das ações de caráter coletivo, do fortalecimento dos vínculos. Nesse sentido, esse apoio se dá tanto mediante as interlocuções geracionais, marcadas em uma temporalidade, uma convivência, uma história, como no envolvimento do dia a dia, dos desafios e mudanças surgidas.

Fala-se de uma fonte de apoio não formal e que se origina, na maioria das vezes, distante de modelos institucionalizados, encontrando-se nas interlocuções comunitárias de vizinhança, em que a referência surge pela história e pela vinculação com a comunidade. Considerando o pressuposto da Psicologia Comunitária (Ximenes & Góis, 2010), de que os moradores são sujeitos potencialmente articulares e transformadores de suas realidades, compreende-se o apoio social como central no fortalecimento desses sujeitos. As experiências de estar juntos e conviver favorecem os potenciais de ação (Sawaia, 2011), tanto no que diz respeito ao desenvolvimento humano, como no tange ao desenvolvimento local comunitário.

Outro aspecto importante para o entendimento do apoio comunitário é o sentimento de comunidade, o sentimento de ser integrante de uma rede relacional de suporte mútuo disponível da qual se pode depender (Sarason, 1974). Esse sentimento possibilita a satisfação das necessidades pessoais e coletivas, a partir da realização de ações conjuntas e cooperativas.

No apoio religioso, encontram-se aspectos relacionados à espiritualidade e religiosidade. Para Hennezel e Leloup (2005), a espiritualidade se expressa nas inquietações humanas a respeito de questões existen-

ciais. Distintamente, a religião aparece como um conjunto de crenças e práticas que propõe respostas a essas questões, sendo a religiosidade concebida como o compromisso do indivíduo com o sistema proposto pela religião (Faria & Seidl, 2005), ou seja, “[...] é a extensão na qual um indivíduo acredita, segue e pratica uma religião” (Fleck, Borgesb, Bolognesia & Rocha, 2003, p. 448).

Entretanto, a religiosidade não se restringe a uma religião específica, nem à adesão a uma única religião, sendo melhor definida como “um compromisso individual [por parte do sujeito] com suas crenças e práticas espirituais” (Santos, Gouveia, Guerra, Coutinho & Fernandes, 2012, p. 523), mas que envolve a afiliação e participação em grupos religiosos (Witter, 2007). É nesse sentido que os ritos passam a coexistir e, um mesmo sujeito, confessando-se adepto de um determinado credo, pode crer e praticar rituais próprios de outras denominações religiosas, o que revela o caráter multidimensional da religiosidade (Santos et al., 2012).

Com base nisso, compreende-se o apoio religioso como aquele que o sujeito obtém no contato com o grupo religioso, na prática de rituais e encontros estabelecidos pela religião, em que se viabiliza um sentimento de certeza de não estar sozinho diante de situações estressoras e de sofrimento (Lima & Gualda, 2001); permite formas de expressar e dar vazão ao estresse, viabilizando emoções confortantes diante das dificuldades (Valla, 2002; Stroppa & Moreira-Almeida, 2008); promove condutas saudáveis e reduz comportamentos de risco devido às normas que postula (Faria & Seidl, 2006), apresentando, assim, função de integração e regulação social (Stroppa & Moreira-Almeida, 2008).

O apoio institucional configura-se como um processo interventivo no cotidiano das pessoas, realizado de modo formal, advindo de instituições diversas, como igrejas, escolas, associações, ONG, políticas públicas, relacionadas às áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, cultura. Essa fonte de apoio se expressa na prestação de serviços, na concessão de benefícios, de atendimentos e de acolhimentos, podendo ser essas ações desenvolvidas pela iniciativa privada, pela sociedade civil

organizada e pelo Estado, e assume o lugar referencial nos modos de viver das pessoas.

O apoio institucional não pode ser tratado como algo unidirecional, em que a instituição, ao supostamente buscar atender uma demanda, coloca o sujeito em um lugar de passividade. Barros e Dimenstein (2010, p. 7) apontaram o desafio de o apoio institucional envolver os sujeitos no trabalho, “facilitando a reflexão acerca das dificuldades do cotidiano, o fazer e o agir entram na roda, mobilizando a circulação de afetos, de desejos, de interesses e constituição dos vínculos”. Ainda a partir desses autores, o grupo ou comunidade também deverá sugerir ideias inovadoras e criativas, permitindo se deslocarem do lugar de impotência inicial para a construção coletiva de intervenções.

Desse modo, compreende-se o apoio institucional na dimensão do reconhecimento dos direitos e do potencial de atividade do sujeito. É um apoio compartilhado, que a partir da problematização da realidade vivida, passa-se a pensar estratégias de intervenção, com recursos a serem garantidos pela instituição, inicialmente, e que possam processualmente ser assumidos pelas demais pessoas.

3.1 O apoio social e contextos de pobreza

Baixa renda e escolaridade, desemprego, más condições de trabalho, moradia precária, falta de alimentação, vivência da seca, estigmatização, sentimentos de vergonha e humilhação, estresse continuado, culpabilização do pobre pela sua pobreza, violência urbana e de gênero, sofrimento psíquico, são problemáticas enfrentadas cotidianamente por pessoas que vivem em contextos de pobreza. Frente a tais condições, projetos sociais e governamentais, ONG, grupos religiosos e as relações comunitárias de vizinhança e familiares surgem paradoxalmente como estratégias de enfrentamento e manutenção. As diversas fontes de apoio não atuam de maneira isolada, mas podem se relacionar, interagir e se sobrepor. Dessa forma, quando uma das fontes não oferece apoio satisfatório ao sujeito,

as outras podem emergir com maior expressividade. Dimenstein, Lima, Moura, Brito, Cardoso e Medeiros (2005) discutem a categoria “bases de apoio” em uma perspectiva das redes relacionais que favorecem o desenvolvimento e desabrochar de potencialidades. Os autores dão destaque ao apoio encontrado em diversos espaços que complementam o apoio familiar, que, no cenário contemporâneo, é incapaz de suprir os indivíduos em todas as suas necessidades.

Nesse sentido, Morais, Koller e Raffaelli (2012) expressam que a família precisa ser apoiada, o que reflete a necessidade de programas sociais e políticas públicas que a enfoquem, concebendo-a em suas potencialidades e objetivando fortalecê-la. Exemplo disso é o Programa Bolsa Família, que, situado no apoio institucional, fortalece o apoio familiar, aparece como importante potencializador da família, permitindo-lhe a estruturação da renda e o acompanhamento nos âmbitos da saúde e da educação, o que se configura como um terreno propício à expansão da noção de direitos sociais (Paula, 2010).

Faz-se importante, também, destacar os desafios da institucionalização de certos tipos de apoio. Exemplo disso é o frequente enfraquecimento do apoio comunitário na atualidade, no qual diversas associações comunitárias e suas lideranças atuam de forma centralizada, burocratizada, muitas vezes tuteladas pelo Estado e distantes de questões mais amplas da vida comunitária e de uma mais vasta participação social. Essas lideranças comunitárias, a quem, em um primeiro momento, foi legado esse papel por conta do seu caráter de cuidadores comunitários (Góis, 2012), acabam por assumir um lugar instituído, pouco afetivo e sensível às questões dos moradores e focadas em editais e projetos financiados por instituições públicas e particulares.

Apesar do bem-estar e sentimento de controle sobre a própria vida, proporcionados pelo apoio social (Griep, 2003; Valla, 1999), há que se ponderar risco de que as fontes de apoio venham a se tornar alienantes, sendo vistas pelos sujeitos como única forma de “salvação” diante das dificuldades. Isso se coaduna com o fatalismo, fenômeno psicossocial

(Guzzo & Lacerda Jr., 2007) originado da situação de opressão e exclusão, que remete à “compreensão da existência humana segundo a qual o destino humano já está predeterminado e todo fato ocorre de modo inevitável” (Cidade, 2012, p. 18). Os sujeitos atribuem, então, a uma força superior a responsabilidade pelas condições a que estão subjugados, resignando-se e assumindo uma postura impotente diante da vida, o que impede a tomada de decisão e autonomia (Guzzo & Lacerda Jr., 2007). Na América Latina, o fatalismo é analisado a partir dos sentimentos, ações/comportamentos e ideias (Martín-Baró, 1998).

Neste sentido, o sujeito pode vir a se tornar dependente de alguma das fontes de apoio, atribuindo seu destino a um terceiro, seja este, por exemplo, um governo, Deus, as relações familiares ou a configuração comunitária. Entretanto, se por um lado o fatalismo tem função política de manutenção do *status quo* (Guzzo & Lacerda Jr., 2007), por outro protege do contato direto com situações dolorosas e estressantes (Cidade, 2012) e proporciona consolo diante de problemas gerados pelo modelo econômico vigente, os quais realmente não podem ser modificados de imediato (Valla, 2002). Desse modo, mesmo que algumas formas de apoio sirvam para reforçar posturas fatalistas, devem ser analisadas em sua função para a vida dos sujeitos. Nesse sentido, recorrer a uma rede de apoio social é uma maneira coletiva que os sujeitos encontram para enfrentar a condição de privação, quando os direitos humanos e sociais encontram-se distanciados de suas realidades (Valla, 2002).

Em relação ao apoio religioso, faz-se necessário, ainda, considerar o desafio que emerge para o profissional que atua nos contextos de pobreza de não impor uma religião específica nem mesmo considerar que os sujeitos devam necessariamente aderir ou não a uma religião. Ao contrário, cabe ao profissional estar atento às fontes de apoio das quais os sujeitos dispõem e visualizá-las em suas potencialidades para fortalecê-los.

Em relação a tal questão, Montero (2004) destaca que, no desenvolvimento dos trabalhos comunitários, são fundamentais as relações dialógicas e colaborativas entre os agentes internos e externos da comu-

nidade. Os moradores em geral, os vizinhos, as associações, os líderes comunitários, os grupos de jovens, idosos e mulheres, as parteiras, as rezadeiras, os agentes de saúde, que residem no lugar, compõem o que Montero (2004) chamou de agentes internos, que podem exercer o papel de interlocutores e mobilizadores. Ainda de acordo com essa mesma autora, é fundamental que os agentes externos (profissionais das políticas públicas, das ONG, das empresas privadas, atuantes das igrejas etc.), ao iniciarem suas intervenções, fortaleçam esse tipo de relação, promovendo uma atuação participativa e potencializando, conseqüentemente, suas ações a partir dessa articulação. Tal questão torna-se premissa básica para o desenvolvimento e fortalecimento dos apoios institucionais e religiosos, tendo o cuidado, o diálogo e a progressividade como basilares nos seus processos de inserção na comunidade.

Considera-se, portanto, que as fontes de apoio apresentadas configuram-se como uma forma de romper com as relações de exploração e exclusão, propiciando maior confiança pessoal, satisfação com a vida e capacidade de enfrentamento (Valla, 1999; Góis, 2012), tornando-se um desafio central o distanciamento de posturas assistencialistas e clientelistas. Ao proporcionar a articulação, uma atuação compartilhada, o fortalecimento dos vínculos e o desenvolvimento de um trabalho que seja próximo e coerente com o cotidiano das pessoas, o apoio social assume a multiplicidade e a possibilidade de criação de diferentes modos de enfrentamento às condições de pobreza. É a possibilidade da articulação das diferentes fontes de apoio que pode potencializar os modos de ação e de enfrentamento de situações adversas, identificando e valorizando os modos existentes e que se mostram potentes no cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em uma concepção dialética, concorda-se com autores como Wisner (1998) e Maradola e Hogan (2009) quando afirmam que a vulnerabilidade gerada pela condição de pobreza resguarda a capacidade do sujeito de enfrentamento, uma vez que o próprio tensionamento da condição de privação acaba impulsionando respostas resilientes e/ou adaptativas à realidade. Destarte, aponta-se que conceber a pobreza a partir de uma análise multidimensional se torna indispensável para a compreensão de que suas estratégias de enfrentamento são amplas e requerem uma consideração mais complexa dos quatro tipos de apoio social, que precisam acontecer em rede e considerar dimensões materiais, psicológicas e simbólicas, conforme pressiona a realidade da pobreza a que os sujeitos estão expostos.

O apoio social é atravessado pela percepção do sujeito, fazendo com que seus benefícios à saúde sejam definidos não pelo número de contatos, mas pelo grau de confiança e identificação que se estabelece, pelo sentimento de ter com quem contar diante das situações difíceis, o que é influente também nos estados psíquicos de bem-estar ou depressão, por exemplo, nas doenças físicas, nos eventos da vida do sujeito, entre outros. A principal contribuição do apoio social para os modos de enfrentamento seria sua função mediadora (Valla, 1999), que, ao possibilitar uma interação e uma ressignificação de suas condições de vida, acaba por possibilitar a expansão dos recursos individuais (Griep, 2003), desenvolvendo estratégias cognitivas e afetivas.

Assim, faz-se importante analisar as interações entre essas quatro fontes de apoio, problematizando-as e interpondo-as nos contextos sociais aos recursos materiais e humanos presentes no território. Ao considerar a relevância da temática estudada, pontua-se a necessidade de mais estudos que aprofundem as relações entre apoio social e pobreza, destacando a importância do primeiro como estratégia de enfrentamento às adversidades do cotidiano.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M., Castro, M.G., Pinheiro, L.C., Lima, F.S. & Martinelli, C.C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO.

Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Porto Alegre. 184p. Tese (Doutorado), Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 184p.

Accorssi, A., Scarparo, H.B., & Guareschi, P.A. (2012). O conceito de pobreza: Uma reflexão sobre os interesses do conhecimento. *Psicologia Argumento*, 71(30), 651-658.

Andrade, G.R.B., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934.

Baptista, M.N. (2005). Desenvolvimento do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): Estudos. *Psico-USF*, 10(1), 11-19.

Barros, S.C.M., & Dimenstein, M. (2010). Apoio institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na atenção básica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 48-61.

Bomfim, Z.A.C., Alencar, H.F., Santos, W.S., & Silveira, S.S. (2013). Estima de lugar e Indicadores Afetivos: Aportes da Psicologia ambiental e Social para a Compreensão da Vulnerabilidade Social Juvenil em Fortaleza. In V.F. Colaço & A. C. F. Cordeiro. *Adolescência e Juventude: Conhecer para Proteger*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Braga, I.F. (2011). *Adolescência e maternidade: analisando a rede social e o apoio social*. Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Programa de Pós-graduação em Enfermagem em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. 157p.

Cidade, E.C. (2012). *Juventude em condições de pobreza: Modos de vida e fatalismo*. Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. 163p.

Cidade, E.C., Moura Junior, J.F., & Ximenes, V.M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.

Codes, A.L.M. (2008). *A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: Em direção a uma visão complexa*. Texto para discussão. Brasília: IPEA.

Demo, P. (2005). *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Campinas, SP: Autores Associados.

Dessen, M.A., & Polonia, A.C. (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paideia*, 17(36), 21-32.

Dimenstein, M., Lima, E.B., Moura, A., Brito, M., Cardoso, R., & Medeiros, V. (2005). Bases de apoio familiares e comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência. *Psico*, 36(1), 55-63.

Faria, J.B., & Seidl, E.M.F. (2005). Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: Revisão de literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 381-389.

Faria, J.B., & Seidl, E.M.F. (2006). Religiosidade, enfrentamento e bem-estar subjetivo em pessoas vivendo com HIV/AIDS. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 155-164.

Fleck, M.P.A., Borgesb, Z.N., Bolognesia, G., & Rocha, N.S. (2003). Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Rev. Saúde Pública*, 37(4), 446-55.

Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

Góis, C.W.L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará: Uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Góis, C.W.L. (2012). *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.

Gomes, M.A., & Pereira, M.L.D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.

Griep, R.H. (2003). *Confiabilidade e Validade de Instrumentos de Medida de Rede Social e de Apoio Social Utilizados no Estudo Pró-Saúde*. Rio de Janeiro.

Tese (Doutorado em Saúde Pública). Ministério da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. 177p.

Guzzo, R.S.L., & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 231-240.

Hennezel, M., & Leloup, J. (2005). *A arte de morrer*: Tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade. (8a ed.). Petrópolis: Vozes.

Lima, A.F.C., & Gualda, D.M.R. (2001). História oral de vida: Buscando o significado da hemodiálise para o paciente renal crônico. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, 35(3), 235-241.

Maradola Jr., E., & Hogan, D.J. (2009). Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 26(2), 161-181.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.

Mathew, L. (2010). Coping with Shame of Poverty: Analysis of Farmers in Distress. *Psychology and Developing Societies*, 22(2), 385-407.

Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria*: Desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Morais, N.A., Koller, S.H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, 11(3), 779-791.

Paula, L.R.C. (2010). *As significações sobre o Programa Bolsa Família*: Um estudo com mulheres acompanhadas por Centro de Referência de Assistência Social de Fortaleza. Fortaleza. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. 155p.

Ribeiro, L.C.Q. (2010). Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. *Caderno CRH*, 23(59), 221-233.

Santos, W.S., Gouveia, V.V., Guerra, V.M., Coutinho, M.L., & Fernandes, D.P. (2012). Índice de Compromisso Religioso (ICR): Elaboração e Evidências Psicométricas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 523-531.

Sarason, S. (1974). *The psychological sense of community: prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.

Sawaia, B.B. (2009). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Sawaia, B.B. (2011). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B.B. Sawaia (Org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (11a ed.) (pp. 99-119). Petrópolis: Vozes.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, M.R.S., Lacharité, C., Silva, P.A., Lunardi, V.L., & Lunardi Filho, W.D. (2009). Processos que sustentam a resiliência familiar: Um estudo de caso. *Texto & Contexto Enfermagem*, 18(1), 92-99.

Stroppa, A. & Moreira-Almeida, A. (2008). Religiosidade e saúde. In M. I. Salgado & G. Freire (Orgs.). *Saúde e Espiritualidade: Uma nova visão da medicina*. Belo Horizonte: Inede, 427-443.

Torossian, S.D., & Rivero, N.E. (2009). Políticas públicas e modos de viver a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In L.Cruz, N.M.F., Guareschi, N.M.F. (Org.). *Políticas Públicas de Assistência Social – Diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.

Valla, V.V. (1999). Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(2), 7-14.

Valla, V.V. (2002). Pobreza, emoção e saúde: Uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 63-75.

Valla, V.V. (2005). Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: V.V. Valla, E.N. Stotz, & E.B. Algebaile. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto/Escola Nacional de Saúde Pública.

Ximenes, V.M. & Góis, C.W.L. (2010). Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latinoamericana. In R. Guzzo, & F. Lacerda Jr. *Psicologia e Sociedade: Interfaces no debate da questão social*. (pp. 45-64). Campinas: Alínea Editora.

Wisner, B. (1998). Marginality and vulnerability: Why the homeless of Tokyo don't 'count' in disaster preparations. *Applied Geography*, 18(1), 25-33.

Witter, G.P. (2007). Religiosidade: 43 anos de história de um exercício de pesquisa. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. 11(1), 139-163.

POBREZA E JUVENTUDE: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS, MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTO ÀS ADVERSIDADES COTIDIANAS

*Elvia Camurça Cidade
Alexsandra Maria Sousa Silva
Verônica Morais Ximenes*

1 INTRODUÇÃO

É fato que a Psicologia, ao longo de sua história, tem se ocupado de estudos sobre a adolescência como uma fase do desenvolvimento humano, delimitada por uma faixa etária e caracterizada por singularidades biopsicossociais. Groppo (2004) aponta a distinção existente entre adolescência, como um conceito biologizante, trazido pelas ciências médicas e pela Psicologia, e juventude, concebida como categoria que deve ser abordada a partir de aspectos políticos e sociais, mais presentes no campo da sociologia e das ciências sociais. O termo juventude somente passou a ser amplamente utilizado anunciando a crescente preocupação em atribuir uma identidade social e política aos sujeitos pertencentes a um grupo social específico.

A expectativa, até então, era de que a juventude se configurasse como processo de preparação dos sujeitos para inserção no sistema produtivo e para a construção de projetos pessoais autônomos de suas dinâmicas familiares de origem (Hopenhayn, 2004). Novaes (2009) afirma que o ingresso da categoria juventude na questão pública remete à década de 1980, época de crise financeira no Brasil por conta da dívida externa. Nesse período, foi reservado aos jovens o desafiante papel de se tornarem agentes para o desenvolvimento, sendo considerados como capital humano para o progresso.

O não cumprimento, nas sociedades modernas, do ciclo estimado entre mudanças etárias e integração produtiva e social, colocou a juventude como objeto de discussão e análise. No contexto brasileiro, acredita-se que o desenvolvimento de pesquisas que abordam a temática da juventude tem apresentado impulso nos últimos anos, sobretudo após 2004, em virtude das movimentações iniciais que culminaram na publicação da Política Nacional da Juventude em 2006 (Secretaria Nacional da Juventude, 2006).

As discussões sobre juventude se tornam relevantes dada sua abrangência, enquanto grupo populacional que demanda ações sociais e políticas públicas, o que mostra a necessidade de se refletir sobre a realidade social à qual essas intervenções públicas são direcionadas (Lopes, Adorno, Malfitano, Takiti, Silva & Borba, 2008). A luta por garantir esses direitos se dá por conta das condições de pobreza e de desigualdade social que vive grande parte da população brasileira.

No Brasil, a população jovem (entre 15 e 24 anos) cresceu expressivamente nas últimas décadas. De 8,3 milhões em 1940 passou para cerca de 34,1 milhões em 2000. Dados do IPEA¹ (2008, p. 25) apontam que

[...] 31,3% dos jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (por volta de R\$ 230,00)², enquanto apenas 8,6% pertencem a famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos.

Além disso, destacam-se as desigualdades regionais vivenciadas no território brasileiro. No Nordeste deste país, cenário de desenvolvimento do presente estudo, 64,86% da população entre 18 e 24 anos alcançou o ensino fundamental ou mais, dado este que contrasta com a média

1 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

2 Em 2016, ano de publicação deste capítulo, o salário mínimo no Brasil contabilizava R\$ 880,00, sendo $\frac{1}{2}$ equivalente à R\$440,00.

nacional que é de 73,05%. É também a região brasileira com a maior taxa de desemprego entre jovens com idade acima de 16 anos (9,63%) (Brasil, 2012).

A pobreza impõe seus riscos ao desenvolvimento dos jovens quando os expõe às situações de privação, abandono e agressão (Cidade, 2012). Eles são moradores de territórios duplamente estigmatizados pela pobreza e pela violência (Bezerra, 2011). Forjados nas periferias dos centros urbanos, os jovens compartilham situações de privação e convivem com inúmeros paradoxos (Hopenhayn, 2004) que refletem as contradições existentes entre a idealização juvenil, enquanto momento áureo de transição entre os cuidados familiares, e a realidade a eles oferecida. Assim, entende-se que existem implicações psicossociais da pobreza no psiquismo desses jovens, que podem ser percebidas nos seus modos de ser, agir, pensar, sonhar, lidar com seu cotidiano e com os projetos que elaboram para o futuro. Ser pobre, como afirma Gutiérrez (1992, p. 32), não significa apenas conviver com carências, “(...) é um modo de viver, de pensar, de amar, de orar, de crer e esperar, de passar o tempo livre e lutar por sua vida”. A juventude, quando inserida em situações de privação, desenvolve formas alternativas de vivenciar sua condição juvenil. Os jovens criam novas estratégias de sociabilidade e organizam o cotidiano segundo suas necessidades e aspirações (Cidade, 2012).

A atenção destinada às nuances de resistência apresentadas pelos jovens em condições de pobreza permite ressignificar estudos como o de Hopenhayn (2004), que aponta fatores como a apatia política, o abandono escolar, a gravidez precoce, o desemprego em massa, as crises normativas e as condutas de risco como pertencentes à linguagem que a sociedade usa para se referir aos jovens. A ideia é pôr em visibilidade os caminhos de convivência com a pobreza e de enfrentamento a essa situação que são desenvolvidos pelos jovens.

Para tanto, este capítulo foi estruturado a partir da interface existente entre as dissertações do Mestrado em Psicologia de Cidade (2012) e Silva (2014), tendo como objetivo compreender as implicações psicoss-

sociais da pobreza no modo de vida dos jovens, dando ênfase às estratégias de enfrentamento às adversidades cotidianas por eles vivenciadas. Os conteúdos serão estruturados em três partes. Em um primeiro momento, serão discutidas as categorias modos de vida e enfrentamento associados à juventude pobre no Brasil. A metodologia será apresentada contemplando os procedimentos adotados nas duas pesquisas de mestrado. Os resultados serão estruturados em torno dos principais elementos norteadores dos modos de vida dos jovens e quais os potenciais de (re)ação às condições de pobreza por eles manifestos.

2 JUVENTUDE POBRE NO BRASIL: MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTOS

A associação da pobreza à noção de acesso limitado a bens financeiros contribuiu para que sua discussão fosse pautada na posse de bens e na capacidade de consumo dos sujeitos como características que diferenciariam pobres e ricos (Demo, 2005; Yazbek, 2012). Entretanto, em face da sociedade neoliberal, os efeitos da globalização e do mercado sem fronteiras tem apontado a necessidade de rediscussão da pobreza e de suas causas, o que interfere na maneira como são percebidos os modos de enfrentamento a esta situação.

A visão multidimensional da pobreza de Sen (2000) considera pobres os sujeitos que não conseguem transformar os meios em funcionalidades, o que acarreta privações nas suas capacidades de realizarem algo de que necessitam. Isto quer dizer que a pobreza real vivida pelos sujeitos pode ser mais intensa do que o que se deduz através da renda (Sen, 2011), pois o sujeito pode deter poder financeiro, mas requerer uma quantidade maior de recursos (não apenas materiais) para realizar aquilo que precisa. Decorre, então, que a pobreza se expressa através de questões que são materiais, culturais, políticas, ideológicas e psicológicas. Siqueira (2013) aponta que, diante do caráter multidimensional da pobreza, é necessário que a situação seja analisada sob a ótica do sujeito e da maneira como ele percebe sua situação social.

Com isso, é possível afirmar que a vida em condições de pobreza interfere na maneira como os jovens desenvolvem suas percepções sobre o mundo e nos conceitos construídos sobre sua realidade. Estar excluído de determinados processos sociais, então, irá induzir “(...) uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma simbólica, através da qual ela se traduz (...)” (Jodelet, 2009, p. 53).

Os modos de vida emergem nesse contexto como categoria que congrega as elaborações sobre si, sobre a vida e a comunidade, bem como, os trânsitos dos sujeitos, seu cotidiano e as redes de relações que desenvolvem. É, preciso, contudo, ir além da concepção de Nobre (2005), que os compreende em termos de padrões de comportamentos. Cidade (2012) amplia essa leitura ao definir os modos de vida como experiências vividas que envolvem a capacidade criadora e ativa dos sujeitos para reinventarem suas heranças sociais e culturais. Deste modo, há uma relação dialética entre a categoria modos de vida e a consciência social dos sujeitos. Sendo assim, os modos de vida congregam os modos de ser, os estilos e os cotidianos juvenis e vão na direção de descrever como os jovens vivem, considerando a dimensão material da vida, a cultura e as experiências vividas (Borsoi, 2005).

A condição juvenil, destacada por Groppo (2004), considerada sua pluralidade, se manifesta por combinações variadas a cada momento histórico e pelas condições sociais e culturais, que caracterizam os modos de constituírem-se jovens, seja pela faixa etária, pelos gostos, pela cultura, pelas condições de viver, pelas ações e potenciais de reações para lidar com os desafios e adversidades do cotidiano. Nesse sentido, o olhar dedicado quanto ao cotidiano dos sujeitos jovens que vivem em condições de pobreza permite analisar não apenas suas fragilidades e debilidades. No dia a dia, também se manifestam estratégias potenciais de resistência e luta por eles encontradas para lidarem com uma realidade que parece incontrolável, permeada por indefinições e incertezas.

Comumente, as ações que privilegiam o enfrentamento à pobreza concebem essa ação como externa aos sujeitos, sob a dependência

dos gestores públicos. Entretanto, é relevante atentar para três questões básicas. A primeira diz respeito ao fato de que a visão amplamente difundida sobre pobreza é o que irá intervir diretamente na formulação de ações para enfrentá-la. Isso quer dizer que, se concebemos os sujeitos pobres como dotados de carência ou déficit, as ações desenvolvidas, possivelmente, estarão limitadas, como bem aponta Montañó (2012), à filantropia e à beneficência social, o que, em um nível mais amplo, pode levar à proposição de intervenções meramente individualizantes, moralizadoras e baseadas na contenção do sujeito.

O que se discute, na contramão dessa proposição, é que cada sujeito possui sim habilidades para administrar sua vida mesmo diante das condições mais adversas. Eles elaboram estratégias formais e informais, socialmente aceitas e reverenciadas como legítimas ou prontamente rechaçadas pela sociedade. Fato é que enfrentam as adversidades cotidianas segundo sua lógica interna de resistência, independente do nível de conformidade que congregam com os valores impostos pela sociedade. Ascende, então, uma visão relativa quanto aos sujeitos em condições de pobreza segundo a qual a observação e a análise de seus modos de vida somente devem ocorrer a partir do olhar dos sujeitos autores das experiências.

Martin-Baró (1998, p. 88), ao referenciar o termo cultura da pobreza elaborado por Oscar Lewis (1969), afirma que os aspectos culturais envoltos no fenômeno da pobreza representam “(...) algo mais que a pobreza; é um estilo de vida que floresce em um determinado contexto social³”. O modo de vida desses jovens é caracterizado por uma cultura da pobreza, marcada por situações de privação e opressão cotidiana que forjam modos de viver e de se relacionar consigo, com os outros e com a vida. O que se vê, por outro lado, é que esses jovens não sucumbem às limitações do contexto de pobreza, mostrando-se capazes de recriarem

³ Tradução nossa.

estratégias subjetivas e objetivas de enfrentamento às adversidades, alargando novas possibilidades de viverem.

3 METODOLOGIA

As duas pesquisas, bases deste estudo, foram de caráter qualitativo. Destinaram-se a investigar a juventude a partir de um olhar que contemplava “(...) a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 17). Desse modo, a pesquisa qualitativa permitiu investigar os modos de vida da juventude em condições de pobreza através da aproximação com a realidade vivida pelos jovens, permitindo, assim, uma análise quanto aos seus modos peculiares de agir, ser, pensar e sentir o mundo ao seu redor.

Estas pesquisas foram realizadas com jovens, na cidade de Fortaleza-CE, considerada a quinta cidade mais populosa do país, com 8.452.185 habitantes, o que corresponde a 29,1% da população do Estado do Ceará (IBGE, 2010). Desse montante, 718.613 pessoas estão no grupo etário de 15 a 29 anos de idade, representando 29,3% da população fortalezense e 28,8% do total de jovens do Estado do Ceará (IPECE, 2013).

A Pesquisa 1 integrou doze jovens com idade entre 17 e 22 anos, participantes do Projeto Jovem Aprendiz, realizado pela organização não governamental Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), localizada no bairro Bom Jardim, em Fortaleza (Ce). Vale destacar que o Projeto Jovem Aprendiz é desenvolvido no âmbito nacional. Sua proposta é garantir cursos e capacitações para os sujeitos que se enquadrem na Lei nº 10.097 (Brasil, 2000), popularmente conhecida como Lei do Aprendiz, que considera jovens aprendizes pessoas com idade entre 14 e 24 anos, contratadas diretamente pelo empregador ou por intermédio de entidades sem fins lucrativos.

A Pesquisa 2 aconteceu no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA). Criado em 2009, o CUCA é um equipamento

da Prefeitura Municipal de Fortaleza que faz parte do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude, as quais buscam promover a inclusão social do jovem. A sede alvo da pesquisa está localizada na Barra do Ceará⁴, bairro que concentra maior população entre 15 e 29 anos, em Fortaleza, com 22.577 jovens (IPECE, 2013). As ações do Centro contemplam as áreas de: Áudio Visual e Mídias Digitais; Esporte; Lazer e Entretenimento; Artes Cênicas; Música; Ciência e Tecnologias Sociais; Dança; Literatura e formação de público leitor (Escossia, Lima & Sá, 2007). Os sujeitos participantes da Pesquisa 2 são usuários e participantes do CUCA Barra do Ceará e residentes em territórios de vulnerabilidade social. São participantes de um grupo de dança formado por 13 jovens, que tinha por nome Radar.

Os instrumentos para obtenção de dados na Pesquisa 1 compreenderam a realização de dois grupos focais. O Grupo Focal 1 (GF1) integrou seis jovens com idades entre 17 e 22 anos e participantes das atividades do Projeto Jovem Aprendiz no turno da manhã. O Grupo Focal 2 foi composto por seis jovens com idades entre 17 e 22 anos, participantes do Projeto no turno da tarde. Ambos os grupos focais tiveram, coincidentemente, duração de 1 hora e 56 minutos. Foram, ainda, realizadas duas entrevistas individuais aliadas ao Método Autofotográfico⁵ com duas jovens com 18 e 22 anos que participaram de um dos grupos. A duração média das entrevistas na Pesquisa 1 foi de 1 hora e 45 minutos. Na Pesquisa 2, foi realizado um grupo focal, com sete jovens com idades entre 15 e 25 anos, e com duração média de 1 hora e 50 minutos,

4 Atualmente tem mais dois CUCA, recém-inaugurados, em 2014, um no bairro Mondubim e outro no bairro Jangurussu, em Fortaleza-CE.

5 O método autofotográfico representa um método não verbal que permite ao indivíduo atribuir significados às imagens (Neiva-Silva & Koller, 2002; Neiva-Silva, 2003) por ele produzidas através da fotografia. Na Pesquisa 1, consistiu na entrega de uma câmera fotográfica descartável para duas jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz e que já haviam participado em um primeiro momento do Grupo Focal. Juntamente com a câmera, foi solicitado às jovens que tirassem doze fotografias representativas de seu cotidiano. As fotos foram impressas em duas vias e serviram de guia para o desenvolvimento da entrevista individual. Esse método não foi utilizado na Pesquisa 2 em virtude de especificidades no desenvolvimento desta investigação.

além de duas entrevistas individuais, com duração média de 1 hora cada uma, realizadas em momentos diferentes, com dois jovens líderes do grupo pesquisado e que participaram do grupo focal.

Na Pesquisa 1, os grupos focais foram conduzidos com base em um Guia de Tópicos, organizado em torno de questões relativas aos tipos de relações estabelecidas pelos jovens; os modos de participação em atividades cotidianas (na família, na comunidade e na escola); suas percepções sobre a pobreza e a compreensão que possuem sobre os fatos cotidianos (relação entre a origem dos fatos, suas causas e consequências). Embora houvesse um Roteiro estimado para as entrevistas, elas foram conduzidas a partir dos conteúdos expressos nas autofotografias. Por sua vez, a Pesquisa 2, na realização do grupo focal, tomou como base um roteiro estruturado a partir da categoria modos de vida, abarcando como subcategorias jovem, família, sentimento de comunidade; e protagonismo, que por sua vez trazia como subcategorias grupo, autonomia, liderança, participação, criatividade, visão de futuro.

Os dados provenientes das pesquisas foram transcritos e analisados segundo a perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), com o apoio do *software* de análise qualitativa Atlas Ti 5.2. Ao longo do artigo, a referência à pesquisa é assinalada pela distinção P1, para Pesquisa 1, e P2, para a Pesquisa 2. Seguida a esta nomenclatura, é feita alusão ao tipo de procedimento de obtenção de dados, se GF, para grupo focal, ou E, para entrevista. As pesquisas foram, ainda, aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC), com os códigos COMEPE 017/20122, CAEE e 19362013.4.0000.5054.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados provenientes das duas pesquisas serão estruturados em dois grandes eixos: I) Modos de vida da juventude pobre e II) Potenciais de (re)ação dos jovens às condições adversas de vida: distintas estratégias com as mesmas intenções.

4.1 Modos de vida da juventude pobre

Os jovens participantes dos estudos apresentam condições de vida marcadas pela pobreza, o que interfere diretamente nos seus modos de vida. Eles compartilham experiências de privação não restritas apenas às carências alimentares e financeiras. Ao contrário, elas se expandem para a precariedade no acesso a moradias adequadas; às atividades de esporte, lazer e educação; e, aos serviços de saúde. Maria descreve: “Lá em casa é pequeno, é um ovinho. A pobreza é ao mesmo tempo muito presente na vida da gente, mas também é distante, porque a gente vive bem, tem o que comer todo santo dia” (P2- GF2). Ser pobre aparece na fala dos jovens como um conteúdo de uma realidade externa a sua. Em determinados momentos, os jovens se definem como estando em um ponto intermediário entre a pobreza e a riqueza.

Contrariamente à visão estigmatizadora do jovem pobre como sendo acomodado, os dois estudos apresentaram dados de cotidianos repletos de atividades, sejam elas laborais, estudantis ou de participação em grupos religiosos e em atividades de esporte e lazer na comunidade. Para uma das jovens “Assim, o meu [dia a dia] é bem corrido” (P1-GF1). Em certo sentido, o cotidiano cheio de afazeres aparece como alternativa para a superação das condições de pobreza ao oferecer uma ocupação e o vislumbre de um futuro melhor. Na fala de Dado, ele diz:

Minha vida sempre foi um pouco corrida, sempre tinha alguma coisa pra fazer, entendeu? Hoje em dia é o grupo⁶; o grupo que me traz isso, mas sempre tem outras coisas que vão me trazer ocupação, alguma coisa assim, entendeu? (P2-E2).

Merece destaque a estruturação das rotinas diárias em torno do trabalho, dado expresso nas duas pesquisas. O labor, ao mesmo tempo em que se inscreve como necessário por gerar renda aos sujeitos, proporcionar condições de vida material e amenizar as situações de privação,

⁶ O jovem se referia ao grupo de dança pesquisado, identificado aqui no estudo pelo nome fictício de RADAR.

também aparece como caminho para obtenção de reconhecimento social. Contudo, a obrigatoriedade precoce do trabalho na vida dos jovens pobres coloca em visibilidade as distinções entre classes sociais quanto ao acesso ao mercado de trabalho e a oferta de espaços de qualificação prévios. Como afirma o jovem Rael: “Eu só trabalho, passo o dia inteiro no trabalho. É o jeito. Faço parte do grupo de dança. Só isso mesmo” (P2-GF).

Os jovens pobres, frequentemente, estão expostos à precariedade nas ofertas ocupacionais a eles oferecidas, compartilhando relações de trabalho vulneráveis, caracterizadas pela informalidade e pela instabilidade. De modo contrário, os jovens ricos, diferentemente dos jovens pobres, permanecem maior tempo na casa dos pais, continuam estudando com o intuito de alcançarem os crescentes níveis de qualificação exigidos pelo mercado laboral e entram mais tardiamente em contato com as responsabilidades do mundo do trabalho (Borelli, 2008).

Nesse sentido, as exigências comuns à juventude para que alcance o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional (Waiselfisz, 2004), são mais difíceis de serem superadas em classes marcadas por condições de privação. Em contato diário com carências materiais, os jovens são inseridos, desde seus primeiros anos de vida, no exercício de trabalhos braçais em detrimento da participação em atividades intelectuais. Tal constatação é corroborada por Oliveira e Soares (2013), quando afirmam que as famílias extremamente pobres possuem tendência a intensificarem a participação de mulheres, crianças e jovens no mercado de trabalho em ocupações precárias e mal remuneradas.

Progressivamente, o trabalho passa a concorrer com a escola e com as estratégias de qualificação profissional complementar e, de modo distinto dos jovens de classe média, os jovens pobres são inseridos no mercado de trabalho com pouca qualificação e direcionados para ocupações subalternas. A jovem Amanda, diante da possibilidade de abandonar a escola, optou por abrir mão da vaga conquistada.

Fui selecionada pra outras entrevistas de trabalho. Numa eu tinha passado, só que não dava pra mim por causa dos meus estudos, porque era pra entrar 2 horas da tarde e ficava muito longe, esperava o ônibus por horas pra vir estudar aqui, ficava muito complicado. Aí eu não aceitei. Outra também não deu certo... (P1-GF1).

O que ocorre é que a inserção dos jovens das periferias urbanas no mercado de trabalho como anúncio de um futuro promissor (Moura, 2008) não consegue se efetivar. Os jovens são postos em contato com as problemáticas que estão no cerne da manutenção da vulnerabilidade social e que dificultam o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer e à cultura.

O ‘círculo perverso’ de perpetuação da pobreza (Kliksberg, 2002), que corresponde às relações entre ‘família pobre-educação incompleta-desemprego-pobreza’, encontra raízes no sistema econômico mais amplo. Afinal, são os modos de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho que exercem forte poder e controle sobre os processos de inserção e ‘desinserção’ dos indivíduos no sistema produtivo, influenciam a construção de identidades profissionais, pessoais e coletivas (Dib, 2007) tensionadas entre a precarização e o estabelecimento de relações produtivas baseadas na competitividade e na instabilidade.

Outro elemento que chama a atenção é a convivência dos jovens com conteúdos de insegurança quanto às relações que se estabelecem na comunidade, na família e em relação ao futuro e que irão interferir nos seus modos de vida. A comunidade, espaço físico, cultural, social e psicológico, configura-se como local de mediação entre os sujeitos e sua vida familiar, o município e a sociedade, permitindo que um importante processo de reconhecimento e confirmação da identidade pessoal dos moradores possa ocorrer (Góis, 2005). Contudo, é também neste espaço que se expressam as contradições, os conflitos, as resistências, os vínculos de solidariedade e de esperança.

Na fala dos jovens, percebe-se que a insegurança, a desconfiança e o medo caminham conjuntamente, interferindo na maneira como as

relações de vizinhança são desenvolvidas, no modo como o espaço comunitário é, ao mesmo tempo, representativo de risco e de proteção para as crianças, os adolescentes e os jovens. Instaura-se o distresse na comunidade ou estresse negativo na comunidade, termos elaborados por Góis (2008), que se referem à situação diária de luta e fracasso coletivos vividos pelos sujeitos e que estão relacionados à obtenção de poucos resultados, à violência, ao desrespeito institucional, ao desemprego geral, ao cansaço coletivo, à descrença e à frustração, à perda do sentido de comunidade e da crença de que as coisas podem melhorar para os moradores. Na fala de Luana,

É muito difícil. Sempre a gente tá sujeito a tudo, né? De conviver com pessoas mesmo que faz coisa errada. De uma forma ou de outra você tem que conviver com seus vizinhos e tal. Você não vai ter inimizade, então é melhor você ter amizade, né? [...] E você tendo amizade tá sujeito a tudo. De levarem pra coisas erradas... De amigos terem rixa com outros e desconta em você... Eu tenho muito medo disso (P1-E2).

Juntamente à insegurança característica do distresse comunitário, está a permanente sensação de desamparo, que coloca os moradores sob constante estado de vigilância. Esse estado de atenção possui similaridades com o que Martín-Baró (1984, p. 2) chamou de “comportamento de hiperdesconfiança e alerta”⁷, comum aos povos que compartilham situações de guerra e que, diferentemente do que se pode imaginar, não se trata de delírio persecutório originário de suas ansiedades, mas sim de uma abordagem realista dadas as suas situações de vida. A recorrência no contato com as experiências de violência acentuam a sensação de estar vulnerável ao crime.

Retoma-se a discussão quanto à associação direta entre periculosidade e classe social, instituidora de uma cultura que estigmatiza adolescentes e jovens pobres no Brasil (Lopes et al., 2008). Ignora-se a

⁷ Segundo o texto original: “comportamiento de hiperdesconfianza y alerta” (Martín-Baró, 1984, p. 2).

cotidianidade do contato com a violência e a utilidade social e econômica existente na manutenção dos territórios da pobreza de que fala Coimbra (2001). As comunidades pobres das periferias urbanas nada mais são do que alusões aos guetos descritos por Wacquant (2008, p.12), que se constituem como “(...) um instrumento institucional, composto de quatro elementos – estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento organizacional – que emprega o espaço para garantir a *exploração econômica* e o *ostracismo social*” (grifo do autor).

Afinal, é dos guetos/favelas/comunidades pobres que ascendem os trabalhadores braçais necessários aos centros urbanos e a grande porcentagem de jovens vitimados por homicídios. Waiselfisz (2014, p. 164) corrobora com esse dado ao afirmar que a “violência homicida se concentra na população negra e, de forma muito específica, nos jovens negros”, residentes, prevalentemente, nas periferias. A vulnerabilidade social decorrente da pobreza é vista como condição de desenvolvimento da juventude e utilizada como legitimação da visão dos sujeitos nessas condições como potencialmente incapazes de transpor as barreiras econômicas, sociais e políticas às quais são submetidos.

Por conseguinte, a relação entre segurança e insegurança como elemento definidor do caráter positivo ou negativo da relação com o lugar. Para Góis (2005), a afetividade se manifesta pela capacidade de sentir-se afetado e isso pode se dar com uma conotação positiva ou negativa. É perceptível como a qualificação desse sentimento aparece controversa a depender dos riscos presentes no cotidiano. Ao referir-se ao lugar de moradia, uma jovem assinala “Sou com muito orgulho! Lá é bom, tem gente que fala mal, né?! Mas eu acho que não sei, acho que é porque eu nunca fui assaltada lá (risos)... Quando eu for, aí eu digo que é ruim” (P2-GF).

A pobreza, ao impor modos de os sujeitos estabelecerem relações com seu entorno, esquivando-se dos perigos iminentes, estando sempre alertas para os riscos de viverem em territórios duplamente estigmatiza-

dos pela pobreza e pela violência, interfere também nas expectativas de futuro dos jovens. Deter-se na busca pelo alcance de objetivos eminentemente pessoais contribui para a diminuição da convivência gregária, da crença de que, por meio do estabelecimento de laços sociais, é possível a transformação das forças impulsionadoras do medo e responsáveis pelo enfraquecimento da luta social.

É preciso, portanto, pensar os modos de vida dos jovens pobres dentro de um território que congrega contradições, riscos e exclusão. Contudo, o que se percebe é que esses sujeitos não estão apáticos diante de tamanho mal estar. Ao contrário, eles são capazes de desenvolverem (re)ações que nada mais são que modos de resistência elaborados com base na realidade material de suas vidas.

4.2 Potenciais de (re)ação dos jovens às condições adversas de vida: distintas estratégias com as mesmas intenções.

Conceber que os sujeitos são capazes de responderem às adversidades cotidianas segundo os artifícios subjetivo-objetivos que lhes são disponíveis implica superar a dicotomia bem/mal, certo/errado, aceitável/inaceitável. Quer dizer, analisar por dentro, interpretar os conteúdos segundo o ponto de vista do sujeito, autor da ação, proprietário daquela forma específica de ver e interpretar o mundo. Dentre essas formas de responder a essas adversidades, destacamos dois modos de enfrentamento manifestados pelos jovens pesquisados: o fatalismo e o protagonismo. As compreensões desses conceitos permitem identificar como a dúvida existente entre acomodação e resistência encontra fundamento nos modos de vida vivenciados pelos jovens.

O fatalismo é definido por Martín-Baró (1998) como uma compreensão da existência humana segundo a qual o destino já está predeterminedo, e todo fato ocorre de modo inevitável. Ele se manifesta através de comportamentos, ideias e sentimentos, de modo a permitir que os sujeitos reajam aos consequentes esforços fracassados para mu-

darem o curso da vida. No imaginário dos indivíduos, são formulados conjuntos de leis, justificativas e modelos explicativos com o interesse de dar conta de uma realidade que parece impossível de ser transformada após inúmeros investimentos fracassados (Cidade, 2012).

Blanco e Díaz (2007, p. 557) afirmam, ainda, a necessidade de que o fatalismo seja concebido como uma “estratégia de adaptação prática a um modelo de sociedade marcado pelas ameaças convertidas não poucas vezes em realidade de diversos riscos, pela incerteza, pelo progressivo isolamento do sujeito como perda da comunidade característica da solidariedade orgânica⁸”. Há, então, uma raiz social e cultural na perpetuação e manutenção do fatalismo.

Afinal, se, por um lado, o fatalismo pode representar certo conformismo e apatia do jovem diante das adversidades impostas pela pobreza, por outro, aparece como elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza ao favorecer o distanciamento da realidade pelos sujeitos através da atribuição das causas dos fatos a elementos sobrenaturais (Cidade, 2012). Ao se constituir como um processo psicossocial que favorece a deturpação do real, o fatalismo se manifesta como uma profecia realizadora de algo já anunciado, deformando o fato e o restringindo a unidades de análise suportáveis para o indivíduo. Os círculos pré-determinados aparecem, para os jovens pesquisados, como justificativa para a perpetuação do tráfico na comunidade, como relata Maria (P1-GF2):

Se uma pessoa nasce numa família em que o certo é traficar, é viver do tráfico, ela vai crescer naquela, achando que a vida “aí que ganhar dinheiro é fácil”, é rápido, é uma porta fácil. Ela vai crescer com aquele pensamento.

8 No original: “De otra parte, cabe entenderlo como una estrategia de adaptación práctica, y cada vez más crítica, a un modelo de sociedad marcado por las amenazas, convertidas no pocas veces en realidad, de diversos riesgos, por la incertidumbre, por el progresivo aislamiento del sujeto como consecuencia de la pérdida de comunidad característica de la solidaridad orgánica”. (Blanco & Díaz, 2007, p.554)

A visão reducionista desta fala como uma realidade que parece cristalizada também aparece na fala de outro participante do estudo quando se refere à transformação do que vê acontecer em sua comunidade. Segundo Chico “Como tá, acho que não se pode mudar, porque a gente vê nas reportagens menino de 12 a 17 anos assaltando, só nessa faixa” (P1-GF2). Não se colocar como agente realizador de mudanças demonstra as dificuldades de construir mentalmente aqueles que poderiam ser os caminhos para a mudança da realidade social.

É bem verdade: a compreensão da realidade como uma profecia que segue um curso próprio traz como risco o círculo de manutenção da cultura da pobreza, pois, frente ao fracasso em alcançar a mudança e a consequente desistência em empreender esforços para sair dessa situação, instaura-se o que Ardila (1969) designa como impotência ou desesperança aprendida. Enquanto forma adaptativa, o fatalismo se configura como caminho viável aos indivíduos para aceitação de condições de vida causadoras de sofrimento, podendo estar, na égide fatal, a incerteza, a insegurança, a resignação, a conformidade e a apatia, que representam maneiras encontradas pelos sujeitos de entrarem em contato com a realidade de (Blanco & Díaz, 2007). Um participante exemplifica esta situação ao narrar o distanciamento emocional como alternativa para conseguir dar prosseguimento às suas atividades cotidianas. Luana afirma:

Não gosto muito de falar... Se eu for parar pra pensar em tudo o que eu faço, aí eu começo a pensar em tudo, começo a sofrer, a chorar, então procuro não pensar muito, não lembrar da minha vida. [voz chorosa] (P1-E2).

O risco da apatia social representado pela manutenção do fatalismo contrasta com a análise dos trânsitos de vida realizados pelos jovens. Isto quer dizer que, mesmo manifestando conteúdos de desesperança e distanciamento emocional, os jovens não deixam de agir sobre o mundo e buscar condições para alterá-lo segundo suas necessidades e suas potencialidades.

Nesse sentido, ascende o protagonismo. Definido inicialmente como um modo de participação e atuação social do jovem, o protagonismo representa uma categoria que faz alusão aos modos de participação social, atravessados e limitados pelo que as instituições e a ideologia dominante determinam. Na perspectiva da atuação social é compreendido por Souza (2009, p. 19) como um “mecanismo de ajustamento e integração do indivíduo, transformado no único responsável pela manutenção da vida e pela sua inserção numa sociedade que não lhe oferece segurança e garantias”.

No que diz respeito ao protagonismo juvenil, Silva (2014) afirma que esta práxis, direcionada à juventude pobre, pode representar um modo de controlar esse jovem, ao definir como protagonista aquele participante dos espaços de participação estabelecidos pelo poder público. Por outro lado, podemos analisar, com este estudo, que o protagonismo compreendido a partir da ótica dos jovens pesquisados representou uma busca de subversão e invenção de novos modos de participação social e política criada por esses jovens.

Percebe-se que os caminhos de mudança social oferecidos a esses jovens através das políticas públicas, vão na direção de colocá-los na posição de centralidade, de protagonista de sua história e da sociedade. É sob o discurso de garantir alterações nas condições de vida que as políticas públicas voltadas para a juventude anunciam o protagonismo como um caminho de superação da pobreza. A questão está em como e o que define esse jovem como protagonista de algo. Quando perguntado aos próprios jovens sobre o que eles compreendem por ser protagonista, eles entendem que é:

Tipo assim, relacionado à tv, teatro, cinema, protagonismo é mais aquele tipo do melhor, entendeu? Aquela coisa que se destaca, aquela coisa que tem é, vamos dizer, aquele talento, que se destaca... Talento, que é melhor, que é protagonista de uma novela, é o ator principal [...] eu entendi mais isso em questão de jovens que têm o seu talento, seu melhor pra mostrar, entendeu?! (P2-GF).

Desse modo, o conceito de protagonismo é significado de modo positivo, como algo que o jovem precisa desejar. Há, com isso, uma pressão ou um tipo de obrigação social em que os jovens devem ser protagonistas de algo, como única possibilidade de enveredar por um caminho promissor, que os leve ao sucesso (Silva, 2014). Essa análise corrobora com o problema de pesquisa proposto nesse estudo. Klein (2004) considera o protagonismo uma proposta pedagógica burguesa, sob o ponto de vista de sua emergência na sociedade capitalista, marcada pelo individualismo e incorporada pela ideologia burguesa. Esta defende uma visão de protagonismo como fator preponderante para o desenvolvimento individual e coletivo do jovem pobre. Sousa (2009) advoga que o discurso do protagonismo prescreve uma nova forma de política e funciona como um mecanismo de integração da juventude pobre, afirma ainda que “a anulação da política ocorre pela adoção do ‘fazer coisas’ como forma de participação e pela fabricação do consenso pelo discurso, o que impede a fala autônoma e transgressora” (p. 1).

Interessante perceber que o jovem pobre, ao definir protagonismo como algo que se destaca, concebe o protagonismo atrelado a uma perspectiva pessoal, mas que também está “[...] relacionado às pessoas ao redor, relacionado à sociedade em si, acho relacionado a isso, protagonismo jovem de juntar talentos e ter o seu melhor pra mostrar” (P2-GF), reconhecendo, desse modo, que existe uma dimensão social, ou seja, além do jovem ter o talento que lhe é próprio, ele precisa mostrá-lo às pessoas e à sociedade. Silva (2014) reconhece o protagonismo como uma forma de participação frente à condição juvenil nos dias de hoje. No entanto, essa participação aparece ao longo da história associada a um determinado modo de fazer política, pois os organismos internacionais, raramente, usam o termo *política*, mas sim, *participação* da juventude.

O protagonismo na perspectiva da participação revela que, “além da prescrição do fazer como modelo de participação, a anulação da política ocorre pelo consenso forjado pelo discurso” (Souza, 2008, p. 13). Como exemplo desse modelo de participação temos os grêmios estudantis, nas

escolas e, mais recentemente, os conselhos de jovens, no caso das políticas de juventude, que têm se direcionado para e com o argumento de promover a participação e o protagonismo juvenil. Assim, as instituições criam espaços que destinam para a participação dos jovens. O que se viu na fala do jovem “Apesar de muitas pautas, a reunião⁹ se procedeu e girou em torno do problema que é conseguir a participação dos jovens” (P2 - GF1), ou seja, são dados espaços institucionais para os jovens, porém eles não participam. Ocorre, então, que são prescritos modelos específicos de participação política para a juventude e para a sociedade mais ampla (Souza, 2008). Evidencia-se, contudo, que criar espaços de participação não parece ser o suficiente. É preciso repensar essa participação nas instituições juvenis (Silva, 2014). Portanto pensar o protagonismo como sinônimo de participação institucionalizada traz como risco esvaziar o sentido dessa palavra e, por consequência, os efeitos da sua práxis.

A atuação social dos jovens pobres pode ser reconhecida quando olhamos para outros espaços, que não aqueles designados pelas instituições e políticas públicas. São locais que ascendem com diversas configurações, através de jovens que transgridem o lugar de obediência ao Estado e inventam grupos, como é o caso de um dos grupos pesquisados, que usou o palco e a dança como um modo de atuação social. Isto ficou evidente com a afirmação de um jovem, que disse:

O que faz o grupo de dança, não é a dança em si, não é a música, entendeu? É tudo ao seu redor, as pessoas ao seu redor, as coisas que você vai fazer, as formas que as pessoas vão agir (P2-GF).

Vemos, dessa forma, possibilidades de enfrentamento ao que está posto e reinvenção do social, do político e da política. Assim, foi possível perceber, a partir das pesquisas, que o fatalismo e o protagonismo possuem raízes e condições de existência assentadas na realidade do jo-

⁹ O jovem se refere às reuniões de conselho de jovens, que acontecem com frequência no CUCA.

vem pobre, engendrando ideias e ações, cujas implicações situam-se na articulação entre o psicológico e o social na constituição do jovem pobre. É nesse sentido que os jovens pobres desenvolvem suas estratégias de enfrentamento as adversidades, buscando alternativas para lidar com o sofrimento psíquico decorrente da vida em situação de insegurança psicossocial (Cidade, 2012). Instauram-se caminhos diferenciados e não institucionalizados, dentre os quais o fatalismo e o protagonismo nem sempre são facilmente reconhecidos como estratégia de enfrentamento e (re)ação desses sujeitos frente às condições de privação.

Faz-se importante pensar e analisar o fatalismo e o protagonismo em termos da libertação, o que implica um novo estado de consciência e uma nova prática, a práxis libertadora (Freire, 2004). Isso significa provocar uma ruptura com o sistema de dependência e criar condições para que os jovens sejam agentes e produtores do seu próprio destino. Assim, Libertação “é uma palavra-processo, palavra-ação intencionalmente orientada a uma práxis que liberta *de e para*” (Boff, 1980, p. 18). Faz-se necessário pensar, junto com os jovens, ações criadoras de liberdade, pautados na impossibilidade da dicotomia entre a consciência e a ação (Guareschi, 2011). Isso implica uma atuação ética por parte dos profissionais, em que é preciso dar-se conta da ausência de liberdade, autonomia e independência, como condição que favorece uma convivência mais opressora e injusta. Em um caminho contrário, a necessidade que ascende é de que sejam pensados espaços e estratégias capazes de potencializar a capacidade inventiva dos jovens quanto aos seus cotidianos, inclusive no sentido de desmistificar e romper com visões estigmatizadoras e reducionistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pôde observar, os jovens, quando em condições de pobreza, apresentam experiências cotidianas marcadas pela vulnerabilidade e pela contradição. Ao mesmo tempo em que a inserção no

mercado de trabalho aparece como promessa de um futuro promissor, é o ingresso precário e instável no labor uma das expressões do acesso desigual dos jovens aos espaços formais de ocupação. Ao mesmo tempo, o território, *locus* de vida e de moradia, retoma a discussão quanto à dubiedade de habitar um cenário onde se expressam os estigmas da pobreza e da violência.

Relevante observar que os jovens pobres não sucumbem às forças antagônicas de que são objetos. O fatalismo e o protagonismo ascendem como fenômenos que demonstram estratégias de enfretamento ao cotidiano adverso. Afinal, o distanciamento emocional e a desesperança, características do fatalismo, favorecem a busca pela estabilização emocional mediante a tática de que se faz necessário observar as condições de vida através de uma lente protetora, capaz de deturpar a realidade até o ponto em que ela se torne possível de conviver. Analisar os fenômenos sociais, segundo aquilo que são seus reais elementos influenciadores aparece como algo promotor de sofrimento psíquico e acentuador dos riscos sociais.

Por conseguinte, o protagonismo, ao ter sua proposta institucional reinventada no cotidiano pelos jovens, demonstra a capacidade deste grupo eleger aquilo que são seus interesses e suas necessidades. É possível apontar que os jovens pobres que reinventam o protagonismo em seu cotidiano produzem novos sentidos sobre seus modos de vida. Com isso, irá recair sobre o Estado o papel de escutá-los e fornecer caminhos para a efetivação de seus reais anseios, bem como de fornecer elementos para a diminuição das implicações psicossociais da pobreza que ratificam a vulnerabilidade e a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

Ardila, R. (1979). *Psicología Social de la Pobreza*. In J. Whittaker. *Psicología Social en el mundo de hoy* (pp. 399-418). México: Trillas.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bezerra, L.M.P.S. (2011). *Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce*. In Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, São Luís. Anais... São Luís: JOINPP.

Blanco, A., & Díaz, D. (2007). *El rostro bifronte del fatalismo: Fatalismo colectivista y fatalismo individualista*. *Psicothema*, 4(19), 552-558.

Boff, L. (1980). *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis: Círculo do Livro S.A./Editora Vozes Ltda.

Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. [s/l]: Porto Editora.

Borelli, S.H.S. (2008) Cenários Juvenis, adultescências, juvenilizações: A propósito de Harry Potter. In S.H.S. Borelli, & J. Freire Filho (Orgs). *Culturas Juvenis no século XXI*. (p.59-78). São Paulo: EDUC.

Borsoi, I.C.F. (2005). *O modo de vida dos novos operários: Quando o purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Editora UFC, 258p.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). (2012). *Estimativas populacionais utilizadas na publicação "Saúde Brasil 2012"*. Recuperado de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?popestim/cnv/pop uf.def>.

Brasil. (2000). *Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000*. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>

Demo, P. (2005). *Dureza: Pobreza política de mulheres pobres*. Campinas: Autores Associados.

Cidade, E.C. (2012). *Juventude em condições de pobreza, modos de vida e fatalismo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará.163f.

Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.

Dib, S.K. (2007). *Juventude e projeto profissional: A construção subjetiva do trabalho*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 266f.

- Freire, P. (2004). *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo: UNESP.
- Escócia, C. da, Lima, S.O., & Sá, L. (2007). *CUCA : Concepção e Desenvolvimento*. Parte 1, 2ª versão. Fortaleza.
- Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: Atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C.W.L. (2008). *Saúde comunitária: Pensar e fazer*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Grosso, L. A. (2004). Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 13, 25, 9-22.
- Guareschi, P. (2011). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In R.S.L. Guzzo, & F. Lacerda Jr. (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina*. (pp.49-63). Campinas: Alínea Editora.
- Gutiérrez, G. (1992). Memoria de Dios y Fin de Siglo. In M. Ureña, & J. Prades *Hombre y Dios en la sociedad de fin de siglo*. (pp. 29-36). Madri: Unión Editorial.
- Hopenhayn, M. (Org.). (2004). *La juventud en Iberoamérica: Tendencias y urgencias*. Santiago de Chile: Organización Iberoamericana de Juventud/CEPAL. Recuperado de: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/20266/CEPAL_OIJ.pdf>.
- IBGE. (2010). *População Jovem no Brasil: Dimensão Demográfica*. Fortaleza.
- IPECE. (2013). INFORME 57: Perfil da Juventude em Fortaleza. Abril/2013.
- IPEA. (2008). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Texto para discussão n. 1335. Brasília. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1485/1/TD_1335.pdf.
- Jodelet, D. (2009). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 53-66). Petrópolis: Vozes.
- Klein, B.L. (2004). *Protagonismo Juvenil e Cidadania: Uma proposta pedagógica burguesa*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

Kliksberg, B. (2002). *América Latina: Uma região de risco - pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Brasília: UNESCO.

Lopes, R. E., Adorno, R. C. F., Malfitano, A. P. S., Takiti, B. A., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2008). Juventude Pobre, violência e cidadania. *Saúde Sociedade*, 17(3), 63-76.

Martín-Baró, I. (1984). *Guerra y salud mental*. Estudios Centroamericanos.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.

Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 270-287.

Moura, R. (2008). *Jovem deve ser foco das ações de segurança, diz especialista*. O Povo online, Fortaleza, 12 jul. 2008. Recuperado de <<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/803868.html>>

Nobre, I.M. (2005). *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. 260f.

Lewis, O. (1969). The Culture of Poverty. In D. Moynihan (Ed.) *On Understanding Poverty: Perspectives from the Social Sciences*. New York: Basic Books.

Novaes, R. C. R. (2009). Prefácio - Juventude e políticas sociais no Brasil. In J. A. de Castro, L.M.C de Aquino, & C.C. de Andrade (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.

Oliveira, L.F.B., & Soares, S.D.S. (2013). “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? (pp.341-358). In T. Campello, & M.C. Neri (Orgs.). *Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.

Secretaria Nacional da Juventude. (2006). *Política Nacional da Juventude*. Diálogo nacional para uma política pública de juventude. São Paulo: Pólis.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. (2011). *A idéia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, A.M.S. (2014). *Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará Fortaleza. 166f.

Siqueira, L. (2013). *Pobreza e Serviço Social: Diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez.

Souza, R.M. de. (2009). O conceito de protagonismo juvenil. In B. Espíndula (Org). *Protagonismo da juventude brasileira: Teoria e memória*. São Paulo: Instituto Arte Cidadania (IAC)/Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

Souza, R.M. de. (2008). *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus.

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo.

Waiselfisz, J. J. (2004). *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 200p. Recuperado de <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133976por.pdf>>.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da violência 2014: Os jovens no Brasil*. Brasília: Secretaria, Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade.

Yazbek, M.C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-322.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da investigação.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ESTUDOS REALIZADOS COM PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO E PROSTITUTAS

Bárbara Barbosa Nepomuceno

Lorena Brito da Silva

Verônica Morais Ximenes

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia, como campo de produção do conhecimento e de práticas, historicamente esteve distante das questões que afligem a maioria da população brasileira (Botomé, 1979). Tal distanciamento produziu uma ciência eminentemente individualista (Dimenstein, 2000), descontextualizada e a-histórica (Lane, 1984). Entretanto, desde a década de 1980, surgem processos de autocritica e de questionamentos sobre que fazer da pesquisa e intervenção em Psicologia e o quanto estas têm contribuído para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das maiorias populares (Yamamoto, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010). Nesse contexto, tal ciência passa de forma mais contundente a questionar-se sobre problemáticas sociais, tais como a desigualdade social, a pobreza, a fome, a violência urbana, entre outras.

Tal processo exige uma inversão epistemológica, a qual toma a realidade e suas problemáticas como ponto de partida, e convida a uma análise de seus aspectos psicossociais a partir do ponto de vista das próprias minorias políticas (Martín-Baró, 2011). Este estudo se identifica com tal perspectiva ético-política de fazer a ciência psicológica, buscando contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos da pobreza e seus modos de enfrentamento. Tendo como centralidade o ponto de vista dos sujeitos pesquisados, as pesquisas apresentadas partem de uma

leitura multidimensional da pobreza e buscam compreendê-la em seus aspectos singulares, sociais, culturais e simbólicos.

Entende-se que os sujeitos que vivenciam o contexto de pobreza são atingidos por um tipo de violência que é produzida (e produtora, dialeticamente) pela exclusão e opressão dentro de um sistema econômico e político. A pobreza, a partir de uma visão multidimensional, configura-se por cadeias de miserabilidade e vulnerabilidades que expõem os sujeitos a inúmeros riscos sociais (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012). Entretanto, compreende-se também que tais sujeitos, cotidianamente, desenvolvem modos de enfrentamento e resistência às problemáticas vividas.

No que tange aos estudos sobre enfrentamento, é possível encontrar na literatura, no Brasil, a utilização sem diferenciação dos termos enfrentamento, do inglês *coping*, bem como estratégias de enfrentamento e estratégias de *coping*, desde os primeiros estudos de Folkman e Lazarus, na década de 1980. No presente trabalho, opta-se por utilizar os termos enfrentamento e modos de enfrentamento por se entender que essa categoria revela as maneiras que as pessoas criam e as possibilidades encontradas para lidarem com as situações adversas. Considera-se que os modos de enfrentamento ocorrem, a partir de uma interação sujeito-entorno, de maneira múltipla, dinâmica e contextualizada, de acordo com as condições sociais, culturais e simbólicas disponíveis. Debruçar-se sobre os modos de enfrentamento é buscar conhecer processos que, por si só, são movimentos, no sentido de reconhecer as formas de resistência encontradas pelos sujeitos, os ajustes e as mudanças que acontecem nas formas destes se relacionarem com seus contextos e circunstâncias.

Considerando, portanto, a necessidade de estudos que analisem as problemáticas vividas pelo povo brasileiro, e colocando a ciência psicológica a seu serviço, este capítulo tem por objetivo analisar os modos de enfrentamento desenvolvidos em contextos de pobreza por parte de pessoas em sofrimento psíquico e de prostitutas que vivem em bairros

pobres de Fortaleza. Para tanto, são tomadas como foco de análise duas pesquisas: uma com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que teve por objetivo analisar as implicações dos aspectos psicossociais da pobreza no processo de produção do sofrimento psíquico; e, em seguida, outra desenvolvida com mulheres da baixa prostituição, que teve por objetivo compreender as implicações psicossociais da violência no modo de vida de prostitutas pobres.

2 UMA LEITURA PSICOSSOCIAL DA POBREZA E DE SEUS MODOS DE ENFRENTAMENTO

O tema da pobreza configura-se como uma problemática historicamente presente na humanidade, e sua análise requer uma atenção analítica aos complexos fatores que compõem o fenômeno, assim como, a consideração da sua função estrutural na manutenção do modo de organização do capitalismo no mundo atual. Segundo Accorssi (2011), a pobreza é uma construção social, possível e perpetuada a partir de processos históricos estruturais de exclusão e desigualdade social. Estudos que visam à análise de tal problemática necessitam considerar seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos (Siqueira, 2014).

Siqueira (2014, p. 214), ao tecer uma leitura marxista do fenômeno em questão, situa que “a pobreza [...] não é o resultado do insuficiente desenvolvimento capitalista, nem é o efeito marginal de uma fase de crise. No capitalismo, esse fenômeno é um produto estrutural de seu desenvolvimento”. Na análise dos usos da pobreza no mundo globalizado atual, Bauman (2008) afirma que a existência de um amplo exército de pobres é fator de equilíbrio para a ordem socioeconômica existente.

No sistema capitalista tudo se transforma em mercadoria, desde a força ou capacidade de trabalho do homem, até os bens e serviços produzidos pela humanidade (Stotz, 2005). No neoliberalismo, versão atual do sistema capitalista, a flexibilização do trabalho e o incentivo à privatização de serviços como saúde, educação, saneamento e segurança

passam de direitos sociais a mercadorias de consumo (Valla, 2005). Neste contexto, a população marginalizada social e economicamente, que não tem como pagar por tais serviços, vive em condições de alta vulnerabilidade social, desprovida de bens culturais historicamente construídos, e tece cotidianamente estratégias coletivas e individuais de superação e enfrentamento à pobreza.

Codes (2008) afirma que a pobreza, atualmente, tende a ser percebida como uma questão multidimensional e complexa. O enfoque multidimensional (Sen, 2010) amplia e complexifica sua compreensão, dando destaque às privações vividas em diversas esferas da vida. Nessa perspectiva, ser pobre não implica somente privação material (renda), mas um modo de vida, uma expressão da existência possível a partir das pré-condições estruturais, sociais e econômicas (Bastos, Rabinovich & Almeida, 2011).

A partir de uma análise psicossocial da pobreza, Cidade, Moura Júnior e Ximenes (2012) afirmam ser ela produtora de formas singulares de estruturação do psiquismo. Nessa mesma direção, Bastos, Rabinovich e Almeida (2010) dizem que a pobreza implica um tipo de existência, uma forma de estar no mundo. Nepomuceno (2013, p. 60) afirma ter o fenômeno “uma expressão inter e intrapsicológica que conduz ações, sentimentos e significações relacionados às privações vividas”. A partir de tais trabalhos, conclui-se que o estudo do fenômeno requer ir além da compreensão da sua manifestação socioeconômica, assim como a necessidade de um enfoque multidimensional na leitura das implicações psicossociais envoltas da experiência do ‘ser pobre’.

Nessa perspectiva, estudos vêm contribuindo para identificar algumas dimensões psicossociais da vida em condições de pobreza. Entre tais dimensões se podem destacar: o fatalismo (Martín-Baró, 1998); a culpabilização do pobre por sua condição (Ximenes, Cidade & Nepomuceno, 2015); a vivência de vergonha e humilhação (Zavaleta, 2011); e, a importância de redes de apoio social no enfrentamento da pobreza (Valla, 2000).

A leitura psicossocial da vivência da pobreza implica no desafio de captar as determinações do social nas histórias de vida singulares. Compreende-se que o lugar social que o sujeito ocupa em uma determinada sociedade e as significações a ele atribuídas terão impactos diretos nos processos de constituição de sua subjetividade (Martín-Baró, 2005). No entanto, não se nega a incapacidade desse social de “capturar a totalidade da existência do sujeito, já que ela se manifesta em um constante movimento de expansão e recriação, concomitantemente sofrendo e escapando às determinações do social” (Nepomuceno, 2013, p. 60).

O presente estudo dará destaque ao que escapa às determinações, focando na capacidade de criação e superação dos sujeitos, aproximando-se da potência de ação e reação (Sawaia, 2009) individuais e coletivas presente mesmo em contextos de vulnerabilidade social. Para tanto, foca-se na análise dos modos de enfrentamento em cenários marcados pela pobreza.

A categoria enfrentamento tem sido definida como um conjunto de estratégias construídas e utilizadas pelos sujeitos para adaptarem-se a situações e contextos adversos, estressantes e/ou vulneráveis (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998). Segundo Garcia (2007), quando o processo de estresse se instala, o indivíduo evoca diferentes estratégias em busca de uma alternativa de solução. Tal processo, afirma ainda, se produz através de um processo da interação indivíduo-entorno, no qual as mudanças produzidas na situação e no sujeito desencadeiam constantes ajustes nas estratégias adotadas. Portanto, os modos de enfrentamento remetem a uma política cotidiana, de ação e de atuação, revelando o modo como os sujeitos relacionam-se, confrontam-se e significam as situações ou momentos de dificuldades.

Antoniazzi, Dell’Aglío e Bandeira (1998) apontam que os primeiros estudos sobre o enfrentamento o definiam como um mecanismo de defesa, um modelo de resposta interna empregado quase sempre de maneira estável e fixa diante de uma situação estressante nova. Posteriormente, passou-se a considerar o enfrentamento a partir da interação

da pessoa com o ambiente, reconhecendo-o como respostas cognitivas e situacionais de administração/avaliação das situações estressoras.

Tais perspectivas apresentam-se como possibilidades de leitura dos modos de enfrentamento. Contudo se faz necessário ir além, considerar que os sujeitos, apesar de forjados no seio das relações sociais em que estão postos, não atuam nelas passivamente. Ao contrário, são criadores e determinadores das relações que se estabelecem. Pensar sobre os modos de enfrentamento envolve, portanto, debruçar-se nas formas como as pessoas percebem e interpretam o fenômeno, as dificuldades aparentemente impostas e as brechas visualizadas para uma melhor convivência ou superação dos desafios percebidos. Envolve assim os aprendizados de respostas que irão variar em função do aspecto situacional: tanto situações novas, que surpreendem por não terem sido vivenciadas, como situações já experienciadas, que podem desencadear estresse a depender da configuração da trama relacional e dos recursos considerados disponíveis no momento.

Considera-se, assim, que os aspectos cognitivos e situacionais, bem como as dimensões afetivas e relacionais, marcam os sujeitos e sua capacidade de significar e reinventar as situações vividas. Nesse sentido, Sawaia (2009, p. 366) destaca a emoção e a criatividade como

[...] dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, e que trabalhar com elas não é cair na estetização das questões sociais, ou solipcismo, mas sim um meio de atuar no que há de mais singular na ação política emancipadora.

A resistência ativa contra a dominação e opressão revela-se prioritariamente na potência do comum, em contraponto ao individualismo. Para a autora, ao agirem em coletividade, a força para agir e existir aumenta.

Os modos de enfrentamento revelam, portanto, a capacidade dos seres humanos de transformação e ressignificação ao cunharem formas criativas de superar adversidades e construir novos sentidos e

caminhos para suas vidas. Aponta-se como um desafio central a capacidade de visualizar e de potencializar as estratégias de enfrentamento utilizadas por diferentes grupos sociais em contextos de exclusão e de vulnerabilidade diante da descrença, do estigma e da marginalização. A seguir serão apresentados os dois estudos realizados em bairros pobres da cidade de Fortaleza, o primeiro com usuários de um serviço de saúde mental e o segundo com prostitutas pobres.

3 VIVÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MEIO À POBREZA: MODOS DE ENFRENTAMENTO DE USUÁRIOS DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Os dados a seguir apresentados integram a pesquisa intitulada “Pobreza e saúde mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)”. A pesquisa é fruto de uma dissertação – Mestrado em Psicologia – que teve como objetivo analisar as implicações dos aspectos psicossociais da pobreza no processo saúde-doença mental de usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e foi desenvolvida no CAPS Comunitário do Bom Jardim (Fortaleza-Ce), localizado em uma região de extrema pobreza da capital cearense.

Na medida em que o perfil dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e dos CAPS por consequência, é caracterizado por baixa escolaridade, más condições de moradia, desemprego e baixa renda (Ribeiro, Barata, Almeida & Silva, 2006), e que o paradigma psicossocial de atenção ao sofrimento psíquico implica considerar os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos e econômico no cuidado em saúde mental (Amarante, 2008; OMS, 2002; Saraceno, 1999), pondo em destaque a totalidade da existência do sujeito e não apenas a sua doença (Basaglia, 2008; Rotelli, 1990), o estudo em questão faz-se relevante.

Apesar de décadas de luta pela superação de uma cultura asilar e manicomial, o que se observa no cotidiano dos serviços é o distancia-

mento do paradigma psicossocial e a perpetuação de uma lógica manicomial. Pouco se atua considerando a realidade social, cultural e econômica do sujeito e pouco se produz no sentido de uma mudança como essa. Poucos são os profissionais que, frente a contextos de miséria e vulnerabilidade social, não se deixam paralisar diante do sentimento de impotência e que desenvolvem uma atuação em consonância com o universo simbólico dos usuários pobres. Considerando tal problemática presente na atualidade, a presente pesquisa estabeleceu como pergunta de partida “Que implicações os aspectos psicossociais da vivência da pobreza têm no processo saúde-doença mental de usuários do CAPS?” Contribuir no sentido de uma maior compreensão dos fatores influentes na produção do sofrimento psíquico nos contextos de pobreza, assim como das possibilidades de cuidado estabelecidas em tal cenário.

A pesquisa ocorreu em duas etapas, no primeiro momento foi aplicado um Questionário de Pobreza Multidimensional, com o objetivo de identificar sujeitos que vivessem em situação de pobreza, a partir de sete dimensões: dados gerais; educação; habitação; trabalho e renda; saúde; fatalismo; e, vergonha e humilhação. Na etapa conseguinte, foram realizadas entrevistas individuais em profundidade (Minayo, 2010) com cinco sujeitos, nas quais o foco foi sua história de vida. O material produzido no estudo foi sistematizado e analisado a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), com o auxílio do *software* ATLAS.ti 5.2.

Os sujeitos participantes do estudo foram Lia, Ana, João, dona Teresa e dona Carmem (Tabela 1). A idade dos sujeitos variou de 28 a 68 anos; a escolaridade de ensino médio completo a analfabetismo; a renda *per capita* familiar dos sujeitos variou de R\$622,00 a R\$70,00. Nenhum deles trabalhava (três estavam desempregados e dois aposentados); todos faziam acompanhamento no CAPS há mais de dois anos. Segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), elaborado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) (2010), dois vivem sem privações, dois em privação e um em pobreza multidimensional.

Tabela 1: Perfil dos Participantes da Pesquisa

Nome	Idade (anos)	Escolaridade*	Renda Pessoal	Renda Familiar (R\$)**	Situação de Trabalho	IPM ***	Frequência CAPS
Lia	33	EMC	Sem renda	150,00	Desempregada	0 (Sem Privações)	Semanalmente
Ana	28	EMI	70,00	70,00	Desempregada	5,6 (Em privações)	Semanalmente
João	36	EMI	Sem renda	124,00	Desempregado	16,7 (Em privações)	Semanalmente
Teresa	64	Analfabeta	1 SM	311,00	Aposentada	33,4 (Em pobreza)	Mensalmente
Carmem	68	EFI	1 SM	622,00	Aposentada	0 (Sem Privações)	Mensalmente

Fonte: Adaptado de Nepomuceno (2013)

*Ensino Fundamental Incompleto (EFI), Ensino Médio Incompleto (EMI) e Ensino Médio Completo.

** Renda *per capita*

*** IPM = Índice de Pobreza Multidimensional (obtido a partir das dimensões padrão de vida, saúde e educação) (PNUD, 2010).

3.1 O apoio social como recurso de superação ao sofrimento psíquico e à pobreza

As histórias dos sujeitos participantes do estudo expressam vidas tecidas em meio à realidade da pobreza e à vivência de uma série de privações. Dentre essas histórias, podem-se mencionar: a expulsão do campo para a cidade, a vivência da seca, do trabalho infantil; o não acesso ao ensino formal, à renda, ao trabalho formal remunerado, à garantia de direitos trabalhistas, aos cuidados em saúde, a uma habitação de qualidade, à alimentação. Ademais de tais privações, são relatadas vivência de humilhação e culpabilização dos sujeitos por sua condição de pobreza, o que desencadeia sentimentos de vergonha e resignação.

Frente a tais privações, os sujeitos revelam uma série de estratégias individuais e coletivas de enfrentamento à pobreza. A história de Ana permite acessar essa realidade: ela estava desempregada, morava sozinha e vivia com uma renda proveniente do Programa Bolsa Família (setenta reais mensais, na época). Diante de uma renda tão baixa, ela fala como conseguia sobreviver:

Eu vivo da ajuda do pessoal aqui do CAPS. Assim, eu recebo o Bolsa Família, mas é setenta reais; mas eu administro uma casa e setenta reais não é nada. Então assim, a Leda, Luiza, Rebeca, o doutor David têm me ajudado muito, assim em questão “ó, se precisar venha falar comigo”. A Leda tem me dado o sustento assim de: “você tá precisando do quê?” A Luiza também, a Rebeca, a Rita, Ritinha, então assim, essas pessoas têm me ajudado muito (Ana, EI, 2013).

A família de João, assim como Ana, recorre à rede de familiares e amigos para poder sobreviver. João, em entrevista, diz: “[...] antes de chegar o final do mês o dinheiro da minha mãe acaba e não dá pra comprar nada, aí tem que, ela faz é se virar, né, pra puder conseguir. Ela pede meu irmão agora” (João, EI, 2013). Na história dos participantes do estudo, a rede de apoio social, seja ela familiar, comunitária ou institucional, mostrou-se como uma possibilidade de garantia de condições mínimas de existência. Segundo Valla (2000, p. 41) o “apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos”. Afirma ainda o autor que o processo de apoio social traz benefício para todas as partes envolvidas e tem efeitos diretos no sistema imunológico dos sujeitos, aumentando a capacidade da pessoa de lidar com seu estresse. Soma-se a isto a ampliação do poder de enfrentamento dos sujeitos às adversidades sociais.

Os amigos e a família, na vida dos participantes da pesquisa foram fundamentais para a superação de uma série de dificuldades encontradas na vida. Na história de dona Carmem, o trabalho de todos, inclusive das crianças, era importante à garantia da sobrevivência. Segundo ela, todos viviam à custa da agricultura de subsistência, pais e filhos trabalhavam no

[...] roçado. Trabalhando, plantando; apanhava arroz e apanhava milho, quebrava milho e apanhava feijão, apanhava algodão, vendia. E quando tinha uma safra boa, nós melhorava bem; e quando a safra era pouca, a gente passava um pouco aperreado, sabe [...] ninguém nunca passou fome não, mas quando chegou a seca de cinquenta e oito, aí nós teve que ir pra Fortaleza. Eu fui trabalhar de babá (Carmem, EI, 2013).

As duras condições de vida acabaram por configurar para Carmem uma precoce inserção no mercado de trabalho e um distanciamento da escola. João relata que, em momentos de maior dificuldade financeira, sua família nuclear recorreu à ajuda de seus avós, indo morar junto a eles. Lia diz ser na família que encontra ajuda nos momentos difíceis, são seus pais que a sustentam e que a ajudam nos seus cuidados de saúde. Ao ser indagada sobre quem a ajuda diante das dificuldades, prontamente respondeu: “é a minha mãe” (Lia, EI, 2013). Ana, após o falecimento de sua mãe de criação, diz ter entre os amigos um grande apoio para a sua sobrevivência. A família, para os sujeitos do estudo, é fonte privilegiada de apoio social.

Apesar da importância dos serviços públicos de saúde, eles não são os primeiros recursos escolhidos pela população em condições de vulnerabilidade social no enfrentamento de seus problemas de saúde. Afir-mam Bastos, Velame, Franco e Teixeira (2006) que, após esgotarem-se as competências individuais, busca-se suporte na rede de apoio social leiga, para depois, caso não se obtenha sucesso, recorrer-se ao setor de saúde competente. João, por exemplo, ao falar do início do seu processo de adoecimento, relacionando-o ao momento em que apanhou de policiais, diz que sua mãe “levava eu pro espiritismo, levava eu pra todo canto e não sabia o que tinha” (João, entrevista individual). Segundo Gerhardt (2006), os itinerários terapêuticos estabelecidos em contexto de pobreza passam por escolhas de ‘terapêuticas alternativas’ como a automedicação, o conselho ou tratamento recomendado pelo parente, amigo ou vizinho, o curandeiro, a rezadeira, o benzedeiro, entre outros.

Seja por razões culturais, de compreensão da problemática vivida, ou por razões socioeconômicas (de dificuldade de acesso ao cuidado de qualidade na rede pública, por exemplo), uma das estratégias de enfrentamento e cuidado em saúde mental desenvolvida pela população em contexto de vulnerabilidade social é a rede de apoio social (Pinheiro, Santos & Santos, 2009; Valla, 1999; Valla, 2000). Frente às adversidades da vida, próprias de contextos de pobreza, são traçadas estratégias de proteção que envolvem redes de apoio social e familiar, fortalecimento da espiritualidade, e imprimem uma atitude positiva diante da vida (Couto-Oliveira, 2007).

Pinheiro, Santos e Santos (2009) se dedicam a compreender como famílias em situação de vulnerabilidade social lidam com o sofrimento psíquico. De acordo com os pesquisadores é potente ao enfrentamento do sofrimento psíquico o apoio social oferecido por grupos religiosos e pela comunidade. O apoio social exerce efeitos diretos sobre a imunidade do corpo aumentando a capacidade das pessoas lidarem com estresse cotidiano, assim como possibilita a “sensação de coerência da vida e o controle sobre a mesma” (Valla, 1999, p. 10), afetando de forma benéfica a saúde da pessoa. Afirma ainda Valla (2000), que além do apoio social possibilitar a prevenção das doenças, favorece o fortalecimento dos sujeitos, que passam a se perceber como capazes de controlarem seu próprio destino.

Segundo a CNDSS (2008), há uma clara associação dos transtornos mentais comuns com a ausência de apoio social. “Pessoas com baixo apoio social apresentaram maior prevalência de transtornos mentais comuns do que as com alto apoio social” (CNDSS, 2008, p. 86). Griep (2003) destaca o impacto das relações formais ou informais estabelecidas através do apoio social que garantem ao sujeito o sentimento de ser valorizado e cuidado, de perceber-se como parte de uma coletividade que pode ajudá-lo em momentos difíceis. Ajuda esta material, cognitiva, emocional ou afetiva. Nos discursos do sujeito da pesquisa, destacou-se a importância da rede de apoio social no enfrentamento das problemá-

ticas vividas por eles, sejam elas relativas à pobreza ou ao sofrimento psíquico.

As relações familiares surgem como centrais no cuidado em saúde mental. João e Lia, frequentemente, vão às consultas no CAPS acompanhados das mães. Carmem, normalmente é quem vai buscar suas receitas e as do seu atual esposo, pessoa de quem cuida e sente-se cuidada. Os estudos de Rabelo, Alves e Souza (1999) revelam ser a família o principal *locus* de cuidado dos doentes, em que se tomam as decisões e se traçam as estratégias para lidar com a doença. Além das relações familiares, as relações comunitárias também aparecem como um importante fator protetivo. João relata tal importância durante suas crises:

Os pessoal da rua que me encontrava, os pessoal bom, pai de família. Aí uma vez eu me perdi e me levaram pra casa deles me dava comida, banho, aí eu pegava. E passou um amigo meu, me encontrou e ligou pro meu irmão, e meu irmão foi me buscar, lá no Conjunto Ceará. Me perdi lá na Jurema, dentro dos mato, vendo a hora acontecer um desastre comigo (João, EI, 2013).

Apesar do preconceito e da exclusão social presente na sociedade frente à loucura e à pobreza, no seio comunitário os vizinhos são pessoas importantes na configuração de uma rede de apoio social. Dona Teresa sempre vai às consultas acompanhada de uma vizinha, que também faz acompanhamento no CAPS. Dona Carmem, por sua vez, usualmente recorria à vizinhança quando sofria as agressões do ex-esposo, eram eles quem a refugiavam, levavam para a delegacia, hospital.

Outra forma de recursos de enfrentamento abordado pelos sujeitos é através das práticas religiosas. O estudo de Level e Martinez (2007) aponta que os sujeitos, ao se depararem com situações percebidas como incontroláveis, comuns aos contextos de pobreza, os níveis de apoio oferecidos pela Igreja e a religião são importantes recursos de enfrentamento. Segundo Pinheiro, Santos e Santos (2009), a crença, a religião e a fé em Deus são estratégias terapêuticas para lidar com o sofrimento psíquico no cotidiano. Nos grupos religiosos encontra-se apoio e também uma

forma de explicação das dificuldades materiais por que passam, assim como uma possibilidade de ressignificação da vida, tornando-a mais significativa, capaz de interferir no seu destino e de ver mais sentido no viver (Valla, 2000). Portanto, os grupos religiosos possibilitam um refúgio à crise social e uma busca por saúde. Carvalho (2010) destaca ainda a dimensão da espiritualidade como importante à promoção da saúde, pois se ancoram em valores, motivações e sentidos para a existência e podem favorecer o fortalecimento do sujeito e o processo de superação da alienação.

Para dona Teresa, ir à igreja é uma das atividades de lazer que mais gosta de fazer. João destaca ser a igreja o lugar onde encontra ajuda quando necessita e o lugar que frequenta, além do CAPS, para cuidar de sua saúde. Relata gostar do sermão do pastor, das músicas e das amizades e união entre os “irmãos”. De acordo com Lima e Valla (2005), a grande procura por igrejas pentecostais por parte da população de estrato socioeconômico baixo explica-se pela possibilidade desses sujeitos encontrarem em tais instituições espaços de cura, de sensações de bem-estar físico e emocional, além de um sentimento de pertencimento a um grupo social.

Nesse sentido, a religiosidade ou a espiritualidade, aproximação e ligação com o eu profundo (Vasconcelos, 2009) se apresentam como uma importante via das classes populares significarem a sua vida e os acontecimentos dela. Para Lima, Stotz e Valla (2008), a religiosidade popular em contextos de pobreza e violência configura-se como uma importante resposta da população na busca de lidar com seus sofrimentos.

Além desses modos de enfrentamento, surge como uma importante estratégia o apoio fornecido a partir de instituições como o Estado, através de políticas sociais. O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, é mencionado como um importante apoio material fornecido pelo Estado, assim como as aposentadorias por invalidez, tempo de serviço ou por doença. É através desses benefícios que as famílias dos sujeitos

do estudo, exceto Lia, têm a possibilidade de ter uma renda fixa para suprir parte das necessidades cotidianas: João, através da aposentadoria da mãe; dona Teresa e dona Carmem, através de suas próprias aposentadorias; e, Ana, pelo PBF.

Neste estudo, portanto, as relações sociais estabelecidas configuraram-se como importantes aos modos de enfrentamento à pobreza e ao sofrimento psíquico. Góis (2008) aponta que o enfrentamento dos estressores e do próprio distresse deve ocorrer mediante ações comunitárias, familiares e individuais, no sentido de aumentar a capacidade de enfrentamento individual, familiar e comunitário do estresse do cotidiano e da ideologia de submissão e resignação. Deve-se, portanto, dar-se mais atenção aos enfoques comunitários que aos individualistas e deterministas; deslocar a atenção do sujeito doente para a existência-sofrimento e para as relações com o social.

4 A BAIXA PROSTITUIÇÃO, E OS MODOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS PROSTITUTAS

As reflexões compartilhadas integram a dissertação do Mestrado em Psicologia intitulada “Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres na Barra do Ceará”, surgida a partir do interesse de estudar a relação da violência com a prostituição feminina e seus desdobramentos sociais, afetivos, subjetivos, relacionais. A pesquisa parte da percepção de que a violência contra a prostituta se encontra velada no universo da violência contra a mulher e essa pesquisa buscou contribuir para a desnaturalização dessa relação e para a visibilidade dos posicionamentos dessas mulheres diante desse fenômeno, em um cenário de pobreza.

O contexto investigado foi a baixa prostituição, caracterizada por uma relação dialética entre a atividade prostituicional, a ocupação dos espaços públicos e a situação de pobreza, marcada por precárias condições de saúde e trabalho, pela realização de muitos programas a baixos

preços e pela aproximação com disputas territoriais e com um cenário de uso e abuso de drogas. Também há uma diversidade de atividades comerciais, uma flexibilidade de horários e pontos de programa e a construção de estratégias de enfrentamento e de apoio social a partir das características territoriais.

A pesquisa foi realizada com mulheres que vivem e batalham na Barra do Ceará (um bairro de Fortaleza), que se tornou campo da pesquisa por congregar critérios acadêmicos, afetivos, simbólicos e operacionais (Angrosino, 2009). É um bairro antigo, estigmatizado por velhos problemas sociais relacionados à pobreza, que possui uma zona de prostituição diversificada e onde se percebe, em muitos moradores um forte sentimento de apropriação e pertença. Também houve a parceria de uma equipe de Saúde da Família, que facilitou e mediou a entrada no campo.

O caminho investigativo teve uma perspectiva etnográfica, no sentido de deixar o campo e as relações “falarem”, objetivando uma progressiva aproximação e reconhecimentos dos contextos, dos rituais, das relações, dos estranhamentos, que constituem os cotidianos de vida e trabalho (Angrosino, 2009). Como procedimentos metodológicos de construção de dados foram experimentados a observação participante (Angrosino, 2009), a visita dialógica (Cavalcante, 2011), o diário de campo, a entrevista individual e a técnica dos objetos geradores (Ramos, 2004; Cavalcante, 2011).

Depois das muitas conversas informais e formais e da inserção durante um ano e meio no campo, sete mulheres tornaram-se interlocutoras principais, sendo que duas batalhavam na Av. Radialista José Lima Verde (região da praia) – avenida com muitos bares, boates e motéis; uma era moradora do bairro que fazia programa na região da Beira-Mar, em boates destinadas a turistas; outra trabalhava em uma casa de massagem na Barra do Ceará; duas eram cafetinas, sendo uma dona de dois bares na região da praia e a outra dona de uma casa de massagem; outra era agente comunitária de saúde do território da praia, que, mesmo não

exercendo uma atividade na prostituição, foi a mediadora principal na aproximação no campo da pesquisadora e na compreensão da dinâmica comunitária do território. Essas mulheres dialogaram sobre a prostituição, a história e a configuração da atividade na Barra do Ceará, mas também, sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais e territoriais do lugar. A tabela 2 apresenta informações sobre as participantes.

Tabela 2: Os sujeitos da pesquisa

Nome	Que faz/Onde	Idade	Contribuição	Percepção
Raquel	Prostituta em uma Casa de massagem da Barra	36	Vivência na prostituição/dinâmica	Fala regulada pela cafetina/ abertura para vinculação
Nati	Garota de programa em uma boate da Praia de Iracema	32	Pensar violências de gênero	Entrevistas como processo terapêutico
Irene	Agente de saúde na Barra	57	Dinâmica comunitária da Barra/violência urbana	Prudência nos relatos e apropriação histórica do lugar
Ana	Dona de bar na Barra do Ceará	68	Histórico da prostituição na Barra	Resistência em falar, cansaço da prostituição
Luana	Prostituta e auxiliar de gerente em uma casa na Barra do Ceará	27	Vivência na prostituição/dinâmica e uso – abuso de drogas	Fala segura e consciente de suas escolhas e práticas
Lu	Prostituta na avenida na praia na Barra e ex-gerente de bar.	41	Prostituição na barra/ relação entre mulheres	Pouca elaboração e experiências de falar de si
Bia	Dona da casa de massagem e mãe de santo	52	Histórico local da prostituição e estratégias de enfrentamento à violência	Centralizadora e impositiva ao falar do brega/afetiva e vaidosa ao falar do terreiro.

Fonte: Adaptado de Silva (2014).

4.1 Sobre os modos de vida e as implicações psicossociais da violência.

A prostituição é uma atividade sexual historicamente marcada por uma diversidade de sentidos e significados construídos a partir dos arranjos morais, sociais, econômicos e culturais (Medeiros, 2006). Os campos “trabalho”, “gênero” e “sexualidade” encontram-se engendrados, pois “na prática laboral dessas trabalhadoras, a sexualidade é vivida em seus vários aspectos – não só o sexual –, configurando-se como um instrumento de trabalho” (Silva, 2014, p. 76).

Piscitelli (2005) compreende o sexo comercial dentro de uma lógica mercantil, analisando a rede social que faz parte do negócio: cafetina-gem, profissionais do sexo, gigolôs, taxistas, donos de hotéis, indústria de beleza, tráfico de seres humanos, pornografia. Ampliar o olhar para a rede social é fundamental para descristalizarmos a simbiose prostituição-prostituta, que “é alimentada pelas relações desiguais de gênero e pela culpabilização da mulher pelo exercício de sua sexualidade, camuflando a diversidade de perfis, performances e formas de organização da prostituição” (Silva, 2014, p. 63).

Os modos de vida foram os cenários privilegiados para o estudo das implicações psicossociais da violência por revelarem as condições simbólicas e materiais de produção de subjetividades, de organização da vida e das relações prostituicionais. Olhar para “o encontro da atividade com o lugar, mas também, compreender os sentimentos, as concepções de si, de comunidade e de mundo que surgem, os modos de vinculação e os elementos cotidianos”, potencializou uma análise histórica e política dos atravessamentos comunitários e prostituicionais em suas vidas (Silva, 2014, p. 86).

No dia a dia de trabalho e de vida, essas mulheres constroem histórias e constroem-se, como prostitutas e moradoras da Barra do Ceará, transformando-se, e dialeticamente transformando a Barra ao atribuírem seus ritmos e significações sobre o lugar. Nesse sentido, para além

de uma prática comercial há uma trama de interações e mediação que revelam uma apropriação e significação do lugar (Góis, 2003). Mais que fazer programas, elas vivem, constroem uma vida coletiva e individual que envolve uma rede de cuidado, de celebração, de disputas territoriais e atividades de lazer (Silva, 2012).

No que diz respeito às violências e privações, ao narrarem suas histórias de vida, trouxeram memórias referentes aos programas na relação com as colegas, na demarcação do território, nas abordagens da polícia, mas também pelo preconceito sofrido por serem prostitutas, pelo des-caso das políticas públicas para suas demandas, nas relações afetivas e familiares. Uma das entrevistadas disse, durante uma conversa:

[...] eu acho que é uma coisa que, por mais que se tente, não tem como você está longe dela, pode até não acontecer, mas tá sempre ao seu lado. É isso. Caminha lado a lado com a gente. Pode ser a garota, pode ser o garoto. Qualquer pessoa que trabalha nessa forma caminha junto da violência, por isso é preciso evitar sempre essas situações (Raquel, E, 10/2013).

Ela demonstra a complexidade e a multidimensionalidade das formas de violência, contudo não é determinista, considerando as zonas de fuga e/ou de cuidado construídas. A violência articula-se como uma teia relacional que impede o reconhecimento do outro mediante o uso da força física ou simbólica, minando as possibilidades de diálogo, por um lado, e criando outros códigos, formas de interação e performances, por outro.

Envolve tanto dimensões culturais e simbólicas da violência contra a mulher e do estigma da 'puta' (Olivar, 2012), como dimensões territoriais/urbanas e institucionais diante da invisibilidade por parte das políticas públicas. Martin-Baró (2003) compreende a violência em um movimento espiral em que os atos de violência passam a ser justificados/legitimizados diante da condição como o outro é percebido.

A violência contra as prostitutas é institucionalizada e não questionada, pois, segundo Olivar (2012), o estigma da ‘puta’ apresenta-se como uma categoria moral de gênero que as marca e define uma equação perversa: mulher + prostituição = puta/não sujeito. Essa institucionalização fere o que Freire (2004) aponta como a vocação ontológica e histórica do ser humano de ‘ser mais’, visto que regula e impossibilita o diálogo e a criação, ferindo a imagem de si, esvaziando a alteridade e ameaçando o exercício da cidadania.

Lu afirma que “uma tapa é uma agressão tão preocupante quanto um palavrão mal dado e uma peia daquelas. É uma coisa chata e muito comum aqui, e digo que todas nós já passou por algum caso, infelizmente” (Lu, DC 39, 12/2013). Segundo Saffioti (2014), não há nem mais e nem menos violência, pois, para a autora, seu significado e sua ocorrência são definidos por quem está envolvido na relação.

Temos entendido as implicações psicossociais da violência como as “reverberações [da violência] nos modos de vida das mulheres e suas relações com os códigos culturais e redes de significações que as envolve” (Silva, 2014, p. 107), em um movimento de olhar para o “entre”.

Entre o pessoal e o coletivo, o familiar e o territorial, entre as formas de organização da zona de prostituição e o modo de trabalhar mais pessoal. Possui desdobramentos ético-políticos na construção da dignidade e da sobrevivência diante de si, da casa de prostituição e do território (Silva, 2014, p. 127).

Considerando o contexto investigado, foram percebidas três principais dimensões das expressões das implicações psicossociais: 1) Nível territorial, onde dialeticamente as zonas de prostituição revelam a faceta protetiva e restritiva: diante da segregação das zonas e da estigmatização das mulheres, suas vidas ficam reduzidas a esse lugar, contudo reexistem, criando redes de cuidado e organização; 2) Nível relacional, que possibilita uma compreensão do modo como as mulheres experienciam as relações, ora reativas e blindadas do contato com o outro, ora cons-

truindo relação de reconhecimento, diante da identificação com a vida, com o medo, com a dor e com a criatividade; 3) Nível psicológico, que diz das imagens de si, das reações emocionais e dos afetos que emergem e são experimentados.

4.2 Os modos de enfrentamento da violência e as fontes de apoio social no contexto da baixa prostituição

Ainda que as implicações psicossociais da violência possam minar as possibilidades de articulação e de um desenvolvimento saudável do psiquismo humano, Sawaia (2009) problematiza que não há um processo de exclusão por completo e reflete sobre os potenciais transformadores dos sujeitos. As mulheres encontram e constroem diferentes formas de manutenção, de tensionamentos e de estratégias para lidarem, conviverem e transformarem tais situações opressoras vividas, não aceitando de forma passiva as violências sofridas e criando diferentes caminhos individuais e coletivos de resistência (Piscitelli, 2005).

Nati nomeou os modos de enfrentamento como os escudos da prostituição, no sentido de ser uma forma de proteção e cuidado que ela foi desenvolvendo a partir das situações vividas. No passo que foi se conhecendo e superando seus limites, foi criando novas opções de vivência na trama social e aprendeu a avaliar as situações de programa e estabelecer limites nas pactuações com os clientes.

Os escudos que eu arranjei para mim foram: Brasileiro, nunca! Rua, nunca! Travestis, acompanhada com travestis, nunca! Carro com mais de um, nunca! Só o taxista e o passageiro que vai comigo [...] outra coisa que eu também prestava muita atenção: homem com excesso de álcool, muito bêbado, NUNCA! Homem que a gente nota que tá totalmente drogado, nunca! Esses era os escudos que eu arrumava pra mim... (Nati, E, 12/2013).

Ao narrar suas histórias e quantas pessoas fazem parte da rotina do seu trabalho, Nati revela a rede social que envolve a prostituição e o modo como pode ser usada ao seu favor. Ao criar esse círculo de prote-

ção, diminui, não significando que evita, a possibilidade de violações no exercício de sua profissão, demonstrando um aprendizado vivencial e uma capacidade de organização e articulação (Silva, 2012).

Na casa de massagem, como principais formas de enfrentamentos, destacam-se: o volume do rádio é diminuído durante os programas para que se possam perceber pedidos de ajuda; os corredores e salões possuem câmeras de segurança monitoradas pela proprietária; e presença de seguranças. No caso das mulheres que trabalham na rua, as estratégias construídas têm relação com a experiência, seja com suas vivências ou com a das colegas: “Olhe só, normalmente é assim, se alguém já teve problema com o cliente passa a informação para as colegas, seja porque não pagou ou porque é estressadinho, daí a pessoa tira sua opinião, se vai ou não”, diz Lu (E, 10/2013). A informação compartilhada e a experiência pessoal possibilitam algum tipo de prevenção em casos de violência com cliente, revelando a ética e os códigos que a zona possui (Antoniazzi, Dell’aglio & Bandeira, 1998).

Luana (E, 10/2013) pontua a importância de “reconhecer até onde a gente pode ir”, pois reconhecer o limite seria uma forma de enfrentar e se proteger das adversidades. A escassez de políticas sociais de segurança e de fontes de apoios institucionais acaba por potencializar estratégias informais e individuais de proteção e cuidado, sendo essa uma fonte de discriminação e exclusão.

Ana, no que diz respeito aos conflitos territoriais, pontua que:

[...] eu não vou entregar, nem causar problema com ninguém para depois não sobrar para mim. Exemplo, no meu bar vem PM e eu sei que os caras [do tráfico] não gostam, o que faço? Sou uma múmia! Desconverso, saio de fininho, dou notícia desencontrada (Ana, E, 11/2013).

Ana diz que, para viver tranquila, precisou aprender a não interferir na relação entre a PM e o tráfico de drogas. “Claro que pro dono da boca a cerveja é de graça, assim como para o PM, mas nenhum, nem outro

precisa saber” (Ana, E, 11/2013). Diante da captação da polícia, representante direto do Estado no enfrentamento às violências, e do tráfico, as mulheres ficam ainda mais expostas à criminalidade, sendo o silêncio também uma estratégia de proteção e sobrevivência.

Raquel acredita que evitar situações de confronto na zona e manter relações harmoniosas também é uma forma de enfrentar conflitos. É curioso que mesmo dizendo que não podem contar com ninguém, em uma postura típica de defesa, suas experiências acabam por aproximá-las, principalmente quando se veem na insegurança e na dor das outras. Ao narrar o assassinato de uma prostituta, revelou a indignação por não ter tido um posicionamento da polícia na investigação do caso, o que fez com que as mulheres da boate tomassem uma decisão juntas, fato que chamou de protesto. Nesse período, ela batalhava em uma boate no centro e disse que por uma semana nenhuma garota fez programa com cliente brasileiro, por um mês não fizeram programas externos à boate e fizeram uma camisa, que usaram por um bom tempo, que tinha escrito “Se continuar a violência, não faremos programas com vocês!” (Raquel, E2, 10/2013).

É possível haver articulação e estratégias coletivas de enfrentamento. Ainda que elas não contassem com o apoio de nenhum movimento organizado, elas souberam encontrar formas de se posicionarem diante a uma situação que impactava a todas elas, visto que qualquer uma delas poderia estar no lugar da mulher assassinada.

É evidente que na zona existe muito mais que programa, que suspeita, que disputa, que silenciamento, que estagnação, que violência, que opressão. A zona é o encontro das mais variadas expressões de reinvenção. Dinâmica que cria guetos, se formos pensar os bairros e as cidades de maneira geral. Porém, criam-se também universos paralelos que possuem dinâmicas próprias, e ricas e intensas. Entre rupturas e sociabilidades, essas mulheres constroem e experimentam outras formas criativas de viver e significar suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo deste estudo de analisar os modos de enfrentamento desenvolvidos em contextos de pobreza pode-se concluir que a pobreza em uma perspectiva multidimensional organiza-se em cadeias de miserabilidade e vulnerabilidades expressas em diferentes dimensões: tanto no modo como organizam suas vidas, nos bens, nos recursos e nas atividades a que têm acesso, quanto nos preconceitos e restrições no acompanhamento e na assistência por parte das políticas públicas e na dificuldade de adaptação das instituições às suas demandas e necessidades. Fica o questionamento: quem tem direito a ter direitos?

Percebe-se também que o acesso às redes de apoio social, sejam elas comunitárias, familiares, de amigos/companheiros de trabalho, religiosas e institucionais, ocupam um importante lugar no enfrentamento às dificuldades próprias da vida em pobreza. Tais redes surgem como possibilidade de enfrentamento à violência, à fome, à falta de moradia, a aspectos financeiros, às dificuldades de acesso a um serviço de saúde. Frente à fragilidade e ineficiência dos apoios institucionais, evidencia-se a potência das estratégias informais de enfrentamento, expressas através de condutas individuais e grupais de convívio com o sofrimento e a violência.

A religião e a crença em uma Divindade surgem como possibilidades de significação e ressignificação da vida e o estabelecimento de alguma ordem explicativa e possibilidade de conduta frente a problemáticas de difícil resolução e superação. Isto se aplica tanto no enfrentamento à pobreza, quanto às problemáticas de saúde. Cabe, entretanto, considerar o duplo poder das religiões e da espiritualidade serem impulsionadoras para a ação e para a resignação frente a um destino fatal.

O estudo das estratégias de enfrentamento possibilita, portanto, a compreensão da importância das relações estabelecidas no social e destas frente à ausência do Estado, na promoção da saúde e bem-estar dos sujeitos pesquisados. Tal fato sinaliza a urgência da saída da invisibilida-

de das demandas e realidades dos coletivos historicamente esquecidos, como os pobres, os loucos e as prostitutas. Evidencia-se, também, a necessidade de ampliação das fontes de apoio social (para além de fontes informais), com uma presença mais ativa e eficaz do Estado. Esse movimento de reconhecimento pode contribuir para o processo de fortalecimento desses sujeitos, potencializando estratégias de enfrentamento individuais e coletivas, formais e informais.

REFERÊNCIAS

- Accorsini, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Amarante, P. (2008). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Antoniuzzi, A.S., Dell'Aglio D.D., & Bandeira, D.R. (1998). O conceito de *coping*: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3 (2), 273-294.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. (3a ed.). Lisboa: Edições 70.
- Basaglia, F. (2008). Saúde/Doença. In P. Amarante & L.B. Cruz (Org.) *Saúde Mental, Formação e Crítica*. Rio de Janeiro: Laps.
- Bastos A.C.S., Velame, Z.L.S., Franco, A.L.S., & Teixeira, A.E. (2006). Saúde: um dever do Estado ou um assunto de família? Análise da experiência de famílias de um bairro popular junto ao sistema de saúde. *Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.*, 16(2), 01-15.
- Bastos, A.C.S., Rabinovich, E.P., & Almeida, M.B. (2011). Living the World of Poverty: The Researcher as Participant/Apprentice. *Psychology and Developing Societies*, 22(2), 221-247.
- Bauman, Z. (2008). Os usos da pobreza. In Bauman, Z. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas* (pp.148-157). Tradução: José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Botomé, S.P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5 (1), 1-15.

Carvalho, M.A.A.S. (2010). *Fortalecimento das pessoas com transtornos mentais: a experiência dos usuários do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 127f.

Cavalcante, J.A.M. (2011). *Soeciopoetizando a participação nos entre-lugares de crianças, adolescentes e adultos/as conselheiros/as do orçamento participativo de Fortaleza/CE*. Dissertação (Mestrado): Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará.

Cidade, E.C., Moura Jr., J.F., & Ximenes, V.M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.

CNDSS (Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde). (2008). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Codes, A.L.M. (2008). *A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: Em direção a uma visão complexa*. Texto para discussão. Brasília: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf.

Couto-Oliveira, V. (2007). *Vida de mulher: Gênero, pobreza, saúde mental e resiliência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília. Brasília.

Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(1), 95-121.

Freire, P. (2004). *Pedagogia do Oprimido*. (39a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

García, A.R. (2007). *Pobreza y estrategias de afrontamiento*. Tesis (Doctorado). Departamento de Psicología. Universidad Iberoamericana. México.

Gerhardt, T.E.(2006). Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. *Cad. Saúde Pública*, 22(11), 2449-2463.

Góis, C.W.L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará: Uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.

Góis, C.W.L. (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora Hucitec.

Lane, S.T.M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

Level, J.P., & Martínez, Y.I.C. (2007). Pobreza y apoyo social: Un estudio comparativo en tres niveles socioeconómicos. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 177-188.

Lima, M., Stotz, E., & Valla, V. (2008). Pobreza e violência: Desafio para os profissionais de saúde. *Rev. APS*, 11(3), 273-284.

Martín-Baró, I. (2011). Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In R. Guzzo & F. Lacerda Júnior. *Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*, (pp. 199-219). São Paulo: Alínea.

Martín-Baró, I. (2005). *Acción e Ideología: Psicología social desde centroamérica*. (2a ed.). San Salvador: UCA Editores.

Martin-Baró, I. (2003). *Poder, ideologia y violencia*. Madrid: Trotta.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.

Medeiros, R. (2006). *Prostituição e imaginário Popular*. V Encontro da Rede Pastoral Oblata, Salvador.

Minayo, M.C.S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (12a ed.) São Paulo: Hucitec.

Nepomuceno, B.B. (2013). *Pobreza e saúde mental: Uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 151f.

Olivar, J.M.N. (2012). Prostituição feminina e direitos sexuais: Diálogos possíveis? Sexualidad, Salud y Sociedad - *Revista Latinoamericana*, 11, 88-121

OMS (Organização Mundial de Saúde). (2002). *Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança*. Relatório mundial da saúde. Lisboa.

Pinheiro, C.M., Santos, N.L.D., & Santos, J.E.D. (2009). Discursos coletivos sobre sofrimento psíquico em famílias em situação de vulnerabilidade social. *Saúde em Debate*, 33(83), 465-473.

Piscitelli, A. (2005). Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, (25), 7-23.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Recuperado de http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf.

Rabelo, M.C., Alves, P.C., & Souza, I.M. (2006). Signos, significados e práticas relativos à doença mental. In M.C. Rabelo. *Experiência de doença e narrativa*. (pp.43-74). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

Ramos, F.R.L. (2004). *A danação do objeto: O museu no ensino de história*. Chapecó: Argos.

Ribeiro, M.C.S.A., Barata, R.B., Almeida, M. F., & Silva, Z.P. (2006). Perfil sociodemográfico e padrão de utilização de serviços de saúde para usuários e não usuários do SUS – PNAD 2003. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11(4), 1011-1022.

Rotelli, F. (1990). Desinstitucionalização: Uma outra via. In F. Rotelli, F.; O. Leonardis & Mauri D. (Orgs.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Ed. Hucitec.

Saffioti, H.I.B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Função Perseu Abramo, 2004.

Saraceno. B. (1999). *Libertando Identidades: Da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá.

Sawaia, B.B. (2009). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Silva, L.B. (2012). Entendendo e potencializando os modos de organização de mulheres em situação de prostituição no centro histórico de Salvador/BA. *Fato & Versões*, 4(7).

- Silva, L.B. (2014). *Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres*. Dissertação (Mestrado). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. 166f.
- Siqueira, L. (2014). *Pobreza e serviço social: Diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez.
- Stotz, E.N. (2005). Pobreza e capitalismo. In V.V. Valla, V.V.; E.N. Stotz, & E.B. Algebaile. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública.
- Valla, V. (1999). Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cad. Saúde Pública*, 15(2), 7-14.
- Valla, V. (2005). Globalização, a questão social e a nova pobreza. In V.V. Valla, V.V.; E.N. Stotz, & E.B. Algebaile. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública.
- Valla, V. (2000). Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 4(7), 37-56.
- Vasconcelos, E.M. (2009). Espiritualidade na Educação Popular em Saúde. *Cad. Cedes*, 29(79), 323-334.
- Ximenes, V.M., Cidade, E.C., & Nepomuceno, B.B. (2015). Psicología comunitaria y expresiones psicosociales de la pobreza: Contribuciones para la intervención en políticas públicas. *Universitas Psychologica*, 14(4), 15-28.
- Yamamoto, O.H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I.F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. especial), 9-24.
- Zavaleta, D. (2011). Pobreza, vergüenza y humillación: una propuesta de medición. *Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano*. Boletín n. 76. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Verguenza.pdf>.

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À POBREZA EM CONTEXTOS URBANO E RURAL DO CEARÁ¹

*Verônica Morais Ximenes
Marília Studart Barbosa
Janaína Miranda Cruz*

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, a pobreza se configura como uma questão social e política, sendo pauta recorrente na agenda pública nacional, que se revela por meio dos programas do governo federal de erradicação da pobreza, dentre eles o Programa Bolsa Família (PBF) e o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Esses programas ganharam maior visibilidade com a comemoração dos 10 anos do Bolsa Família, em 2013, e com os dados apresentados pelo Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2014), que divulgou que o índice de pobreza reduziu no Brasil de 24,68%, em 2002, para 8,5%, em 2012, e a extrema pobreza caiu de 9,79% para 3,56% em igual período. Esse mesmo relatório direciona os méritos desses índices a Programas como o PBF e o BSM, dentre outros.

Além desses índices, têm-se observado também nos últimos anos, a crescente iniciativa do país em ampliar o acesso de crianças e adolescentes à escola, onde o PBF, desde a sua implementação e por meio do sistema de condicionalidades, tem contribuído para a redução da taxa

1 Este capítulo faz parte da pesquisa “Impactos da Pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: a avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e da Canafistula (Apuiarés/Ceará)”, financiada pelo Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº 07/2011.

de evasão escolar entre as faixas etárias de 6 a 16 anos (Brandão *et al.*, 2013) e as taxas de aprovação no ensino médio passaram a ser mais favoráveis aos alunos acompanhados pelo PBF que a média nacional de aprovação dos demais alunos do ensino público (Craveiro & Ximenes, 2013).

A partir desses resultados positivos, Campello (2013) afirma que o Brasil, à vista do PBF, tem superado a banalização e naturalização da pobreza e da fome, assegurando as garantias sociais, e, por ser uma proposta recente, tem cada vez mais havido a necessidade de avaliar o programa por meio do ponto de vista dos próprios beneficiários, a fim de avaliar sua sustentabilidade e seu potencial de impactar a vida de gerações de brasileiros, e aprofundar os estudos na distribuição de renda, bem como das políticas públicas a ele vinculadas.

Apesar de muitos dados terem mostrado alguns avanços relativos à maior participação e rendimento dos estudantes no cenário escolar, muitos autores têm questionado o tipo de educação que tem sido ofertado às populações em situação de pobreza e extrema pobreza, apontando a necessidade de uma revisão nos métodos, estratégias e políticas educacionais que deem conta desse novo contexto de inclusão (Guzzo, 2005; Pires, 2013; Setúbal, 2010).

Para tanto, objetivamos compreender como o acesso às políticas públicas de Assistência Social e de Educação pode impactar no enfrentamento à pobreza a partir dos discursos dos moradores de comunidades rural e urbana do Ceará. O enfoque dado a essas duas políticas parte da compreensão de que o incentivo ao acesso à educação e à assistência social tem sido relevante para a transformação do contexto de pobreza em que se encontram milhares de brasileiros. Para alcançarmos esse objetivo, torna-se relevante uma discussão acerca de a que concepção de pobreza nos referimos e quais são suas implicações psicossociais.

2 O QUE ENTENDEMOS SOBRE POBREZA E SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

A pobreza passou a ser observada enquanto problema social apenas com o advento do capitalismo, que promoveu uma divisão socioeconômica representada na relação empregador-empregado, gerando acúmulo desigual de riquezas. Dessa forma, na lógica capitalista, “os pobres são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade nos planos social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade” (Yazbek, 2012, p. 289), ou seja, o lugar de indesejáveis devido a sua condição social. É nesse cenário que surge, no Brasil, a preocupação de se estabelecerem estratégias de enfrentamento à pobreza. Cabe determinar, no entanto, de qual concepção de pobreza estamos falando.

Não há um consenso quanto à definição de linha de pobreza, ficando a cargo das instituições de pesquisa os critérios e metodologias utilizadas para sua mensuração, o que nos direciona para diferentes números estatísticos e não nos permite obter um padrão oficial de análise. Rocha (2003) e Accorssi (2011) atentam para essas diferentes linhas, classificando-as em duas vertentes: pobreza absoluta ou abordagem de subsistência (perspectiva unidimensional) e pobreza relativa (análise multidimensional).

A pobreza unidimensional considera apenas um fator ou uma análise baseada nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. Esta última se respalda na determinação do Banco Mundial de que o sujeito é classificado em situação de extrema pobreza quando sua renda é de US\$ 1,25 ao dia e classificado em situação de pobreza quando sua renda diária é de US\$ 2,00 por dia (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010). A pobreza multidimensional (Sen, 2000) é observada em sua complexidade e relacionada com as necessidades básicas do indivíduo, sendo necessário um mínimo de condições para

o consumo privado e também acesso aos serviços públicos tais como: saúde, educação etc.

Partindo dessa perspectiva, Cidade, Moura Jr. e Ximenes (2012) apontam a necessidade de se compreender a pobreza na realidade psíquica, envolvendo a esfera simbólica, política e o concreto vivido por sujeitos em condição de pobreza, não podendo ser compreendida, portanto, fora do contexto cultural. Anuncia-se assim um conceito de pobreza não limitada às questões monetárias, mas que é observada enquanto privação de capacidades básicas, enquanto privação de viver uma boa vida, condicionada pelas oportunidades sociais (saúde e educação), políticas (liberdade de participação ou discordância política) e econômicas (ocupação) (Sen, 2000).

Nesse sentido, faz-se relevante buscar compreender as implicações psicossociais da pobreza, ou seja, como ela é simbolizada no psiquismo humano e quais as repercussões que ela gera na vida dos sujeitos em situação de pobreza a partir de uma análise dos discursos de sujeitos que vivem em comunidades pobres.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O marco histórico com a promulgação da Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988 possibilitou a inserção dos direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal (Sposati, 2009). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) visa a concretizar a participação estatal na garantia dos direitos sociais, aprofundando a preservação, a segurança, e o respeito à dignidade de todos os cidadãos (Brasil, 2005a). A PNAS aborda a questão da proteção social na perspectiva da intersectorialidade, a partir da articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida que favorecem o enfrentamento da pobreza.

Quanto à questão social da pobreza, Couto (2004) nos lembra de que a Política de Assistência Social tem o desafio de mudar o pensa-

mento enraizado na cultura brasileira em tratar a pobreza por um viés conservador que impede o funcionamento de uma cultura de direitos sociais. Os passos para o rompimento de uma cultura conservadora podem ocorrer por meio da garantia de direitos como a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar, previstas pela PNAS (Brasil, 2005a).

3.1 Os Programas de transferência de renda: BPC e PBF

A garantia do direito à segurança de rendimento visa a afiançar que todo o cidadão tenha uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, com o intuito de combater a fome, a pobreza e outras privações. Esse é um direito assegurado pelos programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993). Ambos os programas obtêm como critério de inclusão a avaliação da pobreza na perspectiva monetária.

O BPC é um benefício individual, intransferível e não vitalício que assegura a transferência mensal de um salário mínimo a idosos acima de 65 anos e pessoas de qualquer idade com deficiências (motoras, cognitivas e emocionais) que tenham um rendimento mensal familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. O público-alvo do PBF são famílias consideradas extremamente pobres e pobres que possuam respectivamente renda *per capita* familiar igual ou inferior a R\$ 77,00 e R\$ 154,00². É importante alertar sobre o perigo de reduzir o ser pobre à privação material se focarmos o olhar apenas na ausência ou insuficiência de renda.

Por outro lado, com o desenvolvimento crescente da Política de Assistência Social, também observamos em ambos os programas uma atenção do governo federal voltada a outras esferas que vão para além

² Valor reajustado em junho de 2014 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014a).

da monetária. Essa visão se concretiza na implementação, em 2007, do BPC na Escola e, em 2012, do BPC no Trabalho, sendo o primeiro responsável por garantir o acesso de crianças e adolescentes deficientes beneficiários do BPC à escola, e, o segundo ter como objetivo promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários deficientes do BPC à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, dando prioridade à faixa etária de 16 a 45 anos. Além disso, tem-se também o sistema de condicionalidades³ do PBF que articula a transferência monetária direcionada às famílias com as políticas estruturantes de saúde, educação e assistência social.

A associação do BPC e do PBF com políticas intersetoriais nos faz refletir sobre a perspectiva multidimensional da pobreza (Sen, 2000), que é avistada em sua complexidade e não é considerada apenas como sinônimo de insuficiência de renda das famílias. Assim, o combate à pobreza não se restringe ao recebimento do benefício, mas é ampliado à medida que também prioriza o acesso das famílias aos serviços e ações de outras políticas que incentivam o desenvolvimento das capacidades dos beneficiários e aumentam as suas possibilidades de escolha. Cunha (2009) destaca algumas ações significativas para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias, dentre as quais citam-se: as de geração de trabalho e renda; aumento da escolaridade e acesso ao conhecimento; melhoria das condições habitacionais; e outras políticas.

Com o avanço do PBF, o governo federal anunciou por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015) que, em janeiro de 2015, cerca de 14 milhões de famílias tiveram sua renda complementada por meio do programa, sendo o Ceará classificado em terceiro lugar no *ranking* dos Estados nordestinos, com 1.089.103 famílias. Esse número se deve, em parte, à implementação do Plano Brasil

3 As condicionalidades são definidas por Silva e Lima (2014, p. 32) como “contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, visando a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representando o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e inclusão social sustentável”.

Sem Miséria (BSM) que, com suas ações, alcançou famílias antes não beneficiadas.

3.2 O Plano Brasil Sem Miséria (BSM)

O BSM veio fortalecer a responsabilidade do Estado em garantir os direitos às famílias pobres que, por motivo de desinformação, exclusão, abandono e isolamento, não estavam inseridas nos programas sociais. Para alcançar cada vez mais a população de direito, o BSM propôs ações de busca ativa e tem se organizado em três eixos que se complementam: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2013; 2014a).

O primeiro eixo tem como objetivo conceder alívio imediato à situação de extrema pobreza e para isso se destaca a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a ação Brasil Carinhoso, lançada em maio de 2012, com o objetivo de reduzir a extrema pobreza na primeira infância, posteriormente ampliada para crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O segundo eixo tem como meta levar às localidades mais pobres o acesso a serviços públicos de saúde, educação e assistência social, de modo a ampliar as ofertas e a qualificação desses serviços a fim de melhorar as condições de vida dessa população. O terceiro eixo se caracteriza pela oferta de qualificação profissional, ocupação e renda às populações pobres, tanto na área urbana quanto na rural, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria) e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), além de programas na zona rural, conforme apontam Mello et al. (2014), de assistência técnica voltados para a ampliação do acesso à água e energia elétrica e de apoio à comercialização da produção da zona rural.

Com o BSM, outras dimensões que favorecem a situação de pobreza, além da insuficiência de renda da população extremamente pobre,

têm sido levadas em consideração como: “insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013, p. 10). Fica claro com essa afirmativa que a visão de pobreza do Plano é baseada também na concepção multidimensional de Sen (2000).

4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ÊNFASE NA EDUCAÇÃO

Dentro do contexto de desigualdade e exclusão social, a educação tem sido compreendida como um mecanismo capaz de gerar mobilidade social, o que tem sido evidenciado por Programas do Governo Federal, cujo alvo de ação é o acesso e permanência dos mais vulneráveis à escola. O Programa Bolsa Escola, que surgiu na década de 1990 em alguns estados brasileiros, foi base para a criação do que temos hoje com o PBF. O Bolsa Escola foi um programa de transferência de renda que tornava obrigatória a frequência escolar das crianças das famílias que recebiam o benefício, assumindo a ideia de que o acesso à educação poderia provocar mudanças na aquisição da renda familiar (Rocha, 2013).

Entretanto, uma análise que se faz do Programa Bolsa Escola é de que não havia uma prioridade educacional, o que é evidenciado pela ausência de medidas voltadas para compensar as defasagens educacionais de estudantes de famílias de baixa renda (Rocha, 2013). Tal crítica também é feita ao PBF, embora o contexto educacional atual conte com uma série de mudanças a partir da implementação de programas e estratégias nacionais voltados para a melhoria no acesso e na permanência dos estudantes da educação básica e do ensino superior, como o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio, o Programa Mais Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU),

o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Leis de cotas, dentre outros (Ministério da Educação, 2015).

De acordo com Campello (2013), quando o PBF foi criado, com a estratégia do acompanhamento da frequência escolar, havia uma intenção de ajudar a superar os indicadores educacionais das crianças e adolescentes mais pobres, com altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série, a fim de contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. De acordo com a autora, as condicionalidades conseguiram reduzir os indicadores acima mencionados.

A pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2011) apresenta alguns indicativos de resultados mostrando que a condicionalidade da educação contribuiu para reduzir em 36% a porcentagem de crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos que não frequentavam a escola, elevando a frequência escolar das crianças com oito anos ou mais de estudo de 81,7%, daqueles sem o benefício, para 91,9%, entre aqueles que o recebiam.

Já em relação à taxa de estudantes de até 15 anos que concluíram o ensino fundamental, aqueles participantes do PBF apresentam uma taxa de 75,6% contra 79,4% dos demais. As taxas de abandono escolar são menores para os estudantes do PBF somente nos anos finais do ensino fundamental, como também no ensino médio. Quanto às taxas de aprovação, na média nacional dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os resultados são piores para os estudantes do PBF, mas no ensino médio o resultado é favorável aos estudantes do PBF (79,7%) contra os demais da rede pública (75,5%) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2011 *apud* Craveiro & Ximenes, 2013).

Os dados acima apresentados apontam para um cenário de mudanças no contexto educacional com a maior participação de estudantes pobres nas escolas, ainda que em muitas situações essas mudanças, em termos numéricos, não sejam tão expressivas. Uma questão que se

apresenta como relevante é: como fazer desse tempo que os estudantes passam na escola momento para aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de ajudá-los no enfrentamento às adversidades relativas ao cenário de pobreza e vulnerabilidades sociais?

A partir dessa concepção da educação como estratégia para diminuição da pobreza e da desigualdade social, alguns estudos levam em consideração a relação entre o tempo de escolaridade e a situação de pobreza, como é o caso dos estudos realizados desde a década de 1990 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2007), que aponta para a necessidade de haver no mínimo 12 anos de escolaridade para se sair da pobreza. O estudo realizado por Barbosa Filho e Pessoa (2009 *apud* Setúbal, 2010) aponta que um ano de educação formal aumenta em 10% a renda do trabalhador e aumenta em 7% a renda *per capita*. Essas pesquisas mencionadas nos fazem questionar que indicadores sociais, para além do fator monetário, podem definir quem é pobre, que políticas públicas, de fato, podem contribuir para o enfrentamento da pobreza e que tipo de educação é preciso nesse contexto.

Pires (2013) nos aponta que os Programas de Transferência de Renda Condicionados (PTRC), como o PBF, dão ênfase no tempo de estudo e não no tipo de estudo, acreditando que o Estado deve financiar o investimento em educação para crianças e jovens de famílias pobres e que o retorno desse investimento será percebido através do aumento da renda dessas pessoas quando venderem sua força de trabalho mais valorizada por terem tido acesso ao estudo.

Reimers et al. (2006), ao discutirem a qualidade do ensino oferecido pelos PTRC implantados em várias partes do mundo nos anos 2000, dentre os quais o PBF, perceberam uma atenção voltada para o incentivo às matrículas escolares, ao acompanhamento da frequência escolar e ao aumento da escolaridade, não existindo dentro dos programas uma atenção voltada à qualificação dos processos de ensino/aprendizagem, partindo da premissa que os pobres aprenderão mais a partir do ingresso

e permanência na escola independentemente da qualidade do ensino oferecido.

Na visão desses autores, os PTRC não podem ser considerados programas de política educacional exatamente por não interferirem na qualidade dos serviços de educação ofertados para a população, mas sim considerados como políticas de bem estar social que mostraram avanços dentro do cenário de políticas públicas. Eles questionam ainda se os gastos com as PTRC não seriam mais bem empregados em políticas educacionais ao partirem da constatação de que não há eficiência em um PTRC se não houver uma educação básica de qualidade.

Por outro lado, Campello (2013) não acredita que o PBF deva assumir a responsabilidade de ser a principal iniciativa para a superação dos desafios educacionais brasileiros, acreditando que é da competência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a busca por políticas específicas voltadas para essa questão. O que a autora enfatiza é a contribuição que a condicionalidade do PBF teve para incentivar o acesso e permanência de estudantes na escola como uma estratégia de contribuição para a superação da pobreza.

Algumas iniciativas, como o ENEM e o SISU, que ampliaram as possibilidades de acesso de estudantes a universidades públicas de todo o país, o PROUNI e o FIES, que facilitam o acesso a instituições privadas de ensino superior, e a Lei de Cotas (Brasil, 2012), que garante a reserva de 50% das matrículas nas universidades e institutos federais a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, têm modificado de forma concreta o acesso de jovens de classes populares a universidades públicas.

A questão que se apresenta como ponto de discordância entre os autores mencionados ao longo deste tópico é referente à querela sobre a real contribuição para a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais dessas estratégias e políticas em torno da educação pública. Nesse sentido, ampliaremos a discussão trazendo a visão dos sujeitos

sobre a educação em contexto de pobreza, avaliando o tipo de educação necessária para alcançarmos transformações efetivas nas condições materiais e subjetivas de suas vidas.

5 PROCESSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa teve um delineamento quantitativo e qualitativo, realizada no período de 2012-2013, com um enfoque sobre as implicações psicossociais da pobreza em uma comunidade urbana e uma rural no Ceará. No caso específico deste trabalho, o foco será os dados qualitativos provenientes dos discursos de moradores e moradoras dessas comunidades.

A etapa quantitativa consistiu na aplicação de um questionário com dados sociodemográficos (cidade, idade, sexo, trabalho, renda, natalidade, escolarização), sendo aplicado a 417 sujeitos – 210 (50,4%) residentes na comunidade urbana do Grande Bom Jardim, localizada no município de Fortaleza (Ceará-Brasil); e 207 (49,6%) residentes na comunidade rural da Canafístula, localizada no município de Apuiarés (Ceará-Brasil). Os participantes eram maiores de 18 anos, residentes há mais de um ano na comunidade, sendo a amostra constituída por 143 pessoas jovens (34,9%), 224 adultos (54,7%) e 42 idosos (10,3%). A média da idade foi de 40,07 com desvio padrão de 17,33. A etapa qualitativa consistiu na realização de cinco grupos focais com pessoas que já haviam respondido ao questionário, sendo três realizados na Canafístula, com um total de 22 sujeitos, e dois grupos no Bom Jardim, com um total de 16 sujeitos.

O Grande Bom Jardim é uma das regiões mais populosas de Fortaleza, contando com uma população estimada de 220 mil habitantes e, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2012), a região é classificada com o maior número de contingente de pessoas em situação de extrema pobreza (7,12%). No município de Apuiarés, 37,84% da população rural vivem em extrema pobreza (Insti-

tuto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2014). O município de Apuiarés é constituído, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014b), por 14.483 habitantes, com 2.558 famílias beneficiadas com o PBF, e 43 com o BPC. Na comunidade de Canafístula, localizada a cerca de 26 km de distância da sede do município e a 118 km de Fortaleza, há em torno de 170 famílias residentes, no total de pouco mais de mil pessoas. A renda local provém da agricultura familiar, benefícios sociais, funcionalismo público e aposentadorias.

Para a análise dos grupos focais, recorreremos à análise de conteúdo, que é uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso, o que permite o entendimento das representações que eles fazem da sua realidade e a interpretação dos significados a sua volta (Silva et al., 2005).

6 REPRESENTAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A forma de compreensão da população pesquisada quanto aos programas de transferência de renda parte da influência cotidiana na formação do pensamento social. O pensamento social da pobreza configura-se como um processo sociocognitivo que sustenta os modos de pensar, ser e agir, e é constituído a partir das relações que se estabelecem com o mundo e com os outros, se fazendo presente nas atividades sociais, políticas e econômicas, e em todo lugar (Accorssi, 2011).

Assim, como importantes dados para avaliarmos essa perspectiva, temos na pesquisa quantitativa o resultado de 256 pessoas (61,4%) recebendo algum tipo de benefício, sobretudo o Bolsa Família, e 159 (38,1%) que informaram não serem beneficiados por nenhum programa social. Com isso, percebe-se um maior contingente de famílias com o direito de garantia de renda assegurado, o que contribui para a compreensão dos moradores de que em decorrência desses programas, não há mais

fome e nem extrema pobreza na comunidade: “Eu acho que aqui nós não temos situação de pobreza extrema de jeito nenhum, por conta disso mesmo, desses programas sociais” (GF3C). Em contrapartida, o pensamento social que ecoa nos discursos da comunidade rural é de que os programas de transferência de renda não são a solução para acabar com a pobreza e que, por sua vez, promovem a acomodação e a estagnação de muitos que preferem receber o benefício a terem que trabalhar:

Eu acho que não acaba (a pobreza) não, só com isso aí não acaba [...] só esse bolsa família, eu acho que deixa assim o pessoal tudo já meio acomodado, porque sabe que tem aquele dinheiro no fim do mês e que dá pra comprar alguma coisa, pelo menos pra alimentação, né? (sic) (GF3C)

Este pensamento se contrapõe ao que afirma Campello (2013) quando se refere ao mito que considera o BF como um modo de acomodar as famílias. Os estudos de Barbosa e Corsuill (2013) corroboram essa afirmativa na medida em que constataram que tanto o desincentivo ao trabalho como o incentivo à ocupação informal gerada pelo PBF são muito pequenos ou nulos. Entretanto, conjecturamos que elementos como a pouca oferta de emprego formal na comunidade rural, que é uma reclamação constante dos moradores, assim como a falta de água durante a seca, que prejudica no cultivo e na criação de animais, e o fato de se contentar com pouco, pois “o pouco que eu tenho, já me serve, estou satisfeita com a vida” (GF3C) contribui para o pensamento social sobre o PBF gerar acomodação e estagnação.

Verificamos também que o acesso ao benefício tem mobilizado outros hábitos de consumo. Além da alimentação, as famílias têm se preocupado em adquirir outros bens como a compra de mobiliário: “se compra móvel, se compra uma coisa e outra...” (GF3C). Dessa forma, o acesso à renda mínima possibilita a participação no mercado e incentiva o comércio, além de contribuir para “a elevação da autoestima e de uma pequena, mas importante, ascensão social” (Silva, 2014).

Outro aspecto observado foi a importância dada pelos participantes ao recebimento do benefício pelas mulheres, justificando que a mulher cuida melhor do dinheiro: “[...] quando o dinheiro passou a ser administrado pelas mulheres foi muito melhor [...] porque antigamente [...] só os homens que iam receber esse dinheiro, e quando chegava na rua, a gente via um monte de homem bebendo” (GF3C)

A titularidade do benefício dado à mulher contribui para sua autonomização permitindo a elas “um mínimo de programação da própria vida” (Rêgo & Pinzani, 2013, p. 365). Ainda de acordo com os autores, a participação no programa favorece a superação da cultura de resignação com possibilidades morais de libertação da opressão do cônjuge, modos de vida característicos das regiões pobres do Brasil marcadas pelos rígidos controles familiares sobre as mulheres. Assim, em seus discursos, aponta-se para a contribuição do PBF na forma como essas mulheres se percebem enquanto cidadãs autônomas que cuidam da dinâmica familiar.

7 AFINAL, O QUE É SER POBRE?

A visão de pobreza dos participantes está vinculada à fome, à habitação e à educação, porque pobreza é “não ter o que comer e não ter onde morar” (GF3C) e “eu acho que a nossa pobreza hoje tá mais ligada à falta de educação [...]” (GF1C). Percebem-se, nessas duas falas, a complexidade e a multiplicidade das formas de manifestação da pobreza, que, por sua vez, está vinculada à privação de necessidades básicas como alimento, moradia e educação, corroborando a perspectiva multidimensional da pobreza (Sen, 2000). Assim, para os moradores, “a carência existe porque essa bolsa não dá pra tudo, e isso reflete na saúde, isso reflete na educação” (GF2C) e a pobreza não está ligada apenas à insuficiência de renda, mas à necessidade da garantia de segurança alimentar, educação e saúde.

Ao longo dos depoimentos, os participantes reconhecem haver desenvolvimento da comunidade rural em decorrência do acesso aos serviços e às políticas públicas, mas também alertam para suas deficiências como a precária estrutura das estradas, a falta de médico nas unidades básicas de saúde, a falta de acesso à água de qualidade e a falta de oferta de emprego. Isso pode estar associado ao que Albuquerque (2001) preconiza quanto às políticas públicas serem desenvolvidas mais efetivamente nos contextos urbanos, tornando as áreas rurais mais precarizadas estruturalmente.

Por outro lado, Campello e Falcão (2014) destacam os resultados positivos do BSM por meio da inclusão produtiva rural, na redução da extrema pobreza multidimensional crônica⁴ no Nordeste, que passou de 17,9%, em 2002, para 1,9%, em 2013, independente dos contextos urbano e rural, mas também reconhecem a necessidade de ampliar a universalização do acesso à água no Nordeste brasileiro e de continuar a combater a pobreza e a desigualdade mediante a renovação do compromisso e estabelecimentos de novas metas.

Outro ponto de vista a ser considerado quanto à existência da pobreza, encontra-se no seguinte discurso: “É, eu acho que a pobreza existe [...] por causa do sistema. Do sistema econômico, né? (sic). Porque, no capitalismo, sempre vai existir o pobre e o rico” (GF1BJ). Assim, esse pensamento reflete uma ideologia neoliberal que legitima a manutenção da desigualdade social e da pobreza (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012), ao mesmo tempo em que compactua com um processo de culpabilização do pobre e naturalização da pobreza.

Quando questionados se eles se consideram pobres, alguns dos entrevistados se consideram pobres, outros nem ricos nem pobres e outros ricos. Este quesito se relaciona com o que é denominado de linha de pobreza subjetiva, em que a pobreza é baseada na opinião da população

4 A pobreza crônica é uma classificação do Banco Mundial que consiste no grupo de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e que estão sujeitas a três ou mais formas de privação (Campello & Falcão, 2014).

acerca do que consideram como o mínimo necessário para viver “decendentemente” (Spicker, Leguizamón & Gordon, 2009).

Os que se consideram pobres afirmam que são pobres por não terem renda suficiente para matricularem seus filhos na escola privada, reforçando o paradigma capitalista da diferença entre rico e pobre, ou porque não têm casa própria ou ainda porque resgatam a noção de uma pobreza intergeracional: “sou pobre, meu pai era pobre, eu nasci na pobreza” (GF1C). Esse pensamento, por sua vez, revela-se por meio de uma significação ideológica construída nos sujeitos a partir de suas relações sociais e contexto social, e é denominada por Góis (2008) de ideologia de submissão e resignação, na qual o indivíduo se submete a uma inferiorização cultural, social e econômica.

Aqueles que se consideram “nem ricos nem pobres” afirmam que não são pobres porque têm acesso à moradia e à renda por meio de ocupações e da aposentadoria, garantindo assim o alimento diário. Além disso, em sua maioria, apontam que existem outros mais privados do que eles: “[...] aqui ao redor mesmo, tem muitas pessoas mesmo (sic) que não têm nada, né? (sic)” (GF2C). Os que se consideram ricos afirmam que é porque têm rendimento para pagar um plano de saúde e prover seu alimento, e têm onde residir. Eles também assim se classificam, enfatizando seus valores morais como sendo “rico também da graça de Deus” (GF1BJ) e “rica de espírito” (GF2BJ). Percebemos que esses discursos estão permeadas por valores religiosos e morais, característicos de uma expressão fatalista, que perpassam o modo de vida dos moradores na medida em que, conforme Martín-Baró (1998), as pessoas atribuem às forças divinas ou à sorte a responsabilidade pelos fatos. Assim, o fatalismo é compreendido como alternativa para sobreviver em situações adversas (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012), representado nos discursos dos participantes ao afirmarem estar satisfeitos com a vida, mesmo em contextos de pobreza.

7.1 Pobreza e educação

Quando nos voltamos às questões específicas que envolvem a relação entre a pobreza e a educação, percebemos que o maior incentivo é dado às crianças e adolescentes, público visado pelas políticas de transferência de renda, por serem considerados atores capazes de, a partir dos estudos, reverterem as condições precárias de vida. Ainda que haja um maior investimento sobre esse público, há uma problemática em relação ao acesso da juventude à escola: “[...] E não sei o que tá (sic) acontecendo atualmente com os nossos adolescentes, né? (sic), que eles estão muito desestimulados, a gente vê uma desistência muito grande [...] Tão (sic) nem aí pra realmente querer buscar um futuro melhor” (GF3C)

De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2009), 40% dos jovens de 15 a 17 anos se evadem das escolas por acreditarem que a escola é desinteressante. O problema da evasão nessa faixa etária atinge quase 20% da população, segundo a pesquisa. O resultado dessa pesquisa se contrapõe ao mito de que os jovens pobres abandonam a escola para trabalharem.

A análise que se faz desse contexto é de que a escola, para esses jovens que se evadem, não é vista como espaço de apoio social, o que contribui para a desmotivação e desligamento da política pública. Segundo Valla (1999), o apoio social ocorre quando qualquer informação ou auxílio material oferecido por grupos e/ou pessoas, ou o Estado, no caso em questão, resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos tanto para quem recebe quanto para quem oferece o apoio. Como se pode perceber no discurso acima, recai sobre o jovem a culpabilização pelo desinteresse em relação à escola, a partir de uma visão que permeia o senso comum de que o jovem pobre tem que aceitar qualquer sacrifício para conseguir superar a sua condição de pobreza.

Percebemos uma diferença quanto à análise das políticas de educação no contexto rural e urbano. No primeiro há, em geral, uma satisfação com os avanços conquistados no âmbito da educação pública com

um enfoque na possibilidade de se ter acesso a uma formação superior. “Sobre a aula tá bom demais, graças a Deus! [...] tem meus filhos, tem já dois se formando e tem outro que tá (sic) querendo se formar também, então a escola tá (sic) boa demais.” (GF1C). Por outro lado, no contexto urbano, muitos sujeitos da pesquisa colocaram o foco na precarização da educação pública: “[...] no ponto de educação, deixa muito a desejar” (GF2B), e:

a questão da, da (sic) vulnerabilidade do bairro não se combate só com segurança pública, né? (sic). E a questão também da educação que também é precária, né? (sic), o pessoal reclama também que não tem creche, que não tem ensino (GF1B).

De acordo com Setúbal (2010), o acesso a uma educação pública não significa que a escola esteja dando conta do seu papel de promover uma formação de cidadãos críticos, participativos e qualificados para o trabalho. A problemática anunciada pela autora nesse contexto é o questionamento de se sabemos fazer educação de qualidade para as populações mais vulneráveis. Se a resposta for positiva, deveremos sentir as consequências desse tipo de educação a partir de uma maior autonomia financeira, participação social, cidadã e política desses sujeitos na sociedade. Já podemos avaliar os frutos dessas iniciativas lançadas pelas políticas públicas? Talvez seja cedo, mas já conseguimos perceber algumas impressões geradas por algumas dessas mudanças:

Hoje, com o Enem, mudou um pouquinho, né? (sic) Mas, antigamente, eu acho que vestibular parecia mais com sistema de exclusão do que de inclusão [...] hoje tá (sic) um pouquinho diferente, porque tão (sic) querendo deixar aquelas cota, né? (sic). É cota, né? (sic) Espero que progrida esse pensamento do nosso governante aí e dê mais chance pro (sic) nosso pessoal (GF1B).

Na realidade brasileira, podemos perceber que alguns programas e políticas públicas educacionais, citados anteriormente, foram implementados com o objetivo de reverter algumas desigualdades sociais his-

toricamente construídas. Embora estejam contribuindo para um maior acesso e permanência de crianças e de jovens em instituições públicas de educação, ainda não geraram um impacto significativo nas metodologias, currículos e valores transmitidos por essas instituições. O que os estudantes pobres conseguem aprender a partir dos conteúdos e metodologias presentes no sistema atual? Com isso não queremos dizer que devamos ter um currículo para ricos e outro para pobres, mas colocamos em pauta a questão: ensinamos aquilo que as crianças e os jovens realmente precisam para crescerem enquanto sujeitos e superarem as condições desiguais historicamente construídas?

A compreensão que muitos sujeitos têm a respeito da educação é de que o acesso a ela transforma a visão de mundo do sujeito e a participação dele na sociedade, sendo capaz de gerar conscientização, como pode ser visto no trecho abaixo:

[...] É por isso que os nossos governantes, infelizmente, eles não investem muito em educação pra (sic) que o povo não ficar, (sic) né? (sic), saber seus direitos, né? (sic). Porque quando o povo começa a saber seus direitos, ele começa mais a cobrar as coisas e os nossos governantes, infelizmente, eles não ligam muito pra essas coisas de educação, né? [...] (GF1B)

Para as classes populares, o acesso à educação pode ser analisado como expressão da esperança, que, segundo Freire (2006), é uma necessidade ontológica, mas não suficiente, uma vez que precisa ser acompanhada de criticidade, porque sozinha acaba caindo no fatalismo. Ela implica uma denúncia das injustiças sociais e das opressões e um anúncio da capacidade humana de não cair num discurso fatalista e construir um futuro diferente.

Essa expectativa que se tem de que a educação é o caminho de transformação das condições materiais e subjetivas dos sujeitos, leva a constatações do tipo “Hoje em dia, se não estudar não vai pra frente” (GF1C) e “Eu quero sempre ocupar a mente dele (estando na escola)

pra ele não querer nada de contato, assim, com rua, né? (sic)” (GF2B). Esses relatos nos alertam para o risco da cristalização de um único jeito possível de ser e de se desenvolver enquanto sujeito. Os sujeitos que não tiveram acesso à educação, nenhum deles ‘foram pra frente?’. O que queremos com essa reflexão é evitar o pensamento de que só a escola pode dar conta do futuro dos sujeitos e ampliar a visão para outras possibilidades de vivências, inclusive fora da escola, que podem funcionar como espaços de aprendizagens diversas, favorecendo uma leitura crítica do mundo e um compromisso ético e político.

Ainda nessa perspectiva da educação como esperança para o futuro, temos o enfoque na formação superior, principalmente nos grupos focais da comunidade rural, como podemos perceber nos seguintes trechos: “hoje a educação tá muito avançada [...] você vai para uma faculdade, você tem uma bolsa [...] futuramente os filhos podem tá (sic) vindo trazer melhores condições para os pais.” (GF1C); e, “com a chegada do PRECE⁵ e do pessoal da faculdade está melhorando muito, pois hoje nós temos muitos jovens na universidade, então isso tá (sic) melhorando muito” (GF1C).

Como se pode perceber, o ingresso no Ensino Superior e a possibilidade de receber uma bolsa de estudos para se manter longe de sua comunidade de origem têm contribuído para modificar a visão tradicional que se tinha de que o jovem pobre, principalmente aquele da zona rural, está predestinado a concluir os estudos e conseguir um trabalho ou manter-se a partir das perspectivas que o campo oferece. O ingresso desses jovens no Ensino Superior pode gerar modificações, a longo prazo, nas configurações das comunidades rurais, na medida em que amplia

5 PRECE é um Programa de Educação em Células Cooperativas, uma organização sem fins lucrativos que está presente em algumas comunidades da região do Médio Curu/Ceará, desde 1994, e estimula jovens de origem popular a estudarem em grupos de estudos para superarem as defasagens educacionais que eles apresentam, contribuindo para o ingresso no Ensino Superior. O Programa também visa a incentivar os estudantes a serem agentes de transformação social em suas comunidades locais.

a formação de um capital social capaz de atuar no desenvolvimento local das comunidades pobres.

8 CONSIDERAÇÕES

As políticas sociais voltadas para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais implementadas nos últimos anos em nosso país tiveram uma grande relevância para a mudança do cenário perverso de exclusão historicamente construído. Essas mudanças podem ser expressas não somente em dados quantitativos que constataam o número de pessoas que superaram a extrema pobreza, a pobreza e a fome, mas pode ser percebido nos discursos dos sujeitos que vivenciam cotidianamente os impactos que essas políticas sociais têm gerado para a garantia dos direitos sociais básicos. Contudo, questões estruturais foram colocadas em xeque como a melhoria no acesso aos serviços públicos e da qualidade nutricional da alimentação, avistando assim a necessidade de se desenvolverem cada vez mais pesquisas que utilizem a perspectiva multidimensional da pobreza, para que também se focalize em outras dimensões relevantes para o enfrentamento à pobreza que vá para além da privação monetária.

A ênfase neste estudo sobre as políticas de assistência social e de educação se deu por conta de compreendermos essas políticas como imprescindíveis para a transformação das condições materiais e subjetivas da vida dos sujeitos em situação de pobreza. Nesse sentido, percebemos que para o enfrentamento à pobreza, que é multidimensional, as políticas acima mencionadas conseguiram ampliar as possibilidades de vida dos sujeitos, embora estejam organizadas dentro de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que opera em estratégias de inclusão, é produtor de exclusões sociais, por carregar consigo princípios ideológicos neoliberais que apartam ricos e pobres como observamos no pensamento social dos participantes. Desse modo, há ainda uma luta constante para que a sociedade brasileira problematize os impactos des-

sa ideologia neoliberal que tem gerado desigualdades sociais ao longo dos séculos.

Assim, acreditamos que seja urgente refletir sobre a implementação de políticas públicas emancipatórias, tanto no âmbito da educação quanto da assistência, que possam abrir espaços de diálogo acerca das contradições expostas pelo capitalismo, voltados para o avanço da consciência dos sujeitos, em uma proposta que reflita sobre as necessidades das camadas populares, tendo como norte a desnaturalização da desigualdade social (Guzzo & Euzébios Filho, 2005).

Quanto à escola, é preciso pensar na reorganização dela para que se consiga atender bem aqueles que estão matriculados e com uma maior permanência (Setúbal, 2010). Se por um lado o sistema educacional brasileiro conseguiu praticamente universalizar o acesso à escola, por outro ainda não conseguiu um modelo eficiente para lidar com a complexidade que envolve uma educação eficiente para populações vulneráveis. Para isso, é necessário fortalecer ainda mais a articulação entre a educação e as outras políticas públicas que atuam no território, investido em uma educação integral que desenvolva parcerias com equipamentos de saúde, assistência, cultura, esporte e lazer, além de desenvolver políticas escolares que priorizem a equidade social.

REFERÊNCIAS

Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4781/1/000431097-Texto%2bCompleto-0.pdf>.

Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.

Albuquerque, F.J.B. (2001). Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en las zonas rurales. *Estudios Agrociales y Pesqueros*, 191(1), 225-233.

Barbosa, A., & Corseuil, C.H.L. (2013). Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In Campello, T., & Neri, M. (Orgs.). *Programa bolsa família: Uma década de inclusão e cidadania*. (pp. 327-340). Brasília: IPEA.

Brandão, A., Pereira, R., & Dalt, S. (2013). Programa Bolsa Família: percepções do cotidiano na escola. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, (38), 215-232.

Brasil. Ministério da Educação. (2015) *Guia de serviços públicos*. Brasil: MEC. Recuperado de <http://www.servicos.gov.br/search?SearchableText=MEC>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015). Bolsa Família complementa renda de 14 milhões de famílias em janeiro. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/bolsa-familia-complementa-renda-de-14-milhoes-de-familias-em-janeiro>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Plano Brasil Sem Miséria no seu Município*. Brasília: MDS.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014a). *Relatório de gestão 2013: Prestação de contas ordinárias anual*. Brasília: MDS. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/arquivos/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%202013.pdf>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014b). *O Brasil sem miséria no seu município: Município de Apuiarés/CE*. Recuperado de <http://www.brasilsemmi-seria.gov.br/municipios>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005a). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)*. Brasília.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005b). *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS): Construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social*. Brasília.

Brasil. Poder Executivo. (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm.

Brasil. Poder Executivo. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm.

Campello, T. (2013). Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In T. Campello & M. Neri (Orgs.). *Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania* (pp. 15-24). Brasília: IPEA.

Campello, T., & Falcão, T. (2014). O fim da miséria é só um começo. In T. Campello, T. Falcão & P. Costa (Orgs.). *O Brasil Sem Miséria*. (pp. 793-823). Brasília: MDS.

Cepal. (2007). *La Juventud en Iberoamérica: Tendencias y urgencias*. Buenos Aires. Recuperado de http://pt.slideshare.net/leti_rc27/juventud-en-iberoamerica-tendencias-y-urgencias-cepal.

Cidade, E.C., Moura Júnior, J.F. & Ximenes, V.M. (2012) Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*. 30, 87-98. Curitiba.

Couto, B. (2004). *O direito social e assistência social na sociedade brasileira: Uma equação possível?* São Paulo: Cortez.

Craveiro, C., & Ximenes, D. (2013). Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios perspectivas para a universalização da educação. *Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania*, 109-124. Brasília: IPEA.

Cunha, R. (2009). Transferência de renda com condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família. In Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Orgs.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. (pp. 13-56). Brasília: MDS & Unesco.

Freire, P. (2006) *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundação Gétúlio Vargas (2009). *O Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola*. Marcelo Côrtes Neri (Coord). Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. Recuperado de <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>.

Garcia, M. (2011). *A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742, de 7 dez. 1993, comentada artigo por artigo*. Recuperado de [http://www.marcelogarcia.com.br/ loascomentada.pdf](http://www.marcelogarcia.com.br/loascomentada.pdf).

Góis, C. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: HUCITEC.

Guzzo, R., & Euzébio Filho, A. (2005). *Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: A urgência da educação emancipadora*. Ibitiré: Escritos sobre Educação (Impresso).

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2012). *Perfil Municipal de Fortaleza*. Tema VIII: O Mapa da Extrema Pobreza. Informe nº 43. Fortaleza: IPECE. Recuperado de http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_43_05_no-vembro_2012.pdf.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2014) *Perfil Básico Municipal: Apuiarés*. Fortaleza: IPECE. Recuperado de http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Apuiares.pdf.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. (2011). Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: Uma análise de diferenças a partir da PNAD. *Na Medida*, Brasília, (6). Recuperado de http://download.inep.gov.br/publicacoes/2009/boletim_na_medida/Boletim_Na_Medida_6.pdf.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.

Mello, J., Andrade, B., Melchiori, C., & Oliveira, Y. (2014). A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: Estratégias e primeiros resultados. In T. Campello, T. Falcão & P. Costa (Orgs.). *O Brasil Sem Miséria*. (pp. 323-347). Brasília: MDS.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2014). *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional*. Recuperado de https://www.fao.org.br/download/SOFI4_Brasil.pdf.

Pires, A. (2013). Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 21(80), 513-532.

Pires, F., & Rego, W. (2013). 10 anos de programa Bolsa Família: apresentação de um dossiê. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, (38), 13-19.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*. New York: PNUD. Recuperado de: http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf.

Rêgo, W., & Pinzani, A. (2013). Liberdade, dinheiro e autonomia: O caso do programa bolsa família. In T. Campello & M. C. Neri (Orgs.). *Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania*. (pp.359-366). Brasília: IPEA.

Reimers, F., Silva, C., & Trevino, E. (2006). *Where is the "Education" in Conditional Cash Transfers in Education?* Montreal: Unesco Institute for Statistics.

Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rocha, S. (2013). *Transferência de renda: o fim da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Setúbal, M. (2010). Equidade e desempenho escolar: É possível alcançar uma educação de qualidade para todos? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 91, 345-366.

Silva, C., Gobbi, B., & Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método. *Revista Organizações rurais e agroindustriais*, 7, 70-81.

Silva, M. (2014). Focalização e impactos do Bolsa Família na população pobre e extremamente pobre. In M.O.S. Lima & V.F.S.A. Lima. (Coord.). *Avaliando o Bolsa Família: Unificação, focalização e impactos*. (2a ed.). (pp. 77-156). São Paulo: Cortez.

Silva, M., & Lima, V. (2014). Caracterizando o Bolsa Família: Uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. In M.O.S. Lima & V.F.S.A. Lima. (Coord.). *Avaliando o bolsa família: Unificação, focalização e impactos*. (2a ed.). (pp. 43-76). São Paulo: Cortez.

Spicker, P., Leguizamón, S., & Gordon, D. (2009). *Pobreza: Un glosario internacional*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

Sposati, A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Orgs.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. (pp.13-56). Brasília: MDS & UNESCO.

Valla, V. (1999) Educação Popular, Saúde Comunitária e Apoio Social. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(2), 7-14.

Yazbek, M. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-322.

SOBRE OS AUTORES

ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA

Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia pela UFC. Graduação em Psicologia pela UFC – *campus* Sobral. Membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC). Docente do Curso de Psicologia, na Faculdade Luciano Feijão (FLF-Sobral) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), na Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI). Possui experiência de atuação em Políticas Públicas, Docência e Pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Pobreza e Juventude. E-mail: alexsandramss88@gmail.com.

ALINE ACCORSSI

Psicóloga, Especialista em Gestão Social, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, Doutora em Psicologia, professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle Canoas (Centro Universitário La Salle, Canoas/RS). Líder do grupo de pesquisa “Mariposas: gênero, sexualidades e feminismos”. E-mail: alineaccorssi@gmail.com.

ANA LUISA TEIXEIRA DE MENEZES

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Trabalhou como Pró-Reitora de Extensão e Relações Comunitárias da Universidade de Santa Cruz do Sul (2009-2013). Atualmente é professora do departamento de psicologia e professora permanente do Mestrado em Educação da UNISC. Tem pesquisas na área de Psicologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação guarani, psicologia comunitária, espiritualidade, Psicologia Junguiana e Educação Bio-

cêntrica. Vice-coordenadora do GT de Saúde Comunitária da ANPEPP. Candidata a analista Junguiana do IJRS. E-mail: luisa@unisc.br.

ANTONIMÁRIA BANDEIRA DE FREITAS

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Potiguar (2005), especialização em docência no ensino superior e Mestrado em Psicologia pela UFRN. Atualmente é docente no curso de Psicologia na Universidade Potiguar e atua em clínica. Possui experiência na área de Planejamento e Promoção à Saúde. E-mail: antonimaria@unp.br.

BÁRBARA BARBOSA NEPOMUCENO

Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Master em Intervención Psicosocial pela Universidad de Barcelona. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Bolsista CAPES/Demanda Social. Docente do curso de graduação em Psicologia na Faculdade Luciano Feijão. Possui experiência de atuação e pesquisa nas áreas: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, pobreza, saúde mental e gênero. E-mail: bbnepomuceno@yahoo.com.br.

CANDIDA DANTAS

Possui graduação (2003) e mestrado (2007) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e doutorado em Psicologia Social, também pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). É Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui experiência acadêmica e em pesquisa em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação e atuação do psicólogo, história da psicologia, relações de gênero e pobreza. E-mail: candida.dantas@gmail.com.

CARLOS DAVID CARRILLO TRUJILLO

Licenciado y Maestro en Psicología por la Universidad Autónoma de Yucatán y Doctor en Psicología por el CECIP. Docente de tiempo completo a nivel de licenciatura y maestría en la Facultad de Psicología de la UADY en asignaturas del área de psicología social y metodología, donde también funge como responsable de Vinculación. Coordinador del Cuerpo Académico de “Procesos Psicosociales y Praxis”. Sus principales temas de investigación son: género con énfasis en masculinidades, representaciones sociales, redes sociales y relaciones interpersonales.

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Docente do curso de graduação em Psicologia na Faculdade Luciano Feijão. Possui experiência de atuação, docência e pesquisa nas áreas de: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, políticas públicas, pobreza e juventude. E-mail: eliviacidade@yahoo.com.br.

FLÁVIO VASCONCELLOS COMIM

Economista do desenvolvimento. Professor de Economia da Pobreza e Escolha Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor visitante de Desenvolvimento Humano na Universidade de Cambridge. Foi economista sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Consultor para a FAO, UNESCO, OIT e OMS. Tem vários livros coeditados sobre desenvolvimento humano e pobreza com a Cambridge University Press, Oxford University Press e Palgrave Mcmillan, entre outros. E-mail: fvc1001@cam.ac.uk.

GEORGINA DEL CARMEN CETINA HERRERA

Pasante de la licenciatura en psicología de la Universidad Autónoma de Yucatán. Asistente Educativo del Colegio Niños de América. Servicio Social en el Hospital Psiquiátrico de Mérida. Prácticas profesionales dentro del Cuerpo Académico de Psicología Social en el área de investigación. Colaboradora en el Cuerpo Académico de Procesos Psicosociales y Praxis en el proyecto Juventud y Pobreza en el Sur de Mérida en el contexto del Neoliberalismo dentro del cual realiza su tesis. Temas de investigación: amor y violencia en el noviazgo, juventud y pobreza.

GISELY ROBERTA GOMES SILVA

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (2013). Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2015-2017), bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). É integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM/UFC), no qual desenvolve pesquisas sobre a construção de sentidos da pobreza. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Proteção Social Básica, Vulnerabilidades sociais e Processos psicossociais. E-mail: giselysud@yahoo.com.br.

HELENA SCARPARO

Psicóloga, Doutora em Psicologia, professora aposentada do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). E-mail: helena.scarparo@gmail.com.

IZETE PENGO BAGOLIN

Economista, professora do Programa de Pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora nas áreas

de pobreza, desenvolvimento humano, abordagem das capacitações e desigualdade. E-mail. izete.bagolin@pucrs.br.

JÁDER FERREIRA LEITE

Possui Licenciatura Plena em Psicologia e Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual da Paraíba (1996 e 1998); mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003), doutorado em Psicologia Social pela UFRN (2008) e estágio pós-doutoral junto ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC (2014). É professor adjunto III, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN. Atua no campo da Psicologia social a partir dos temas: movimentos sociais e contextos rurais, relações de gênero, saúde mental e processos de subjetivação. E-mail: jaderfleite@gmail.com.

JAMES FERREIRA MOURA JR.

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Psicólogo Comunitário, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colaborador do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM/UFC). Tem experiência na área de Psicologia Comunitária a partir de diversas atuações em Projetos de Extensão na zona rural e urbana do Estado do Ceará em comunidades em situação de pobreza. É coordenador do Grupo de Trabalho Psicologia e Pobreza da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e membro da Society of Community and Action Research (SCRA). E-mail: jamesferreirajr@gmail.com.

JANAÍNA MIRANDA CRUZ

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade de Tecnologia Intensiva (FATECI), mestranda em Psicologia do Programa de Pós-Gradua-

ção em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM/UFC). Atua na política pública de Assistência Social e desenvolve pesquisas nas áreas de Psicologia Social e Comunitária com enfoque nos temas da pobreza e da afetividade. E-mail: janaina.mcruz@yahoo.com.br.

JOÃO PAULO SALES MACEDO

Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí/UFPI. Graduado em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho (2004), Mestre (2007) e Doutor (2011) em Psicologia pela UFRN. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI, orientando alunos de Mestrado e Doutorado. Atua na área da Saúde Coletiva e Saúde Mental, como foco na formação e prática do psicólogo nas políticas públicas e aspectos relacionados à interiorização da profissão e atuação em contextos rurais. E-mail: jampamacedo@gmail.com.

JORGE CASTELLÁ SARRIERA

Psicólogo, Licenciado em Psicologia, título homologado no Brasil pela Universidade Católica de Pelotas (1985), com graduação em Psicologia pela Universidade de Barcelona e Universidade Católica de Assunção (1973); Especialização em Psicologia Organizacional (PUCRS-1979); Mestrado em Psicologia Escolar (PUCRS, 1982); Doutorado em Psicologia Social – Universidade Autónoma de Madrid (1993); Pós-doutorado na Universidade de Barcelona (1998/I) em Técnicas Estatísticas Multivariadas e na University of San Francisco (CA-USA) em Psicologia Comunitária (1998/1999). Professor associado do Instituto de Psicologia da UFRGS. E-mail: jorgesarriera@gmail.com.

JOSÉ JUAN VÁZQUEZ

Profesor Titular de Psicología Social de la Universidad de Alcalá (España). Sus principales líneas de investigación se han orientado en el estudio de

las necesidades de las personas en situación de pobreza y/o exclusión social en Europa y América Latina. E-mail: jj.vazquez@uah.es.

LORENA BRITO DA SILVA

Psicóloga e educadora. Mestre em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduação em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Possui experiência de atuação, docência e pesquisa em Psicologia com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Comunitária e estudos de Gênero. Docente no curso de graduação em Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (Sobral-CE). E-mail: lorena.nessin@gmail.com.

LUIS FERNANDO SANABRIA

Director de Operaciones de la Fundación Paraguaya, una empresa social sin fines de lucro con sede en Asunción, Paraguay. Luis tiene más de 28 años de experiencia de trabajo en la Fundación Paraguaya en la creación de instituciones, microfinanzas y el desarrollo social. En el sector público, condujo el Programa de Reorganización de Impuestos del Municipio de Asunción entre 1997 y 2001. Durante 2012–2013, se desempeñó como asesor del Gabinete Social de la Presidencia de Paraguay desarrollando la alianza público-privada para la Erradicación de la Pobreza Extrema (APEX). Es licenciado en Derecho de la Universidad Católica de Asunción y cuenta con un máster de la Universidad Austral de Argentina.

MAGDA DIMENSTEIN

É professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Graduada em Psicologia pela UFPE (1986), Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/RJ (1994) e Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (1998). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidad Alcalá de Henares, na Espanha. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRN, orientando alunos de Mestrado e Doutorado. Bol-

sista 1B do CNPq. É membro do GT/ANPEPP - Políticas de Subjetivação e Invenção do Cotidiano. Atua na área de Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental, Atenção Primária e Formação do Psicólogo. E-mail: mgdimenstein@gmail.com.

MARIA APARECIDA ESTANISLAU

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ceará (1997) e especialização em Terapia Familiar Sistêmica pela UFRN (2005). Atualmente é aluna do Curso de Psicologia na Universidade Federal do Ceará. E-mail: estanislaumaria@ig.com.br.

MARÍA TERESITA CASTILLO LEÓN

Licenciada en Psicología y Maestra en Ciencias Antropológicas, ambas por la Universidad Autónoma de Yucatán (UADY). Doctora en Estudios Mesoamericanos por la Universidad de Hamburgo. Docente de tiempo completo a nivel de licenciatura y posgrado en la Facultad de Psicología de la UADY en asignaturas del área de Psicología Social Comunitaria y metodología donde funge también como Responsable de servicio social. Integrante titular del Cuerpo Académico “Procesos Psicosociales y Praxis” y del grupo disciplinario de “Justicia Social”. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores en el nivel 1. Realiza investigación aplicada en promoción de la salud con grupos vulnerables. E-mail: castillo.tete@gmail.com.

MARIA ZELFA DE SOUZA FEITOSA

Psicóloga. Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Psicologia pela UFC. Graduada em Psicologia pela UFC. Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS). Possui experiência de atuação, docência e pesquisa em Psicologia com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental. E-mail: maria.zelfa@hotmail.com.

MARÍLIA STUDART BARBOSA

Graduada em Psicologia pela UFC, faz mestrado em Psicologia na UFC, onde realiza pesquisas na área da Psicologia Social/Comunitária e Educação. Membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM/UFC). Tem experiência profissional nas políticas públicas de educação e assistência social, facilita grupos nas perspectivas psicossociais e psicoterapêuticas. E-mail: mariastudart@hotmail.com.

MARTÍN BURT

PhD en Desarrollo Global por el Programa de Posgrados del Payson Center, Universidad de Tulane. Tiene también un Máster en Ciencias, Tecnología y Políticas Públicas de la George Washington University y es Licenciado en Administración Pública y Estudios Interamericanos de la University of the Pacific, USA. Es fundador (1985) y Director Ejecutivo de la Fundación Paraguaya; cofundador y miembro del Consejo de Teach A Man To Fish, en el Reino Unido; cofundador y presidente de Entrepreneurship & Education, en Tanzania. Es profesor en la American University of Nigeria, Nigeria, y en Worcester Polytechnic Institute, Estados Unidos. Ha recibido numerosos premios internacionales por su trabajo en desarrollo, educación y emprendedurismo social. Anteriormente se desempeñó como Intendente Municipal de Asunción, Vice Ministro de Comercio y Secretario General de la Presidencia de la República de Paraguay. Ha publicado numerosos libros de ensayos, economía y poesía. E-mail: burt@fundacionparaguaya.org.py.

RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestrado e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Estudos Comunitários e Prevenção pela University of Rochester, USA. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico – CNPq. Sua produção científica é organizada no âmbito do Grupo de pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação. Coordenadora do GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP. Presidente da Comissão de Psicologia na Educação do Conselho Federal de Psicologia. Email: rslguzzo@gmail.com.

SABINO PORTO JR.

Economista, Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador nas áreas de Economia Regional, Distribuição de renda e processos markovianos. Email: sporto-jr@gmail.com.

TERESITA CONCEPCIÓN CAMPO MARÍN

Licenciada en Psicología por la Universidad Autónoma de Yucatán (UADY) y Maestra en Psicoterapia Humanista por el Instituto Carl Rogers. Docente de tiempo completo a nivel de licenciatura y posgrado en la Facultad de Psicología de la UADY en asignaturas de Psicología Social Comunitaria e Intervención psicológica en VIH. Miembro del grupo disciplinario de Justicia social. Coordinadora administrativa del Programa Juventud y Sociedad. Realiza investigación aplicada en las áreas de VIH y desarrollo comunitario.

VERÔNICA MORAIS XIMENES

Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona e- Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC. Bolsista PQ-2 CNPq. Atua e desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Psicologia Comunitária, implicações psicossociais da pobreza, políticas públicas, desenvolvimento comunitário, saúde comunitária e outras. E-mail: vemorais@yahoo.com.br.

VIVIANE FERNANDES SILVEIRA

Psicanalista, membro da Escola de Estudos Psicanalíticos. Mestre em Psicologia (UFRGS). Doutora em Educação (UFRGS), Pós-doutora em Educação (UNISC). Pesquisa temas referentes à constituição psíquica, à ancestralidade, à cultura Guarani Mbyá e modos de subjetivação locais enquanto dispositivos clínicos.

ZULMIRA ÁUREA CRUZ BOMFIM

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade de Brasília (1990), e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Pós doutorado na Universidad de la Coruña, Espanha. É especialista em intervenção socioambiental e pesquisadora em Espaço Público e Regeneração Urbana pela Universidade de Barcelona no ano de 2001. Atualmente é professora do Programa e Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Psicologia Social e Psicologia ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia social comunitária, psicologia ambiental e afetividade. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia ambiental – LOCUS. E-mail: zulaurea@gmail.com.

